



LIMITES DA DEMOCRACIA E DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

RAÇA E GÊNERO

Coletânea de textos reflexivos produzidos por
concluintes do curso "Raça, Gênero,
Democracia e Participação política" promovido
pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal
de São Paulo e por GELEDÉS - INSTITUTO DA
MULHER NEGRA

SUMÁRIO

- 07 Almeida, Ananda - O pensamento de Gilberto Freyre presente na frase de Hamilton Mourão: "Não, eu digo para você com toda a tranquilidade: não tem racismo aqui."
- 09 Almeida, Luana - O debate acerca da construção de um futuro democrático múltiplo perpassa pela representação política equânime
- 11 Almeida, Susana Martins Pereira de - A educação infantil na formação antirracista
- 13 Andrade, Lavínia Bafoni de Andrade - Brasil: o país da democracia racial genocida
- 15 Araujo, Fernanda Caroline Vela de - Racismo no Brasil: uma luta necessária
- 17 Barbosa, Ueliton Teles - Vocabulário racista, liberdade de expressão ou atentado à dignidade humana?
- 19 Barros, Pâmella - Discriminação no Brasil: Herança Maldita
- 21 Bento, Aretha - O caminhar da população negra após a farsa do fim da escravidão
- 23 Bonazzi, Jeanini Goretti Beloto - A construção de uma sociedade menos racista deve começar pela desconstrução dos conceitos hegemônicos e eurocêntricos dos currículos escolares
- 25 Brandão, Ana Caroline Lopes - Bebês antirracistas: a infância na luta por equidade
- 27 Brandão, Ludmilla - Mulheres no Poder - Racismo e Machismo nas Eleições Municipais
- 30 Caixeta, Izabela - Em meio à guerra permanente, como endurecer sem perder a ternura?
- 33 Caldas, Carolina - Racismo: um problema dos brancos
- 35 Cardoso, Joyce Silva - Enegrecer e a minha busca pelo curso Raça, gênero, democracia e participação política no Brasil
- 37 Carvalho, Vinicius Paixão de - A cultura africana e afro-brasileira como conteúdo a ser discutido na escola
- 40 Chabatura, Gabriela - Por que eles não querem pretos no topo? A política como mais um instrumento genocida do Estado
- 42 Chicoli, Denise Alves - A superação do capitalismo racista patriarcal como condição para democracia plena e efetiva no Brasil
- 44 Cornélio, Jenniffer Augusto da Silva - Cyber Racismo: A influência das redes sociais na subjetividade da população negra, na autoestima e identidade/estética
- 46 Costa, Dominique - A palavra no Front: a luta pelo direito à vida da popular negra
- 49 Costa, Erika Lima - Racismo, identificação étnico-racial na primeira infância e educação antirracista
- 51 Costa, Samara Annanias Teixeira da - Educação escolar na perspectiva de uma educação antirracista

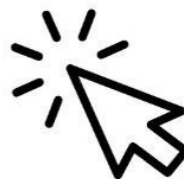
- 53 Cunha, Dayana - Entre contradições, há democracia?
- 56 Cunha, Shirlei Alexandra da - Antirracismo e feminismo como compromisso social
- 58 Diniz, Dariane Braga - Perspectivas diferentes para mulheres negras brasileiras
- 60 Domingues, Juliana Camillo - Como sonhar coletivamente se nós, pessoas racializadas como brancas/os, não nos responsabilizamos pela realidade e pela história do nosso país?
- 63 Fernandes, Denise de Oliveira Nonato - A atividade laboral dos povos negros no Brasil: relações de trabalho e cumplicidade
- 66 Fernandes, Fernanda - Escola: repensar para além do eurocentrismo
- 68 Fernandes, Nathaly - Qual o lugar do gênero e da raça na democracia?
- 70 Ferra, Solange Martins Alves - A importância da identidade da criança na Educação Infantil
- 72 Ferraz, Gabriel de Lima - Minhas Reflexões
- 73 Ferreira, Luciana - Práticas antirracistas numa sociedade democrática de direito para todos e todas
- 75 Firmino, Inara Flora Cipriano - Mulheres negras e o desafio da concretização do Estado Democrático Brasileiro
- 78 Fonseca, Luciana Reis - Reaprendendo nossa história - o racismo estrutural e suas consequências na formação do povo brasileiro
- 80 Franzini, Mayara - "O futuro é uma mulher preta", por uma Constituição Federal que assumira esta sentença como realidade
- 82 Frutuoso, Karine - A relevância dos debates antirracistas na formação pedagógica
- 84 Gama, Adriana Dantas de Souza - A insurgência preta que nasce com o acesso ao conhecimento
- 86 Gomes, Rodrigo Portela - Quilombos e Democracia
- 89 Gonçalves, Cristiane - A cor das pessoas eleitas: sub-representação de mulheres negras e imagens de controle
- 91 Gonçalves, Juan Victor - Museu como casa-grande, trabalhadores precarizados em senzalas: o lugar insidioso dos discursos decoloniais de exposições em instituições de arte
- 94 Guedes, Giovana - A falsa democracia idealizada por brancos que nega, além de igualdade, humanidade ao povo preto
- 97 Hirai, Bruna - Breves considerações sobre racismo e democracia no Brasil
- 99 Jales, Danielly Amorim de Queiroz - O Brasil, os brasileiros e a democracia
- 101 Kayode, Kynni - Dilemas na proposição de uma democracia euro-ocidental em países africanos
- 104 Komeno, Luma Yoko - Quem somos? Quem fomos? E quem queremos ser?
- 106 Leal, Marcelle - Reconhecendo-nos: você é sujeito ou se sujeita nos espaços que ocupa?
- 109 Lemos, Amanda dos Santos - Racismo e democracia: Uma questão para pensarmos

- 111 Lima, Fabíola M. S. A. de - A desigualdade racial e a educação
- 113 Lima, Isabel - E as Mulheres Negras Ficam Aonde?
- 115 Lima, Juliana Rodrigues - "Eu não consigo respirar... eu não consigo respirar...": como 2020 tem nos sufocado em relação à raça, gênero, democracia e participação política – um ensaio
- 117 Lima, Marcia Maria - Por que pensar raça, gênero, democracia e participação política no Brasil?
- 120 Lima, Rute Denise - Uma história de resistência
- 122 Lins, Lucas - Travessia transatlântica para uma sociedade efetivamente democrática
- 124 Lira, Ana Leticia - Ninguém é racista no Brasil
- 127 Lopes, Jussara de Cássia Soares - Aquilombar-se é preciso: raça e gênero nas relações sociais e os desafios postos à efetivação da democracia no Brasil
- 129 Lourenço, Michela Martins - Pra que o amanhã não seja só um ontem, com um novo nome1 : a luta pela implementação de uma real democracia racial
- 132 Matta, Nathalia da - Pelo direito à escuta
- 134 Medeiros, Tainá - A compreensão do racismo estrutural como ponto central no projeto democrático brasileiro
- 137 Miorin, Josieli Minosso Lamana - Como reconhecer que somos um país racista?
- 139 Montipó, Criselli - Sobre fissuras em densas estruturas: mulheres negras na política
- 141 Moura, Karine - Feminismo negro e produção do conhecimento – espaços alternativos e a luta pela legitimação da participação política
- 144 Nascimento, Adenilda Aparecida - Caminhos para o combate ao racismo estrutural no Brasil
- 146 Nascimento, Rafaela Nogueira do - Velho e novo, retrógrado e moderno: a coexistência de "Brasis" opostos e o traçar de novos rumos
- 149 Nascimento, Tarsila Kiciane - Trabalho Reprodutivo, Democracia e Questões de Raça
- 153 Nicastro, Marlene de Araujo - Educação Infantil: lugar de combater o Racismo Estrutural
- 155 Nobrega, Douglas Fortes - O racista é sempre o outro
- 157 Novais, Ana Beatriz - Por que não devemos lutar por igualdade no Brasil
- 159 Oliveira, Ariely - Violência doméstica e racismo
- 161 Oliveira, Desirée Idaliette - Mulheres negras no corre pela democracia: que sociedade queremos?
- 163 Oliveira, Juliana Gomes de - A "Democracia" que coopera para a invisibilidade de mulheres e negros

- 166 Paula, Tatiana Silva - A importância do ativismo negro para a consolidação da democracia brasileira
- 168 Queiroz, Renata Gonçalves - A invisibilidade e a não-democracia
- 170 Quinalha, Ariane Andrade - Nunca teve democracia no Brasil
- 172 Reinoldes, Cristiane Pereira Silva - Quando deixaremos de ser o "não ser"
- 174 Ribeiro, Estela Fernandes Aliende - E o papel da Educação Infantil?
- 177 Ruffolo, Maria Edviges - Representatividade na Educação Infantil Paulistana
- 179 Sabadin, Viviane Machado - Reconheça o racismo e suas práticas para compreender o seu papel na luta antirracista
- 182 Santana, Flávia - Uma breve reflexão: as constantes articulações racistas e a luta negra como resposta
- 185 Santiago, Eliane Maria dos Santos - A luta do povo negro, a nossa luta ainda continua
- 187 Santos, Adilson Eduardo da Silva - A luta contra a sub-representação no Estado Brasileiro
- 189 Santos, Eduarda Luize Pastore dos Santos - Basta eleger?
- 192 Santos, Isabelle Fernanda - Direito escrito em "pretuguês": relações raciais e democracia
- 194 Santos, Lucineide Ferreira - Por que precisamos racializar a educação?
- 196 Santos, Marta - É preciso que toda a sociedade combata o Racismo
- 198 Santos, Simone Aparecida Silva dos - A importância das estratégias de sobrevivência ao longo do processo escravagista até os dias atuais
- 200 Santos, Solange - Muito além do cor(p)o: a musicalidade de "Now+Frágil" como elucidação do necropoder
- 202 Silva, Alex Rosa da - Tributo às questões étnico-raciais em tempos de pandemia: breve análise dos debates promovidos pela Escola do Parlamento de SP e o Instituto Geledés
- 205 Silva, Andréia Cristina Cândido da - O racismo velado
- 207 Silva, Jéssica Lopes Rosa - Pra matar o racismo, é preciso nascer de novo
- 209 Silva, Katia Cristina Maciel Silva - Resistência do povo preto: a luta eterna pela igualdade social no Brasil
- 211 Silva, Luciana Aparecida da - O racismo estrutural no Brasil e a luta pela sua desconstrução
- 213 Silva, Marcelo Queiroz - O Estado contra a população negra
- 215 Silva, Paula Cristina da - A conscientização popular sobre a importância da representatividade no ambiente político
- 217 Silva, Silmara Cardoso de Lima - Raça, gênero e democracia no Brasil

- 219 Silva, Simone Gomes Emídio - *As amarras da escravidão através do cabelo*
- 221 Simões, Simone - *Democracia: o recado das urnas para as questões de raça, gênero e participação política na Brasil*
- 223 Sousa, Áurea Ferreira - *A efetivação da Lei 11.645 como promotora da autoestima e identidade da criança negra e indígena*
- 225 Souza, Roberta - *Vozes que ecoam: resistências e ressignificações da população negra*
- 227 Tazinazzo, Natália - *Enquanto houver racismo, não haverá democracia. Enquanto a educação for mercadoria, também não*
- 229 Turquetti, Andrew - *Uma breve análise a respeito do racismo estrutural e perspectivas de mudanças*
- 231 Venturini, Thayan - *Escola: um espaço educativo, antirracista, inclusivo e diverso*
- 233 Vieira, Nuria Pardillos - *A contribuição do feminismo negro para a construção da democracia substantiva*
- 235 Vieira, Viviane - *A luta está apenas começando!*
- 237 Vieira, Roberta Aparecida de Castro - *Práticas pedagógicas no ensino de História Etno-Raciais na Educação Infantil*
- 239 Xavier, Emily Sena - *Uso indevido seguido de descarte: a realidade do povo negro no Brasil*

CADERNOS DA ESCOLA DO PARLAMENTO





O pensamento de Gilberto Freyre presente na frase de Hamilton Mourão:
"Não, eu digo para você com toda a tranquilidade: não tem racismo aqui."

Ananda Almeida

No feriado de 20 de novembro de 2020, celebração da Consciência Negra, o vice-presidente do Brasil, Hamilton Mourão, ao comentar a morte violenta de João Alberto¹, afirmou não existir racismo no Brasil. Ele recorreu ao argumento de que há racismo nos Estados Unidos e utilizou sua experiência pessoal no intuito de justificar tal afirmação. Abaixo, transcrevo algumas das frases de Mourão na ocasião:

*Eu digo para vocês o seguinte, porque eu morei nos EUA: racismo tem lá. Eu morei dois anos nos EUA, e na escola em que eu morei lá, o 'pessoal de cor' andava separado. Eu nunca tinha visto isso aqui no Brasil. Saí do Brasil, fui morar lá, era adolescente e fiquei impressionado com isso aí. Isso no final da década 60. (FONTE: G1 20.11.2010),
Lamentável, né? Lamentável isso aí. Isso é lamentável. Em princípio, é segurança totalmente despreparada para a atividade que ele tem que fazer [...] Para mim, no Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar aqui para o Brasil. Isso não existe aqui. (FONTE: G1, 20.11.2020).*

7

Infelizmente, a opinião de Mourão reflete a de parte dos brasileiros que não enxergam o Brasil como um país racista, fato que há de se considerar grave no combate ao racismo estrutural. Certamente, uma sociedade que não compreende a existência de racismo não apoiará a continuidade de políticas afirmativas.

Segundo Guimarães (1999) “a percepção de que para os brasileiros as raças não existem e de que, aqui, o que importa em termos de oportunidades de vida é a classe social de alguém, tornou-se lugar-comum”.

Ainda, recorrendo ao texto de Guimarães (1999), o autor descreve a ideia presente na afirmação do vice-presidente e constata o seguinte: “Se perguntássemos a um bom brasileiro, aquele que adere a este ideário, por que hoje se fala em "raça" no Brasil, talvez ele não hesitasse em culpar a influência norte-americana por isso. Tal resposta estaria em sintonia com o que os brasileiros pensam desde, pelo menos, Gilberto Freyre: raça é uma invenção estrangeira, ela mesma sinal de racismo, inexistente para o povo brasileiro”.

¹ Espancamento e assassinato por asfixia de João Alberto Silveira Freitas por seguranças de uma loja da rede Carrefour, em Porto Alegre (RS) na noite de 19 de novembro de 2020, amplamente noticiado na imprensa.



A origem da lógica presente na frase de Mourão deriva, certamente, do pensamento de Gilberto Freyre que influenciou toda uma geração de intelectuais do início do século XX e permanece viva nos tempos atuais. Em 1979, Freyre escreve para o jornal *Folha de São Paulo* um artigo intitulado “Racismo no Brasil” onde, claramente, menospreza toda problemática racista no país. Segue um trecho do artigo:

O que tenho dito é que falar-se de preconceito racial no Brasil como se tal preconceito fosse, entre nós, um equivalente social de pais, no plano geológico representado por vulcões ou terremotos – como os Estados Unidos, a União Sul Africana, as Rodésias – é uma perversão da realidade: perversão contra o Brasil. Haverá, no nosso País, no mesmo particular – tensões interraciais – equivalentes a pequenos tremores de terra. Mas tão esporádicos e tão singulares que não caracterizam uma situação vulcânica.”

Não resta dúvida que Gilberto Freyre e Hamilton Mourão prestam um desserviço ao Brasil na luta contra o racismo estrutural. É necessário inserir na educação das crianças e jovens conteúdos críticos e formativos para uma grande reflexão acerca do tema. Assim, poderemos dar continuidade e consolidar políticas afirmativas conquistadas com muita luta e nos libertar do racismo escamoteado, escondido atrás de belas teorias acadêmicas e ainda reforçado por lideranças políticas brasileiras.



*O debate acerca da construção de um futuro democrático múltiplo perpassa
pela representação política equânime*

Luana Almeida

Nos últimos anos percorre pelos centros acadêmicos e pela Internet vários enunciados sobre a representação política de negras e negros na sociedade brasileira – alguns enunciados alertam para a necessidade de representação política para além de seu objetivo mais palpável que é a inserção de novos corpos e vozes em espaços marcados socialmente pela diferença, ou seja, espaços marcados e delimitados ao corpo branco e masculino, é a possibilidade de construir uma “imagética do futuro” que nos permita vislumbrar uma nova sociedade, esta sim que seja de fato democrática e de outro lado enunciados que amparados pela hegemonia da produção acadêmica e que chegam ao ambiente virtual e tomam a representação como um debate que beneficia ao sistema, pois segundo essa perspectiva a representação não traz uma mudança, mas sim o que pode ser descrito como “encaixe romantizado” de grupos subalternos.

9

O que gostaríamos de trazer com este texto é uma discussão de como esses enunciados que rogam a representação como “encaixe romantizado” / “perfumaria” fazem é uma escolha política a de olhar desde uma perspectiva rígida que exclui perspectivas não hegemônicas e que não percebe as inúmeras perdas que a sub-representação traz ao sistema democrático e a produção intelectual. Ao olharmos para a perspectiva de Patricia Hill Collins (Conhecida através da indicação da Professora Edilza Sotero na aula 4) apresentada em seu texto com “Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro”, podemos responder de forma simples e direta como a representação de grupos subalternos pode trazer uma perspectiva rica e nova sobre a constituição da sociedade e que esta pode construir novos horizontes a prática intelectual e também a forma de vivenciar a política.


Ao trazermos a perspectiva de Hill Collins queremos dizer que grupos a margem trazem contribuições inimagináveis para o espaço público, além de favorecer uma nova forma de vislumbrar um futuro diferente com outras representações que rompam com o imaginário da subalternidade que é perpetuado pelas práticas sociais que passam a persistir como modelos institucionais que orientam modelos de práticas institucionais.

Por muitas vezes, o que ocorre é uma deturpação do conceito de representação para que possa ser descredibilizado. A representação trazida pelas vozes de mulheres negras é apresentada como



caminho e não fim em si mesma, o que se busca é a inserção de novas perspectivas sobre os temas que são debatidos na arena pública e não apenas a representação imagética por si mesma como apontam os enunciados hegemônicos sobre a representação.

Ou seja, a representação é essencial para que o debate político seja democrático e realize de forma equânime um debate de futuro que caibam múltiplos horizontes. E a forma como podemos tornar essa representação material é na construção de redutores de desigualdade, por exemplo, no Brasil as mulheres negras são a maior parte da população, mas as menos eleitas e como pontua o Professor Luis Augusto Campos – na sexta aula do curso – existem algumas hipóteses do porque isso ocorre, mas a que mais nos mostra reflexos é o acesso desigual a recursos para realizar campanhas, então precisamos criar mecanismos que reduzam o fosso entre os homens brancos de meia idade¹ e o que nos por muitas vezes chamamos de “outro” da política e isso se faz ao debater de forma mais sistemática financiamentos privados de campanha e a distribuição mais igualitária do fundo partidário.



A educação infantil na formação antirracista
Susana Martins Pereira de Almeida

Muito se ouve que não há racismo no Brasil, mas ele não apenas existe como é um marcador estático nos dias da população pobre e negra das periferias do nosso país - milhares de homens, mulheres e crianças são atingidos pela ação desumana e preconceituosa em diferentes esferas da sociedade, sendo o racismo mais evidente nas classes mais pobres.

Para combater essa prática que vem enraizada na nossa sociedade pelos costumes europeus, escravocratas, elitizados, muitas vezes negados e omitidos nos dias atuais, são necessárias ações e políticas públicas que conscientizem a população de sua existência, pois a negação é um marcador que dificulta o combate e impede que ele seja visto nas ações, palavras e gestos que reforçam essa prática discriminatória. Combater o racismo desde a infância e proporcionar ao povo negro dignidade e representatividade na sociedade não é apenas um dever, mas uma forma de restituir o direito e reconhecimento negado durante séculos ao papel do negro na construção da nossa sociedade, e sua representatividade na formação de uma sociedade antirracista.

11

A escola tem um papel fundamental nessa ação. Ao trabalhar a Lei 10.639/03 no seu projeto político pedagógico - permitindo a ressignificação e a valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira no cotidiano escolar -, promove a conscientização e valorização da contribuição do povo negro na história do nosso país, possibilitando que as novas gerações não só não pratiquem o racismo como também o combatam na sua origem.

Na escola de Educação Infantil, base de formação da pessoa, princípios morais podem ser abordados na oferta de experiências baseadas no respeito por si e pelo outro, na representatividade, na valorização cultural - tornando o ambiente de aprendizagem um elemento de extrema importância, que possibilita que as crianças construam uma autoimagem positiva, cuidando dos aspectos estéticos e valorizando sua cultura.

Estudos realizados apontam que “durante a educação infantil as crianças já começam a conhecer seu corpo, as diferenças e semelhanças entre os colegas do grupo, escolhem com quem brincar e se relacionar na escola, tem suas preferências por brinquedos e, no entanto, é fundamental que o educador trabalhe em sala de aula questões sobre diferença e em especial as relacionadas ao pertencimento racial, não só com as crianças, mas com as famílias e comunidade” (CEERT,2011).

Diante disso, Trindade (apout. CEERT 2011), reforça que a Educação Infantil é o primeiro recinto institucionalizado a que a criança tem acesso, isso significa que ela passa a conviver em novos



coletivos e, por isso, precisa ter oportunidade para aprender as regras para essa convivência pautada no respeito por si e pelo outro.

Nas diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil no seu artigo 07 e nos incisos: *IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância; V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa*, percebemos que a escola, em especial a de Educação Infantil, tem papel fundamental na oferta de ações que possibilitem a formação de cidadãos conscientes que valorizem a história e cultura do povo africano e que no futuro combatam o racismo e lutem por políticas públicas que tratem o negro com equidade e respeito.


Temos na rede de ensino da prefeitura de São Paulo uma escola que trabalha as questões raciais na sua essência - na EMEI Nelson Mandela, a Lei 10639/03 rege seu projeto político pedagógico, e tem trazido impactos positivos na representatividade negra e na valorização dessa cultura perante a comunidade através da oferta de oficinas, da preparação do ambiente e das ações que regem sua prática.

12

Que ações que valorizem a cultura, a representatividade, a participação ativa da comunidade, nos façam refletir qual tem sido o nosso papel como educadores e formadores na cultura antirracista, possibilitando que a escola seja promotora de ações que façam a diferença nessa sociedade, plantando a semente da humanidade, do respeito, da valorização durante a prática pedagógica, e que a educação infantil seja o canteiro de esperança para uma sociedade antirracista.

Referências bibliográficas

<https://ceert.org.br/noticias/educacao/11085/a-importancia-da-lei-1063903-na-educacao-infantil--artigo>



Brasil: o país da democracia racial genocida

Lavínia Bafoni de Andrade

É um fato que não é possível viver uma democracia plena enquanto se vive em uma sociedade estruturalmente racista e sexista. E a história brasileira é marcada pelo racismo, o Brasil foi o país com o maior número de escravos e o último a decretar o fim da escravidão.

A estrutura de nossa sociedade enfrenta diversos problemas - além de um racismo estruturalmente consolidado ao longo de anos, é uma sociedade que finge acreditar no mito da democracia racial, fator que dificulta ainda mais a emancipação da população negra. Segundo Djamila Ribeiro (2018, p.41) “Primeiro é necessário se ater aos conceitos. Racismo é um sistema de opressão e, para haver racismo, deve haver relações de poder. Negros não possuem poder institucional para ser racistas. A população negra sofre um histórico de opressão e violência que as exclui”.

Não é verdade que o Brasil é um país racista só porque passou por um longo período de escravidão, entretanto é também pelos mecanismos adotados com o seu fim. O que foi feito com a população negra no pós-escravidão foi a consolidação do racismo, colocando-os em uma situação de pobreza extrema, atualizando assim o *status* de desigualdade social como uma nova forma de opressão.


Além de uma sociedade racista, também é uma sociedade patriarcal que historicamente oprime mulheres, colocando-as como seres inferiores. Já as mulheres negras enfrentam as duas formas de opressão juntas, enfrentando problemas dentro do próprio movimento feminista. “Existe ainda, por parte de muitas feministas brancas, uma resistência muito grande em perceber que, apesar do gênero nos unir, há outras especificidades que nos separam e afastam. Enquanto feministas brancas tratarem a questão racial como birra e disputa em vez de reconhecer seus privilégios, o movimento não vai avançar, só reproduzir as velhas e conhecidas lógicas de opressão.” (Ribeiro, 2018, p.53)

Encontrar-se na base da pirâmide social é praticamente nascer com um alvo duplo tatuado nas costas. Ser mulher, preta e pobre é enfrentar diariamente batalhas que quem está no topo da pirâmide não consegue nem imaginar - ou finge que não consegue. Falta para a branquitude reconhecer de fato seus privilégios e verdadeiramente usá-los na luta antirracista. Segundo Djamila Ribeiro em o *Pequeno Manuel Antirracista* “Devemos lembrar que este não é um debate individual, mas estrutural: a posição social do privilégio vem marcada pela violência, mesmo que determinado sujeito não seja deliberadamente violento.” (2019, p.17)



A luta contra o racismo estrutural deve ser de todas, todos e todes - se esse fosse um problema apenas da população negra já teria sido resolvido há muito tempo, entanto não é possível mudar a estrutura de toda uma sociedade apenas com uma parte, mesmo que seja a maioria já que os negros são 56% da população brasileira. Então é preciso um comprometimento da sociedade como um todo. Um dos primeiros exercícios que todos podem e devem fazer é identificar quantas pessoas negras fazem parte do seu ciclo social, do lugar que você frequenta e, se fazem parte, qual a posição que ocupam? Se for em um espaço de lazer, essas pessoas estão de fato desfrutando do ambiente ou estão trabalhando? “A ausência ou a baixa incidência de pessoas negras em espaços de poder não costuma causar incômodo ou surpresa em pessoas brancas. Para desnaturalizar isso, todos devem questionar a ausência de pessoas negras em posições de gerência, autores negros em antologias, pensadores negros na bibliografia de cursos universitários, protagonistas negros no audiovisual.” (Ribeiro, 2019, p.16)

Para que a branquitude reflita de maneira mais enfática a importância e urgência da pauta antirracista, é só olhar o vídeo do homem negro que foi espancado até a morte na frente de um supermercado, o vídeo é exatamente o retrato do racismo estrutural no Brasil. Pessoas são consideradas suspeitas, são presas e mortas pela cor da sua pele. O assassinato de João Alberto Silveira Freitas no dia 19 de novembro de 2020, véspera do dia da consciência negra, é um retrato explícito do que a população negra passa todos os dias por gerações desde o fim da escravidão. Lutamos para sobreviver e temos o direito de viver.



Racismo no Brasil: uma luta necessária

Fernanda Caroline Vela de Araujo

Um país que não enfrenta o racismo estrutural, não visa democracia. Ou, em palavras que atualmente cativam mais: não visa uma sociedade desenvolvida e em progresso, nos melhores sentidos que estes dois conceitos podem possuir. Desenvolvimento como liberdade e avanço, mas sustentando os meios para isso e sem deixar de lado a importância de por à prova qualquer certeza em relação à sociedade e às relações sociais que a constituem – afinal de contas, a sociedade não é regida por leis naturais. Progresso como resultado deste desenvolvimento, que é humano, social, ambiental. Tais sentidos às palavras apresentadas encontram-se barrados em nosso país. Como bem trouxe à tona o curso oferecido pelo *Instituto Geledés* e a *Escola do Parlamento*, uma das causas fundamentais para isso é o racismo estrutural. Não a única ou isolada, mas totalizante em si mesma e dinâmica, assim como passível de mudanças como tudo que é constituído por seres sociais. Desde os primórdios do que reconhecemos como Brasil, os negros sofrem com a desigualdade, violência, pobreza, não acesso - ou hoje, acesso aquém do necessário - à educação. A constatação é feita sem evocar o peso isolado do passado no presente e suas consequências para o futuro.

Este cenário de racismo estrutural não surgiu do nada. Não é um resultado em si mesmo, vem sendo construído ao longo de mais de 400 anos. Não apenas se propagando, diariamente, mas transformando-se. Mudando de roupagem, mas não de rosto. Felizmente, e importante ressaltar, a luta e resistência contra ele é travada sem descanso e diariamente. Com os quilombos, nos séculos XVII e XVIII; com a organização política dos movimentos negros no século XX; com a mobilização forte, espontânea - que de espontânea tem somente o nome, pois vem sendo gestada desde muito -; dos protestos a favor de vidas negras no século XXI; e, não menos importante, com todos os dias negras e negros enfrentando os mecanismos e instrumentos racistas e sexistas que a sociedade brasileira, seja na política, na economia, no social, impõe. É triste ter que encarar o fato de que é necessário ainda hoje gritar e fazer barulho para dizer ao mundo que vidas negras importam. Por outro lado, é gratificante ver multidões gritando isso.

Como Brasil, como país, como podemos avançar e progredir, visar uma sociedade com um presente bom de se viver e um futuro otimista a se esperar, se não batermos de frente e encarar verdadeiramente que somos um país racista? Que as mulheres negras são maioria da população, mas minoria em cargos de liderança? Que os homens negros são maioria e que, ainda assim, não terminam o ensino médio? Que os analfabetos no Brasil são 75% negros? Dados não especulados, mas coletados



e graficamente e estatisticamente apresentados. Basta acessar o site do IBGE e outras plataformas, publicações, palestras... Ou, como gosto de pensar, estes dados não são imprescindíveis para vermos o Brasil racista. Imprescindível é abrir os olhos e encarar o país de perto.

Vamos em direção a um Brasil constituído por somente parte da população? Não pode existir sociedade sem que as pessoas estabeleçam relações sociais minimamente humanas. Esperamos e lutamos pelo máximo. É possível e real. Já existe. Resta propagar e transformar o país de dimensões continentais em que vivemos em um continente de possibilidades a todas as diferenças humanas e repleto de igualdade.



Vocabulário racista, liberdade de expressão ou atentado à dignidade humana?

Ueliton Teles Barbosa

Crescemos ouvindo jargões como: “É coisa de preto”, “pretinho básico”, “tinha de ser preto” dentre outros. Não percebemos que fomos moldados para ser uma geração de lobos travestidos de ovelhas.

Com intuito de demonstrar que o racismo se encontra estruturado em nossa sociedade sob o argumento de liberdade de expressão, analisaremos o conceito de racismos, liberdade de expressão e dignidade humana.

Racismo é uma forma de discriminação, proveniente da manifestação de práticas consciente ou inconscientes tendo como alvo a raça.

O racismo constitui-se num processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é re-significada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento. Por exemplo, a cor da pele sendo negra (marca física externa) pode implicar na percepção do sujeito (indivíduo ou grupo) como preguiçoso, agressivo e alegre (marca cultural interna). (LIMA e VALA, 2004, n.p)

17

A liberdade de expressão é um direito previsto em nosso ordenamento jurídico pela Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967: “É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou ideias, por qualquer meio, e sem dependência de censura [...]”, e recepcionada pela Constituição Federal na redemocratização, “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;” (BRASIL, 2016, Art. 5º, IV).

Contudo, a Constituição Federal na parte b do inciso IV do art. 5º, estabelece limites ao vedar “o anonimato” e a lei infraconstitucional estabelece, “§ 1º Não será tolerada a propaganda de guerra, de processos de subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe.” (BRASIL, 1967, Art. 1º. § 1º, grifo nosso).

Não diferente da liberdade de expressão, a dignidade humana é tutelada na Carta Magna e todo ordenamento jurídico brasileiro tem por alicerce a dignidade da pessoa humana. Como nos mostra Gomes (2017, p. 53): “A ‘dignidade da pessoa humana’ serve como verdadeiro corolário para outros direitos intrínsecos à personalidade, tais como privacidade, honra, imagem e liberdade de expressão.”



Segundo Mota (2013, n.p.), esta proteção é possível pois o legislador constitucional entendeu que a dignidade humana “É um princípio fundamental incidente a todos os humanos desde a concepção no útero materno, não se vinculando e não dependendo da atribuição de personalidade jurídica ao titular, a qual normalmente ocorre em razão do nascimento com vida.”

Portanto, nota-se que a liberdade de expressão é contemplada e amparada no ordenamento jurídico brasileiro, contudo sua verbalização sofre restrições quando o vocabulário fere a dignidade humana.

Com isso, concluímos que a verbalização de expressões como: “a coisa está preta”, “é coisa de preto”, “pretinho básico”, “tinha de ser preto”, dentre outros, mesmo inconscientemente é um atentado à dignidade humana.

Referências Bibliográficas

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: 18
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 04 de dez de 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.250**, de 9 de fevereiro de 1967. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15250.htm>. Acesso em: 04 de dez de 2020.

GOMES, Frederico Félix. **Direito eletrônico** – Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estud. psicol.** (Natal) [online]. 2004, vol.9, n.3, pp.401-411. ISSN 1678-4669. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300002>>. Acesso em: 04 de dez de 2020.

MOTA, Artur Francisco Mori Rodrigues. A dignidade da pessoa humana e sua definição. **Âmbito jurídico**. 2013. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/a-dignidade-da-pessoa-humana-e-sua-definicao/>>. Acesso em: 04 de dez de 2020.



Discriminação no Brasil: Herança Maldita

Pâmella Barros

O racismo no Brasil é algo estrutural. Há quem diga que não existe racismo no Brasil ou que a escravidão teria sido algo benéfico para os negros. Um verdadeiro absurdo. Os últimos acontecimentos trágicos ocorridos no sul do Brasil escancaram, mais uma vez, como o racismo está presente nas diversas camadas da nossa sociedade. Refiro-me, especificamente, ao assassinato de João Alberto Silveira Freitas por dois seguranças de uma rede de supermercados em Porto Alegre no dia dezanove de setembro de 2020. Além desse fato, temos o caso do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes em março de 2018 no Rio de Janeiro. Dois casos de racismo e injustiça social dentre outros milhares ocorridos no Brasil. Será que não há racismo no Brasil?

O Brasil foi o último país na América Latina, ou ainda o último do Ocidente, segundo Lilian Schwarcz (BBC, 10/03/2018), a abolir a escravidão que durou cerca de quatrocentos anos desde o século dezesseis até o século dezanove. Para ela, a abolição da escravidão não foi resultado de uma lei, a Lei Áurea, mas de um duro processo de muita luta abolicionista de vários setores da sociedade. A demora em acabar com a escravidão desgastou por demais a monarquia, tanto que dois anos após a oficialização da abolição da escravidão a República foi proclamada.

19

Os problemas do racismo e da discriminação racial no Brasil não acabaram com a abolição da escravidão, ao contrário, se agravaram mais ainda por causa da brevidade da Lei Áurea que não abordou temas importantes para a inclusão dos negros na sociedade brasileira. Desta forma, os negros passaram a ser pessoas livres, porém sem o mínimo de condições de sobrevivência (sem trabalho, estudo, recursos etc.), sendo lançados às margens da sociedade.

As décadas seguintes à República não resolveram o problema, que foi se avolumando com o passar do tempo. A falta de oportunidades de estudo e acesso às escolas causaram grande prejuízo à vida dos negros brasileiros, principalmente, nos grandes centros urbanos, restando-lhes subempregos com subsalários. As diferenças sociais que já eram grandes se tornaram cada vez maiores e o racismo acabou como um protagonista efetivo e presente em nossa história.

Atualmente, a taxa de negros desempregados é maior que a de brancos, e os negros também são maioria entre a população carcerária e minoria nas universidades. Ainda existe grande diferença de salário para os mesmos cargos entre brancos e negros, sendo que estes recebem salários menores que os daqueles. Poderia citar aqui dezenas e centenas de casos para mostrar que existe um racismo



no Brasil, que infelizmente está nas estruturas do país. É possível vê-lo nas piadas, nos comentários pejorativos, nos olhares. Esse é um problema sério que precisa ser combatido. Li uma frase essa semana muito interessante e citarei aqui com minhas palavras, “onde há racismo não adianta somente ser contra, é necessário combatê-lo”. Essa frase diz muito de como deve ser a nossa postura diante dessa monstruosidade que é a discriminação racial e todas as demais formas de discriminação, como gênero, opção sexual etc.

Hoje, vemos negros que conseguiram se dar bem na vida, alcançaram posições importantes, tornaram-se ricos, porém eles não representam os milhões de brasileiros afrodescendentes que lutam diariamente para sobreviver e conquistar seu espaço. A sociedade tem demonstrado sua ira contra esses tipos de discriminação, protestando e exigindo que se cumpra a Carta Magna brasileira, a Constituição que garante direitos iguais para todas as pessoas independentemente de raça, cor, opção sexual, origem etc. É necessário lutar sempre contra essa herança maldita da discriminação racial sem nunca desistir.



O caminhar da população negra após a farsa do fim da escravidão
Aretha Bento

Ao pararmos para pensar em raça, gênero e democracia, impossível evitar o deslocamento mental para o que nos foi ensinado como sendo o fim da escravidão no Brasil.

Dia 13 de Maio de 1888 – Lei Áurea - “Fim da Escravidão”.

Dia 14 de Maio de 1888 – A população negra é efetivamente colocada à margem da sociedade, sem nenhum direito e de diversas formas direcionada às áreas periféricas, cortiços, favelas, ao mesmo tempo em que o governo passa a receber e beneficiar imigrantes europeus instaurando políticas públicas e, inclusive, executando reformas urbanas e sanitárias nas grandes cidades com interesse em manter os imigrantes saudáveis, para benefício do país.

Nesta fase, nota-se claramente que a política é voltada para a população branca enquanto os negros passam a sobreviver e morrer longe dos olhos do governo.

21

Diversas formas de governar passaram pelo país, porém nenhuma delas garantiu os direitos básicos dos negros, mesmo que estes, antes mesmo da abolição, já tivessem formas de organização e de luta em torno do fim da discriminação, do preconceito, no intuito de garantir seus direitos básicos.

A sociedade brasileira se formou de maneira segmentada e determinando hierarquias por classe social, gênero ou raça e a população negra ficou na base da pirâmide socioeconômica com menor ou até mesmo sem nenhum acesso aos direitos básicos da infância até a vida adulta.

Passeando pela história e pela caminhada do povo negro verificamos que, em 1931, foi fundada a *Frente Negra Brasileira* que iniciou, no âmbito político, lutas em relação às demandas da população negra, dentro do cenário brasileiro, porém essas lutas só foram efetivamente fortalecidas na década de 70 com o surgimento do *Movimento Social Negro*.

O fortalecimento dos movimentos negros brasileiros se deu no mesmo período que em outras partes do mundo, como nos EUA, onde se lutava fortemente contra o *apartheid*.

O *Movimento Social Negro*, junto a pesquisadores e membros da sociedade civil na década de 80, foi responsável direto pelas primeiras concretizações de ações governamentais para a população negra.

Durante a década de 90, o governo passou a dar mais atenção às demandas apontadas pelos movimentos e, após a Marcha Zumbi dos Palmares que em 20 de novembro de 1995 ter reunido mais



de 30 mil pessoas em Brasília, instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para valorização da população negra.

Em 23 de março de 2003, temos a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) através da Lei Federal 10.678/03.


Graças aos movimentos negros, tivemos grandes avanços em relação aos direitos para a população negra. Mas nos dias atuais ainda caminhamos em passos lentos - porém contínuos - pois temos a ciência que em todos os setores, o Brasil tem uma dívida histórica com os negros, e trilhar pelo caminho que educa política e socialmente a maior parcela da população brasileira é um dos meios para que haja cobrança dos direitos adquiridos e dos que ainda estão por vir.

Precisamos que todos nós saibamos que os governantes devem incluir como prioridade o bem viver da maior parcela da população com ações efetivas em todos os âmbitos e, principalmente destinando recursos físicos e financeiros para políticas voltadas para população negra que permeiam vários setores como educação, saúde, emprego e moradia.

Acreditamos nos avanços que as últimas eleições trouxeram - tivemos eleitos em cargos de poder e liderança, mulheres, negros, pessoas trans que seguem na carreira política com um olhar diferenciado e voltado para a maior parcela da população do Brasil.

22

Afinal, como disse Conceição Evaristo “eles combinaram de nos matar e nós combinamos de não morrer” e eu, complemento, não morreremos e, mais que isso, iremos prosperar.



A construção de uma sociedade menos racista deve começar pela desconstrução dos conceitos hegemônicos e eurocêntricos dos currículos escolares

Jeanini Goretti Beloto Bonazzi¹

Com tantos acontecimentos tristes e repugnáveis que vivenciamos em nossa sociedade, com mortes, violência, preconceito e um racismo velado de um povo que finge ser amigável e altruísta, é mais do que necessário fazermos uma reflexão sobre os motivos que levam uma população - que é em sua maioria negra - cometer tantos crimes hediondos contra a raça que é a base de formação de nosso país. Início a minha reflexão com uma parte de um artigo² publicado pelo ex-secretário de Educação Municipal de São Paulo, Alexandre Schneider em 23/11/2020 no jornal *Folha de São Paulo*: “(...) O racismo reforça a desigualdade no Brasil, em todas as suas dimensões. Não vamos superá-lo sem uma mudança profunda em nossas instituições públicas e privadas. A educação é um instrumento poderoso e necessário para desnaturalizar o racismo”. Ao ler este trecho, assim como nas aulas de que participei no curso *Raça, Gênero e Participação Política no Brasil*, me ví como o sujeito com costumes e hábitos pautados nesse racismo estrutural, que considerava inofensivas as brincadeiras, piadas e gracejos sobre pretos e suas características físicas, tendo a certeza que tudo aquilo era normal. Nunca me considerei uma criança, adolescente ou adulta racista, pois sempre valorizei a pessoa como um ser e não pela raça ou cor da pele (apenas por isso me orgulho do passado que vivi). Lembro-me das aulas de história, geografia, ciências, etc., em que eram ensinados conceitos baseados numa Educação eurocêntrica, com figuras brancas, continentes do hemisfério norte valorizados como Primeiro Mundo e com uma população que se destacava pela inteligência, progresso, sabedores e conhecedores de todas as necessidades do restante do mundo. A cultura, ciência e religião europeias deveriam ser difundidas para todo o planeta, pois eram o exemplo de superioridade. Aprendi na escola que os negros foram escravizados porque eram mais fortes e, já que viviam na miséria no Continente Africano, teriam a grande “sorte” de irem trabalhar nos países recém descobertos, já que os índios (sim, aprendi índios e não indígenas) eram preguiçosos. Por ter sido educada numa escola católica, aprendi sobre outras religiões, como a budista, a anglicana, a luterana, a islâmica, a hindu, porém as de matrizes africanas eram apenas citadas como algo que os escravos trouxeram na bagagem. Visitamos templos e outras igrejas mas nunca um terreiro de umbanda ou candomblé, lugares que eram vetados pela direção da escola. Ví aulas de capoeira serem canceladas

23

¹ Jeanini Goretti Beloto Bonazzi é Diretora de escola da Rede Municipal de São Paulo, Pós Graduada em Educação Física Escolar pela FMU e Pós Graduada em Legislativo, Território e Gestão Democrática pela *Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo*.

² <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/alexandre-schneider/2020/11/educacao-antirracista-e-condicao-para-interromper-o-genocidio-negro.shtml>



por causa do batuque. Lamentável. Ao entrar na faculdade de Educação Física, aprendi que os negros corriam mais rápido e eram mais fortes. Tive grandes amigos brancos e negros que trabalhavam com o futebol e atletismo, mas não vi nenhum professor de academia, jogador de tênis ou nadador que não fosse branco, tudo normal para quem havia aprendido conceitos distorcidos sobre requisitos físicos e intelectuais para esportes de elite. Hoje percebo como desde sempre essa diferenciação e preconceito existiu, e muitas vezes sequer nos demos conta. Reproduzimos aquilo que aprendemos como sendo o certo e demoramos a aprender a olhar para fora da nossa bolha de comodidade egocêntrica. Ao ingressar no serviço público como docente comecei a perceber o quanto havia de equivocado em tudo que aprendi e que ao me calar, tornava-me tão racista e preconceituosa quanto aquele grupo que eu jurava não fazer parte. A partir de então, me senti com obrigação moral para transformar essa realidade tão perversa da branquitude hegemônica. Por diversas vezes me questioneei sobre qual deveria ser o meu papel enquanto educadora branca privilegiada, pois mesmo sem perceber usufruí desta realidade. Muito em função da pandemia do Covid-19, assisti e estudei muito e, com tudo que pude aprender, minha motivação para ser um agente transformador dessa realidade apenas aumentou. Não adianta estar à frente de uma escola como Gestora Pública como estou, sem aplicar de forma efetiva conceitos e ações que sejam agentes de mudança para toda a comunidade. Não adianta citar a legislação (Lei 10.639/03 e o Ensino da História e Cultura AFRO-BRASILEIRA e AFRICANA) e não vivenciar práticas antirracistas em nosso dia a dia. Como bem disse o historiador Prof. Dr. Ramatis Jacinto no Curso de Extensão Universitária em parceria com o NEEDDS (Núcleo de Estudos Estratégicos em Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade), *Desafios do Desenvolvimento Brasileiro Pós-Covid19* em sua aula 10: a questão racial não pode mais ser tratada como acessória, como uma questão de minoria e sim “a partir da compreensão que o racismo estrutura a nossa sociedade”. E por fazer parte dessa minoria branca, que detém historicamente tantas facilidades em detrimento de outras raças no nosso país, é que procuro fazer meu papel para essa transformação através da Educação. A mudança certamente acontecerá com a construção de novos paradigmas e concepções realmente efetivas nos currículos das escolas; nas atitudes dos educadores e educadoras em projetos que criem uma consciência antirracista, de valorização da cultura e ancestralidade africana, do desenvolvimento pleno das potencialidades de todos os jovens e crianças negras, para que saibam seu grande e real valor perante uma sociedade tão excludente e perversa. Iremos mudar, transformar e criar uma realidade menos preconceituosa e mais equitativa, mas antes, nós que somos parte da raça branca privilegiada desde sempre, devemos assumir que a verdadeira mudança deve partir de dentro de nós, da consciência que fomos agentes de um processo racista e preconceituoso. Dói, passei por isto, mas é necessário!



Bebês antirracistas: a infância na luta por equidade

Ana Caroline Lopes Brandão

A creche é o primeiro espaço institucional direcionado à educação a que a criança tem acesso, mas frequentemente temas ditos complexos são deixados de lado quando se trata de crianças menores. Entretanto, a pedagogia decolonial e antirracista deve ser um projeto assumido por todos os integrantes da comunidade escolar.

Sabemos que o racismo é um tema que atravessa todas as nossas relações sociais, econômicas, ocupacionais, entre outras. E é primeiramente na creche que as crianças são confrontadas com essa lógica de segregação e falta de representatividade. O pacto da branquitude camufla as desigualdades e torna as injustiças naturalizadas, por meio de histórias infantis sem personagens negros, falta de afeto com crianças negras, subalternização de corpos a depender de sua cor, falas racistas que são entendidas como piadas ou ingênuas, etc. As crianças são alvo fácil para o racista, em uma instituição que deveria ser marcada pela luta para a inclusão das crianças em uma sociedade dita democrática.

Devemos compreender "democracia racial" como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o *apartheid* da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. (NASCIMENTO, 1978, p.93)

O racismo é estrutural das nossas relações. As crianças são ensinadas desde cedo quem manda e quem obedece, quem é belo e quem é feio, quem é digno de atenção e quem merece desprezo. Todas essas situações deixam cicatrizes nas peles pretas antes mesmo que elas consigam falar seu nome, ou que consigam argumentar para se defender.

Dito isto, a creche é o primeiro espaço em que muitas crianças se deparam com o racismo e as diversas relações de poder, principalmente a relação adulto criança. É crucial considerar a importância do percurso pedagógico onde se partilham os contextos referentes às raças silenciadas, reinterpretando a história e subvertendo práticas pedagógicas legitimadas como certezas definitivas e homogeneizadoras, em uma luta contínua pela decolonização da escola, em uma constante “desobediência epistêmica” (Mignolo,2010).

Na educação Infantil, torna-se necessária a busca por estratégias que permitam o ingresso de outras formas de ser e estar no mundo, por meio de brincadeiras tradicionais indígenas e afro-brasileiras, onde o *Ubuntu* - eu sou porque nós somos -, é a chave para quebra de individualismos,



próprios do padrão capitalista e meritocrático. Buscar a essência das relações humanas através da cooperatividade dos jogos, por exemplo, em contrapartida às brincadeiras competitivas que refletem o mundo capitalista.

Concluindo, o trabalho a partir da pedagogia decolonial e antirracista visa colaborar na escrita de uma outra história, que não a que vem sendo trabalhada por mãos internacionais e que tentam apagar as diversas culturas, a história dos povos que sofreram com o epistemicídio cultural, que carregam hoje marcas da escravidão e da apropriação e violação de suas vidas. A busca pela história oral e ancestral, silenciada na maioria dos livros escolares e ceifada por práticas colonizadoras, garantindo que as Leis 11.645/2008 e 10.639/2003, que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática da história e cultura afro-brasileira e indígena, tenham sua efetivação garantida desde a Educação Infantil.

A escola como lugar da manutenção de privilégios e saberes canonizados regula as crianças, negligenciando a sua tarefa essencial, de emancipar e formar cidadãos críticos que possam buscar a reconstrução de uma sociedade fragmentada a séculos. Busquemos alternativas para a quebra do sistema desde os bebês.

26

Referências bibliográficas

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado: processo de um racismo mascarado**. Paz e Terra, 1978.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Ediciones del signo, 2010.

Mulheres no Poder - Racismo e Machismo nas Eleições Municipais

Ludmilla Brandão

A maior parte da população brasileira é feminina e, dentro deste grupo, a predominância é de mulheres negras. Segundo o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE), mulheres são 51,9% da população e negras correspondem a 27,8% - este último é o maior grupo demográfico do País. No âmbito do eleitorado, não é diferente, de acordo com o *Tribunal Superior Eleitoral* (TSE), 52,5% dos eleitores são do sexo feminino, mesmo assim, mulheres e, principalmente, mulheres negras são sub-representadas na política.

Nas eleições municipais de 2016, somente 11,6% dos eleitos para os comandos das Prefeituras eram mulheres e 13,5% de vereadores foram do sexo feminino, segundo o TSE. Já os dados do *Movimento de Mulheres Negras* apontam que apenas 3,2% dos cargos a prefeitos e 5% das cadeiras nas Câmaras Municipais foram ocupados por mulheres negras. Enquanto os percentuais de homens brancos eleitos foram de 62,2% e 48,7% para prefeitos e vereadores, respectivamente.

27

Essa falta de participação da mulher negra no Legislativo e Executivo reflete nos números da disparidade social, econômica e de gênero brasileira. A pesquisa *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça* publicada pelo IBGE em 2019, mostrou que mulheres pretas ou pardas receberam 44% do salário de homens brancos. Durante a pandemia de Covid-19, a situação socioeconômica dessa população se agravou.

A *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio* (PNAD) do IBGE de 2020, mostrou que a maior taxa de desemprego foi entre as mulheres (14,9%) e o maior número de desempregados foi de pretos (15,4%) e pardos (17,8%). Os óbitos pelo coronavírus também são maiores na população negra, o *Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde* (Nois) da *Pontifícia Universidade Católica* (PUC) do Rio de Janeiro, constatou que a mortalidade de negros foi de 55%, enquanto de brancos, 38%.

Outro grave problema enfrentado pelas mulheres negras é a violência, que cresceu durante a pandemia. Levantamento feito, este ano, pelo *Monitor da Violência* do G1 com o *Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo* (USP) e o *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, revelou que mulheres negras foram 73% das vítimas de homicídios, 60% de feminicídios, 51% dos casos de lesão corporal e 52% dos estupros. As estatísticas apresentadas até aqui, expõem a falta de políticas públicas voltadas para as mulheres negras que teriam de ser formuladas e realizadas pelos poderes Legislativo e Executivo.



Para tentar reverter a falta de participação feminina na política, algumas ações foram tomadas como a Lei 9.504/1997 – Cotas, que prevê: “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas” e que 5% dos recursos do fundo partidário sejam destinados a mulheres nos partidos políticos, para criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação feminina na política. Em 2018, o TSE determinou que as campanhas femininas deveriam ter ao menos 30% dos recursos do fundo eleitoral e do tempo de propaganda. O objetivo da decisão foi impedir as chamadas “candidaturas laranjas” femininas. Entretanto, é preciso avançar ainda mais, porque mulheres negras continuam minorias nos espaços políticos.

Mas em 2020, um passo importante foi dado, após consulta da deputada federal Benedita da Silva PT/RJ ao TSE, em nome da ONG *Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes* (Educafro) sobre a implantação de cotas nos partidos políticos para candidatos negros, financiamento e tempo de propaganda eleitoral - o Tribunal acatou o pedido para 2022, porém o STF determinou que o recurso do fundo eleitoral fosse distribuído igualmente este ano, a consulta foi do Psol.

Outra notícia significativa - pela primeira vez, as candidaturas de negros superaram as de brancos, 50% contra 48%. O Norte teve o maior número de mulheres negras concorrendo, 76%. Em segundo, Nordeste com 68%, de acordo com a *Gênero e Número*. 28


A *Agência Câmara* mostrou que na última eleição, 16% dos vereadores eleitos foram mulheres e houve um aumento de 6,3%, de negras. Pela primeira vez, uma vereadora negra foi eleita em: Curitiba/PR, Carol Dartora; Vitória/ES, Camila Valadão; e Goiânia/GO, Aline Flausino. Houve um aumento de 22,84% de mulheres não brancas eleitas em relação a 2016. Nas Prefeituras, 12,2% foram ocupadas por mulheres, mas apenas dez mulheres negras foram eleitas prefeitas dos 5.570 municípios.

As lutas do Movimento Negro e do Feminismo Negro foram essenciais para abrir brechas na estrutura racista e patriarcal brasileira. Muitos dos candidatos e eleitos negros foram fruto das cotas para universidades, hoje o número de negros supera o de brancos nas federais. A ação conjunta da parlamentar negra Benedita da Silva e *Educafro* com as cotas para negros nas eleições, foram essenciais para o aumento das candidaturas negras. Os dados ainda mostram que as chagas da escravidão estão latentes, mas os avanços são perenes e sem volta.

Contudo, é urgente ir além, criar cotas de gênero e raça para ocupação de 50% das cadeiras nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, Congresso Nacional e sistema de listas fechadas com alternância de gênero e raça, além de um plano de segurança para mulheres negras eleitas para que outras não sejam assassinadas como a vereadora do Psol/RJ Marielle Franco. Como disse a filósofa Sueli Carneiro na aula inaugural do curso *Raça, Gênero, Democracia e Participação Política*



no Brasil, ministrado pela Escola do Parlamento e Geledés - Instituto da Mulher Negra: “Com racismo e sexismo, não há democracia!”.



Em meio à guerra permanente, como endurecer sem perder a ternura?

Izabela Caixeta

Peço licença para chegar. De antemão digo que não sei como responder à pergunta do meu próprio título. Com tantos sofrimentos partilhados, luto coletivo e injustiças profundas, o calejar muitas vezes nos imobiliza. Mas também não é possível crer que existam respostas únicas para problemas tão complexos como é o nosso caso brasileiro, terra onde milhares de povos originários foram mortos e até hoje são desprovidos de legitimidade para existir e contar suas histórias. Brasil, país com a segunda maior população negra do mundo inteiro, mas que ainda acredita que é “natural” a “co-incidência” das balas “perdidas” do braço armado do Estado encontrarem sempre corpos de crianças e jovens negras e interromperem tantas vidas há séculos.

Aprendemos bem com a matemática da catequese colonizadora: a culpa, de alguma forma, é sua se te aconteceu isso. Vivemos no país do “racismo reverso”, da “heterofobia”, do “estupro culposo”, da “venda de cura gay”, um tanto de “bandido bom é bandido morto” e também “não tem gente passando fome aqui não”. É perversa a força de certas narrativas de falseamento da realidade e manutenção das violências estruturantes, que se escoram em justificativas mais que racionais para persistirem com suas retóricas inescrupulosas. Somos milhões de pessoas diferentes, dispersas iniquamente sobre terras colonizadas. Mas ainda assim, discursos hegemônicos e narrativas únicas formatam e regulam nossas consciências e memórias coletivas.

Disputar a liberdade sobre nossas histórias e o direito às nossas memórias no país é algo muito antigo e vem sempre balizado por uma profunda e violenta negação. Muito do mito de que somos todas pessoas humanas e iguais é a mais genérica e estrutural dessas negações. Somos hierarquizados de acordo com o valor de nossas existências nesse contexto capitalista, medidas sob uma régua brancocêntrica e heteropatriarcal que envolve tudo. Tanto somos que existe um esforço enorme em deslegitimar vítimas de violências em detrimento da necessária, porém quase inexistente, responsabilização dos opressores. É nesse contexto que nos encontramos e é inevitável perguntar: como enfrentar tudo isso? Como não perecer? Como ter saúde em meio a tantos produtores de adoecimento?

Num mundo racializado, regido pelas relações de poder e colonialidade da vida, a necessidade de se falar através da raça é preeminente para as mudanças das estruturas injustas e desiguais que nos compõem. Raça é conflito, é poder, é invenção histórica, é categoria político-social. Pois colonialidade é sinônimo de raça, e em extensão, o racismo pode ser compreendido enquanto



sinônimo de dominação. E em situação de guerra permanente há mais de 500 anos, como nos elucidam Ailton Krenak (2018) a respeito da invasão genocida europeia às terras pindorâmicas, entender essa centralidade em nossos discursos é basilar para o fortalecimento das narrativas contra-hegemônicas.

A oportunidade de alargar a compreensão sobre outras possibilidades de existir é uma das coisas que considero importantes para se viver em comunidade. Sentir que o múltiplo é possível, que as diferenças são fortalezas, ajuda a travessia na navegação desse mar revolto, ainda mais quando o farol é formado de saberes ancestrais que nos lançam luzes-caminhos. O problema é que não aprendemos a valorizar a pluripotencialidade de existir e nos tornamos míopes. A escola, bem como as demais instituições modernas que nos regulam, nos ensinam cotidianamente a não ter agência, nem autonomia, nem a confiar em nossos sentidos para além da limitada visão. Não há liberdade nos saberes escolarizados, mas sim grades curriculares que encarceram mentes, vidas, espíritos.

Um curso como o proposto pelo *Instituto Geledés e a Escola do Parlamento*, intitulado *Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil*, ofertado virtualmente em um ano de pandemia racializada (CAMPOALEGRE, 2020), funcionou como um exemplo de farol. Lançando tantas outras formas de pensar, de enredar nossas lutas, cursos como esse alcançam consciências ao disputar por elucidações necessárias acerca da nossa sociedade. Entender que a legitimidade da escravização de seres humanos só se deu porque acreditava-se na não humanidade de algumas pessoas, e o racismo, estruturante até hoje e justificado com a bíblia, com ciência branca, com ódio. Um Curso que nos fez compreender que para se falar de democracia é necessário voltar às raízes, radicalizar nossos alicerces, retomar nossos legados roubados (JAMES, 1954), agir contra essa colonização da vida.

31

Para rumar ao fim deste escrito, retomo a indagação que o permeou. Na esteira dessa clássica frase do famoso guerrilheiro sulamericano, o Comandante Guevara, é preciso endurecer, é urgente lutar. Continuar com a maneira desigual, brutal e injusta com que coexistimos não se sustenta.

Das locais às globais, necessárias são as lutas contra coloniais. Continuar aprendendo e fortalecendo as importantes heranças do movimento negro educador (GOMES, 2017) é também agir para curar coletivamente as feridas e chagas produzidas ao longo dessa guerra pelo lucro. E endurecer para a luta é também ter ternura em nosso cesto de ferramentas para tantas batalhas. Pois o afeto, o amor, são também políticas, transgressoras e capazes de reerguer povos. Minha aposta na soma a essas confluências. E acredito que formações como a do Curso também fazem coro a esse convite para a co-construção de outros mundos possíveis. Que possamos ter sabedoria para ouvir, ver, sentir, agir e continuar lutando.

Referências Bibliográficas




CAMPOALEGRE, Rosa. COVID-19 Apuntes para un posicionamiento antirracista p.7-15 in: **La pandemia racializada: debates desde la afroepistemología** / Rosa Campoalegre Septien ... [et al.] ; coordinación general de Rosa Campoalegre Septien. - 1a ed.- Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador. Saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017.

GUERRAS.DOC, **Episódio 1.** Direção: Luiz Bolognesi, Netflix, Brasil, 2018.

JAMES, George. **Stolen Legacy.** Editor: Africa World Press, 1954. Disponível em: <https://afrocentricidade.wordpress.com/2015/10/26/o-legado-roubado-george-g-m-james-livro/>, acesso em 20/11/2020.



Racismo: um problema dos brancos

Carolina Caldas

O corpo negro, antes mesmo de compreender o que é racismo, sofre racismo. Ser negro, no Brasil, é ser alvo, indiferente do porquê. Brincar na rua, ir ao mercado, sair com os amigos à noite, ir com a família a um chá de bebê, simplesmente ter um guarda-chuva em mãos podem ser sentenças de morte para a população negra.

Em média, um jovem negro tem 2,5 vezes mais chances de ser assassinado que um jovem branco, segundo o *Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial*. Mulheres negras são a maioria dos casos de feminicídio, de acordo com o *Atlas da Violência 2020* do Ipea. Homens negros compõem 61% da população carcerária, como traz o *Infopen - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. O negro, indiferente ao conhecimento acadêmico formal, tem conhecimento empírico sobre sua condição de vida e não precisa que ninguém lhes mostre esses dados. A defesa pela própria vida é uma luta do seu cotidiano.

33

Quem precisa de dados e estatísticas para compreender, se indignar, ter empatia e se unir à luta por justiça e equidade racial são os brancos. Não para usarem as falas para sobrepor a dos negros, mas para estar ao lado deles e amplificar as vozes negras presentes nos debates raciais. O protagonismo sempre será da pessoa negra, mas isso não significa que brancos devem ser indiferentes ao ativismo negro. É mais fácil se esconder atrás da branquitude e falar que o racismo é um problema só dos negros e retirar a responsabilidade de si, que se beneficia desse sistema excludente, do que se aliar à causa.

Cabe então, ao branco, unir sua participação política à luta antirracista. Como? Apoiando políticas de diversidade, sejam elas em esferas públicas ou privadas. Compreendendo a importância das ações afirmativas e a existência de comitês de diversidade para aumentar as oportunidades e diminuir a desigualdade racial. Enxergando a potência de uma sociedade mais justa e igualitária. E, na esfera da democracia política formal, votar em candidatos negros que estejam engajados em combater o racismo estrutural presente na sociedade, aumentando a representação da luta antirracista nesses espaços que marginalizam e silenciam suas vozes. Sejam os brancos também agentes que exigem as mudanças das estruturas racistas da sociedade.

Logo, é preciso que todos se engajem na luta antirracista para que as desigualdades de raça e gênero sejam extintas. Para que os corpos negros não sejam alvo da necropolítica, que o conhecimento e cultura negros não sejam inferiorizados em um país que olha e pensa sobre si se distanciando do



seu passado escravagista. É preciso pensar radicalmente sobre esse país para que não se deixe naturalizar a violência e as desigualdades. É necessário agir em conjunto para que a luta política seja voltada para a justiça social, porque enquanto houver racismo, misoginia, lgtbfobia, ou qualquer discriminação sobre minorias, jamais alcançaremos a democracia plena.

Referências Bibliográficas

Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232972>

Atlas da Violência 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>

Infopen - **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Disponível em: <http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>

Aula 3 (06/10/2020) do Curso de Extensão Universitária Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil. **O legado da escravidão sobre a democracia existente no Brasil**. Disponível em: <https://www.facebook.com/455071117849014/videos/875754026575473>

Aula 9 (17/11/2020) do Curso de Extensão Universitária Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil. **Conferência de Encerramento – Enquanto houver racismo não haverá democracia**. Disponível em: <https://www.facebook.com/eparlamento/videos/912970275900439>



*Enegrecer e a minha busca pelo curso
Raça, gênero, democracia e participação política no Brasil
Joyce Silva Cardoso*

Começo este texto buscando contextualizar minha relação com o debate, a busca por encontrar esse curso, que é gratuito e tão grande, tão necessário, não somente para mim, na minha vida pessoal ou pesquisas, mas na construção da nossa sociedade como um todo. Eu venho de uma família majoritariamente branca - o bairro onde eu morava, passando pela escola e até os outros espaços que eu frequentava, eram lugares onde a maioria das pessoas eram brancas. Assim, as poucas pessoas negras presentes nesses espaços, eram pessoas negras com a pele retinta. Na minha família, as poucas pessoas negras têm a pele mais clara e no meu núcleo, a mulher negra mais próxima de mim é a minha avó e sou fisicamente mais semelhante a ela. Minha avó me chama de “negrinha”, “pretinha”, “criola”. E mesmo minha avó sabendo que não é branca, ela me falava “é mestiça igual a mim”. Nesse imaginário, ser negro remete-se principalmente à cor da pele. Cedo eu entendi que não era branca, mas também diziam que eu não era negra, minha mãe que é branca e filha da minha avó, ainda diz que sou “moreninha”, que eu “peguei muito sol” e que sou parecida com a minha avó.

35

Na escola eu não tive referências sobre negritude nas disciplinas, o único lugar onde pessoas negras “existiam” era quando se falava de escravização e de 13 de maio de 1888. Na televisão, pessoas negras eram sempre as personagens da empregada, do trabalho subjugado, hipersexualizada, de índole duvidosa. Mas minha consciência sobre negritude, minha descoberta sobre ser negra está diretamente relacionada à minha entrada na universidade pública, antes disso, eu nunca questionava sobre as pessoas negras que não estão em um espaço, mas estão em outros. Passei a ter acesso às informações sobre negritude no espaço da universidade pública. Por mais elitista e não pensada para lidar com demandas de estudantes negros, foi um espaço muito importante para que eu pudesse ter acesso a essas questões.

Enquanto aluna de graduação, passei pela História do Brasil, pela construção e formação desse país, sem ver pessoas negras, pesquisadores, intelectuais, agentes sociais. Mesmo na universidade, agentes sociais negros não são vistos e falados. Mas foi nesse lugar que encontrei pessoas que me auxiliaram a encontrar bibliografias e o curso ofertado pela *Escola do Parlamento* e pelo *Geledés*. Gostaria de deixar explícito o quão emocionante é ter acesso ao tema *Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil*, o quanto é emocionante ter acesso aos debates propostos. Essas discussões nem sempre foram fáceis para eu ter acesso. Um dos momentos que me marcou bastante



nesse curso foi o da experiência da palestrante Allyne Andrade enquanto aluna cotista, que tivera de estar sempre pronta para se defender em uma universidade racista.

As discussões nesse curso, as denúncias sobre racismo, ter a população negra e suas questões, além da oportunidade de ver pesquisadores, mestres, doutores, educadores negros é muito importante para a minha formação, não apenas enquanto futura professora, mas também enquanto mulher negra. É um espaço de aprendizagens, de questionamentos, reflexões que há pouco tempo não estava presente na minha vida. E hoje consigo entender melhor o porquê de ter estado tão embranquecida, consigo melhorar minha compreensão buscando me fortalecer, me enegrecer com oportunidades como esse curso, com leituras de autores negros, como a do livro *Tornar-se Negro*, da Neusa Santos Souza (1983):

(...) à experiência de ser negro numa sociedade branca. De classe e ideologia dominantes brancas. De estética e comportamentos brancos. De exigências e expectativas brancas. Este olhar se detém, particularmente, sobre a experiência emocional do negro que, vivendo nessa sociedade, responde positivamente ao apelo da ascensão social, o que implica na decisiva conquista de valores, status e prerrogativas brancos. (SOUZA, 1983, p. 17)

36

Relaciono o meu processo de enegrecimento com a busca por esse espaço, minha consciência sobre como meu corpo é representado. Ao mesmo tempo em que essa busca por conhecimento é libertadora, é dolorosa também, pois, o enegrecer para mim, é entender que o racismo vai muito além de palavras de ódio, mas também são as atitudes, pensamentos, construções, posicionamentos, política, está na estrutura social, está na organização de nossa sociedade. Esse curso contribuiu muito para esses entendimentos, para a minha formação. E é contextualizando minha vida, minha formação que trago para esse texto, a quão grata estou por ter participando de uma atividade tão potente, tão importante de que tive o prazer de participar.

Referências Bibliográficas

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.



A cultura africana e afro-brasileira como conteúdo a ser discutido na escola
Vinicius Paixão de Carvalho

O Brasil possui uma ampla diversidade cultural que necessita ser valorizada e respeitada e é preciso conhecer o legado do povo negro para formação da cultura brasileira e sociedade nacional. Por isso se faz importante a implantação da Lei nº 10.639/03 no currículo escolar. Nos padrões de estética e comportamento da sociedade, cada vez mais nos defrontamos com ambientes onde se tem valorização de uma cultura e o não reconhecimento de outras na formação e construção da nossa sociedade, tal como da cultura africana e da afro-brasileira.

Segundo Arantes e Silva (2009), o movimento negro vem lutando por uma sociedade e escola mais justas. Uma das conquistas se referiu à alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, quando em 9 de janeiro de 2003 foi sancionada a Lei nº 10.639 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro Brasileira da África no currículo nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas e particulares, tendo como objetivo a reparação da dívida histórica junto a esse povo e designando políticas públicas de inclusão e valorização do negro na sociedade.

Os autores Arantes e Silva (2009) afirmam que a educação é uma das principais ferramentas de transformação social, e é papel da escola desenvolver de forma democrática práticas pedagógicas que respeitem as diferenças e as características próprias do sujeito. Porém é importante que o ensino da História e Cultura da África não se limite aos ensinos fundamental e médio, mas também que possam ser desenvolvidas práticas de aprendizagem no ensino Infantil.

Fernandes (2005) afirma que esta lei representa um avanço na luta de combate ao racismo na escola e a na construção de currículo multicultural na escola brasileira, reconhecendo a luta do povo negro em inserir na escola práticas de ensino e aprendizagem com a temática “história e cultura afro brasileira”.

Segundo Santana (2006), a lei deve se constituir como um instrumento para muito além da obrigatoriedade de mais um conteúdo dentro de uma matriz curricular; ela é um desafio para que toda sabedoria relacionada à história e a cultura africana e afro-brasileira se torne um conhecimento presente, efetivo e positivamente, na sala de aula.

Professores devem atuar desde a desconstrução das ideias e comportamentos racistas presentes na nossa sociedade, valorizando os elementos da cultura africana e afro-brasileira para a construção de uma identidade significativa. Arantes e Silva (2009) afirmam que é preciso



compreender a história e a cultura africana e afro-brasileira para que possamos, de fato, contribuir para a formação da consciência política e histórica da diversidade, para a construção da identidade e a promoção de práticas que superem o racismo e o preconceito que existem no cotidiano escolar.

O ensino da cultura africana e afro-brasileira não pode ficar apenas condicionado às seguintes modalidades de ensino: Artes, História e Geografia. Todas as outras podem desenvolver práticas de aprendizagem sobre essa temática. O preconceito racial e a discriminação se proliferam nas escolas brasileiras, através de práticas pedagógicas que excluem do currículo escolar a história de lutas dos negros na sociedade brasileira. Santana (2006) afirma que a criança que vivencia situações de discriminação com relação ao seu corpo pode não construir uma imagem positiva de si mesma. Não se podem negar as consequências das atitudes racistas e irracionais nas vidas de milhões de crianças e jovens brasileiros.

Ao inserir a história da África e a cultura afro-brasileira no cotidiano escolar esperamos que se garanta um respeito às diferenças e à diversidade - não se trata de educarmos todos da mesma maneira, mas sim educar focando nas diferenças e nas especificidades. Educadores devem ter ciência que não devem preparar as crianças apenas para os anos iniciais do ensino fundamental, mas para toda vida. A construção de uma sociedade justa e menos desigual só será possível se cada indivíduo possuir dentro de si, como valor maior, a busca incessante pela justiça e pelo respeito à dignidade humana.

38

Referências Bibliográficas

SANTANA, Patrícia. Introdução. In: **Brasil. Orientações e Ações para a Educação das relações Étnico Raciais**. Ministério da Educação e Cultura/ Secretaria da educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília: MEC/SECAD, 2006. Disponível em: www.ifrj.edu.br/webfm_send/269

BRASIL. **Orientações e Ações para a Educação das relações Étnicos Raciais**. Ministério da Educação e Cultura/ Secretaria da educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília: MEC/SECAD, 2006. Disponível : www.ifrj.edu.br/webfm_send/269


FERNANDES, José Ricardo. In: Brasil. **Ensino de História e Diversidade Cultural: desafios e possibilidades**. Cad. Cedes, Campinas, vol, 25, n.67, p. 378-388, set/dez. 2005. Disponível: <http://www.cedes.unicamp.br>



ARANTES, Adlene Silva; SILVA, Fabiana Cristina. Educação e Diversidade. In: **Recife. História e Cultura Africana e Afro-Brasileira**. UFPE-MEC/SECAD, vol,1, 2009

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.



*Por que eles não querem pretos no topo? A política como mais um
instrumento genocida do Estado*

Gabriela Chabatura

Dia 14 de março de 2018. Uma mulher negra, periférica, feminista e lésbica foi assassinada com quatro tiros na cabeça quando voltava para a casa. O corpo era de Marielle Franco, vereadora no Rio de Janeiro pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), moradora do Complexo da Maré e delatora dos crimes praticados por milicianos nas comunidades cariocas. Marielle se tornou mais um corpo negro no chão, abatido pela submetralhadora HK de um Estado genocida.

O crime segue sem esclarecimentos. A polícia fluminense prendeu dois suspeitos – os ex-policiais militares Ronnie Lessa e Élcio Queiroz – mas não indicou quem foi o responsável por mandar matar Marielle Franco. A investigação, com toda a sua morosidade, segue em curso enquanto a família da parlamentar espera por respostas.

A execução de Marielle Franco escancara o não-lugar em que os corpos negros são colocados na política brasileira. A branquitude hétero-cis-normativa, que compõe a maioria dos espaços de poder neste país, não reserva espaços de competição e representatividade aos corpos racializados.

Marielle incomodou muito. Em sua dissertação de mestrado pela UFF (Universidade Federal Fluminense) intitulada “UPP – A redução da favela a três letras: Uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro”, ela dissecou a atuação das unidades pacificadoras que, segundo ela, ganharam caráter ideológico e estratégico num processo de ocupação territorial. Em outras palavras, em sua pesquisa, Marielle nos dizia que a favela antes dominada por grupos de traficantes e criminosos, a partir das intervenções das UPPs, passaram ao controle de uma polícia militarista camuflada de pacificação. E, mais uma vez, foram os pobres e pretos que pagaram o preço.

Em consonância com as palavras de Lélia Gonzalez, “a lei facilita a violência” pois cria artifícios para inocentar o opressor e que, por sua vez, utiliza-se do privilégio de sua cor da pele para passar ileso das acusações. Não à toa, o Brasil possui a terceira maior população encarcerada do mundo, atrás somente de China e Estados Unidos, com 725 mil pessoas privadas de liberdade – homens e negros em sua maioria. Enquanto que 84,5% dos juízes, desembargadores e ministros do Judiciário são brancos. Agora você entende quando uma pessoa negra grita PARE DE NOS MATAR?

A intelectual estadunidense Angela Davis indica uma saída possível para o desvencilhamento dessa cópia mal diagramada de democracia ao afirmar que se faz necessário abandonar a ideologia



neoliberal vigente e adotar “projetos que se voltem para as condições sócio históricas”. Um exemplo neste sentido é a implementação de cotas no último pleito municipal, que garantiu 44% de negros como vereadores nas capitais brasileiras a partir de 2021, incluindo mulheres pretas trans – entre elas Erika Hilton (PSOL/SP), Linda Brasil (PSOL/SE) e Duda Salabert (PDT/MG).

Como é possível constatar aqui, eles não querem os pretos no topo porque o preto incomoda. O preto incomoda o privilégio e o pacto narcísico dos brancos. Quando o levante preto acontece é sinônimo de derrocada das estruturas limitantes, desiguais e racistas. O despertar do povo preto é a reparação histórica de quem construiu esse país e o pesadelo de quem sempre foi o opressor.

Referências Bibliográficas

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Boitempo, São Paulo, 2018.

_____. **Democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura**. Difel; Rio de Janeiro, 2009.

FRANCO, Marielle. **UPP a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. N-1 Edições, São Paulo, 2018.

GONZALEZ, Lélia. A lei facilita a violência. In: **Primavera para rosas negras**. Diáspora Africana; Rio de Janeiro, 2018.



*A superação do capitalismo racista patriarcal como condição para democracia
plena e efetiva no Brasil*

Denise Alves Chicoli

Raça estrutura classe no Brasil

(Sueli Carneiro)

O Brasil é um país latino-americano peculiar, alicerçado em uma lógica de poder e subalternidade do mundo ocidental que justifica plenamente todos os fenômenos sociológicos que bem o caracterizam: o capitalismo racista patriarcal.

A história hegemônica eurocêntrica que consta dos livros didáticos diz que este país tem 520 anos, 388 dos quais marcados pela escravidão negra. Decorrem deste passado-presente todas as relações biopsicossociais que norteiam o existir neste território marcado pela desigualdade. Não se desconsidera que alguns antropólogos informam que os povos originários de África e de América, em muitos casos, também se organizavam em sociedades patriarcais antes da chegada do colonizador europeu, contudo, o capitalismo se reestruturou e se alicerça no patriarcado, e também no racismo, de um modo particular no caso brasileiro.

42

Para sustentar o pressuposto ocidental do homem branco como o universal, naturalizou-se o sofrimento de corpos negros (inclusive nos mesmos livros didáticos acima referidos), instrumentalizou-se o Estado com leis burguesas que mantém até hoje a pobreza como controle de pessoas negras, converteu-se privilégios brancos em direitos políticos e transformou as diferenças entre homens e mulheres em desigualdades estruturantes, fundamentais para a sustentação deste modelo econômico e social que naturaliza opressões.

A partir desta lógica, que desconsidera o processo histórico, cria-se a não semelhança, ou seja, uma tecnologia social de desagregação, de tal modo que o subalternizado é o não semelhante, o que demonstra que nossa democracia, até o presente momento, tem um conceito de humanidade excludente: direitos humanos para quem? Nossos números em desenvolvimento social, violência policial e população carcerária, por exemplo, são indicadores que berram esta naturalizada exclusão de direitos de grupos específicos.

No caso particular brasileiro surge um fenômeno que passou a ser mais debatido e analisado recentemente: as majorias minorizadas. Ora, no Brasil, os negros, as mulheres e os pobres são majorias numéricas, contudo, são instrumentalizados desde sempre como minorias sociais, através de




sofisticados mecanismos ao longo da história, tais como: uma educação inicial excludente, e, posteriormente, ainda que universal, absolutamente eurocêntrica e alicerçada em pedagogias de subalternidade; o epistemicídio, eliminando qualquer conhecimento que não seja o ocidental, branco e predominantemente masculino; uma fragilidade da mulher branca, que só foi possível a partir da desumanização da mulher negra; a construção de um padrão estético universal amplamente difundido em todo ocidente; a divisão racial e sexual do trabalho; a mídia dominada por mesmos grupos econômicos e familiares que defendem a narrativa hegemônica (patriarcal, heteronormativa, misógina, cisgênera, meritocrática e altamente consumista); e, sobretudo, o mito da democracia racial, outro traço peculiar do caso brasileiro e que, inclusive, a própria esquerda brasileira foi permeada por este pensamento ao colocar sempre a classe como categoria fundamental de análise. Neste momento, fundamental retomar-se a citação inicial deste artigo, na contundência de Sueli Carneiro: “Raça estrutura classe no Brasil”.

Por fim, não menos importante, é expandir a análise das opressões afeitas ao gênero para além do tão grave fenômeno da desigualdade entre homens e mulheres, a fim de alcançar as opressões contra à identidade de gênero, orientação sexual e expressão de gênero. O próprio estado brasileiro é conivente e pratica violências cotidianas à população LGBTQIA+. É urgente abordar a temática considerando-se que o Brasil é o país que mais mata a população LGBTQIA+ no mundo. E sabemos que os crimes de ódio têm sua essência na lógica “do outro”, que no caso em tela, muitas vezes é manifesta nos corpos socialmente dissidentes, que ousam subverter as expectativas de uma padronização estética imposta pelo *status quo*.

43

Para construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna, que não coloque grandes grupos sociais à margem da cidadania exclusivamente em razão de sua raça, classe, gênero, identidade de gênero, orientação sexual e expressão de gênero, algo absolutamente fundamental é a transição de um sentimento de desconforto individual para uma luta coletiva e política, de profundo compromisso de transformação social - tarefa de complexidade ímpar que exige esforço não elitista e articulação profunda da academia com os movimentos sociais.

Ante a todo o exposto, nada é mais urgente para o desenvolvimento que um novo pacto social que reduza este abismo civilizatório contemporâneo, e o aprimoramento do conceito de dignidade da pessoa humana para além da igualdade que os Estados Constitucionais propõem em sua gênese e para a ideia concreta de equidade, porque nada é mais injusto que tornar diferenças, tão naturais, fontes de desigualdades estruturantes. Assim, considerando que toda a lógica de subalternidade e opressões congrega classe, raça e gênero, somente a superação do capitalismo racista patriarcal poderá ensejar democracia plena e efetiva para todas, todos e todes no Brasil.



Cyber Racismo: A influência das redes sociais na subjetividade da população negra, na autoestima e identidade/estética

Jennifer Augusto da Silva Cornélio

Desde o processo criminoso de escravização, o corpo negro é visto e tratado como inferior. A cor da pele e as características fenotípicas, econômicas, históricas e culturais serviram como mais um argumento para fortalecer o que hoje identificamos por racismo estrutural, e também pressuposto para a formulação de um estereótipo padrão de beleza e de favorecimento que é vivenciado até hoje.

Na contemporaneidade, o negro luta para recuperar e emancipar sua identidade étnico-racial, corporal, histórica, educacional, econômica, cultural, social e psicológica. Visto que, a marca da escravidão o persegue com outra roupagem, visível nas redes sociais, onde não há limites para o racismo e o euro-padrão.

O racismo tecnológico ou *cyber* racismo, que diz respeito à conduta discriminatória por meios de ataques pela internet, reflete a organização desigual da sociedade ao afirmar que grupos raciais ou étnicos são inferiores ou superiores, em vez de considerá-los simplesmente diversos. Vem crescendo a todo o momento nas redes sociais ataques que interferem diretamente nas questões psicológicas (autoestima), de estética capilar, corporal e de identidade racial.

44

O movimento do *Cyber* Racismo deixa em evidencia que o racismo não é um problema do negro. E que diariamente nas redes sociais é reforçada a premissa de quem é o branco, onde ele deve estar, e quem é o negro onde, ele não deve estar e qual é o seu papel social e cultural - cultura esta pertencente ao branco, já que a cultura do negro é menosprezada ou fragmentada. Ou seja, a construção psíquica do negro é voltada para inferiorização, o que leva a um estado coletivo e individual de alienação, despersonalização, faz com que ele se reconheça na perspectiva do outro e não na sua própria perspectiva (KILOMBA, 2014).

De acordo com Fanon (2008, p. 59):

O problema é saber se é possível ao negro superar seu sentimento de inferioridade, expulsar de sua vida o caráter compulsivo, tão semelhante ao comportamento fóbico. No negro existe uma exacerbação afetiva, uma raiva em se sentir pequeno, uma incapacidade de qualquer comunhão que o confina em um isolamento intolerável.

O *Cyber* Racismo atinge vários aspectos que ferem a identidade do negro. Principalmente no que tange a estética capilar, que é alvo de ataques preconceituosos e racistas e isso interfere



diretamente na formação de sua autoestima e identidade étnico-racial. Diante desses ataques, há uma busca constante em estar próximo de uma aparência estética semelhante ao euro-padrão. “O negro quer ser branco. O branco incita-se a assumir a condição de ser humano” (FANON, pg. 27).

As redes sociais, onde o *cyber* racista atua, são o espaço em que há a manutenção do racismo contemporâneo, no qual o discurso racista colonial passou a constituir uma estrutura permanente presente,

[...] em última instância, [...] a identidade de um grupo funciona como uma ideologia na medida em que permite a seus membros se definir em contraposição aos de outros grupos para reforçar a solidariedade entre eles, visando a conservação do grupo como entidade distinta. Mas pode também haver manipulação da consciência identitária por uma ideologia dominante [...] (MUNANGA, 2012, p. 13).

Desta forma, essa manutenção faz com que o negro mantenha sua identidade distorcida, que foi constituída no período da escravidão e perdura até a atualidade, já que a consciência subjetiva foi construída a partir do ideal dominante de padrão.

Desconstruir a maneira com que o racismo é naturalizado e estereotipado nas redes sociais, principalmente nas mais utilizadas e de acesso mundial como instagram, facebook e whatsapp - que atingem milhares de indivíduos e que podem influenciar a subjetividade da população negra -, faz se necessário, principalmente no que tange às relações sociais, à dominação de poder, à tecnologia e formação psíquica dos indivíduos por meio da internet e suas redes. A solução é abrir cada vez mais o debate acerca desta temática.


45

Referências Bibliográficas

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** / Frantz Fanon; tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

Lidando com o racismo na Europa. Entrevista com Grada Kilomba. “5’27”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DdpUFybJddc>>. Acesso em nov. 2020.



A palavra no Front: a luta pelo direito à vida da popular negra

Dominique Costa

As tecnologias de dominação e poder são objetivadas no silenciamento, no apagamento, na marginalização e opressão da população negra; buscam inviabilizar que esses corpos se reconheçam em sua humanidade, que se apropriem de suas singularidades, de sua cultura e principalmente de seu passado, não aquele marcado pela escravidão, mas aquele em que mulheres negras e homens negros ocupavam o lugar de rainhas e reis, guerreiras e guerreiros - líderes espirituais antes de serem sequestrados.

A resistência e o enfretamento se apresentam como principal estratégia de sobrevivência no *front* cotidiano, representado pelas várias facetas do racismo estrutural, compreendido como herança deixada pelo branco colonizador e reproduzido por uma sociedade racista. Quando se trata do legado da escravidão, Davis (2016) nos lembra que “o sistema escravista definia o povo negro como propriedade”, ou seja, como objeto. No caso das mulheres, enquanto escravas foram reduzidas ao trabalho forçado, além de serem “inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual”.

Ao reduzir o sujeito à objeto do outro, a escravidão colocou a população negra no silenciamento, gerando impedimentos para que falassem em nome próprio e se apropriassem do mundo. O direito à fala também significa o direito à democracia. No curso *Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil* oferecido pela *Escola do Parlamento* em parceria com *Geledés Instituto da Mulher Negra*, Sueli Carneiro explana que a democracia oferecida à população negra é de baixa intensidade e o direito a participação política é negado aos negros. E quando se entende que a democracia é o direito a ter direitos, o racismo impossibilita o direito à vida.

Nota-se que o período escravista e os senhores do engenho se atualizaram no atual período contemporâneo, dito democrático. As novas tecnologias de poder e máquinas de morte são exercidas sobre as mulheres negras por via da violência doméstica e nos homens, através do massacre da juventude preta e periférica, perpetuando novamente uma tentativa de prevalecer sobre essa população o silenciamento.

O passado marcado pela resistência de mais de 500 anos ao genocídio indica que existe um pacto estabelecido historicamente e de modo ancestral, expressado no aforismo de Conceição Evaristo (2016), “A gente combinamos de não morrer”. Romper e destruir toda e qualquer maquinaria que coloque o sujeito no lugar de subalterno, seja na dimensão subjetiva, dos laços, afetos ou na dimensão concreta, em que atos e ações reproduzem uma miserabilidade e vulnerabilidade, significa



afirmar que mulheres negras e homens negros sonham e lutam com o dia em que todos os “seus” serão livres e reconhecidos em sua humanidade.

É justamente dos lugares mais negligenciados que a filósofa Djamila Ribeiro (2019) propõe uma reflexão interessante acerca do “não lugar” destinado a população negra, em especial às mulheres negras. Para a autora estar nessa condição “pode ser doloroso e igualmente atenta também no que pode ser um lugar de potência”.

O lugar de potência que Djamila aponta, remete ao mesmo lugar que a escritora Conceição Evaristo, através de sua “escrevivência” - conceito apresentado como a “escrita de si” -, recupera a palavra e a linguagem e as centraliza na luta anti-racista. Ao escrever sobre aquilo que lhe atravessa, sobre as crueldades que o sujeito negro vivencia no *front*, a autora também expõe as mazelas da sociedade e a extrema violência financiada pelo Estado e amparada pelo racismo.

No prefácio do livro *Insubmissas lágrimas de mulheres*, Evaristo (2016) afirma que “ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência”. Frente às tentativas de silenciar e alienar o povo negro a respeito de sua própria história, a escrevivência pode ser pensada como uma nova ferramenta de luta, sendo que Conceição Evaristo mostra que é justamente do “não lugar” que a população negra vai falar, e se preciso vai gritar também, assim como anunciou a poetiza e escritora Maya Angelou (2020) “meu pecado é não gritar mais alto”, se referindo ao apagamento histórico dos heróis negros, mortos e esquecidos.

47

A reivindicação do direito à fala significa o direito à escrevivência, ou seja, a narrar, anunciar e constituir sua própria história, com discurso em primeira pessoa, a partir de referenciais simbólicos e afetivos. Esse é o direito à vida, que para população negra só pode ser exercido no *front*.

*Eu não estou chamando a Legião estrangeira
ou qualquer um para conseguir minha liberdade
ou para lutar minha batalha melhor do que eu
Enquanto houver algo pelo que chorar
Haverá pelo que morrer
Essa é a responsabilidade de todos
(ANGELOU, 2020)*

Referências Bibliográficas

ANGELOU, Maya. **Poesia Completa**. Bauru, SP: Astral Cultural, 2020.



DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'Água**. 1.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas Lágrimas de Mulheres**. 3.ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.



Racismo, identificação étnico-racial na primeira infância e educação antirracista

Erika Lima Costa

No Brasil são poucas as pesquisas que privilegiam as crianças como autores sociais em condições de explicitar sua compreensão sobre seu pertencimento étnico-racial. Estudiosos que buscam compreender o mundo social das crianças e sua diversidade pautam principalmente as diferenças de gênero, classe e raça, dando ênfase à necessidade de articular diferentes disciplinas de modo a não somente apreender sua complexidade, mas também estruturar um campo teórico-metodológico. Esse conhecimento deve ser singular, já que não há apenas uma infância, mas sim, múltiplas infâncias vivenciadas em contextos diversos, heterogêneos, em tempos históricos distintos. O espaço da educação infantil contribui para que as crianças reproduzam as relações de discriminação mais ampla da sociedade, e também para que elas eventualmente aprendam e desenvolvam relações pautadas pela igualdade, pelo respeito às diferenças e pelo reconhecimento da riqueza da diversidade humana e étnico-racial. Dialogando com elas é possível aprender como elas constroem conhecimento e como aprendem.

49

Desenvolver estratégias para trabalhar a identidade étnico-racial com as crianças se faz necessário para combater o racismo e ser antirracista desde a educação infantil, pois não aprendemos a ser racistas quando adultos e sim quando crianças. Ser antirracista desde a educação infantil porque é com as crianças que conseguimos ter essa abertura para a mudança, porque depois que o racismo toma conta do indivíduo adulto, se torna um trabalho muito mais difícil para uma desconstrução, já que a reprodução do racismo estrutural e institucional faz parte da nossa sociedade.

O imaginário de raça nas crianças é pautado e constituído na forma racializada da sociedade, que hierarquiza as pessoas e os diferentes pertencimentos, fazendo então uma ligação direta com o nosso físico, moral, intelectual e cultural. A construção dessa sociedade - onde o grupo branco é sempre o mais bonito e o negro e os indígenas são sempre inferiorizados – é que deve ser enfrentada.

Além do racismo estrutural e institucional com que convivemos em nossa sociedade, os espaços de educação infantil enfrentam o racismo interpessoal e internalizado, que se dá principalmente nas relações entre crianças e crianças, e crianças e adultos. O racismo interpessoal age com o preconceito, a discriminação, a separação e a hierarquização do grupos diferentes. Já o racismo internalizado trata-se do grupo estigmatizado - no caso crianças pequenas que vão se apropriando das mensagens negativas sobre suas habilidades, sobre seus corpos e valores. E é contra isso que a educação infantil precisa lidar e combater.



A educação infantil é o espaço onde a infância acontece por meio das diferentes experiências que as crianças vivenciam e vão construindo suas subjetividades, igualmente para as crianças negras e brancas, porém cabe ao professor conduzir de forma ética e profissional situações de racismo nesse espaço.

Existe a necessidade de ações de enfrentamento do preconceito e da discriminação por professores. Faz-se necessário nesse caso oferecer aos docentes uma formação que aborde a temática das diferenças e das desigualdades étnico-raciais - é preciso que os educadores compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura e, enfaticamente, as relações raciais, porém muitas vezes os métodos utilizados pelos educadores, em vez de estimular o respeito à diversidade étnico-racial, acentuam comportamentos preconceituosos entre as crianças.

Pensando na perspectiva de interação na educação infantil é essencial que se desenvolvam estratégias antirracistas. As práticas pedagógicas dos educadores têm como compromisso desenvolver uma educação não racializada, para que meninas e meninos negros possam viver em uma sociedade democrática, com todos os seus direitos assegurados.



Educação escolar na perspectiva de uma educação antirracista

Samara Annanias Teixeira da Costa

Promover uma educação antirracista, que valorize a diversidade cultural, o respeito e que retrate a verdadeira trajetória, mazelas, lutas e conquistas do negro na nossa sociedade brasileira, é uma responsabilidade que recai também sobre a escola e, conseqüentemente, é responsabilidade de todos os agentes escolares, não sendo uma tarefa exclusiva do professor. É importante que isso seja evidenciado, pois é muito comum encontrar nas escolas professores “solitários” que se reconhecem com a temática, desenvolvendo projetos sem muito envolvimento da escola ou da gestão.

A proposta de uma educação antirracista precisa inicialmente estar presente no Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade escolar para que assim, possa ser desenvolvida de forma interdisciplinar, coletiva, que dialogue com sua proposta educacional e que não seja pontual, ultrapassando os limites das datas comemorativas.

Também é preciso dialogar com a comunidade atendida - para isso é necessário haver escuta, acolhimento e envolvimento para saber as reais referências e interesses das pessoas e, a partir daí, construir um projeto que seja representativo, com aprendizagens significativas, que valoriza e reconhece nas manifestações culturais brasileiras, regionais e locais as raízes africanas e afro-brasileiras.

A resistência da população negra sempre esteve presente em todas as esferas da sociedade e, apesar de a escola ser um desses territórios de luta e efetivação de uma educação para todos, temos ainda um longo caminho pela frente. Mas é importante reconhecer o árduo caminho que já foi percorrido. Tanto se fez que em 2003 foi sancionada a Lei 10.639/03 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e incluiu no currículo oficial da rede de ensino - nas escolas públicas e particulares - a obrigatoriedade do ensino da cultura africana e afro-brasileira.

ART. 26-A Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (Brasil, 2003)



A assinatura da lei pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreu graças aos anos de luta dos movimentos sociais, principalmente do *Movimento Negro*, que sempre teve esse direito em pauta.

A formação dos professores e dos agentes escolares (gestão, equipe de apoio, comunidade, familiares etc.) através de cursos, grupos de estudos, discussões nas reuniões pedagógicas e nas reuniões de pais, promove uma quebra do silêncio nessa questão e supera a resistência de muitos em discutir o assunto, compartilhando suas vivências na busca de mecanismos e estratégias de combate e prevenção do racismo.

A escola é considerada um espaço privilegiado para promover mudanças de posturas, de pensamentos através de diálogos, contribuindo para o respeito e a valorização da diversidade, desconstruindo estereótipos e construindo imagens reais, críticas e positivas sobre o negro, sua situação e contribuições na sociedade brasileira.

O Brasil tem uma dívida histórica e moral com o povo negro, isto por conta de séculos de escravidão e pelo mecanismo de perpetuação das discriminações através dos discursos, das práticas cotidianas de racismo de todas as formas e, sobretudo, pelo racismo estrutural que foi construído ao longo da nossa história.

É indiscutível o importante papel da escola em resgatar, reconhecer e perpetuar que a cultura africana e afro-brasileira permeia toda a sociedade brasileira, quer seja na culinária, nos costumes, no vocabulário, nas festas populares, nas artes, nas tecnologias, na ciência etc. Para isso é preciso que a escola esteja em busca ativa de ações antirracistas, na investigação permanente de nossa realidade e possíveis intervenções, no sentido de favorecer e propiciar o sentimento coletivo e individual de pertencimento à cultura afro, disseminando aspectos positivos na busca e na valorização de nossas raízes.



Entre contradições, há democracia?

Dayana Cunha

O ano de 1988 marca a história do Brasil e ratifica o tão esperado processo de redemocratização com a promulgação da nova Carta Magna e o compromisso da construção de um Estado democrático com participação dos movimentos sociais que reivindicaram democracia e liberdade. Marcando esse momento pós-ditatorial com um sopro de esperança em que a participação popular estaria presente nas decisões políticas através de um sistema de Democracia liberal representativa e participativa.

Na redemocratização do país, se delineava uma forma de governo do Estado em que a palavra liberalismo, ligada aos ideais da Revolução Francesa, traduzia a busca de um estado que em tese, governaria sobre a bandeira da igualdade, da fraternidade e da liberdade e que, acima de tudo, perante a violência de seu antigo regime, prezaria pela importância dos direitos humanos e a dignidade à vida.

Teoricamente, todo o projeto e momento do país sinalizavam para a construção de uma nação dos sonhos, frente à ampliação da participação popular e no interesse em estabelecer esse regime. Entretanto, seria ingênuo supor que os ideários da Revolução Francesa seriam suficientes para diminuir as desigualdades sociais no Brasil e que a luta de classes teria trégua em um estado democrático que em sua prática privilegia as relações socioeconômicas, Watanabe Minto afirma:

Eis uma constatação teórica que muitos autores, desde Marx, têm confirmado: a democracia burguesa não pode esconder – exceto em determinados momentos – seu fundamento contraditório, a saber, de estar assentada sobre relações desiguais e, simultaneamente, de afirmar-se idealmente pela igualdade dos indivíduos-cidadãos. (MINTO, 2013)

Analisar o sistema democrático é entender que suas condições são totalmente influenciadas pelo sistema econômico. É a atuação do capitalismo que subverte os escritos constitucionais e aprofunda desigualdades sociais, dado que a propriedade privada e a posse dos meios de produção pela classe burguesa se chocam diretamente com os ideais democráticos.

Em 2020, durante a pandemia do COVID19, discutir democracia e essas contradições a ela inerentes nesse sistema econômico, se tornou fundamental para entender que as vítimas do dito “vírus democrático” no Brasil, tinham cor e endereço.

De acordo com pesquisas realizadas pelo IBGE, em 2020, pretos e pardos representavam 57% dos mortos pela doença, enquanto os brancos, 41%. Outro estudo realizado pelo *Núcleo de Operações*



e *Inteligência em Saúde* (NOIS) mostra que a chance de uma pessoa negra morrer pela doença é 38% maior do que a de uma pessoa branca. Em dados revelados em maio pela prefeitura de São Paulo, é possível perceber que nos 20 bairros mais atingidos pela pandemia, 19 são periféricos.

Além desses dados alarmantes que evidenciam o abismo entre raça e classe, a morte violenta de George Floyd em Minneapolis nos EUA, que despertou levantes e protestos ao redor do mundo, chamou atenção por evidenciar tão cruamente um crime de motivo racial, aflorando globalmente discussões sobre racialidade. No Brasil, o debate também ganhou espaço, sendo aqui o país com o maior contingente de negros fora do continente africano, e que, construído sobre o mito da democracia racial, poucas vezes leva a debate público o motivo pelo qual corpos negros são historicamente violentados e subalternizados.

Em meio a esse cenário a organização *Coalizão Negra por Direitos* lança seu manifesto em 14 de julho de 2020 afirmando: “Enquanto houver racismo, não haverá democracia.”. Contando até a escrita desse artigo com mais de 59 mil assinaturas, o manifesto convoca a população à prática antirracista e pede que o momento inflado pela morte de Floyd e suas manifestações por justiça seja também aplicado à população negra brasileira, chamando atenção ao fato de que em momento nenhum na história desse país, se teve como projeto pagar a dívida histórica de mais de 300 anos que passamos sobre a marca da escravidão e muito menos medidas que protejam a população negra não só da morte física, mas também da morte simbólica.

54

A existência desse manifesto e de organizações que lutam pelo direito, não só da população negra, mas também da população indígena deveria ser a verdadeira oposição em um país democrático que diz prezar em seu cerne a igualdade e dignidade da vida como força motriz.

A importância dessas organizações no contexto atual em que a democracia sofre uma de suas maiores crises revela o projeto de país que tem a exclusão da população negra e o apagamento epistemológico constantes, envolvendo o silenciamento e a negação da importância dessa população para a construção desse país. Florestan Fernandes ao falar sobre democracia dizia,

Nesse plano, não há o que conciliar e só existe uma estratégia – a da luta firme e intransigente por uma forma política de democracia que não seja excludente e exclusiva, que assegure à massa popular [...] o direito à revolução (dentro da ordem e contra a ordem). (FERNANDES, 1986, grifos no original)

Em suma, é necessário que a luta antirracista seja encarada como uma prioridade dentro desse regime democrático, um estado que normaliza o genocídio de sua população e que corrobora com silenciamentos - excluindo a presença de pluralidade na participação política, não está cumprindo de fato um papel democrático.




Parafrazeando o importante manifesto da *Coalizão Negra*, enquanto houver racismo, desigualdade social, misoginia e autoritarismo, não há possibilidade de viver uma democracia.

Referências Bibliográficas

MINTO, L. W. Educação e lutas sociais no brasil pós-ditadura: da democratização à ausência de alternativas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 54, p. 242-262, dez. 2013, p.243

FERNANDES, F. **Nova república?** 2ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986, p. 89.



Antirracismo e feminismo como compromisso social

Shirlei Alexandra da Cunha

A solidificação de todas as instâncias democráticas que envolvem a estrutura social de uma nação se fundamenta no pressuposto de que todos/as cidadãos/ãs estejam envolvidos na construção deste processo. No caso do Brasil, a fragilidade que atinge a nossa democracia está na exclusão histórica de grupos majoritários do poder de decisão que envolve o país. As mulheres e a população negra são desconsiderados dentro deste sistema e subordinados às deliberações que um grupo de homens brancos que formam a elite da nossa sociedade impõe.

É a partir destas decisões que se fundamentam, principalmente nas concepções de um patriarcado etnocêntrico que ao invés de se promover o gozo dos direitos e das liberdades sem distinção, que se faz o aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas.

Reverter esse quadro, apesar de constar como um dos objetivos da nossa Constituição Federal, não tem sido a prioridade dos grupos políticos dominantes exatamente porque essas desigualdades são a base para a manutenção do poder deles.

As reivindicações por equidade propostas pelos movimentos organizados feministas e da população negra têm encontrado cada vez mais eco na sociedade. Isso ocorre justamente pelo fato de que a Educação e a participação política destes grupos nos espaços de poder e decisão têm sido ampliadas, principalmente, depois do fim da ditadura militar e promulgação da Constituição Federal em 1988.

Cabe então aos grupos que estão sendo alijados do processo, compreender quais mecanismos têm sido utilizados para afastá-los da participação plena cidadã. É por meio da Educação que se torna possível encontrar meios para o rompimento dessa condição. Lembrando o educador Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*, seria muita ingenuidade esperar que as classes dominantes possibilitassem às classes dominadas perceber essas injustiças de modo crítico para depois destituí-las de seu local de privilégio.


Se cabe aos grupos oprimidos o combate aos expedientes que os privam de participação plena no processo democrático, no entanto essa luta não pode ser encampada apenas por eles, deve ser um compromisso de toda a sociedade.

As discussões, os questionamentos e reflexões que privilegiem a diversidade de sujeitos, a pluralidade de pensamentos, a extinção da cultura machista e do racismo estrutural precisa ir além



dos espaços educacionais e compromisso de professores da educação básica. Essa temática precisa perpassar todas as áreas de nossa sociedade, pois toda ela é influenciada pelos danosos efeitos que o preconceito e o racismo causam. O jamaicano Marcus Garvey foi assertivo ao dizer que “Um povo sem o conhecimento da sua história, origem e cultura é como uma árvore sem raízes” e o que mais falta à população brasileira é o reconhecimento da sua própria história como forma de alavancar o progresso desta nação.

Apesar de algumas conquistas em políticas públicas e da iniciativa privada visando a inclusão de mulheres, de negros, de LGBTQIA+ e de deficientes em vários espaços, ainda vivenciamos uma democracia de baixa densidade. Mas é no esforço coletivo, no aquilombamento, trilhando os passos de luta de nossos ancestrais que nos empoderamos e trabalhamos no sentido de deixar o caminho menos espinhoso para as próximas gerações.



Perspectivas diferentes para mulheres negras brasileiras

Dariane Braga Diniz

Com todo o conteúdo absorvido no curso, podemos perceber que ainda há um caminho longo para que o povo negro alcance uma vida com menos desigualdades e com mais equidade no Brasil. Podemos também ver que é árduo esse caminho, levando em consideração toda a luta que mantivemos ao longo desses anos por políticas públicas, por espaço nos meios sociais, pelo próprio direito de fala e vida. No entanto, quero direcionar essa argumentação às mulheres negras e suas vivências nesse país, procurando olhar sensivelmente para as suas realidades e analisar seus lugares nessa sociedade.

Ser uma mulher na sociedade brasileira é uma realidade árdua e nada simples. Vivemos numa sociedade machista, patriarcal, na qual sofremos com a falta de oportunidades, de igualdade, com a violência física, psicológica, moral e sexual. Somos minoria representativa política no país, apresentamos altas taxas nos índices de feminicídios e, apesar das conquistas nos últimos anos como leis contra a violência doméstica e a organização na luta por demais políticas públicas, ainda temos um longo caminho a percorrer.

58

Mulheres negras começaram sua história no Brasil no período de escravidão, como cativas trabalhadoras arrancadas de suas terras originárias na África. A escravidão muitas vezes não distinguia trabalhos para homens e mulheres - estas desenvolviam trabalhos nos engenhos, na mineração, na agricultura e na pecuária juntamente com homens negros cativos e, para além disso, também exerciam trabalhos domésticos onde sofriam com a violência sexual imposta pelos senhores de engenho. Também sofrida pelas mulheres indígenas, a violência sexual resultou no que chamamos de miscigenação racial, uma vez em que essas mulheres tinham filhos “bastardos” desses senhores. A miscigenação racial no Brasil ocorreu de forma violenta e brutal para com essas mulheres, ao contrário do que o misticismo da miscigenação conta. Mulheres negras eram estupradas e violentadas por estes senhores, e se recusassem ou resistissem eram severamente castigadas e/ou mortas. Quando finalmente “emancipadas”, essas mulheres negras continuaram a trabalhar com serviços domésticos nas casas das famílias brancas, sem acesso à educação e moradia digna o que não mudou muito a situação precária de suas vidas.

A mulher negra não conseguiu se livrar da precariedade no trabalho e na moradia, e a violência sexual criou estereótipos sobre sua imagem que banalizam sua forma de atuação na sociedade. 132 anos após sua emancipação, a mulher negra não vive mais sob condições tão desumanas como na




escravidão, é claro, no entanto, mais de um século depois, essas mulheres se encontram na extrema base da sociedade brasileira, enfrentando o racismo em suas mais diversificadas formas.

Podemos até encontrar quem pergunte “mas e a luta pelos direitos das mulheres? E todas as conquistas? E o ‘empoderamento moderno’, cada vez mais frequente nas mídias e que reflete mulheres mais ativas e atuantes na sociedade?” A luta pelos direitos das mulheres não abrange todas elas, uma vez que mulheres brancas e negras vivem de formas tão diferentes no Brasil. Existe uma necessidade de enxergar mulheres negras com olhos mais sensíveis, de buscar uma narrativa diferente para elas fugindo das teorias universalistas sobre mulheres e seus direitos. Enquanto mulheres brancas lutavam pelo direito ao trabalho, mulheres negras já estavam no meio das ruas desenvolvendo trabalhos diversificados e lutando para não terem seus filhos arrancados de seus colos. Enquanto mulheres brancas hoje buscam serem respeitadas em seus locais de trabalho, mulheres negras vivem desenvolvendo trabalhos subalternos, quando não estão em condições de desemprego.

Considerações Finais

Diante do contexto histórico brasileiro, podemos perceber permanências nas vivências da população negra. Segundo dados do IBGE, 56,10% da população brasileira considera-se negra. 59% somos maioria no país, também somos os que mais morrem, maioria carcerária, e estamos no topo do desemprego e na base da pirâmide social. Podemos também observar a condição social da mulher negra, analisar e identificar os marcadores de opressão que não sumiram com a “emancipação”. Mulheres negras ainda são vistas como símbolo sexual do país, objetificadas e, quando aparecem na TV exercendo um trabalho jornalístico de protagonismo, são rechaçadas por uma série de comentários racistas. Somos minoria em representação política e o maior exemplo que o brasileiro tem de uma mulher na política brasileira, é sendo vítima de um *impeachment*, além do caso da vereadora morta a tiros, Marielle Franco.

A população feminina é maioria no Brasil, e se a maioria da população considera-se “negra ou parda”, a identidade dessas mulheres não cabe numa visão universal do feminismo. “Enegrecer o feminismo” como diz Sueli Carneiro, é uma necessidade diante de dados tão alarmantes, e se configura no Brasil como uma nova identidade política.



Como sonhar coletivamente se nós, pessoas racializadas como brancas/os, não nos responsabilizamos pela realidade e pela história do nosso país?

Juliana Camillo Domingues

Sonhos coletivos se relacionam com um projeto de nação que respeite e valorize, sem hierarquização, a contribuição, os direitos e as histórias dos diversos grupos sociais que a formam. Eles se associam com a mudança da realidade, mas não há possibilidade desses sonhos existirem coletivamente enquanto vivermos na barbárie. E, o pior, não nos reconhecermos enquanto grupo social de pessoas racializadas brancas que produzimos historicamente na sociedade brasileira. Como alterar esse presente tão violento que nos tira as aspirações de um país civilizado? Diversas ações são necessárias, entre elas, o reconhecimento e responsabilização da *branquitude*¹ diante do racismo. O que eu apresento aqui não é nada novo, o movimento negro fala, escreve, dialoga, denuncia há muito tempo! Mas a branquitude ainda está longe do seu lugar na luta antirracista.

60

Há vários caminhos para pensarmos essa responsabilização. Eu, no lugar social de mulher branca no Brasil e formada em História, pensei a responsabilização da branquitude, por meio da reflexão das narrativas da história e memórias coletivas em nosso país, associadas à nossa democracia de baixa intensidade (conceito de Boa Ventura Santos apresentado pela ativista e intelectual Suelaine Carneiro). Tema presente no curso *Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil* formação do *Geledés- Instituto da Mulher Negra* e da *Escola do Parlamento*. Esse exercício intelectual foi possível com as colaborações de diversas e diversos intelectuais. Há aqui um diálogo, um profundo respeito e honra por ter participado dessa formação.

A história e as memórias coletivas têm o papel de formar nossa identidade, nossa compreensão da realidade e nosso sentido de pertencimento à sociedade brasileira. Há, na estrutura racista, um processo de construção de subalternidades. Rosana Borges, Doutora em Ciências da Comunicação e Jornalista, pensa o processo de construção de subalternidade (o outro inferiorizado) de determinadas humanidades, como conceitua Spivak, por meio das categorias de raça e gênero como derivadas de relações de poder. Esse, entendido por Borges, segundo a teoria de Foucault, como práticas sociais construídas historicamente e que partem de relações de posição de poder. Assim, tira a centralidade do Estado. Uvardenson Silva, Doutor em Sociologia, denuncia que os mecanismos sociais, no Brasil,

¹ “A branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivos, isto é, materiais, palpáveis, que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial” Geledés, 2011.



de subalternidade se dão na exposição à violência a que a população negra é submetida nos espaços públicos.

A violência e a subalternização também ocorrem por meio das narrativas. Edilza Sotero, Doutora em Sociologia e professora, explica que muito das memórias dos povos negros é silenciada por conta de uma “política da memória”, um projeto sistêmico de apagamento das experiências de grupos subalternizados. O que causa nessas populações subalternizadas, com as negras e indígenas, falta de sentido de tradição, de reconhecimento na história. Sotero afirma que há o enfrentamento ao racismo patriarcal (conceito Jurema Werneck) por meio do regaste dessas memórias coletivas. O historiador e professor Douglas Belchior também explica que há um permanente exercício de invisibilização, de negação da contribuição histórica nesse país da população negra e indígena, em específico das experiências de luta política. Populações que são a matriz de resistência em nossa história, como expõe Belchior, e que não pensamos sua organização política enquanto formação teórica.

As escolhas hegemônicas de narrativas que são eurocentradas nos espaços institucionalizados de produção de conhecimento, como, por exemplo, nas Universidades, afeta a identidade e imaginário de todas, todos e todes. Existe uma valorização dos processos históricos do Continente Europeu sem uma denúncia do Ocidente fundado na barbárie e na colonização, como afirma Césaire (CÉSAIRE, 2010, pág.15). E há uma narrativa de apagamento e inferiorização das experiências da Ásia, África e Américas. Também, se pensarmos na narrativa da história do Brasil, há um processo de valorização do passado colonial. Um exemplo de como esses silenciamentos afetam a nós, enquanto sociedade brasileira, é nossa compreensão de democracia. Gabriel Sampaio, advogado e mestre em Direito, denuncia que a democracia liberal foi construída na base do modelo escravocrata e é pautada pelo racismo. O período republicano não enfrenta a dívida histórica do período escravocrata e cria novas tecnologias de poder da estrutura racista, ou seja, é uma democracia que não é efetiva. E se faz importante reconhecermos os processos históricos que a formaram para mudá-la.

A branquitude, segundo Grada Kilomba, precisa se responsabilizar diante da história. Kilomba descreve os cinco mecanismos distintos de defesa do ego, apresentados por Paul Gilroy, pelo que as pessoas brancas passam até se tornarem conscientes de sua branquitude e de sua ação na estrutura racista (KILOMBA, 2019 pág.43). Não há como apresentá-los nessa breve conversa, mas é visível os processos de negação e a culpa em nossa sociedade. Essa mudança que precisa ser de reconhecimento, reparação histórica e abandono de privilégio passa pela luta contra essa narrativa hegemônica. Só há possibilidade de sonhos coletivos, de uma democracia efetiva e de construção de uma nação se acolher



a diversidade das experiências de seus sujeitos diante de histórias de reconhecimento das violências e narrativas múltiplas e horizontais.

Referências bibliográficas

SILVA, Hernani Francisco da. **Definições sobre a branquitude** GELEDÉS, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/definicoes-sobre-branquitude/>. Último acesso: 07/12/2020

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Letras contemporâneas, 2011.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Cobogó, 1ª edição, 2019. Pág.11 até 69.



A atividade laboral dos povos negros no Brasil: relações de trabalho e
cumplicidade

Denise de Oliveira Nonato Fernandes

Mesmo depois de abolida a escravidão
Negra é a mão
De quem faz a limpeza
Lavando a roupa encardida, esfregando o chão
Negra é a mão
É a mão da pureza
A MÃO DA LIMPEZA
Gilberto Gil

Resumo: Este artigo visa apresentar a História do Trabalho no Brasil, desde a descoberta da *terra brasilis* até a atualidade. Passaremos através das leituras de Boris Fausto e artigos diversos para ⁶³ entender como se deram as tratativas da relação patrão-empregado, onde é nítido que o trabalho muitas vezes ultrapassa a relação profissional - o porquê deste tipo de relação ou de onde vem essa maneira “afetuosa” de se relacionar. O objetivo deste trabalho é descortinar essa relação tão peculiar que se arrasta desde o descobrimento e mostrar que a forma de tratamento dispensado pelos patrões influencia muito na forma dos empregados se comportarem.

A chegada do negro no Brasil

A chegada dos Europeus no Brasil traz algumas controvérsias em relação ao destino da expedição - não se sabe se houve um erro de trajeto ao tentarem chegar às Índias ou se era uma missão ultrasecreta da Coroa rumo às Américas. Conjecturas à parte, ao chegarem ao Brasil, os europeus encontraram os povos originários (os índios). A recepção foi bem amistosa, os ameríndios foram seduzidos por utensílios trazidos pelos “visitantes” e assim houve a troca por mão de obra. Muitos foram escravizados, porém a escravização deste povo não foi bem sucedida, uma vez que eles eram extremamente arduos, fugiam com muita facilidade - segundo Boris Fausto a sua captura era praticamente impossível, eles sabiam todos os segredos da floresta, onde e como desaparecer das vistas dos seus senhores – e tinham pouca disponibilidade em trabalhar no serviço braçal, a que não eram acostumados. A caça e a pesca eram abundantes, o que facilitava aos índios um estilo de vida de maior contemplação. Então, com mão de obra escassa e muito trabalho a se fazer, os senhores de



engenho viram no tráfico negreiro a solução ideal, a promessa de homens e mulheres fortes e bons de trabalho e possibilidade de fuga praticamente nula, pois não conheciam o território. Começaram a encomendar a tal mão de obra vinda do continente Africano. Os negros chegaram aos montes, em navios exclusivos para este fim, desembarcaram em Salvador e em Porto Seguro e foram distribuídos em fazendas e nas casas dos europeus e senhores de engenho. Inicia-se aí a era do trabalho no Brasil.

O trabalho


Com a chegada dos negros ao Brasil, dá-se início à relação de trabalho de forma bem diferente do que vemos hoje, uma vez que não havia pagamento pelos trabalhos prestados. Podemos afirmar que o reflexo destas relações injustas perdura até os dias atuais. Diferente do que acontece em países mais desenvolvidos, existe também relações de afeto entre patrão/empregado, em especial com os trabalhadores domésticos. O filme *Que horas ela volta* (2015, direção de Anna Muylaert) é uma crônica fiel sobre a relação de trabalho doméstico no Brasil, onde a personagem da empregada Val (interpretada brilhantemente pela atriz Regina Casé) que precisa dormir no trabalho, abdicando de todos os seus direitos de descanso e lazer - uma vez dentro da casa dos patrões, não havia limite para os pedidos e tarefas de casa impostas pelos patrões. Em completa gratidão a eles, que sempre se referiam à empregada “como se fosse da família” - o que Euclides da Cunha chamaria de servidão inconsciente (Euclides: Os Sertões, 1902) -, ela se sente da família. Porém a ressalva seria pertencer à família somente nas obrigações; nos direitos são tratadas como antes, sem poder comer da mesma comida dos patrões ou usufruir de lazer simples como um banho de piscina (BARROSO). Voltando ao tempo do Império, pelos relatos havia negras da Casa Grande que eram tratadas diferente das demais, com um certo grau de privilégio, se é que podemos descrever assim. Eram as acompanhantes das sinhás, as amas de leite, podemos reconhecer o rosto de muitas delas eternizados em quadros com os filhos de seus senhores no colo (GILBERTO FREYRE). Essas escravas tinha sim tratamento diferenciado, mas sem perder o seu status de escravas.

64

Com uma breve análise das relações de trabalho na atualidade, podemos afirmar que pouca coisa mudou - os patrões passam uma falsa afetividade para que o empregado abrace a sua casa ou sua empresa “como se fosse deles”. Como exemplo podemos citar a empresa *Ifood*, que lançou um comercial com apelo afetivo - onde motoboys, que são expostos a um trabalho sub-humano, podendo ser considerado um tipo de escravidão moderna com baixos salários e horas trabalhadas em excesso -, passando a imagem de empresa perfeita preocupada com o outro. A velha mentira de roupa nova, o “como se fosse da família” repaginado. O trabalho no Brasil é o reflexo dos colonizadores e é crítico, principalmente para o negro. A solução para uma mudança definitiva vem através da educação



e conscientização de todos, para que possamos separar a afetividade da mão de obra, criando assim uma relação normal entre patrões e empregados.



Escola: repensar para além do eurocentrismo

Fernanda Fernandes

Sempre que entro numa escola, seja ela pública ou privada, tenho a sensação de pluralidade, de diversidade, de trocas de saberes e aprendizagens. Esta é uma visão extremamente ampla e de como esses espaços deveriam se desdobrar. No entanto, não revela a face cruel por trás do currículo, seja oculto ou não, da escola. Vou me deter aqui à reflexão da escola pública, esta por onde ando ainda hoje e por onde ainda sonho! Por vezes, escutei de jovens de periferia, já em suas trajetórias universitárias, quando retornam a sua antiga escola de ensino fundamental, que nunca esquecerão o que vivenciaram ali. Eles não estão falando do espaço plural, diverso e dos saberes experienciados. Eles falam da dor, do primeiro lugar de *bullying*, de segregação, de discriminação pelo tom de sua pele ou pela curvatura de seus cabelos.


Pelo recorte do racismo e de seu desdobramento em práticas educativas nos cotidianos escolares, convido-nos a repensar a escola, local que deveria ser lugar de aprendizagens e de acolhimento, mas muitas vezes é o primeiro lugar de vivências tão doloridas. O objetivo da abordagem não é para desvalorizar o espaço escolar e muito menos as práticas afirmativas que ocorrem nestes espaços - ao contrário, é necessário reconhecer que a escola reproduz o racismo, de modo cruel e perverso. Segundo Ribeiro (2019, p. 62) “nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento de capacidade cognitiva e de confiança intelectual”. Esse fenômeno perpassa os corredores e as salas de aulas, principalmente das escolas públicas, pois é lá que está a população marginalizada e pobre e sabemos que a pobreza tem cor. Não há como não pensar o racismo sem pensar a teoria social, sem pensar em como se constituiu e constitui a nossa sociedade, “ele é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (S. Almeida, 2020, p.20/21). Não podemos ter uma visão inocente e romanceada do espaço educativo, é necessário refletir sobre esse lugar e transformá-lo.

Pensar a transformação dos espaços educativos requer reflexão sobre seus percursos e aprendizagens! E estes partem de que ótica? Se o currículo é construção social, ele é produto de um mercado de conhecimento eurocêntrico, ou seja, o currículo não atende a maioria da nossa população. Ao nos depararmos com a autodeclaração de cor da população brasileira, temos uma população que se enxerga parda e preta. Mas onde está a produção de saberes desse grupo? Quem produz o



conhecimento que se estuda nas instituições escolares? O conhecimento também tem cor e não é a cor da população. Onde estão seus saberes ancestrais? Que território é esse do currículo?

A Lei 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e que incluiu a obrigatoriedade do ensino da História Africana e Afro-brasileira, é um marco e traz avanços significativos e imprescindíveis, no que tange a apropriação dos saberes africanos de nossa herança ancestral. No entanto, ainda não suficiente ante tantos “saberes sepultados” (Carneiro, 2007) pois é preciso desconstruir a ótica do colonizador - ainda estudamos História, a História da África e a História Afro Brasileira sob o olhar majoritário de quem possui privilégios e os reforça através de seus saberes! A Escola está bem longe de romper com o currículo que segrega e que exclui, pois o projeto educacional, baseado no pensamento eurocêntrico, apaga culturas, saberes, vivências, reforça e reafirma a necropolítica, que coloca cada qual com sua cor e sua condição social num determinado lugar, alimentando o racismo estrutural. É necessário entender que o lugar que devia libertar é por vezes o que fere, exclui e segrega! Reconhecer os privilégios da branquitude e os espaços de poder e a quem são destinados é emergencial para práticas afirmativas e transformadoras nos espaços escolares, nutridas de potência, afeto e pluralidade!



Qual o lugar do gênero e da raça na democracia?

Nathaly Fernandes

A democracia pressupõe participação e igualdade entre todos os indivíduos. Nesse sentido, os direitos e oportunidades devem ser garantidos pelo Estado, mas será que isso de fato vem acontecendo? Quando analisamos gênero e raça no Brasil observamos que não, basta refletirmos sobre as condições de vida de mulheres negras, com diferenças presentes em diversos segmentos da vida - educação, saúde, moradia, escolaridade, trabalho, etc. É importante considerar os marcadores sociais no enfrentamento das desigualdades e a ampliação das oportunidades para as pessoas e grupos historicamente excluídos e marginalizados.

A intersecção entre as opressões de cunho racial e de gênero, em diferentes níveis e âmbitos da vida de mulheres negras, faz com que essa parcela da sociedade usufrua de forma desigual os seus direitos e ocupe lugares desvantajosos na pirâmide social, por isso é essencial reconhecer as necessidades específicas e particularidades desse grupo, pois cada grupo possui suas diferenças e o reconhecimento da diferença é instrumento fundamental para o alcance da equidade.

As desigualdades sociais produzidas pelo racismo e pelo machismo colocam as mulheres negras em uma situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. Importante ressaltar também que o sistema prende pessoas negras em uma teia de subalternidade através de mecanismos de controle. Conforme afirma Gonzales (1982, p.97): “ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão”.

Mulheres negras enfrentam inúmeras barreiras em nossa sociedade, relacionadas com o racismo e o sexismo. Podemos afirmar, portanto, que com racismo e sexismo não há democracia e desenvolvimento, pois não existe justiça social sem passar por questões de gênero e raça. Nossa democracia nunca foi para todos, vivemos em uma sociedade que justifica desigualdades e naturaliza violências.

A mulher negra se encontra na base da sociedade, sendo oprimida no decorrer da sua vida e sofrendo violações em diferentes espaços - é essencial que os movimentos sociais de mulheres negras se reúnam para discutir e alcançar a efetivação de direitos nos campos de gênero e raça, mantendo a esperança crítica para construir uma organização política com resistência e táticas de luta, ocupando os espaços de decisão política. Além disso é importante também a atuação do feminismo, buscando



refletir e debater sobre as vivências ímpares das mulheres negras e encontrar caminhos para que gradativamente ocorram mudanças que visem equidade e participação popular - elementos fundamentais na conquista, consolidação e ampliação de direitos.

Referências Bibliográficas:

GONZALES, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel (org). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.



A importância da identidade da criança na Educação Infantil

Solange Martins Alves Ferra

A construção da identidade da criança se dá por meio das interações dela com o meio social, que acontece em um primeiro momento no seio familiar e, posteriormente, na escola. A chegada da criança nos espaços de Educação Infantil é feita num universo social diferente do ambiente familiar, favorecendo novas interações e ampliando seus conhecimentos a respeito de si e dos outros. É neste momento que sua autoimagem é construída a partir das relações estabelecidas, então é de suma importância acolhê-la em suas particularidades, promovendo assim o reconhecimento das diferenças. E assim, sendo a escola um local para a promoção da igualdade, os educadores têm que estar atentos aos modelos que estão sendo oferecidos. O debate do racismo na infância é emergencial, pois num ambiente escolar a criança negra sofre discriminação das mais diversas formas, com ofensas verbais que depreciam sua imagem, mas também, muitas vezes, essas dificuldades são silenciadas e atribuídas a outros problemas, como comportamentais ou familiares. Percebe-se também a falta de preparo dos professores com as questões étnico-raciais, o que traduz deficiência em sua formação - pensam que esse silêncio e negação é da “natureza humana”, delegando à própria criança negra essa injustiça.

70

Cabe à escola promover vivências que venham a valorizar características e promover o desenvolvimento pessoal da criança sem rotulações, para que assim possa se sentir representada, utilizando brinquedos que ela mesma pode confeccionar - como a boneca *abayomi* -, e participando de atividades que contemplem as diversas raças e etnias - contos africanos, danças com ritmo afro, jogar mancala, construir um varal de identidade, desenhar um baobá, árvore tão peculiar nas lendas - enfim, atividades que remetam à temática negra. Infelizmente, ainda se nota uma grande quantidade de brinquedos e atividades próprias para crianças brancas e a representação da criança negra fica em segundo plano, então é imprescindível a utilização e a aquisição de elementos significativos referentes às diferentes etnias, para a autopercepção das crianças a partir de sua autoimagem. As bonecas são bons exemplos do preconceito existente, elas também devem ser negras para mostrar que não existe só um tipo de raça. E assim como as histórias contadas às crianças, os vídeos mostrados sempre estiveram enraizados pela discriminação racial, tendo em sua coletânea apenas personagens brancos. Porém, com a ampliação das discussões sobre o tema, a Literatura ampliou de forma significativa a utilização de personagens negros; príncipes, princesas, heróis têm de estar no imaginário dela. Vale



ressaltar que, em relação aos alunos, é possível perceber que após a contação de história há crianças que dizem que seu cabelo é lindo e que adoram a cor da sua pele.

Assim, concluo que não somos uma sociedade branca, loira e de olhos azuis e a questão do privilégio branco que persegue as crianças desde a primeira infância não pode existir como um *apartheid social*, mesmo que velado, caracterizando o racismo na nossa sociedade. Sensibilizar e conscientizar sobre a importância da valorização de outras culturas, no caso, a africana, é conviver com as diferenças desde cedo. Para tanto, o diálogo e as demonstrações práticas são essenciais para que a criança compreenda sua identidade e representatividade.



Minhas Reflexões
Gabriel de Lima Ferraz

A democracia é como uma criança, mas seu desenvolvimento se prolonga por séculos. Aquilo que hoje é rompido, décadas à frente será percebido. O conceito de democracia não se dá na vontade de todos, mas no espaço onde a maioria dita e a minoria acompanha seu movimento; onde a maioria tem papel ativo e a minoria tem papel passivo e até contemplativo, pois não há muito espaço criativo e opinativo reservado a estes. A dominação tem um papel importante (e não aceitável) na democracia - apesar de análogas, as majorias se impõem através de seus pensamentos, atitudes e políticas, e as minorias apenas seguem o rumo que lhes foi imposto. Esta situação é o berço de onde nascem as revoluções e mudanças estruturais promovidas pelas minorias de gênero e raça. O Brasil é um país majoritariamente branco e masculino, não em quantidade, mas em representação, o que faz a quantidade ser uma mera estatística, justamente por que os homens brancos e héteros não são a maioria da população, mas são aqueles que estão num posto de poder lhes dado pela história das elites. A ruptura agressiva deste status advém de gênios humanísticos, artistas, músicos, dançarinos, filósofos, políticos, professores, alunos e militantes sérios e, é isto que abre uma brecha nesta sólida sobreposição. É isto que dá espaço às minorias. O país, sendo o mesmo, dominado pelas minorias, um "mar" de minorias, mas governado por uma "lagoa" de majorias. Uma das maiores expoentes que representa a proposta do texto é Marielle Franco, uma mulher periférica, preta e política, uma verdadeira quebra de padrão de sua época, visto que dividia a Casa Legislativa com aqueles que representam a dominação branca masculina do sistema brasileiro. A participação política lhe rendeu o óbito, este investigado com descuido e averiguado propositalmente com desleixo. Aquilo não foi um final, mas um começo, um pontapé inicial numa onda que vem muito forte, a quebra do padrão político brasileiro. Sua luta é importante e destaca não só que uma minoria esmagada existe, mas também que a mesma pode deixar de existir. Deixar de existir deixando de ser minoria; e deixar de existir tendo sua existência ameaçada por suas respectivas caças. A representação é a ficção (aquilo não tangível, mas consensualmente aceito), com um poder enorme de transformação e, através da arte, da luta por direitos, dos movimentos sociais e da política, a mesma pode pesar sobre os ombros daqueles que sempre estiveram acima.



Práticas antirracistas numa sociedade democrática de direito para todos e todas
Luciana Ferreira

O Estado democrático, no qual um dos direitos fundamentais é a dignidade da pessoa humana, enfatiza os processos de afirmação dos direitos humanos. Entretanto, tais direitos são historicamente negados à população negra, suas liberdades civis e proteção jurídica, mesmo que estejam previstas na Constituição Federal, não são reconhecidas.

A participação popular e movimentos sociais são elementos fundamentais na conquista e ampliação de direitos da população negra. A missão institucional das forças políticas mobiliza o país e as articula na defesa dos direitos, na valorização, na promoção e na necessidade de visibilidade do movimento negro, contra qualquer opressão ou violação de direitos humanos.

Movimentos sociais que impulsionam o debate da adoção de políticas públicas para igualdade e oportunidades denunciam o racismo no Brasil e evidenciam o histórico processo de exclusão. A luta por direitos e uma democracia de fato, numa sociedade estruturada pelo racismo, pede por reeducação social nas questões raciais.

Além disso, a condição da mulher negra é duplamente marcada por desigualdades e injustiça social, uma vez que elas, em uma sociedade racista e machista, sofrem pela questão de gênero e raça. O silenciamento da mulher negra numa sociedade estruturada pelo racismo patriarcal e sexismo e as condições precárias de existência são marcados por duas opressões - de gênero e de raça, denunciando o racismo existente no Brasil.

Numa sociedade marcada historicamente pelo racismo estrutural, compreende-se que é necessário ampliar as discussões e considerar a população negra e sua participação em todos os espaços, para promover práticas antirracistas, visando romper com as discriminações e com os preconceitos, que infelizmente ainda são recorrentes em nossa sociedade.

Diante da diversidade em nosso país, a sociedade deve compreender e valorizar a pluralidade étnica existente, em seus aspectos socioculturais, posicionando-se contra qualquer forma de discriminação baseada nas diferenças culturais, de classe social, de crenças de etnia ou outras características individuais e sociais.

A inquietude com a desigualdade evidencia a necessidade de mudança, numa perspectiva reflexiva de transformação, onde o ativismo e o engajamento dos diversos atores de nossa sociedade lutam para mudar o cenário e mudar de fato o contexto de racismo estrutural que afeta nossa sociedade



por anos. Essa pirâmide da desigualdade tem que ser revertida. Não é mais permitido negar o racismo e negar o sexismo. Promover ações para uma sociedade melhor e mais inclusiva faz-se necessário todos os dias para se viver com dignidade.

Em vista dos argumentos apresentados, a sociedade precisa analisar e refletir a realidade brasileira, empreendendo formas de combater o racismo e a violência vivenciados por negras e negros. Estabelecendo um compromisso no enfrentamento ao racismo, no manifesto da população negra por direitos, nas práticas antirracistas, na defesa de direitos humanos e na luta por uma sociedade em que todos e todas tenham os mesmos direitos e oportunidades.



Mulheres negras e o desafio da concretização do Estado Democrático Brasileiro
Inara Flora Cipriano Firmino

Passados mais de 30 anos do marco constitucional, a população negra brasileira segue reivindicando a representação de sua imagem nos espaços de poder e a necessidade da presença nos espaços de desenvolvimento de mecanismos participativos. Isso porque, é nesses espaços que a democracia brasileira, que é tão fragilizada pelo mito da democracia racial, pode ser colocada em xeque por outros grupos sociais, para além da branquitude estratificada enquanto universal.

A presença sempre foi uma questão. Então, quando lemos o manifesto da *Coalizão Negra por Direitos*¹ ecoando que “com racismo não há democracia no Brasil”, isso implica em reconhecermos que a democracia tem falhado por mais de 3 décadas com a população negra na efetivação de direitos e na experiência de uma república democrática polifônica e participativa. Neste sentido, o presente artigo se propõe a olhar para o legado de mulheres negras e abordar como suas experiências pedagógicas de presença e desobediência² desvelam o não cumprimento das promessas democráticas fundadas na Constituição de 1988.

Retomo a Constituinte de 1987/1988, pois foi nesse momento que coube às diferentes frentes do movimento negro brasileiro - homens e mulheres negras, movimento quilombola, dentre outros - o discurso da participação, incutidos pela retórica da política da presença para dar visibilidade aos movimentos sociais de base frente ao modelo de representação política para acessar a Assembleia Constituinte.

Os nossos passos vêm de longe e a nossa história de resistência é anterior a este período, entretanto, é importante retomar este processo de reformulação democrática, porque a potência do contexto das experiências de mulheres negras nos dá a dimensão de um momento importante de inserção da temática racial na agenda governamental brasileira, resultante de uma forte agência de homens e mulheres negras ressignificados como sujeitos políticos na vida política brasileira³.

¹ Disponível em: <https://comracismonaohademocracia.org.br/>

² Pedagogia da presença e pedagogia da desobediência são duas categorias desenvolvidas em minha dissertação de mestrado a partir de aporte teórico desenvolvido em entrevista com Vilma Maria dos Santos Reis: FIRMINO, Inara Flora Cipriano. *Re(Ori)entando o sistema de justiça através do Pensamento Feminista Negro: uma análise interseccional da agência de mulheres negras na Ouvidoria Externa da Defensoria Pública do Estado da Bahia*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020.

³ SANTOS, Natália Neris da Silva. *A voz e a palavra do movimento negro na assembleia nacional constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos*. Dissertação (Mestrado em Direito) Programa de Mestrado da Fundação Getúlio Vargas (FGV). São Paulo, 2015.



A incidência de mulheres negras nas instituições públicas e nas disputas políticas seguindo o legado traçado de Lélia Gonzalez, Nilma Lino Gomes, Luíza Bairros, Benedita da Silva, Marielle Franco e tantas outras vozes do movimento negro e de mulheres negras, tem o propósito de modificar instituições que nunca viveram uma real situação de democracia, assim como é direcionada a conseguir justiça social e transformação das relações e condições sociais de injustiça. Afirmamos a importância da presença e de uma atuação politizada, direcionada de mulheres negras em instituições estatais e na política, simbolizando uma contranarrativa, uma sabedoria necessária e urgente na promoção de liberdade, emancipação e justiça social.

São as mulheres negras, posicionadas na última colocação da fila social brasileira, que vivem a degradação da desconsideração de humanidade pela ausência de direitos e que tiveram que se acostumar com a inversão geracional enterrando os corpos de jovens negros. É desta condição que emerge a nossa atuação política, a nossa desobediência como método de vida e um desafio aos padrões de hierarquias e dominação da pele negra.

Trata-se, portanto, de uma reivindicação histórica de afirmação, de autodeterminação de vozes e de uma luta contínua do movimento de mulheres negras, mas que também é representativa do movimento negro, do movimento quilombola, indígena, do movimento LGBTQI+, do movimento feminista e de tantas outras frentes sociais que têm como uma de suas agendas disputar outros contornos das instituições e poderes do Estado, bem como sua representatividade. Com outros atores sociais e suas vozes, podemos pensar em outras epistemologias, outras narrativas que modifiquem o saber e o fazer de políticas públicas, que balancem as estruturas coloniais e rompam com os parâmetros universais e igualitários embranquecidos, que mascaram o genocídio da população negra brasileira.

76

Como as instituições estatais não cumprem funções como promoção do acesso igualitário à justiça, garantia de direitos sociais e melhoria das condições de vida, as mulheres negras, nesses espaços, estão construindo ferramentas possíveis para alcançar justiça social e a concretização do que se entende por democracia.

A presença afasta o simbolismo, afasta o enfrentamento simbólico e discursivo trazendo concretude a uma situação de acesso a direitos para além de uma promessa legal. Estamos falando de promoção de direitos para todo e qualquer cidadão e cidadã brasileira independente de marcadores sociais; estamos falando da distribuição e ocupação de cargos de poder por pessoas negras; estamos falando sobre a transformação das instituições e do próprio Estado num campo de disputa por direitos que promovam experiências emancipatórias e autônomas para toda a sociedade civil.

Portanto, o jogo entre presença e ação de mulheres dimensiona além da imagem e da representação. Trata-se do corpo-presença. É político. É subversão. É desafio aos privilégios e aos



padrões de hierarquias e dominação que seguem “despercebidos” pela sociedade brasileira. Assim, a ação resultante de um conhecimento específico e estratégico de mulheres negras é fundamental para a concretização da promessa democrática.



Reaprendendo nossa história – o racismo estrutural e suas consequências na formação do povo brasileiro

Luciana Reis Fonseca

Participar do curso *Raça, gênero, democracia e participação política no Brasil* foi uma oportunidade única e transformadora em meu modo de compreender, refletir e agir diante das situações que envolvem as questões raciais em nosso país.

Revendo o contexto histórico vivido desde o início da formação do Brasil, a partir da perspectiva não apenas do homem branco, mas sim de todos os envolvidos nesta história, fica claro o quanto o povo negro foi subjugado e impedido de participar como cidadão de nossa sociedade. As diversas ações impostas aos negros, desde a época da escravidão, impediram e ainda impedem que consigam uma igualdade de condições com o homem branco. Educação, saúde, trabalho, moradia, lazer foram direitos negados a essa população desde sua vinda para o solo brasileiro.

78

É importante ter em mente que esta condição desigual produziu reflexos diretos nos dias de hoje e é de extrema importância para compreender o racismo estrutural existente em nosso país. Assumir o racismo é um dos primeiros passos para que a mudança possa ocorrer.

Criar espaços de discussão onde as questões raciais possam ser apresentadas, discutidas, elaboradas, expostas, questionadas é de fundamental importância para mudanças comportamentais. A falta de espaços para a reflexão sobre este tema favorece a perpetuação do sistema racial imposto.

A cultura negra com sua história, dança, lenda, música, valores e características típicas precisam ser valorizadas e apresentadas para a sociedade tanto quanto a cultura do homem branco. As escolas como um espaço de diversidade e democracia deveriam se esforçar em trazer os diversos pontos de vista que compõem a sociedade brasileira, não apresentando apenas as culturas europeias, tidas com superiores e deixando de lado outras culturas, julgando-as, muitas vezes, inferiores ou menos desenvolvidas.

Aprender a se colocar no lugar do outro, tendo empatia e um olhar cuidadoso para perceber o quanto o povo negro sofreu e ainda sofre com a discriminação racial, seja na escola, no trabalho, na rua ou em qualquer outro espaço de nossa sociedade, nos faz pensar em formas para lidar com esta situação e fazer com que ela mude, pois não é humano deixar que outro ser humano sofra e se manter impassível, como se isso não fosse sua responsabilidade. Viver desta forma é inadmissível.



Atualmente é possível perceber que atitudes racistas vêm sendo denunciadas com mais frequência e muitas pessoas tem se engajado nas causas raciais, procurando se aprofundar e adquirir conhecimento para combater tais situações. Assistir a um negro ser morto pela polícia, ser discriminado em rede social ou julgado simplesmente por conta de sua cor é revoltante e não pode ser aceito em nenhum lugar do mundo. Pessoas que têm esse tipo de atitude devem ser punidas com severidade.

Questionamentos e mudanças devem vir de toda a sociedade, pessoas brancas precisam enxergar o privilégio de sua cor e começar a se incomodar com a falta de negros na política, nas Universidades, nos espaços de decisão. O privilégio branco não foi e nunca será devido apenas dos esforços próprios - toda uma estrutura social possibilita acesso e facilidades para esta parcela da população.

Para mudar é preciso dar o primeiro passo, aprender e compreender nossa responsabilidade diante das injustiças sociais. A partir daí, seguir na luta e buscar a transformação ao nosso redor, defendendo as minorias por igualdade e justiça.



“O futuro é uma mulher preta”, por uma Constituição Federal que assuma esta sentença como realidade

Mayara Franzini

Sexta-feira, 27 de novembro do 2020, pessoas moradoras dos Jardins, um dos bairros mais elitistas da cidade de São Paulo amanheceram com a frase “O futuro é uma mulher preta” realizada pelo *Coletivo de Artistas Produtores Culturais*, uma das diversas ações de protesto após a morte de João Alberto Silveira Freitas, mais um cidadão vítima do racismo brasileiro.

A frase, que mesmo com poucas palavras, traz uma complexidade centenária, expondo uma dicotomia social racista, onde a mesma sociedade que violenta e tenta subalternizar, é construída e alicerçada pelo esforço de mulheres pretas.

Desde os sequestros escravagistas, as mulheres advindas da África mantiveram estratégias de autonomia e resistência, como por exemplo serem as pessoas que controlavam o mercado de peixes e outros tipos de comércios, no ensino das línguas maternas às crianças, nos cantos e saberes, mantendo ativas memórias ancestrais, sempre negando estarem sob a pedagogia da subalternização, que Lélia Gonzalez traz em seu livro *Mulher negra na sociedade*.

Pensando o adinkra Sankofa¹ como verbo de ação, as mulheres pretas são a personificação de tal, olhando para o passado com o futuro em seu domínio, nunca deixando que os seus esquecessem, mas andando para frente, mostrando o caminho para as suas e os seus.

Embora super exploradas pela organização patriarcal racista, sempre estiveram em luta e no protagonismo de suas próprias histórias, desde quando iam à Justiça no pós ventre livre para terem a tutela de seus filhos; ainda sob domínio do escravocrata, quando encabeçaram a luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas; quando se organizam para denunciar o extermínio da juventude preta; quando, através de suas lutas, escancaram o mito da democracia racial e mostram toda a fragilidade deste modelo democrático representativo de que o Estado brasileiro racista e patriarcal se orgulha e usa para a manutenção de privilégios originados ainda no período de escravidão legalizada.

A mulher preta ser o futuro é memória e herança ancestral de todas as que vieram antes das nossas contemporâneas, portanto, inevitável, mas se faz necessário que a República Federativa do



¹ Sankofa é um ideograma presente no adinkra, conjunto de símbolos ideográficos dos povos acã, grupo linguístico da África Ocidental e significa “nunca é tarde para voltar e apanhar aquilo que ficou atrás”



Brasil e a sociedade reconheçam a importância e cedam os espaços que são das mulheres pretas por direito, através da revisão da Constituição Federal, que desde o início não considerou a maioria da população, dos mecanismos eleitorais, das políticas públicas que visem equiparar a ocupação de cargos de poder e decisão, começando desta forma um movimento real para democratização de uma população de 54% de mulheres pretas e seus filhos.

Para que este movimento seja efetivo e não seja desconsiderado como tem sido, as pessoas brancas ou não pretas precisam se comprometer em abrir mão de seus privilégios e acessos e fazer de suas principais pautas aquelas que há muito têm sido aposta do movimento negro e mulheres pretas, independente do lugar da sociedade em que estejam e, por fim, entender que se as mulheres pretas caminharem, toda a sociedade caminhará junto a elas, todas as pessoas serão beneficiadas pelas existências e saberes delas, que constituem e constroem nossa sociedade, como diz Mateus Gato, “sofremos opressões, mas educamos a sociedade”.



A relevância dos debates antirracistas na formação pedagógica

Karine Frutuoso

O processo de globalização promove um debate sobre as questões raciais, tais como a desigualdade, a discriminação, o preconceito, o racismo estrutural, possibilitando ao povo preto, conquistar e impor uma voz socialmente respeitada, desconstruindo a repressão, a distorção e o apagamento de sua cultura, prática disseminada por séculos pela cultura ocidental. O Brasil tem uma história de mais de 300 anos de escravidão, e é válido ressaltar que foi o último país da América a abolir a escravidão formalmente. Mais de cento e trinta anos depois ainda temos enraizadas no inconsciente da sociedade brasileira ideologias e práticas que marginalizam e excluem o povo preto, impedindo que se constituam como cidadãos em sua plenitude de direitos e deveres.

O racismo em sua forma estrutural, em conjunto com atos de intolerância baseados numa pretensa superioridade biológica que, no Brasil, se constituiu com bases arraigadas culturalmente falando, nas quais ideias preconceituosas fazem parte do vocabulário, das ideias, da constituição socioeconômica e da cultura, tem sido uma prática social instituída, que permanentemente vem degradando, desacreditando, ofendendo e violando a cultura afro-brasileira de maneira criminosa, mas amplamente ‘aceita’ e praticada pela sociedade.

Logo se faz mais que necessário o diálogo, o debate sobre esta temática dentro de qualquer assunto ou conteúdo pedagógico abordado nas escolas. No entanto, essas práticas estão enraizadas culturalmente em nossa sociedade de tal modo que nos levam a refletir: esta é uma temática presente nos conteúdos de formação dos professores? Está presente nas conversas e discussões nas reuniões pedagógicas? Os professores estão preparados para lidar com seus preconceitos? Estão dispostos a desconstruí-los, antes de levar essa discussão para as salas de aula?

No ano de 2003, houve um importante avanço na luta antirracista no país, com a implementação da Lei 10.639, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, sendo elas públicas ou particulares, desde o ensino fundamental até o ensino médio. Entretanto, quinze anos após a promulgação, a exequibilidade da lei ainda apresenta desafios nos ambientes escolares, pois não houve uma reformulação concreta no currículo pedagógico escolar por falta de incentivo de mais políticas públicas afirmativas que atuem diretamente no setor da educação, relegando essa indispensável discussão a uma pouco significativa “comemoração” próxima ao dia da Consciência Negra, 20 de novembro, com rasas atividades expostas em cartazes




colados em murais, sem realmente causar reflexão nos educandos e por conseguinte na comunidade escolar. Obviamente não generalizando, são realizados relevantes trabalhos pontuais por algumas escolas, que conseguem colocar em prática não somente a lei, mas promovem uma valorização cultural e ação social em sua comunidade. Porém, nosso país compreende uma vasta amplitude de território educacional, tornando ínfimo o número de escolas que verdadeiramente compreendem a importância do reconhecimento da diversidade étnico-racial e da luta pela igualdade sociocultural.

A escola não pode ser a única responsável pela reparação histórica de proporções monumentais e é preciso que a sociedade e o Estado tomem ciência de seu papel e responsabilidade. Como bem pontuou Paulo Freire, “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. É preciso fomentar no setor da educação brasileira a quebra de paradigmas, tão arraigados, e ampliar a visão dos profissionais da educação sobre a necessidade de compreensão do conceito de racismo e sua estrutura, estudando, lendo, ouvindo, debatendo em formações continuadas que gerem a prática e comprometimento. Como apontou Nilma Lino Gomes, “Julgo que seria interessante se pudessemos construir experiências de formação em que os professores pudessem vivenciar, analisar e propor estratégias de intervenção que tenham a valorização da cultura negra e a eliminação de práticas racistas como foco principal. Dessa forma, o entendimento dos conceitos estaria associado às experiências concretas, possibilitando uma mudança de valores. (Gomes, 2005, p.145)”.

83

O despertar da sociedade brasileira em relação a sua própria história aponta traços de mudança em lentos passos em decorrência, principalmente, de certas políticas públicas segregacionistas e, no atual cenário político, com explosões de casos de racismo divulgados em redes sociais e mídias, estimulando discussões, questionamentos e reflexões que antes sequer eram considerados. No entanto, levando em conta as proporções monumentais das desigualdades, é pouco o que se está fazendo num país cuja maioria da população é preta e vítima direta ou indireta dos danos causados pelo racismo. Seja por meio de políticas públicas de ações afirmativas, de investimentos na cultura afro brasileira ou de desconstrução de estigmas, é urgente e necessário maior atenção do Estado e a instituição de uma real democracia racial.

Capacitação e atualização profissional continuadas com recursos e estímulos para o exercício desses profissionais da Educação, de forma a compreenderem e exercerem seu papel na luta antirracista é um caminho válido para cumprir o que diz a Lei 10.639/03 e valorizar a cultura, a importância e a contribuição massiva na construção do Brasil enquanto uma verdadeira nação.



A insurgência preta que nasce com o acesso ao conhecimento

Adriana Dantas de Souza Gama

Dezembro chegou e normalmente as pessoas costumam projetar um novo horizonte para o ano seguinte, mas 2020 saiu do roteiro de forma contundente. O cenário que ganhou características de uma distopia digna de Octavia Butler deixa marcas profundas na história da humanidade. Os atravessamentos foram inúmeros, drásticos e, de certa forma, incontornáveis. Neste sentido, já não é mais possível voltar no tempo e apagar uma pandemia de Covid-19 e movimentos ascendentes, individuais e coletivos, que encontraram na busca pela identidade negra um caminho sem volta.

Passados nove meses do início do distanciamento social, já é possível avaliar que a pandemia apenas tornou evidente aquilo que o movimento negro já denunciava há décadas: as privações sociais enfrentadas pela população negra - faltas de moradia e saneamento básico, acesso à educação, saúde, emprego e renda. Segundo dados divulgados pelo IBGE em 2019 acerca de demografia e as condições socioeconômicas da população brasileira, o grupo étnico-racial que aponta no topo da pirâmide é composto em sua maioria por negros. Por essa razão, é possível tecer uma relação de causa e consequência sobre os impactos que o Covid exerceu/exerce sobre essa população, determinando assim a dita necropolítica - conceito criado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe que define quem deve viver ou morrer dentro dos limites do estado soberano. Esse, por sua vez, continua perpetuando sua força opressora, não garantindo que ao menos estratégias governamentais sejam adotadas a fim de fazer valer alguns dos princípios constitucionais

Em contrapartida um outro elemento interessante nasceu, em decorrência, certamente, do isolamento social, e acompanhou a emergência em discutir as múltiplas faces do racismo, suas implicações e quais medidas a serem confrontadas diante, por exemplo, de atrocidades como nos casos de George Floyd e João Alberto Freitas: a busca conduzida pela população negra, sobretudo a jovem, por formação educacional extracurricular. Deve-se mencionar o *boom* de *lives* e cursos que tomaram conta das redes sociais com a intenção de discutir, questionar, apropriar, refletir, analisar temas que cercam o povo negro brasileiro. E, sem dúvida, a iniciativa da *Escola do Parlamento* juntamente com o *Instituto da Mulher Negra – Geledés* veio ao encontro dessa finalidade, uma vez que as pessoas estão abertas e sedentas por conhecimento. Então, propor um curso sobre *Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil* em um contexto de calamidade pública, desemprego altíssimo e falta de perspectivas é transformador.



Nesse cenário, é importante destacar que o racismo associado ao epistemicídio foi capaz de destituir a humanidade do povo negro, contudo, ainda que em tempos controversos, o acesso a intelectuais, publicações e às narrativas que não foram contadas ganham visibilidade ocupando, de fato, seu lugar na produção de conhecimento, bem como criando mecanismos de um futuro levante coletivo. Portanto, como bem alertou Vilma Reis, é necessário fazer uso da pedagogia da desobediência para marcar essas novas expressões as quais serão protagonizadas, essencialmente, por aqueles que um dia foram apagados da história brasileira.

Referências Bibliográficas

População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200225



Quilombos e Democracia

Rodrigo Portela Gomes

Nos últimos nove meses, a população negra tem experimentado de diferentes modos o aprofundamento das desigualdades históricas e fundantes deste país. Na esteira das proposições teóricas da intelectual Givânia da Silva¹, a pandemia escancarou as violências que sofremos no cotidiano, ainda que encobertas por mitos racistas, como o da democracia racial. Essa produção discursiva que tem como resultante a máxima de que “no Brasil não existe racismo”², alinhada às práticas de negação de direitos e extermínio das populações negrindias, constitui a democracia genocida³, ou seja, a naturalização da morte negrindia. A pandemia do Covid-19 não é um ponto fora da curva do propósito do Estado brasileiro de “querer nos matar”⁴. Ao contrário disso, se o racismo é mecanismo de naturalização das nossas mortes, a pandemia foi associada a este projeto direcionado a nossa morte como sujeitos, comunidade e civilização.

O curso *Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil* nos provocou a pensar a intersecção das violências racial, sexista e de classe no contexto da democracia moderna que vivemos. Para além disso, nos desafiou a articular, pela forma reflexiva, a nossa sobrevivência e, conseqüentemente, dismantelar o projeto das mortes negrindias. Por isso, a partir dos quilombos enquanto projeto da vida negra e indígena, como principal estratégia de luta por direitos de liberdade, igualdade e propriedade no Brasil, me mobilizo a pensar na recriação do que se entende por democracia para a população negrindia. Recentemente, o movimento quilombola, na figura da CONAQ⁵, propôs ao STF a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 742, com o objetivo de assegurar a vida e a saúde da população quilombola durante a pandemia do Covid-19.

A ação foi fundamentada por vários estudos, dentre os quais “Vulnerabilidade Quilombola na covid-19”⁶. A despeito deste estudo, destaco aqui a ausência de produção e divulgação de dados sobre essa parcela da população brasileira, que segue apagada diante da manutenção do racismo e

86

¹ Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/a-covid-mostrou-a-realidade>. Acesso em: 03 dez. 2020.

² Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2020/11/20/no-brasil-nao-existe-racismo-diz-mourao-sobre-assassinato-de-negro-no-carrefour>. Acesso em: 03 dez. 2020.

³ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Democracia genocida. In: **Brasil em transe bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Machado, Rosa P. (org.). Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019, p. 63-82.

⁴ Alusão à potente passagem de Conceição Evaristo “eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”.

⁵ Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

⁶ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO QUILOMBOLA IVO FONSECA. **Vulnerabilidade Quilombola na Covid-19** – um estudo na base de informações do IBGE: relatório técnico. Brasília, 2020.



inviabilização resultante de uma promessa democrática no Brasil. Já são três décadas após o reconhecimento e a autoinscrição dos quilombolas no pacto constitucional, mas as informações até aqui produzidas pelos órgãos oficiais sobre os quilombos são insuficientes para impulsionar a promoção dos direitos conferidos a partir de 1988. Afirmo, por exemplo, que não há dados demográficos das atuais 5.972 localidades quilombolas identificadas recentemente pelo IBGE⁷ em todo território brasileiro. O que se tem são poucas informações, como as divulgadas no dia 05 de dezembro de 2020 pela CONAQ, em boletim epidemiológico autônomo sobre o total de 170 óbitos provocados pelo Covid-19 nos quilombolas.

Observamos, assim, que uma das dimensões do racismo está nas desiguais condições socioeconômicas para enfrentar a pandemia. Não há dados demográficos oficiais, assim como não há dados da pandemia nos territórios quilombolas. Inviabiliza-se a vida quilombola pela desassistência socioeconômica, pela ausência de equipamentos de saúde e pela falta de cuidados sanitários nos territórios e, conseqüentemente, inviabiliza-se a democracia com o apagamento da presença quilombola, especialmente nas intervenções institucionais durante a pandemia da covid-19, colocam em xeque as estruturas democráticas nacionais.

Numa recente atividade realizada pelo canal Pensar Africanamente⁸ para homenagear Sueli Carneiro, a professora Ana Flávia Magalhães recuperou uma entrevista da intelectual para a revista *Caros Amigos*, publicada há mais de duas décadas. Nessa oportunidade Sueli afirmou que os “negros são os mais rejeitados dessa nação”. A realidade nos demonstra que a violência racial na democracia se renova exatamente na desqualificação dos atributos que nos conectam à parte da comunidade: memórias, histórias, símbolos e, principalmente, os nossos corpos. Por isso, busco em Beatriz Nascimento a ideia do quilombo como estratégia transatlântica para enfrentar a perda do pertencimento.


Nesse sentido, os quilombos constituem um projeto alternativo na defesa das vidas negrindias, porque se efetiva como comunidade, reivindicando autonomamente o poder-saber legado da sobrevivência negrindia, ou seja, a matriz cultural, histórica e jurídica dos quilombos. Assim, a presença quilombola para a democracia é uma resistência aos hiatos históricos. É recuperação das memórias negrindias. É o enraizamento da territorialidade como direito material e como política de pertencimento das nações negrindias. É o reconhecimento da humanidade negra e indígena. É a experiência radicalmente comprometida com a universalização dos direitos fundamentais e a manutenção da democracia,

⁷ Disponível em: <https://mapasinterativos.ibge.gov.br/covid/indeg/>. Acesso em: 03 dez. 2020.

⁸ Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=8g7l6ljMFk8&t=6081s&ab_channel=PensarAfricanamente. Acesso em: 03 dez. 2020.



ambas estruturas societárias modernas que ajudamos a fundar e, por isso, exigimos, com insubmissão, as vidas dignas negras e indígenas.



A cor das pessoas eleitas: sub-representação de mulheres negras e imagens
de controle

Cristiane Gonçalves

A eleição de homens, brancos e de meia idade não é novidade no cenário político brasileiro, em contrapartida à eleição de mulheres negras, que continua a ser uma das menores em relação aos demais grupos sociais. É imprescindível destacar que o número de mulheres indígenas e mulheres trans eleitas também é ínfimo, porém nesta pesquisa, mulheres negras serão o centro do debate.

Segundo os dados coletados pela *Gênero e Número* (2020) do site do TSE, somente 6% do total de vereadores eleitos são mulheres negras, além disso em 53% das cidades brasileiras nenhuma mulher negra ocupará a Câmara Municipal em 2021. Embora 84.418 candidatas à vereança fossem negras, apenas 3.634 acabaram sendo eleitas. Diante desses dados, compreende-se que a sub-representação de mulheres negras na política decorre de um sistema racista e sexista que busca manter mulheres negras às margens dos espaços de poder, destinando a elas os espaços de subalternidade, porque sob seus corpos constrói-se a imagem de que não nasceram para a vida política.

Analisar proposições como a supracitada a partir de dados eleitorais do TSE só se tornou possível em 2014, haja vista que não havia dados sobre raça/cor na ficha de candidatura, o que incorria na falta de informações para a politização da desigualdade racial (CAMPOS; MACHADO, 2015).

A categoria imagem de controle, pensada por Patrícia Hill Collins, diz respeito “à justificativa ideológica que sustenta a continuidade dos sistemas de dominação racistas e sexistas que buscam manter as mulheres negras em situação de injustiça social.” (BUENO, 2020, p. 78). Desse modo, os grupos dominantes propagam direta ou indiretamente a imagem estereotipada da mulher negra, buscando restringir a sua autonomia.

Embora mulheres brancas também estejam em menor número na política, seus corpos não são atravessados pela questão racial, portanto, em uma perspectiva de raça, gênero e classe, “mulheres brancas tem recebido sua parcela de poder branco em relação tanto a mulheres negras quanto a homens negros.” (KILOMBA, 2019, p. 101). Esse pensamento binário que nos divide entre branco e preto, homem e mulher, sujeito e objeto, público e privado, dentre outras categorizações, é a parte central da estrutura organizativa das imagens de controle que tenta justificar, a partir de um processo hierarquizante, a opressão de mulheres negras (BUENO, 2020).

O *Instituto Marielle Franco* (2020) entrevistou 142 mulheres negras de 21 estados brasileiros que eram candidatas nas eleições municipais de 2020, 98,5% das mulheres negras que responderam



à pesquisa relataram que sofreram mais de uma violência política. Dentre os dados, 44% relataram que sofreram violência racial, bem como 62% também sofreram violência moral e psicológica.

A violência política a que mulheres negras sofrem decorre de um projeto racista e sexista que tenta instituir a este segmento os lugares de servidão, como a cozinha do patrão burguês. A presença de uma mulher negra em espaços de poder incomoda, por isso a branquitude de tudo faz para constituir a imagem de que o lugar de mulher negra é na margem, jamais ao centro. Diversas candidatas negras eleitas estão sofrendo ameaças e algumas foram até mortas, resultado de um Estado racista com uma democracia que nunca se consolidou.

Referências Bibliográficas

BUENO, Winnie. **Imagens de Controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre: Zouk, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

90

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira Ciência Política**, 2015, n.16, p. 121-151. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200121&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 dez. 2020.

INSTITUTO MARIELE FRANCO. **A violência política contra mulheres negras**. Disponível em: <https://www.violenciapolitica.org/>. Acesso em: 03 dez. 2020.

GÊNERO E NÚMERO. **Em 53% das Cidades brasileiras, nenhuma mulher negra ocupará a Câmara Municipal em 2020**. Disponível em: <http://www.generonumero.media/mulheres-negras-53-eleitas/>. Acesso em 03 dez. 2020.



Museu como casa-grande, trabalhadores precarizados em senzalas: o lugar insidioso dos discursos decoloniais de exposições em instituições de arte

Juan Victor Gonçalves

Em dezembro de 2016, após uma onda de protestos decorrentes da inclusão da peça teatral *A Mulher do Trem* - que fazia uso de blackface - em sua programação, o *Instituto Itaú Cultural* (localizado na cidade de São Paulo) inaugurava a exposição *Diálogos Ausentes*. Precedida por um amplo debate acerca dos impactos do racismo na sociedade e nas instituições de cultura, a mostra reunia obras que discutiam o lugar relegado aos afro-brasileiros (e aos artistas afro-brasileiros) na arte, mas sobretudo, na sociedade brasileira – lugar este marcado pela ausência, pela violência e pela subalternidade. Em adição, essa iniciativa era também imbuída de um outro objetivo, de caráter interno: visava o combate ao racismo a partir da reeducação e de uma correção ética da postura institucional do *Itaú Cultural* depois do ocorrido.

Este episódio marcou uma virada no cenário da arte contemporânea brasileira: desde então, temos observado com certa frequência olhares revisionistas para a História da Arte e para acervos de museus e centros culturais, além de outras exposições¹ resultantes dessa nova abordagem, e a contratação de profissionais negros em cargos específicos de maior poder nestas instituições, por exemplo. Contudo, cabe refletirmos: tais mudanças de comportamento ficaram restritas a uma apropriação teórico-discursiva no campo da arte ou também se efetivam em relações de trabalho mais justas e equalitárias? A adoção de conceitos alinhados às ideias de “decolonizar”, “incluir” e “reparar” alterou a maneira como estas organizações enxergam seus trabalhadores e assimilam práticas que precarizam o trabalho, como a terceirização?

No Brasil, assim como em outros países, as políticas neoliberais têm intensificado a vulnerabilidade dos trabalhadores negros e provocado impactos no mercado de trabalho desde os anos 1990. A Reforma Trabalhista (2017) – que flexibilizou a terceirização e suprimiu a Justiça do Trabalho - representou, neste sentido, mais um retrocesso no campo dos direitos dos trabalhadores ao reforçar divisões pautadas sob pretextos raciais, sexuais e sociais. Nesse contexto de informalidade e precarização das relações e condições de trabalho, temos uma presença majoritária da mão de obra

¹ Como, por exemplo, as mostras *Histórias Afro-atlânticas* (MASP e Instituto Tomie Ohtake, 2018) e *PretAtitude– Insurgências, emergências e afirmações na arte afro-brasileira contemporânea* (SESC SP, 2018-21).



negra (pretos e pardos) ocupando postos menos qualificados e com menores remunerações, segundo dados recentes do IGBE, DIEESE e OEI.

Apesar de não haver dados oficiais acerca da força de trabalho negra em instituições de arte e cultura, são pontuais as iniciativas que preveem a ascensão profissional desses trabalhadores a postos mais elevados nas estruturas organizacionais de museus, fundações, centros culturais, galerias etc. Em contraponto, uma observação mais atenta indica que a ausência desse reconhecimento profissional se reflete nos lugares ocupados com mais frequência por negros e negras nestes espaços: vigilância, copa e cozinha, limpeza e manutenção e setores educativos. Curiosamente, estes são postos de trabalho marcados pela informalidade, sazonalidade, insalubridade e, com frequência, pela terceirização.

Esse descompasso toma contornos significativos no contexto de crise sanitária do Novo Coronavírus, que provocou cortes orçamentários e fechamento das instituições. Segundo dados da *Pnad Contínua* e do *Observatório Itaú Cultural*, houve um aumento no número de demissões na área da cultura no primeiro semestre de 2020, com mais de 870 mil trabalhadores que perderam seu emprego devido à crise sanitária da COVID-19. Além disso, segundo o Boletim Especial Nov/2020 do *Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos* (DIEESE), essa desigualdade se aprofundou durante a pandemia entre a população negra, com o índice de 6,4 milhões de homens e mulheres negros entre desocupados e desempregados.


92

Essa investigação demonstra o descompasso que há entre quem tem o emprego mantido e que parcela é atingida pelo desemprego no país. De forma geral, esses dados combinados também podem revelar algumas incompatibilidades nos discursos de inclusão das instituições culturais brasileiras. Ainda que façam proveito de pautas que estão em voga na vida cotidiana (e que, portanto, tem se popularizado na tessitura social), estas não têm servido ao propósito principal de promover a equidade e garantir estabilidade profissional aos trabalhadores negros. Algo semelhante é observado na chamada “economia do compartilhamento”, na qual empresas apropriam-se de valores horizontais e coletivos às custas da precarização de entregadores de aplicativos. Dessa forma, também se agrega valor às suas marcas, sem, entretanto, se responsabilizarem pelas consequências da adoção de tais práticas.

Que sejam bem-vindos os projetos de cunho antirracista e decolonial! Mas que sua ocorrência também se efetive em autocrítica institucional e em práticas trabalhistas igualmente antirracistas e decoloniais por parte dos equipamentos culturais (empregadores), modificando a forma como todos os trabalhadores negros são vistos e assimilados nas estruturas organizacionais corporativas. Mesmo que o contexto seja de retrocesso e perda de direitos, a apropriação de discursos progressistas pelas instituições deve servir ao propósito da erradicação do racismo estrutural e não a uma camuflagem



da lógica da casa-grande/senzala. Distantes de promoverem a emancipação e formação crítica dessa parcela da força de trabalho, serão apenas discursos insidiosos que promoverão mais rachas entre uma população e uma classe de trabalhadores que ainda tenta superar o trauma transatlântico em pleno século XXI.



*A falsa democracia idealizada por brancos que nega, além de igualdade,
humanidade ao povo preto
Giovana Guedes*

O racismo estrutural - e inercial - citado na palestra de Hélio Santos (ESCOLA DO PARLAMENTO, 2020a) nos leva a pensar sobre quanto a colonização ibérica no século XV influencia hoje as consequências de uma falsa democracia. Essa democracia é uma história perversa da sociedade que dificilmente pode ser mudada, exemplificada por um tremendo desastre urbano. Existe crise na democracia, pois a defesa da vida da população negra não é pauta na agenda do Estado Brasileiro, resultado da subalternidade que também afasta negros de lugares de poder. Além disso, a própria legislação consolida o modelo racista. Então por que diante de tantas atrocidades vistas diariamente contra o povo preto, a branquitude não se mostra ao menos incomodada? A resposta poderia ser: os brancos não querem seus privilégios se esvaindo justamente por estarem “bem acostumados” nessa mesma democracia liberal feita nos moldes de um homem branco europeu e para seu usufruto.

94

Pensando no período pré e pós-abolição, facilmente percebemos correlações com o fato de que os negros, ainda que livres em 1888 e cidadãos hoje, nunca tiveram seus devidos direitos. Um exemplo é a Lei do Ventre Livre (LEI Nº 2.040, DE 28 DE SETEMBRO DE 1871), que alegava que os filhos nascidos de mulheres escravizadas fossem libertados mas, na verdade, essas mulheres ficavam sem os seus filhos, pois a criança nascida livre deveria ficar sob a tutela dos senhores até seus 21 anos. Outro exemplo, que ocorreu em 1888, “O massacre dos libertos”, foi um movimento de indenização dos senhores contra escravizados já libertos, ou seja, tentativa constante de controle de negros que já haviam conquistado a liberdade. Tais fatos construíram, no imaginário da nação, legados da escravidão, como a pobreza como mecanismo de subalternidade, naturalização do “servir”, naturalização do padecimento do corpo negro, o corpo da mulher negra extremamente explorado - do ponto de vista do trabalho e do ponto de vista sexual - visto sempre como disponível e público, que hoje fazem parte do racismo estrutural que racializa a cidadania no Brasil. E ao mesmo passo que esses padrões foram construídos, podem ser desconstruídos. Devem ser.

A democracia reproduz a desigualdade na tentativa de naturalizar as diferenças tornando-as invisíveis. E essa é uma importante reflexão sobre a subalternidade. De acordo com Rosane Borges (ESCOLA DO PARLAMENTO, 2020b), baseado nos pensamentos da grande teórica indiana Gayatri



Spivak, a mulher negra e pobre preenche todos os requisitos de subalternidade: o da pobreza, o do gênero e o da cor, que fazem com que a mulher negra permaneça no “lugar” demarcado ideologicamente que lhe foi reservado. Um lugar que não é central, mas periférico. A subalternidade exotiza corpos negros como se fossem estranhos, o neutraliza expropriando dele qualquer possibilidade de representação e isso forma o prejudicial mecanismo racista no Brasil.

De acordo com Uvanderilson Silva (ESCOLA DO PARLAMENTO, 2020b), existem dois principais mecanismos sociais que nada mais são do que elementos da estrutura de subalternidade. São eles: a exposição da população negra à violência - principalmente a violência de estado -, e a precariedade do direito civil da população negra no Brasil. Tudo isso causa medo e desconfiança para os negros, mas brancos veem isso como um problema do povo preto, e não do sistema judicial brasileiro. Mas o que isso representa para a branquitude? Desinformação ou falta de interesse? Quanto pesa o silêncio do branco opressor com seus privilégios ameaçados? Uma maioria branca sente uma culpa que não é errada, mas diante disso, imobiliza suas atitudes, suas reflexões e sua responsabilidade contra o enfrentamento do racismo. Portanto, com racismo não há democracia. Não é possível mudar o sistema sozinho, pois não é uma luta singular. A voz de um coletivo branco ainda que receoso em suas convicções privilegiadas ajudaria a mudar o curso em favor da revolução na busca de uma democracia mais inclusiva, assim como cita Silvio Almeida: “Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo.” (ALMEIDA, 2019, p. 40).

95

Segundo Gabriel Sampaio (ESCOLA DO PARLAMENTO, 2020a), uma possível solução seria radicalizar políticas afirmativas que sequer existem pois, novamente, não são pauta e nem dor sentida na própria pele da elite do Estado Brasileiro. Mas além disso, devemos pensar em como é necessária a ocupação do povo preto na área executiva e de parlamento, ressaltando que o compromisso com a luta antirracista tem que ter um padrão mínimo civilizatório, e eleger negros faz parte dessa luta. É imensurável a importância de negros, sobretudo mulheres negras em posições de liderança e poder. Partidos precisam incorporar raça nos seus projetos políticos, pois a renovação da ordem democrática implica em noções raciais. Não só negros podem representar politicamente negros, mas com a condição de que, mesmo que o estado brasileiro seja operado por brancos, ele seja sempre voltado para a proteção social da população negra.



Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

Escola do Parlamento. EP e Geledés | Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil.

Facebook, 29 de setembro de 2020a. 19:00.

<https://www.facebook.com/eparlamento/videos/2377723882524020/>. Acesso em: 29 de setembro de 2020.

Escola do Parlamento. EP e Geledés | Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil.

Facebook, 20 de outubro de 2020b. 19:00.

<https://www.facebook.com/eparlamento/videos/2377723882524020/>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.



Breves considerações sobre racismo e democracia no Brasil

Bruna Hirai

O sistema político, econômico e social brasileiro tem em seu rosto uma ferida aberta e profunda: a do colonialismo escravista, processo histórico fundante do racismo estrutural. Apesar das tentativas, esse rosto nunca conseguiu esconder ou cauterizar essa ferida, nem com os artifícios de uma maquiagem republicana do século XIX, nem com o fino véu do mito da democracia racial e nem com o sopro de uma democracia agonizante dos séculos XX e XXI. O legado histórico dessa ferida se mantém nos privilégios materiais e simbólicos das pessoas brancas, mesmo aquelas de classes menos abastadas, e na exclusão, subalternização e exploração de pessoas negras. Esse contexto construiu um cenário de desigualdades e cisões profundas no Brasil, tornando inviável a afirmação de que existe uma real democracia nos dias de hoje.

Silvio Almeida define racismo estrutural como o mecanismo que garante a reprodução de privilégios da população branca em detrimento da população negra, por meio das estruturas de manutenção da hegemonia, isto é, as próprias instituições brasileiras. Também segundo o autor, o racismo estrutural se alimenta, dentre outras coisas, dos processos de subjetivação conscientes e inconscientes que perpassam toda a sociedade e suas estratificações. Esses processos de subjetivação passam, por exemplo, pela reprodução massiva, nos aparatos e arranjos semióticos/midiáticos/educacionais do mito da democracia racial, da construção de estereótipos acerca da população negra, da marginalização da cultura afro-diaspórica e da naturalização de processos de violência de raça e gênero. A partir do conceito de racismo estrutural pode-se dizer que esses processos de naturalização, negação e reprodução do racismo no Brasil são forjados sobre um complexo arranjo e desarranjo social marcado pela manutenção contínua do poder, com bases semióticas, epistemológicas, psicológicas e políticas muito bem articuladas com uma agenda hegemônica de raiz europeia, patriarcal, escravista e colonial.

Desse modo, a construção de uma aparente harmonia racial, e a adjacente perpetuação do racismo por ela velado, são processos que tiveram suas bases fincadas em um chão de interesses políticos e econômicos muito bem delineados durante toda história brasileira. A historiadora Wlamyra Albuquerque analisa como, por exemplo, ainda no pré-abolição (momento em que menos que 5% da população negra ainda era escravizada), ao mesmo tempo em que esteve presente, no discurso oficial republicano-abolicionista, a defesa da inexistência de diferenciações raciais, edificava-se uma outra




estrutura de hierarquização e clivagem racial no Brasil, ao se construir a ideia de uma “caridosa raça emancipadora” (ainda detentora do poder e controle social), em contraste com uma “raça emancipada” (que foi e tem sido, na verdade, ela mesma, a maior agente em sua luta por emancipação durante a história).

Cem anos depois, se institui a democracia moderna brasileira, “consolidada” na promulgação da Constituição de 1988, que visa garantir, ao menos formalmente, direitos e liberdades fundamentais a todos os cidadãos. Importante, entretanto, é notar como a redemocratização no Brasil, após o período ditatorial, esteve articulada com o processo de neoliberalização econômica, que aprofundou de forma intermitente, até os dias de hoje, as desigualdades sociais e raciais com o sucateamento de políticas públicas em função do capital financeiro internacional. Esse processo será responsável, na atualidade, pela estagnação econômica, pelo desemprego e pelo definhamento da democracia com o alargamento de terreno para práticas políticas profascistas.

Segundo David Harvey, geógrafo britânico, a adequação dos países da periferia do sistema capitalista ao neoliberalismo nada mais representou do que a busca pela manutenção de privilégios sociais e políticos de uma pequena elite, que se encontravam ameaçados num contexto de instabilidade social do pós-guerra. Sendo assim, pode-se dizer que, no Brasil, esse processo visou resguardar os privilégios de uma elite fundada no escravismo colonial, e acabará por aprofundar políticas de exclusão e extermínio da população negra brasileira. No seio desse processo, 54% da população brasileira (pretos e pardos) têm tido, cada vez mais, cerceados seus direitos vitais, políticos e econômicos. A partir daí pode-se diagnosticar uma lacuna existente na democracia brasileira, resultado de séculos de manutenção de privilégios de dentro das instituições, em sua esmagadora maioria comandadas por pessoas brancas.

98

Por isso, tão importante quanto reconhecer os movimentos históricos de continuidades da máquina estruturante do racismo e enfatizar a agência da população negra brasileira em seus processos de resistência, é trazer para o debate público o papel das pessoas brancas na luta antirracista. A história nos mostra que esse papel, para ser efetivo, não será o da “bondade” ou da “caridade” aos moldes palacianos/republicanos do século XIX, mas sim do trabalho ativo nas esferas micro e macropolíticas da nossa sociedade. Esse trabalho é papel de todos os cidadãos comprometidos com a democracia e com o desenvolvimento do país, e deve ser compatível com o fim do ciclo de redistribuição de privilégios e poderes entre pessoas brancas, com a criação e ampliação de políticas públicas que garantam a diversidade e afrocentricidade nos currículos escolares e arranjos sógnicos de representação, bem como a ampliação da presença de pessoas negras em posições de poder, decisão e destaque em todas as instituições brasileiras.



O Brasil, os brasileiros e a democracia
Danielly Amorim de Queiroz Jales

O objetivo deste texto é pensar sobre as ambiguidades do conceito democracia no Brasil e a democracia para os brasileiros, isto é, as diferenças entre a democracia enquanto teoria e a prática democrática vivenciada no cotidiano pelo povo brasileiro. A palavra democracia apresenta dois sentidos: “governo em que o povo exerce a soberania e sistema político em que os cidadãos elegem os seus dirigentes por meio de eleições periódicas”¹. É importante pensar que no senso comum a democracia confunde-se com a ideia de igualdade ou isonomia, pois se todos somos iguais, logo todos temos direitos. Contudo, a oposição à democracia é a ditadura ou o totalitarismo que também é a falta de direitos. Entretanto, a correlação entre os termos merece bastante atenção se adicionarmos as questões envolvendo gênero, raça e classe.

No Brasil, os problemas com a miscigenação² da população trouxeram uma série de construções de inverdades que mascararam as relações sociais e políticas entre negros (somatórios de pardos e pretos) e brancos. Autores como Gilberto Freyre ressignificaram as relações do período escravocrata numa tentativa de amenizar a violência, a exemplo dos estupros de mulheres negras. Bem como, elevar a categoria pardo como símbolo da democracia racial e a mistura entre os povos.

Autores como Carlos Hasenbalg, Edward Telles, Nilma Lino Gomes demonstraram que a cor da pele tem um papel fundamental no acesso a direitos e oportunidades. E se não se tem acesso a direitos, não há democracia. Na prática, isto indica que negros e brancos estão em posições distintas. Segundo dados³ do IBGE – *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, os brancos estão em melhores posições no que se refere à escolaridade, empregos e salários. Categorias que refletem diretamente melhor acesso à saúde e moradia. Logo, os negros estão nas piores posições.

Atualmente, vem-se reforçando a anormalidade desta situação. Embora diversos estudos apresentem resultados que indicam que se essa disparidade é tão longa e duradoura, a cor da pele é algo que precisa ser destacado nas análises e construções de políticas públicas. Afinal, há um sistema que interfere ou atua na construção desta desigualdade: o racismo estrutural. É o enraizamento do

¹<https://www.google.com/search?q=democracia&og=democracia&aqs=chrome..69i57j0j0i433l3j46i433j0i433.2400j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

² Ver Kabengele Munanga (2006) *A mestiçagem no Brasil – Identidade Nacional versus Identidade Negra*.


³ Dados da PNAD – Plano Nacional por Amostra de Domícílios - 2019



racismo que faz um movimento circular das estruturas sociais para as pessoas e ao mesmo tempo retorna das pessoas às instituições.

Estes dados são mais alarmantes se pensados a partir da mulher. Ainda segundo os mesmos dados, são elas que têm pior desempenho se comparadas aos homens. Autoras como Sueli Carneiro demonstram o quanto nossa sociedade precisa rever as questões de gênero construindo um feminismo que atente para a mulher negra. Uma vez que as inúmeras violências e desigualdades contra as mulheres têm maiores impactos nas mulheres negras por estarem distantes de diversos de direitos.

Por isso, torna-se urgente um avanço nas lutas por participação política. A formação dos poderes executivo, legislativo e judiciário - hegemonicamente masculina e branca -, necessita de revisão. De maneira que, pensar a democracia nacional é pensar em escalas distintas. Há sim um Brasil democrático, porém não é vivenciado pela maioria das pessoas, principalmente os negros e menos ainda pelas mulheres negras. Desta forma, existe um país teoricamente democrático, alguns do povo com acesso aos direitos e outro universo que se apresenta de maneira ditatorial à população negra.



Dilemas na proposição de uma democracia euro-ocidental em países africanos

Kynni Kayode

Os povos africanos têm em sua formação algumas atipicidades oriundas do imperialismo e da exploração de países europeus, dos quais se colhem os seguintes frutos: a fundação de inúmeros Estados plurinacionais, a descentralização de nações e impérios inteiros e a aglutinação de povos estilhaçados em novas formações, onde não se consideraram as estruturas culturais ou ontológicas de cada povo.

Norteando-se por este contexto, podemos constatar que a maior parte dos regimes democráticos dos Estados-Membros ainda são muito recentes; respostas a sistemas violentos de colonização.

Frente a um indubitável cenário de diversificação de idiomas, culturas, tradições e idiosincrasias dos povos africanos, como poderia um modelo de democracia proposto por coalizão externa garantir a efetividade do sufrágio universal? Como falar em isonomia e participação política se diversos Estados têm seus reis? Um exemplo disto é a *Carta Africana de Direitos Humanos* que entende a democracia em seus Estados-membro como ainda embrionária e espera que o sufrágio universal e secreto, implícito por hora, possa ser aplicado e exigido pelos países com veemência e rigidez em momentos futuros. A União Africana se espelha na égide de instrumentos europeus de amplitude continental e de valores ocidentais de democracia porém, de certa forma muito mais concisa, respeitando que diferente dos Estados Unidos da América, da França, ou da Inglaterra, países que tiveram séculos para desenvolverem os formatos vigentes de democracia, a *Carta Africana* entende que os conflitos e trajetórias dos países-membros é muito mais recente e que a tão objetivada democracia tem outra construção em África.

O continente africano então possui fronteiras étnicas sobrepostas por fronteiras imperialistas europeias, as quais são oficialmente aceitas nas relações internacionais e nas questões de soberania estatal, porém essas não alcançam os indivíduos, o que nos leva questionar até onde esta ficção de democracia se sustentaria enquanto ideal de verdade. Os dilemas da democracia que invisibilizam sujeitos se dão primeiro por questão idiomática: o idioma oficial dos países africanos, como exemplo da própria *Carta Africana de Direitos Humanos* que foi traduzida, são o árabe, o francês, o inglês e o português. Divisão esta feita majoritariamente pelo imperialismo eurocêntrico e que não respeita a construção étnica e cultural da maioria dos povos africanos, com a exceção da África do Sul que em



sua constituição reconhece além do inglês, 11 idiomas nativos como oficiais¹. A verdade é que na maioria dos outros países africanos só se aprende o idioma oficial nas escolas, geralmente sendo o segundo ou terceiro idioma da população, isso ainda sem levar em consideração as diferenças entre as capitais e o interior, onde normalmente não se fala os idiomas oficiais do país.

Se observarmos, por exemplo, Moçambique, país onde o português é a única língua oficial², 50,6% dos moradores são falantes do idioma³, sendo 80,8% destes na área urbana e 36,3% na área rural. O país tem 20 línguas maternas, porém o português é ensinado apenas nas escolas e o país tem ainda um grau de analfabetismo de 45%. Ou seja, o português é em geral a segunda língua do moçambicano e principalmente do cosmopolita que tem acesso à infraestrutura, de condição financeira superior ao restante da população e geralmente homens.

Ao se observar o estudo do censo de Burkina Faso⁴, apesar de haver um esforço para dobrar a taxa de alfabetização de 12,8% em 1990 para 25,3% em 2008, a taxa de analfabetismo entre jovens mulheres é de 58%, enquanto a de homens é de 47% em 2015. Existem políticas públicas que abatem o valor da educação para mulheres, mas as famílias, quando têm a oportunidade de enviar algum filho para escola, preferem enviar os filhos homens. Todas essas desigualdades causam evidentes anomalias em quaisquer possibilidades de isonomia democrática de forma geral nos países africanos. A divisão imperialista e a democracia burguesa que anseiam *standartizar* o tratamento de indivíduos de uma mesma nação, ignoram cor, etnia, cultura, relações de poder; em um mesmo país com grupos étnicos diferentes ou rivais, onde só uma etnia ou clã detém o controle estatal e econômico a exemplo da Nigéria, onde o petróleo representa 90% do PIB⁵ do país, já tendo chegado em 98%, mas que segundo a ONU e a Oxfam⁶, em 2019 70% da população vivem abaixo da linha da pobreza. Devemos nos questionar pelo menos os aspectos e as consequências da construção de democracias impostas em países criados pela alteridade que subalterniza sujeitos.

102

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Informação da Nigéria, o país é composto por aproximadamente duzentos e cinquenta e seis grupos e sub-grupos étnicos. Destes, os mais conhecidos são os iorubás e os hauçás, que representam quase a metade da população nigeriana. Os grupos ibo, igbo, edo, tiv, efik, igomina, edo, igala, kamuri, ibibo, ijo, igala, kamuri, ibibo, ijo e nupe, assim como os iorubás e hauçás, possuem idioma próprio e sistema de administração originário.

¹ <https://web.archive.org/web/20161119162646if/http://www.southafrica.info/about/facts.htm#.WDB9TIX7SM8>, Acessado em 18/11/2020


² Conforme artigo 5º da constituição de 1990

³ Segundo o censo de 2007

⁴ [https://pt.knoema.com/atlas/Burquina-Faso/topics/Educa%*c3*%*a7*%*c3*%*a3*o](https://pt.knoema.com/atlas/Burquina-Faso/topics/Educa%c3%a7%c3%a3o) acesso em 18/11/2020

⁵ <https://www.ufrgs.br/cebrafrica/2019/09/03/crescimento-economico-da-nigeria-desacelera-diante-da-queda-do-preco-do-petroleo/> Acesso em 18/11/2020


⁶ <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/10/26/juventude-da-nigeria-encontra-sua-voz-em-protestos-de-movimento> Acessado em 18/11/2020



O país possui atualmente trinta e um estados governados por militares indicados pelo presidente e é marcado pela intabilidade política, determinada por vários golpes militares, desde sua independência da colonização inglesa, ocorrida em 1960 (SALAMI, 1997, p.21)

Apesar da citação supra ser datada de 1997, existem países hoje em África que nunca deixaram de estar em guerra civil após os processos de colonização e independência, a própria Nigéria hoje vive um movimento de END-SARS, onde a truculência policial, as milícias e o estadismo político afastam jovens da vida política, e executam descaradamente jovens nigerianos em avenidas e vias públicas sem pestanejar. Assim toda uma geração fica refém da violência e da falta de voz e de acessos.

A democracia proposta pelos antigos Gregos e que norteia os valores das principais democracias globais não era diferente de uma plutocracia ou de uma ditadura, pois não incluía mulheres, estrangeiros e escravos, se tornando acessível a não mais que 10% da população. Os reflexos disso são visíveis nas formações democráticas atuais, onde por mais que o sufrágio seja universal, a representatividade nunca é. A autonomia dos sujeitos que justificam as cartas magnas para deliberar idioma oficial, fronteiras, para ter voz ativa e espaços de disputa política, acabam inviabilizadas, o cidadão não sabe o que é democracia, o que é cidadania ou, mesmo que saiba, em sistemas democráticos propostos de maneira vertical que não respeitam as construções sociais e culturais, acabam por estruturalmente (ou objetivamente) excluir o sujeito da vida pública, ao invés de científicá-lo.



Quem somos? Quem fomos? E quem queremos ser?

Luma Yoko Komeno

Como um grito de guerra, Sueli Carneiro nos acordou do nosso sono/sonho democrático: se há racismo e sexismo, não há democracia. E o que vamos fazer para mudar essa condição de democracia à metade?

O primeiro passo a ser dado é o da mudança, aquela tão difícil de se atingir, mas necessária. Precisamos conhecer o passado, aprender quem fomos para descobrir quem somos e construir um novo ser.

Quem somos nós como nação? Somos a história unilateral daquele que se diz descobridor e ou colonizador? Rejeitaremos até quando a pluralidade da nossa população ou ainda vamos sustentar nossa nacionalidade em um mito? Um mito que esmaga as diferenças em nome de uma democracia racial. Mas onde está esta democracia racial se dia a após dia nós vemos só o privilégio de uma única raça e de um único gênero no poder, ou seja, o mesmo colonizador de outrora.

104

Durante todos esses anos no pós-abolição, vemos o projeto de exclusão de parte da nossa gente: somos todos violentados, oprimidos e esmagados pela vaidade de um único ideal: a ideologia do branqueamento e do machismo. Não participamos da democracia plena, da cidadania plena. Não somos uma nação em desenvolvimento, pois não há desenvolvimento se o país não cresce como um todo, ouvimos essa fala ecoar nas vozes de todos os palestrantes do curso: *Raça, gênero e democracia* oferecido pela *Escola do Parlamento e Geledés – Instituto da Mulher Negra*.

Não podemos pensar em mudanças se a mudança não se iniciar em todos, em cada indivíduo em particular. O discurso deve ser efetivado, a luta deve ser iniciada. Devemos chamar todos e todas para desfazer suas amarras, todos os seus preconceitos, todas as suas falsas noções de certo e errado, pois cada estrutura do ser que se diz brasileiro ou brasileira está cheio de racismos estrutural.

Precisamos revisar tudo de dentro para fora, varrer todo lixo que foi acumulado por séculos e que construiu e constrói seres humanos que são capazes de exterminar outros seres humanos, pois para que a mudança se efetive e nós comecemos a construir uma nação de fato, precisamos desenvolver um novo povo brasileiro que não precise se separar por tons de pele, por escolhas de gênero ou qualquer símbolo que possa nos afastar, pois o que queremos como nação é apenas ser.

Queremos ser uma nação que seja democrática e plural, que conheça e reconheça a história do seu povo como um todo e não em partes. Queremos sonhar com outras além des Lélia Gonzalez,



Conceição Evaristo, Dandara, Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Laudelina Campos de Melo, mais mulheres negras que representem e apresentem uma nação que nunca deixou ser cidadã de segunda classe. Somos Marias e Joanas, somos mães e filhas de uma nação que clama seu reconhecimento, sua inclusão. Somos a cultura de uma nação que nasceu para o hoje.

Reconstruir nosso papel como mulher é o que queremos como projeto de nação brasileira justa. Um projeto que possua igualdade e equidade em direitos e deveres, que não esteja só no papel, mas que seja vida pulsante no nosso dia a dia ao nos reconhecermos como mulheres brasileiras.



Reconhecendo-nos:

você é sujeito ou se sujeita nos espaços que ocupa?

Marcelle Leal

A sociedade que se estrutura no Brasil após a invasão europeia se apoia sob os pilares da opressão e exclusão. A facção de homens brancos de classes abastadas toma de assalto as instituições do país e implementa uma ordem de privilégios na qual os poderes político-econômicos se concentram nas mãos de um grupo cuja ordem se mantém através da ameaça e da morte. Observa-se que, ao longo de séculos, qualquer possibilidade de diálogo sobre a constituição de uma configuração mais plural é ignorada ou sumamente apagada. Se, historicamente, a conquista de direitos das populações colocadas à sombra do sistema ocorre através do combate, é o momento em que cada um de nós, negres, arregacemos as mangas e nos façamos sujeitos dos espaços que ocupamos reconhecendo-nos na luta.

106

Reconhecendo-nos? Sim! A palavra utilizada nos remete a três tempos concomitantes que são fundamentais para o fortalecimento na disputa pelo país que também é nosso: o retorno ao passado, a ação consciente no presente e a construções de possibilidades no futuro. O prefixo re- indica a necessidade de acesso aos que nos antecedem, tanto para resgatar, visibilizar e enaltecer a presença e as conquistas dos nossos ancestrais quanto para aprender com suas vozes e estratégias de luta. Exemplifico com o enfrentamento e o aquilombamento promovidos por Dandara, Aqualtune, Zumbi e Beatriz Nascimento, entre tantos outros e outras, cujos ensinamentos nos encorajam e propiciam mais assertividade em nossas ações.

O verbo conhecer, cunhado no gerúndio, é um convite ao movimento consciente. Digo, precisamos atuar como sujeitos apoderando-nos dos espaços nos quais estamos presentes de forma crítica e identificar e ocupar aqueles onde o corpo negro ainda não se faz presente. Quando Lélia González enuncia “O lixo vai falar, e numa boa” e emprega o conhecimento em meios diversos de atuação – na Academia, na escola de samba, no movimento social – vai nos instruir sobre como tomar o discurso contra os sistemas racistas e sexistas empenhados em abafar tons dissonantes que colocam em xeque os privilégios vigentes. Conceição Evaristo também ilustra o argumento quando afirma, através do ato de escrever, a importância da nossa auto-inscrição no mundo. A educação e, principalmente, a afrobetização são chaves no processo de apropriação.



Finalmente, o pronome nos remete à noção de grupo. Acredita-se que a atuação preta no mundo precisa ocorrer de maneira coletiva. A conexão se estabelece não apenas com os ancestrais, mas também com a comunidade diaspórica na qual nos inserimos. Os pilares da empatia e da solidariedade se expressam no conceito “ubuntu” cujo significado é “eu sou porque nós somos”. Portanto, precisamos recordar que não estamos sozinhos na luta contra o racismo. O impulso promovido pela criação do *Movimento Negro Unificado* e dos *Cadernos Negros*, por exemplo, demonstram a potência oriunda da união do nosso povo.

Reconhecendo-nos, encontramos um caminho para a construção de um país mais plural e ganhamos vitalidade para seguir na batalha contra as opressões as quais estamos submetidos ao longo de séculos. No que tange à política, entende-se que a dinâmica na qual passado, presente e futuro coexistem contribui para a consolidação de uma ocupação inclusiva e diversa nos cargos que permitem uma mudança estrutural da ordem em vigor no Estado. Recuperando reflexivamente os mandatos de Antonieta de Barros, Abdias do Nascimento, Marielle Franco, além das inúmeras ausências presentes, e seguindo em movimento consciente no presente - visto que 2020 se apresenta como as eleições com o maior número de candidaturas pretas - abrimos veredas de esperança para o futuro.

107

Finalmente, é preciso lembrar que democracia não se ganha, democracia se conquista. Eles combinaram de nos matar, arrefecer nossa esperança, impedir nossa respiração. Porém, a gente combinou de: não morrer, reexistir sempre que for necessário, fazer da lágrima a rega das sementes que plantamos. Sem pedir licença, saímos das sombras para as quais fomos empurrados e nos fazemos sujeitos, constituindo o corpo de um país que nos pertence.

Referências Bibliográficas

DE ASSUMPÇÃO, Carlos. **Protesto. Literafro**. Disponível em:

<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autores/2-uncategorised/1310-carlos-de-assumpcao-protesto>


Acesso em: 07 de dezembro de 2020.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

GONZALEZ, Lelia. **Lugar de Negro/** Lélia Gonzáles e Carlos Hasenbalg. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.



_____. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In : S I L V A , L . A . e t a l . Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje** , Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223 - 244, 1983.



Racismo e democracia: Uma questão para pensarmos
Amanda dos Santos Lemos

O curso *Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil*, promovido pelo Geledés em parceria com a *Escola do Parlamento de São Paulo* apresentou uma série de elementos fundamentais para pensarmos criticamente o racismo no Brasil e seus desdobramentos concretos na vida da população negra.

Na aula inaugural, a fabulosa Sueli Carneiro repetiu sucessivamente que “enquanto houver racismo e sexismo não haverá democracia”. Essa é uma afirmação inquietante, desconcertante, mas, sem dúvida, a democracia¹ brasileira não é uma realidade para a população negra, é uma democracia sustentada em valores que excluem e violam corriqueiramente qualquer possibilidade de acesso da população negra a direitos, bens e serviços, a espaços de poder, ou a qualquer outro indicador que demarque as democracias.

O racismo provoca uma exclusão moral, política, afetiva e econômica, que priva a população negra de acessar o universo social em condições de igualdade. Esse racismo institucional que fundamenta nossas instituições e relações, reafirma que nossa democracia foi idealizada para excluir negros, indígenas e mulheres, principalmente, as mulheres negras que seguem na base socioeconômica da sociedade.

Dados do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE*, da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD* dão conta que historicamente a população negra está submetida às piores condições de vida, seja ocupando os piores trabalhos ou sendo vítima de todos os tipos de violência e insalubridades, fatos que são resultantes de um processo de abolição mal feito, enganador e que nunca objetivou promover a inclusão de pessoas negras na sociedade, elevando-as, efetivamente, à condição de cidadãs.

A nossa democracia, assim como a nossa própria sociedade, é fundada em valores escravistas, racistas, sexistas e patriarcais, que reafirmam a mesma condição subalterna e desumanizante que justificou a escravização dos negros sequestrados e trazidos de África. Valores que,

¹ A palavra democracia é formada por dois vocábulos gregos: *demos* significa povo e *kracia* significa governo, autoridade. A democracia é uma concepção específica de **relação entre governantes e governados**. Diferencia-se de outras modalidades de relações de poder, como a monarquia, em que um governa sobre todos, e a oligarquia, em que poucos governam sobre todos. Na democracia, o governo é exercido por muitos. Isso significa que, nesse modelo político, o poder sobre decisões de **interesse coletivo** é distribuído de maneira equitativa entre os cidadãos, que também podem julgar o processo de tomada de decisão e os seus resultados. Disponível em: <https://www.preparaenem.com/politica/democracia.htm>. Acessado em 06 de dez. de 2020.



inacreditavelmente, são reforçados até os dias de hoje e levam a números assustadores que mostram que, em média, um jovem negro é morto a cada 23 minutos no país² ou que o desemprego atinge 71% mais pessoas negras em relação a pessoas brancas³. Esses são números que não condizem com uma democracia onde os governantes deveriam olhar e atender aos interesses e necessidades de todos os governados e onde cada cidadão tem o direito de participar das instâncias deliberativas.

Vimos durante as aulas que o racismo se intersecciona a outros sistemas de opressão, (re)criando e reforçando mecanismos que acorrentam a população negra por quase 5 séculos, desde que esta atravessou forçadamente o Atlântico, e que ferem e ameaçam sua existência.


Em última instância o racismo, associado a essa “cidadania mutilada” nos priva de viver, ceifando nossas vidas, por motivos inexistentes, com ações violentas que resultam na morte imediata ou lenta, com o adoecimento causado por tanta dor. As notícias não deixam dúvidas que vivemos um genocídio, são ataques verbais, pessoas assassinadas em supermercados, crianças atingidas por “balas perdidas” nas portas de suas casas. Em comum, nessas situações, sempre a origem de classe e a cor da pele das vítimas. Onde está o Estado para assegurar os direitos desses cidadãos? Não aceitamos mais que esses são “casos isolados”, “mal entendidos” ou “surtos psicóticos”.

Vivemos uma avalanche ultraconservadora no país, que tenta implantar um projeto de Estado que nega a existência do racismo, que nega a existência de heróis negros, que nega a luta honrosa do movimento negro pela garantia de direitos. Ainda assim, vemos uma população negra, em especial a juventude, tomando consciência de suas potencialidades, se mobilizando, se organizando e indo para as ruas, lutando pelas nossas vidas, lutando para que possamos viver efetivamente uma democracia. Parafraseando Conceição Evaristo, “eles combinaram de nos matar, mas, nós combinamos de não morrer”.

110

² Dados disponíveis em: https://www.mapadaviolencia.net.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acessado em 06 de dez. de 2020.

³ Dados disponíveis em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/08/28/desemprego-entre-negros-e-71percent-maior-do-que-entre-brancos-mostra-ibge.ghtml>. Acessado em 06 de dez. de 2020.



A desigualdade racial e a educação

Fabiola M. S. A. de Lima

O presente texto propõe uma reflexão sobre a desigualdade racial na esfera educacional. São inúmeros os paradigmas que precisam ser sanados, pois a população negra é composta por mais da metade da população brasileira mas muitos jovens negros não concluem o ensino médio e não são estimulados a continuarem seus estudos. Como afirma, Macaé Maria Evaristo dos Santos, professora e política brasileira:

“Os jovens ainda vivem muito um conflito entre educação e trabalho, em que as condições de vida impõem a opção pelo trabalho. Precisamos investir em melhores condições de atendimento a essa população. (Temos que) Lembrar que os jovens das comunidades mais vulneráveis têm acesso a escolas com infraestrutura mais precária que, no geral, têm profissionais de educação sem a formação desejada nas áreas do currículo demandadas para o Ensino Médio”. (Informação verbal)

111

O Brasil ainda propaga resquícios de uma história de escravidão. A sociedade brasileira enraizou o pensamento que marginaliza e segrega socialmente as pessoas negras e as impede de serem cidadãs plenas. Alguns obstáculos e enfrentamentos educacionais comprometem uma educação igualitária, como a violência. A cada 23 minutos um jovem negro é assassinado, e a maioria das mulheres assassinadas no Brasil são negras e vítimas de agressão.

Por certo, temos na educação brasileira grupos privilegiados com um ensino de qualidade e outros, denominados como minoria, composto por mulheres e negros, que sofrem com a perpetuação da desigualdade e da violência. A escola possui um papel de socialização e a falta de reflexão sobre a desigualdade contribui para a continuidade do sistema de discriminação racial.

Por isso é imperativo entender o contexto atual, que perpetua modelos de desigualdade e preconceito. Transformar a escola em um espaço mais igualitário requer muitos enfrentamentos, mas devemos ressignificar e dar espaço a todos de forma igualitária para propiciar um ensino de qualidade. A Lei nº 10.639/2003 implementou o ensino de História das civilizações Africanas, porém os livros didáticos ainda expõem a história dos negros como subordinados, e não contam a história de luta contra a escravidão, ou seja, corroboram com a permanência de uma visão errônea de um povo que precisa ocupar o seu lugar de fala.

A escola sozinha não conseguirá resolver o preconceito racial existente nas esferas educacionais, econômicas, jurídicas e outras, ademais, temos responsabilidade diante de tantas



injustiças. É necessário mais envolvimento de todos os envolvidos na educação, na continuidade da formação dos docentes com a atualização de livros e materiais didáticos que propiciem a inclusão da História das Civilizações Africanas, tornando assim a escola um lugar de fala para todos. O foco do ensino-aprendizagem deverá ser um ensino emancipatório, de qualidade, que construa uma ponte entre o conhecimento sobre si e do mundo.

Referências bibliográficas

A importância da Lei 10.639 para a erradicação do racismo. Disponível em:

<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimedia/detalhe/gestao-escolar-para-a-equidade-racial-dialogos-com-macae-evaristo-e-sueli-carneiro>. Acesso em: 22, nov. 2020.

Gestão Escolar para a Equidade Racial. Disponível em:

https://www.geledes.org.br/importancia-da-lei-10-639-para-erradicacao-racismo/?gclid=CjwKCAiAtej9BRAvEiwA0UAWXjRWz_eOdGU47U93HaY-FDCqHiKv_Bix4uxxc8EaC8_0UOakmv6LGRoCimAQAvD_BwE. Acesso em: 22, nov. 2020.



E as Mulheres Negras Ficam Aonde?

Isabel Lima

A célebre frase de Angela Davis “Quando a mulher negra se movimenta toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” aponta para esse papel social de extrema importância da mulher negra, mas quais são os espaços destinados a essas mulheres? Entre o movimento negro, muitas vezes dominado por homens, e um feminismo eminentemente branco, o acesso dessas mulheres aos espaços de poder e fala se tornam ainda mais difíceis. Tendo em vista os debates e reflexões propostos ao longo do curso e partindo dessa realidade desafiadora das mulheres negras, esta dissertação pretende analisar brevemente a luta social e política dessas mulheres no contexto brasileiro.

Historicamente às mulheres, sempre foi reservado o local do lar, da submissão e da maternidade. As ideias feministas trouxeram uma nova força de resistência, principalmente no século XIX, com o surgimento do movimento feminista no Brasil. No entanto, esse movimento não leva em conta as pautas de mulheres negras e se torna igualmente excludente, pois é necessário analisar as opressões sofridas pelas mulheres com um recorte de classe e cor. No final dos 1970, começa a ganhar força no país o feminismo negro, discutindo pautas que o feminismo tradicional não abraça como a questão do trabalho - mulheres negras não precisam lutar pelo direito de trabalhar fora pois estas foram tidas como serviçais, um estigma que permanece até hoje, Outra pauta importante diz respeito a como são vistos os corpos femininos e negros - enquanto o feminismo tradicional busca a liberdade da mulher poder expor seus corpos, mulheres negras lutam contra a ultra sexualização de seus corpos, desde a escravidão corpos pretos são vistos como coisas e isso se intensifica ao se tratar de mulheres que são vistas como objetos sexuais. Ainda hoje se vê a associação de mulheres negras à vulgaridade, à famosa “cor do pecado”, que só serve para uma aventura sexual.

No que diz respeito ao *Movimento Negro*, ainda faltam espaços de ação para as mulheres - o medo de uma competição entre homens e mulheres dentro do movimento e a própria condição feminina de ser colocada em segundo plano dificultam a expressão das mulheres negras dentro desses espaços de militância.

Apesar da desafiadora e dura realidade, as mulheres negras estão sempre se reinventando e articulando sua luta. Vide como exemplo, o movimento coordenado por mães que tem como princípio lutar contra a violência policial exercida contra seus filhos negros. Tal movimento nasceu na cidade do Rio de Janeiro após Glaucia Santos e Bruna Silva terem seus filhos alvejados por policiais em




operações da polícia carioca. Tal movimento só ressalta a importância da articulação negra perante as realidades de violência e opressão. Sabemos que a luta ainda é grande, mas a força e luta das mulheres negras são fundamentais para uma verdadeira e plena democracia.

Referências Bibliográficas

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018

CARNEIRO, Sueli. A organização nacional das mulheres negras e as perspectivas políticas. **Cadernos Geledés - Volume IV - Mulher Negra 1991/1993**, São Paulo. Disponível em:
< <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf> >

SUDRÉ, Lu. Mães de jovens assassinados dedicam a vida para denunciar violência policial. **Brasil de Fato**, São Paulo. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2018/09/14/maes-de-jovens-assassinados-dedicam-a-vida-para-denunciar-violencia-policial>.



“Eu não consigo respirar... eu não consigo respirar...”: como 2020 tem nos sufocado em relação à raça, gênero, democracia e participação política – um ensaio

Juliana Rodrigues Lima

2020 é um ano em que o mundo parou devido ao COVID-19. Uma doença que é causada por um vírus, mas que deixou expostas as inúmeras consequências de outras doenças sociais: racismo, exploração econômica e falta de consciência política.

As máscaras viraram necessidade, a higiene uma questão de vida, mas, e a questão das desigualdades? E as pessoas que são marginalizadas desde aquele fatídico 14 de maio, com moradias precárias, sem saneamento básico? Pessoas que não puderam aderir ao isolamento social, pessoas que não têm oportunidade de se manter sem aceitar a exploração e a opção do Estado pela indiferença à sua condição, às suas necessidades?

Nesse ano, o povo negro gritou, buscando ar, se indignando pela truculência policial. Um grito que ecoou no mundo todo. Infelizmente, esse grito – ainda que tenha acordado muitos – não foi o suficiente para a erradicação do racismo, para a garantia de direitos e da dignidade humana.

Sobre a indiferença política, lembro do impacto da aula do professor Hélio Santos e da sua taxativa e assertiva fala, colocando todos os cursistas para pensar no motivo de votarmos em nossos algozes, repetidamente. E sobre o poder do Governo em erradicar o racismo, não por decreto, mas por meio das políticas públicas - exatamente o oposto do que temos vivenciado como nação, tendo um presidente que foi eleito manifestando todo tipo de preconceito. A branquitude não percebe que a desigualdade social, as perseguições policiais e toda a dignidade negada a maior parcela da população se volta contra ela. Como uma nação pode prosperar, quando a igualdade, o acesso ao conhecimento, ao capital cultural e financeiro é sabotado, tentando deixar uma parcela da população fora desse domínio?

Não conseguimos respirar, no meio de tantas balas perdidas, que encontram invariavelmente, corpos negros, corpos periféricos. São crianças que não podem chegar à maioridade, são jovens que não podem desfrutar da vida adulta, são pessoas que morrem, apenas por descenderem de negros, por serem vítimas da ideia preconcebida de que eles não são dignos. Apenas por serem brasileiros que carregam os traços da África.

No Brasil, as políticas de embranquecimento da população são tão atroz, que a literatura infantil tem seu dia comemorativo atrelado ao escritor racista Monteiro Lobato - como nação,



preferimos ignorar a dor que as suas obras causaram em mais da metade da população, para homenagear um membro de uma sociedade eugênica. Isso é triste. E há quem banalize as queixas, as ofensas e os termos preconceituosos com um relativismo histórico. Porém era racismo no momento em que foi escrito e continua a ser. E, junto com o mito da democracia racial, vendida como realidade absoluta, temos uma linha subjetiva de formação intelectual, para a manutenção do *status quo*: uma criança cresce ouvindo ou lendo histórias racistas, vira adulta e recebe o conceito de democracia racial. Assim, a desigualdade é jogada na conta da falta de esforço próprio, na tal meritocracia, para anular os protestos de quem sabe que a corrida nunca será justa, se os competidores não partirem do mesmo ponto, não tiverem a mesma base e acesso à mesma estrutura.

Seguimos sem ar, vendo que o passeio do cachorro é mais importante do que a atenção a uma criança sem ar, ao ver que a estatística de jovens que morrem apenas por serem negros passou de 23 minutos para 12 minutos. Não consigo mais respirar sem perceber o quanto nossa sociedade estruturou-se apostando na manutenção da desigualdade e manutenção de privilégios, com incentivo de quem deveria fazer a legislação ser cumprida, ainda que a legislação tenha validado e até incentivado práticas racistas.

Eu não consigo mais respirar, sabendo que, como professora, posso estar perpetuando uma cultura racista e sabendo que alguns colegas de profissão consideram “aí, de novo esse assunto”, quando a fala deveria ser “esse assunto é urgente, precisamos falar mais e mais sobre comportamentos e conteúdos antirracistas”.

E com o peito oprimido, termino esse texto, sabendo que a pandemia ainda não acabou, mas que mesmo assim, pessoas negras e pardas são as pessoas que mais tem sofrido as suas consequências, em todos os âmbitos.



Por que pensar raça, gênero, democracia e participação política no Brasil?

Marcia Maria Lima

O ano de 2020 tem se mostrado difícil de engolir, especialmente para toda a população negra e pobre no Brasil. Nesse momento, elenco alguns acontecimentos que ocorreram no ano: no início de 2020, foi decretado estado de pandemia em todo o território nacional, em decorrência da COVID-19, sendo a população negra e pobre mais afetada e morta pelo vírus; houve um aumento nos casos de violência contra a população negra divulgados pela mídia (nunca pararam de nos matar) e a perplexidade de alguns setores da sociedade em relação ao novo programa de contratação de uma grande rede de varejos, voltada para a equidade entre trabalhadores negros(as/es) e brancos(as/es). Em meio a esse contexto, por que pensar raça, gênero, democracia e participação política no Brasil torna-se fundamental se quisermos um país mais equânime, justo e antirracista?

Porque ao pensarmos em raça, sempre há contingências, conflitos, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico (ALMEIDA, 2020, p. 24). Almeida completa que a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (2020, p. 25). A partir disso, podemos falar de racismo, assunto que permeou as aulas da EP. Segundo Almeida, racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam (2020, p. 32). O racismo é um sistema de opressão que nega direitos (RIBEIRO, 2018, p. 12).

Porque ao falarmos de gênero, trago para a discussão, especificamente, a importância da luta dos movimentos feministas negros. Segundo Ribeiro (2018a, p. 27), a luta do feminismo negro é essencial e urgente, pois enquanto as mulheres negras seguirem sendo alvos de constantes ataques, a humanidade toda corre perigo. Para bell hooks, o movimento feminista continua sendo uma das frentes mais poderosas de luta por justiça social no mundo de hoje (2019, p. 15). É preciso olhar para essas e outras pensadoras feministas negras e se colocar contra toda e qualquer forma de opressão.

Porque quando falamos em democracia, precisamos ter em mente que democracia temos e qual queremos. E também pensar os efeitos produzidos por essa democracia em nossa sociedade. No decorrer do curso da EP, uma frase dita pela filósofa Sueli Carneiro, na aula de abertura do curso, e



que levarei comigo, é a seguinte: “Com racismo e sexismo, não há democracia”¹. É preciso extirpar o mito da democracia racial em nosso país, há tempos denunciado pelo grande intelectual Abdias Nascimento e por outros(as/es) intelectuais também. Mito que consiste que pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas (NASCIMENTO, 2016. p. 48). Nesse momento, me fica uma pergunta: que papel a nossa democracia tem desempenhado frente aos cenários expostos no início desse texto? E frente a temas como gênero e raça? Tem discutido ou se mantido na inércia?

Porque ao falarmos de Participação Política no Brasil, evidenciando sua importância em nossa sociedade e os efeitos positivos que ela produz em favor das “minorias”, mostramos o quanto ela é essencial para as discussões atuais. Entender como foram construídos e vêm sendo mantidos determinados processos discriminatórios, por exemplo, é essencial para um entendimento mais amplo da situação e de como deve ocorrer o seu enfrentamento. Segundo Gonçalves Filho (2017, p. 159), o estudo do escravismo colonial é imprescindível para a compreensão dos brasileiros, dos negros e dos brancos no país. Parafrazeando o professor Hélio Santos na segunda aula do curso, esse estudo se faz urgente para que deixemos de votar em nossos próprios inimigos².

118

Portanto, considerando todo o exposto acima e a discussão que a *Escola do Parlamento* nos proporcionou, fica evidente a urgência em se pensar e discutir raça, gênero, democracia e participação política no Brasil se quisermos um país mais justo, equânime e antirracista. Um bom início para essa caminhada é fazer o que nos sugere Ribeiro (2019b, p.21), devemos aprender com a história do feminismo negro, que nos ensina a importância de nomear as opressões, já que não podemos combater o que não tem nome.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, S. L., **Racismo Estrutural**. – São Paulo: Sueli carneiro; Editora Jandaíra, 2020. 264 p. (Femininos Plurais/ coordenação de Djamila Ribeiro).

¹ Ver CARNEIRO, S. Aula 1: O legado da escravidão sobre a democracia existente no Brasil. CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: RAÇA, GÊNERO, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL. 2020, São Paulo. Escola do Parlamento - Câmara Municipal de São Paulo em parceria com o Geledés - Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <https://www.facebook.com/eparlamento/videos/328234174904517> Acesso em: 23 nov. 2020.

² Ver SANTOS, H., Aula 2: Raça, Racismo e Dominação na Democracia Liberal. Curso de Extensão Universitária: Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil. 2020, São Paulo. Escola do Parlamento - Câmara Municipal de São Paulo em parceria com o Geledés - Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <https://www.facebook.com/eparlamento/videos/2377723882524020> Acesso em: 23 nov. 2020.



GONÇALVES FILHO, J. M. A., Dominação Racista: O passado Presente. In: KON, N.M.; SILVA, M.L.; ABUD, C.C. (orgs.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanalise**. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 143-159.

hooks, bell., (1952), **Teoria Feminista: da margem ao centro** / bell hooks; tradução Rainer Patriota. - São Paulo: Perspectiva, 2019. - (Palavras negras).

NASCIMENTO, A., **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. – 4. Ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016.

RIBEIRO, D., **Pequeno Manual Antirracista**. - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019b.
Quem tem medo do feminismo negro? - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das letras, 2018a.



Uma história de resistência

Rute Denise Lima

As crianças dos anos 80 não se viam na TV, nas propagandas, nas bonecas, nos jornais, nas modelos, nas Paquitas da Xuxa. Nem na Presidência, nos Tribunais ou nos hospitais como médicas - era como se não existissem no mundo. Nas novelas, os atores negros somente interpretavam escravos, empregados domésticos, bandidos, significando que seu lugar no mundo era limitado a isso - o máximo que se permitia sonhar era ser atleta do atletismo ou futebol. Ensinarão que nosso cabelo é ruim, que a cor da pele é feia; nos foi ensinada também a hiper sexualização do corpo de meninas pretas, que nossa religião é coisa do Diabo e que preto é suspeito, vadio, não gosta de trabalhar. Estes “ensinamentos” ao longo de anos criaram uma “verdade” discriminatória.

Recordando uma história de uma menina de 10 anos que nos anos 80 estudava na melhor escola particular da cidade, e tinha diversos privilégios e oportunidades que a maioria das crianças pretas da época não tinham. Mesmo assim, de forma cruel e fria, a Diretora da escola a chamava de “Bonequinha de piche”, as outras meninas eram Princesinhas, Bonequinhas. E por que a pobre menina era “Bonequinha de piche”? A única e exclusiva razão era Racismo e o recado era “aqui não é seu lugar”. Quando a menina contou para sua mãe como a Diretora a chamava, sua mãe (preta) respondeu “não ligue para isso”. Era tudo o que fora ensinado àquela pobre mãe, não lhe ensinaram a lutar por seus direitos, não lhe ensinaram a ter voz ativa, então tudo o que podia dizer a sua menina foi “não ligue para isso”. Triste? Mas é a realidade de muitos meninos e meninas pretas. Até os dias atuais enfrentamos problemas quando denunciemos crimes de racismo.

Temos que acreditar que uma nova era está nascendo, estamos aos poucos aprendendo a respeitar o ser humano, a ver as minorias com outros olhos e com empatia. Certamente ainda há um longo caminho pela frente, ainda há necessidade de luta, ainda há espaços que precisamos ocupar. Mas já é incrível notar o que tem acontecido. Nos tempos atuais é possível ver âncora de jornal, Presidente e vice-presidentes, juiz, médico, miss universo, atores pretos no papel principal, atletas nos mais diversos esportes, cantores e artistas em diversos seguimentos. Hoje tem propagandas em que famílias pretas são as estrelas. Há cosméticos especializados para pele e cabelo de pretos. Bonecas pretas nas prateleiras. Livros infantis com personagens pretos.


Hoje é permitido sonhar! E não é possível limitar o sonho, hoje podemos saudar nossa ancestralidade, a divindade ancestral! A glória de Reis e rainhas! Podemos saudar nossa cor, a raça,



a graça! Podemos saudar a alegria das cores e harmonia dos sabores. Podemos saudar o toque do tambor, as danças! Podemos saudar as tranças, a grandeza dos turbantes! Podemos saudar a resistência!

Resistimos, Resistiremos, Existiremos!

Nossa RESISTÊNCIA é a realização do sonho ancestral!



Travessia transatlântica para uma sociedade efetivamente democrática

Lucas Lins

“Enquanto houver racismo e sexismo, não haverá democracia”.

Durante quase dois meses de encontros, essa frase, repetidamente colocada por Sueli Carneiro na noite de 22 de setembro, reverberou como semente de girassol. Se para entender e atuar no presente precisamos compreender e não nos esquecer do passado, nesse território localizado no hemisfério su(ba)l(ternizado) do mundo, uma dívida histórica e um legado que permanece ecoando na contemporaneidade devem ser efetivamente discutidos para empreender projetos de sociedades, de fato, democráticas. Em um espaço formado por uma história de escravização, de embranquecimento coercitivo, de dor, subalternização, desumanização – mas também de resistência –, é preciso ir além das narrativas e construções desse imaginário coletivo dolorido (e em disrupção) na trilha de um caminho para um devir equitativo.

Esse território e sua história são uma ferida (colonial), marcados por um legado que não termina em si com os eventos históricos de assinatura de documentos ou proclamações oficiais, mas reverberam, nessa compulsória linha do tempo, como dito por Hélio Santos, através da inércia. O racismo inercial (e, portanto, estrutural) é a propagação histórica de um projeto de alterização e inferiorização da diferença (e, também, da dissidência) promovida pelo “sujeito (autoproclamado) universal” que, ao contrário, nada de universal possui, mas que teceu uma trama, hoje hegemônica, que se propaga e se fortalece nas mais diversas instâncias, seja nas relações sociais, econômicas, culturais, ambientais, etc. A diferenciação e categorização dos corpos outros, ou seja, pelos recortes de cor, gênero, sexo, e sexualidade e também, de classe, são produtores de práticas discursivas do poder fundantes da nação. São séculos de escravização de corpos, e são séculos de travessias transatlânticas de navios que seqüestravam e carregavam corpos para o trabalho forçado e violento de construção do mundo hegemônico tal qual hoje o conhecemos.

E o oceano, especialmente o Atlântico, é esse entrelugar, caminho dessa travessia mórbida de um projeto de exploração e destruição do que foi denominado como “recurso” – natural, mas também (in)humano. Desse projeto, hoje, têm-se uma dívida, histórica, e, mais do que isso, como coloca Denise Ferreira da Silva, uma dívida que é impagável. Como esquecer mais de 500 anos de escravização - pois que ela é mais antiga e é parte estruturante do projeto iluminista que, às luzes, pregava uma liberdade que era, em seu lado oculto, fundamentada sobre o modelo escravocrata - e



de produção de engrenagens sólidas e complexas de operação de continuidade de uma maneira de funcionamento de mundo? Como reverter séculos de produção de imagens de controle opressoras/opressivas? Como reverter mais séculos de inferiorização de corpos, tidos como propriedade, tanto do ponto de vista do trabalho quanto do ponto de vista sexual/reprodutivo? É possível voltar no tempo e naufragar os navios do programa imperialista?

A resposta simples e direta é: não.

Mas aí é que está: não se trata de esquecer, reverter, ou voltar no tempo. O caso é trabalhar com o presente, como espaço-tempo de construção. Estudar (e entender) o passado não apenas para não o repetir, mas para aprender com ele mais do que formas de resistência, e poder, através de uma umbigada no tempo, um giro epistemológico, decolonial, empreender, efetivamente, uma transformação rumo a um futuro democrático.

Essa umbigada, giro, ou simplesmente luta, não é, entretanto, um passo individual. Como dança, é coletiva, transgeracional, e demanda que todas, todes e, também, todos, dançam a dança. A luta antirracista é um movimento coletivo, pois não adianta negres serem antirracistas, assim como não adianta brancos não serem racistas. No exercício da alterização, da produção discursiva da colorização racial, o sujeito enunciante/anunciante também produz, para si, uma cor. Um lugar. Esse lugar da branquitude. E mais do que reconhecer esse lugar, é preciso agir – sobre ele, a partir dele. Habitar para além do que Tatiana Nascimento chama de branquitude. Mover-se. Um caminhar que não se faz com os próprios pés. Mais uma vez: é uma luta coletiva.

Como a água oceânica que bate nas rochas da costa e que não é composta por apenas uma molécula de água, é esse coletivo de pessoas comprometidas com o emprego efetivo de uma democracia que deve bater, até furar, essa estrutura social fundamentada sobre pilares racistas e sexistas. Se não podemos afundar a nau, que plantemos sementes nos seus porões. Que construamos outras discursividades, outras imagens, outra(s) possibilidade(s), outras ferramentas para esse devir. Para um devir que não se restrinja às narrativas de dor. Ou, como diz Tatiana Nascimento, que aprendamos a desorbitar esse paradigma para além da m/água.



Ninguém é racista no Brasil

Ana Leticia Lira

Eu nunca fui preconceituosa ou fiz bullying (Ninguém, Brasil)
Nunca fui racista. Comigo nunca aconteceu (Ninguém, Brasil)
O Brasil é a mais avançada democracia racial do mundo (Gilberto Freyre, Brasil/Portugal)

Essas são algumas das frases que se ouve ao se caminhar pelo Brasil atual, década de 2020. E “Quem há neste largo mundo que me confesse que uma vez foi vil?” (Álvaro de Campos/Fernando Pessoa, Poema em linha reta).

Fernando Pessoa publicou “Poema em linha reta” entre 1914 e 1935. Gilberto Freyre publicou Casa-Grande e Senzala, em Portugal, em 1933. Gilberto Freyre é amplamente conhecido por suas teorias raciais de democracia e convivência pacífica entre os colonizadores e as raças dominadas brasileiras, tanto a indígena dizimada e escravizada como a negra traficada e escravizada.

Quando pensamos na formação do Brasil atual enquanto Estado-Nacional e Democracia em formação, podemos acessar diversos momentos históricos e questões essenciais para a nossa formação como nação não-democrática, racializada e estruturalmente patriarcalista, sexista, racista e homofóbica, em que os interesses de poucos selecionados (branquitude masculina e hétero) foram centralizados e o resto foi forçosamente e maquiavelicamente marginalizado e subalternizado.

Enquanto Freyre defende e enraiza a opressão racial do processo de colonização, escravidão e formação social brasileiros, mascarando-os com silenciamento ao enfeitá-lo como pacífico e democrático, Fernando Pessoa, no mesmo período, traz à tona o processo humano do qual Freyre se utiliza: a negação.

Os movimentos sociais civis brasileiros - dos professores, dos doutores, dos filósofos, dos jornalistas, dos artistas, dos juristas, dos políticos e dos muitos outros membros da sociedade - que movimentam as estruturas da sociedade para que se tornem mais plurais e democráticas, lutam diretamente com o principal problema da segmentação social brasileira: a negação em todos os níveis de que há racismo, há sexismo, há homofobia e há subalternização e marginalização de inúmeras minorias por parte de projetos de manutenção no poder da branquitude patriarcalista.

A negação é uma das maiores formas de violência que se transforma em omitir, silenciar e impedir que a grande maioria da sociedade oprimida e marginalizada consiga se organizar de formas



eficaz a combater e conscientizar sobre as consequências infames de uma sociedade apática, indiferente e violenta entre si e suas pluralidades.

Como analisa Grada Kilomba,

“Deixei Lisboa, a cidade onde nasci e cresci, com um imenso alívio. Não havia nada mais urgente para mim do que sair, para poder aprender uma nova linguagem. Um novo vocabulário, no qual eu pudesse finalmente encontrar-me. No qual eu pudesse ser eu. Cheguei a Berlim, onde a história colonial alemã e a ditadura imperial fascista também deixaram marcas inimagináveis. E, no entanto, pareceu-me haver uma pequena diferença: enquanto eu vinha de um lugar de negação, ou até mesmo de glorificação da história colonial, estava agora num outro lugar onde a história provocava culpa, ou até mesmo vergonha. Este percurso de consciencialização coletiva, que começa com negação-culpa-vergonha-reconhecimento-reparação não é, de forma alguma, um percurso moral, mas um percurso de responsabilização. A responsabilidade de criar novas configurações de poder e de conhecimento.” (Grada Kilomba, Memórias da Plantação, p.11).

Portanto, enquanto mitos de democracia racial e teses do embranquecimento enfraqueceram e velaram os problemas raciais e ajudaram a aprofundar a gravidade da segregação racial brasileira, a iluminação de ideias como o racismo estrutural, a estrutura patriarcal e o diálogo dessas estruturas no universo social coletivo e subjetivo do brasileiro, permeando instituições e vida cotidiana, auxiliam na mitigação do projeto de Estado brasileiro antidemocrático e sectário.

125


Enquanto não confrontarmos e nos responsabilizarmos integralmente pelos processos de racialização e discriminação brasileiros, em parte oriundos do processo de colonização e escravização de povos originários e povos negros, em parte pelo processo pós-colonial de centralização de poder e marginalização dos negros e indígenas e propagação do mesmo por processos que se atualizam e se moldam, continuaremos a ver a sociedade brasileira ruir em seu próprio eixo de disparidades.

Enquanto sociedade que precisa ser equânime e justa para todos para sobreviver harmoniosamente, a superação do medo e negação dos processos que destroem a teia social brasileira é essencial.

“O medo branco de ouvir o que poderia ser revelado pelo sujeito negro pode ser articulado com a noção de repressão de Sigmund Freud, uma vez que a “essência da repressão”, segundo o mesmo “encontra-se simplesmente em afastar-se de algo e mantê-lo à distância do consciente”(Freud, 1923, p.17). Esse é o processo pelo qual ideias e verdades desagradáveis se tornam inconscientes, vão para fora da consciência devido à extrema ansiedade, culpa ou vergonha que causam. Contudo, enquanto enterradas no inconsciente como segredos, permanecem latentes e capazes de ser reveladas a qualquer momento.” (Grada Kilomba, Memórias da Plantação, p.41)



Não devemos somente reconhecer que nós todos - e toda a estrutura e instituições da sociedade - somos racistas, mas sim de fato nos responsabilizarmos coletivamente e individualmente na reparação e construção de uma sociedade antirracista e justa, em que todos possuam seus direitos civis e humanos plenamente reconhecidos, protegidos e praticados.



*Aquilombar-se é preciso: raça e gênero nas relações sociais e os desafios
postos à efetivação da democracia no Brasil*

Jussara de Cássia Soares Lopes

A luta em defesa da democracia no Brasil, sobretudo no cenário atual, é sem dúvida o maior desafio do campo progressista e de todas as pessoas comprometidas com uma sociedade mais justa. Nosso país, de capitalismo periférico, subordinado e dependente, traz em sua formação profundas desigualdades sociais que, por sua vez, são interseccionadas pelo racismo e pelo cis-hetero-patriarcado, pilares da modernidade ocidental e do próprio sistema capitalista.

Desse modo, lutar pela ampliação da democracia é lutar para que uma grande massa da população, composta majoritariamente por mulheres e por pessoas negras, possa ter sua cidadania reconhecida. É através da ampliação da participação política que as demandas daquelas que dependem dos serviços públicos para sobreviver serão efetivamente incorporadas. É preciso que as pessoas que necessitam de políticas públicas para acessarem a saúde, a educação, a moradia, o lazer, a assistência social, etc, estejam ocupando espaços de poder e decisão.


Todos os indicadores sociais apontam para uma desigualdade social gritante em nosso país, e que os fatores gênero e cor/raça são determinantes para inclusão ou exclusão dos sujeitos. Essa é uma marca histórica do Brasil, que desde sua criação, é marcado pela exploração, violência e autoritarismo. O genocídio e escravização dos povos originários, a escravização e tráfico de povos africanos, a expropriação e concentração de terras – desde as Capitânicas Hereditárias e posteriormente a Lei de Terras, de 1850 – a “abolição” e a eugenia, o higienismo, a urbanização e industrialização, mesmo a forma como os direitos sociais, civis e políticos vão se desenhando aqui, todos esses processos históricos vão cristalizando as desigualdades e marginalizando determinados grupos sociais. Portanto, a pobreza no Brasil é majoritariamente negra e também feminina, basta ver quem são as maiores usuárias dos serviços públicos, como o SUS e a assistência social.

A ampliação da participação política das mulheres e pessoas negras é fundamental, ainda porque é urgente a defesa da interseccionalidade na elaboração e execução das políticas públicas. Um combate efetivo à desigualdade precisa incorporar com seriedade as dimensões de raça e gênero como estruturantes de nossas relações sociais e, portanto, pauta da promoção da igualdade racial e de gênero.



O movimento negro nos ensina como a organização social e política promove transformações na sociedade. Desde a organização dos quilombos, tão bem analisada por intelectuais como Beatriz Nascimento, Clóvis Moura e Abdias Nascimento, a resistência e luta do povo preto acontece em nosso país. Por isso, o quilombamento ganha novos contornos e pode ser interpretado como esse movimento histórico, uma organização coletiva pela sobrevivência. Do mesmo modo, o movimento de mulheres, sobretudo de mulheres negras – que surge de maneira organizada justamente para questionar o “feminismo universal” – é revolucionário e profundamente pedagógico, pois como bem nos ensina Angela Davis, “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. É o feminismo negro que pauta a interseccionalidade como categoria de análise e de direcionamento para pensar políticas públicas.

Por tudo isso, é possível afirmar que a defesa da democracia precisa incorporar o antirracismo e a promoção da igualdade de gênero como bandeiras fundamentais. Isso também implica em lutar por maior participação de sujeitos historicamente subalternizados nos espaços de decisão e poder. Além disso, a organização e resistência coletiva, o quilombamento, é um caminho essencial para a ocupação dos espaços, a conquista de direitos para a transformação social. Como disse bell hooks, na dedicatória do livro *Olhares Negros*, “Somente o ato e a prática de amar a negritude nos permitirá ir além e abraçar o mundo sem a amargura destrutiva e a raiva coletiva corrente. Abraçar uns aos outros apesar das diferenças, além do conflito, em meio à mudança, é um ato de resistência”.



Pra que o amanhã não seja só um ontem, com um novo nome¹: a luta pela
implementação de uma real democracia racial

Michela Martins Lourenço

Quando se trata de representatividade e da luta por igualdade de direitos, em contraposição à configuração opressiva da sociedade racista e patriarcal, a filósofa e ativista política, Ângela Davis é referência mundial. É dela a frase que diz: “Em uma sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista”.

Completaria com a frase, dita de maneira assertiva e categórica, pela grande Sueli Carneiro, a potência nacional quando se trata de discutir a questão de violência de gênero e raça.

Em seu discurso de abertura do curso *Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil*, Sueli enunciou a frase que permearia toda a linha de raciocínio desenvolvida ao longo do curso - “com racismo e sexismo não há democracia”.

Esses discursos são complementares e fundamentais para o desenvolvimento de reflexões acerca da seletividade presente na aplicação cotidiana de conceitos como igualdade e justiça, principalmente em se tratando de raça e gênero.

No país onde a “democracia racial” é tão propagada, a igualdade ainda não conseguiu transpor as linhas do Art. 5º da Constituição Federal. Ao contrário disso, ela encontra-se longe de se tornar uma realidade.

O Brasil possui a maior população preta fora do continente Africano, o povo preto representa 56% da nossa população. Essa população é fruto da diáspora negra do período colonial, quando africanos foram sequestrados de África, apartados de suas famílias, sua origem, ancestralidade, identidade, cultura e religião, sendo objetizados, escravizados e submetidos a condições inumanas de vida e trabalho por mais de 300 anos.

No entanto, o fim da escravidão não representou a integração do povo preto, que ainda hoje sofre as consequências de uma abolição inconclusa, incapaz de lhes assegurar direitos mínimos e essenciais à garantia de sua dignidade. Ainda hoje, a cor da pele, as características fenóticas e o sexo são determinantes quando se trata de acessibilidade, liberdade, seguridade e expectativa de vida.

Uma rápida análise de dados referentes à violência nos escancara a crueldade desta realidade. Em 16-09-2020 o site G1 publicou um levantamento que denominou de *Monitor da Violência*, uma

¹ Verso de autoria do rapper brasileiro Emicida, parte integrante da música *Amarelo*.



parceria com o *Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo* (NEV-USP) e o *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. De acordo com os dados levantados, 75% das mulheres assassinadas no primeiro semestre de 2020 no Brasil são mulheres negras e representam:

- 3 de cada 4 mulheres assassinadas
- 3 a cada 5 mulheres mortas por feminicídio
- metade das mulheres vítimas de estupro
- metade das adolescentes e crianças vítimas de estupro de vulneráveis
- metade das mulheres vítimas de lesão corporal em decorrência doméstica.

A reportagem ainda admite a possibilidade dos números serem ainda maiores devido à subnotificação consequente da dificuldade que essa população em situação de vulnerabilidade tem de denunciar os crimes e de ter acesso a serviços públicos de proteção.

Em seu livro *Dororidade*, Vilma Piedade, enquanto mulher preta ativista, feminista e sujeito passivo dessa violência, define com precisão: “Dororidade carrega no seu significado a dor provocada em todas as Mulheres pelo Machismo. Contudo, quando se trata de Nós, Mulheres Pretas, tem um agravo nessa dor. A pele preta nos marca na escala inferior da sociedade. E a Carne Preta ainda continua sendo a mais barata do mercado. É só verificar os dados...”

130

Diante da gravidade e urgência desta realidade é imperativo que se busque um enfrentamento real do racismo.

Em primeiro lugar abandonando a hipocrisia e assumindo que o racismo existe, é excludente, genocida e base essencial de uma estrutura de desigualdade econômica e da manutenção de privilégios brancos que se perpetua ao longo da história do país.

Decompondo o preconceito, através de letramento racial, estudar, ler, ouvir e compreender o racismo e suas formas sutis de manifestação, a fim de poder reconhecê-lo e combatê-lo.

Fortalecendo políticas afirmativas que visem a concretização da igualdade pregada pela Constituição.

A ocupação de espaços de poder que garantam a visibilidade e a voz necessárias à efetivação de medidas que busquem diminuir o abismo de desigualdades vigente em nossa sociedade.

Como sabiamente foi posto por Sueli Carneiro, citando Oscar de Vilhena, na palestra de inauguração do 26º Simpósio do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM, “sem derrotar o racismo jamais nos humanizaremos como nação. O protagonismo do movimento negro não exime os brancos antirracistas da responsabilidade de participar desta luta”.

Assim, a luta contra o racismo e o sexismo é uma obrigação e deve ser assumida por todos aqueles que anseiam construir um mundo melhor, mais justo e mais humano. Onde sonhos como o do Dr Martin Luther King e de tantos outros que, ao longo da história lutam e ainda lutam não só por



igualdade mas também pelo reconhecimento da grandeza e da riqueza cultural dos povos de África e dos afro-brasileiros, deixem de ser utopia para se tornar realidade.



Pelo direito à escuta
Nathalia da Matta

O processo de colonização foi muito além da mercantilização de corpos negros e de povos indígenas. O genocídio e o epistemicídio são até hoje ferramentas de controle social muito potentes para desvalorização e destruição das nossas vivências e saberes tradicionais. As referências e modelos de vida que valorizamos ao longo dos séculos foram importados do ocidente europeu, formando uma lógica eurocentrada de ser e estar no mundo. Dessa forma, o sujeito negro, para tornar-se sujeito, precisa se identificar com um modo de vida branco. Esse processo se dá através de mecanismos muito bem elaborados e estruturados por meio da opressão exercida pela branquitude colonial, e pode ser observado em diversas situações cotidianas, nas relações de trabalhos, nos relacionamentos afetivos e também nas construções de conhecimento sobre determinados fenômenos.

Como psicóloga, mulher preta e periférica, que foi bolsista e cotista pelo programa *Universidade para Todos*, afirmo que essa opressão existe fortemente dentro das universidades, nos cursos de Psicologia e na transmissão de saberes. A ausência da temática racial no meio acadêmico é enorme e não é apenas consequência de um país construído a partir da lógica da exclusão, mas é também um fator de manutenção da lógica colonial de silenciamento. Também não há como dizer que devido à falta de políticas educacionais, não existam teóricos relevantes para construção de uma comunidade acadêmica que considera o racismo como fator crucial nas relações humana, pois há diversos autores e autoras negros que por décadas, apesar das dificuldades, vêm denunciando as violências que sofremos. Então, qual a dificuldade em darmos a tais autores o devido reconhecimento? É o racismo estrutural.

132

Tal conjuntura impede que a formação de saber advinda do povo preto seja reconhecida como tal, formando gerações de profissionais de Psicologia que sequer questionam quais as implicações de ser negro no Brasil, provocando assim um abismo no acesso da população negra a serviços de saúde mental, onde sejamos acolhidos por uma escuta atravessada por epistemologias produzidas por e para pessoas pretas. Esse tipo de escuta, chamada de clínica sociopolítica pela psicanalista Mirian Debieux, deve ser praticada por todos aqueles que se dedicam a escutar o sujeito com toda sua bagagem de vida, dando ênfase ao fator social e cultural. Dessa forma, a escuta psicanalítica da clínica sociopolítica pode vir a ser um meio de mudarmos as regras do jogo, subvertendo a lógica racista que vivemos, através do poder de fala que o povo preto tem. Poder falar, para nós, pessoas pretas,



socializadas a partir de uma lógica branca que nos violenta desde a infância, é a afirmação de nossa existência enquanto sujeito de desejo. O tempo de sermos meros objetos de controle, já acabou. É preciso que nos articulemos cada vez mais, para que possamos falar e, principalmente, para que possamos ouvir a nós mesmos. Reconhecer quem se é e assumir o lugar de potência que nossa ancestralidade nos impõe, por aqueles que vieram antes de nós e que através de “sangue, suor e lágrimas” possibilitaram a nossa resistência hoje. E por aqueles que ainda virão e precisarão também resistir.


Não é trajetória fácil se manter nessa posição. Ouvir o que nós temos a dizer também não, afinal, nunca nos foi perguntado. E não quisemos esperar por essa pergunta. Nossas produções intelectuais e artísticas denunciam que o povo preto se impôs e vem cada vez mais mostrando que não voltaremos pra senzala, que não nos contentaremos com a objetificação e com a submissão. Se for pra retornar, que seja pra nossa Terra Ancestral, na África, buscando reformular nossa história enquanto povo e escrever nossas próprias narrativas pessoais.

Para que tudo isso seja possível, é preciso que estejamos inseridos numa sociedade que reconheça que a base na qual as relações se apoiam e se estruturam, é o racismo. A busca por autonomia só pode existir em um contexto que reconheça, de fato, as implicações do período escravocrata, da invasão colonial e do racismo. Como pensar em democracia em um país que por tanto tempo negligenciou o povo preto e negou que o que produzimos também é saber?

133

Como exemplo, temos o *Sistema Único de Saúde*, que teve sua aprovação em 1991, porém a primeira política de saúde voltada exclusivamente para população negra foi inserida no SUS apenas em 2007. A *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra* é a primeira iniciativa que reconhece a pessoa preta como a mais afetada pelas desigualdades que enfrentamos no país e isso inclui também a saúde mental. Reconhecer que a formação subjetiva do povo preto se dá através de violência e de um duplo trauma é um passo importante. Mas para além disso, precisamos fazer valer esse direito, entendemos que somos nós que recebemos o bastão pra dar continuidade à luta. Pensar em democracia sem pensar em uma política que nos reconheça enquanto sujeitos que vivenciam cotidianamente, consciente e inconscientemente, o racismo, não é de fato democracia.

Pensar coletivamente, entender nosso território e as necessidades de nossa comunidade é fundamental para se fazer democracia e buscar autonomia. Possibilitar e articular espaços de escuta e de expressão das vozes que surgem das favelas, que vivenciam a presença iminente das barricadas diariamente, é a saída que temos. Essa tem sido a minha busca dentro do meu território e a passos lentos, venho conseguindo curar a mim mesma das cicatrizes coloniais através da cura de minha comunidade.



*A compreensão do racismo estrutural como ponto central no projeto
democrático brasileiro*

Tainá Medeiros

De acordo com dados do site de buscas Google, o Brasil nunca pesquisou tanto a pergunta “O que é racismo estrutural” quanto no ano de 2020. A plataforma sugere que o aumento no número de buscas pelo termo, assim como outros associados ao debate sobre racismo, foi causado pela morte do norte-americano George Floyd, homem negro assassinado por policiais brancos durante uma abordagem em maio. A onda de protestos por ela desencadeada gerou uma cobertura massiva da mídia em vários lugares do mundo, inclusive no nosso país. Outros acontecimentos no Brasil, como a morte brutal do garoto João Pedro, baleado e morto por policiais dentro da própria casa em São Gonçalo no Rio de Janeiro, também contribuíram para a emergência do debate sobre as desigualdades raciais, conquistando um espaço inédito nos meios de comunicação de massa.

134

O recorde nas buscas sugere que as discussões sobre o caráter estrutural do racismo têm rompido os limites dos debates acadêmicos e dos espaços de militância política, e têm adentrado não só nos meios de comunicação, mas também nos debates das redes sociais, e até mesmo nas conversas mais informais do dia-a-dia. Apesar da constante resistência que ainda hoje encontramos ao debater as desigualdades raciais no país, é inegável que a adoção do termo “racismo estrutural” tem se popularizado.

É importante destacar que esse termo, ao contrário do que possa parecer, não é novo. Sua gênese histórica e teórica deve-se a uma árdua construção conjunta de intelectuais - como Lélia Gonzales, Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, Sueli Carneiro, entre outros -, e este não foi um processo harmônico. O termo sempre esteve sob disputa, enfrentando ataques que quando não miravam a completa desconstrução da ideia de racismo no Brasil (como no caso do mito da democracia racial), insistiam em reduzir a discussão à questão da desigualdade econômica, ou pior, como um problema individual de ordem psicológica ou moral. Além de refletir o esforço político e de produção intelectual negra, a consolidação do conceito deriva de uma demanda prática dos movimentos sociais negros de exigir o reconhecimento do caráter estrutural das desigualdades raciais no Brasil, trazendo o termo como ferramenta conceitual de aprofundamento e ampliação da discussão. Em contribuição a esse debate, o trabalho de Silvio Almeida resgata e reforça ideias fundamentais para a compreensão do caráter estrutural do racismo. O autor destaca que o avanço da discussão sobre



racismo estrutural colabora com a superação de uma concepção do racismo como mero ato individual, e reconhece a centralidade do poder de um grupo sobre outros e sobre as instituições e demais mecanismos de poder como fator determinante para a manutenção desse sistema. Almeida (2019, p. 20) nos alerta que é importante compreender que não se trata de um tipo específico de racismo, mas sim de enxergar que “o racismo é sempre estrutural, ou seja, ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade”. O autor nos mostra como o racismo estrutural configura a normalidade no funcionamento da sociedade e como sua reprodução se dá de forma sistemática e contínua, penetrando todo o tecido de relações sociais, políticas e econômicas, possibilitando a perpetuação das desigualdades raciais (ALMEIDA, 2019).

Na esteira dessa tradição o Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier nos auxilia na identificação das três principais características intrínsecas ao racismo no Brasil (informação verbal)¹. Ele é fundante pois está diretamente ligado à fundação do estado brasileiro e à natureza das instituições que engendram os mecanismos de persuasão e coação discriminatórias. É também estruturante, pois estrutura o acesso ao mercado e ao capital, este último não apenas financeiro, mas também cultural, social e político. O acesso reservado a um grupo branco, naturaliza os privilégios, transformando-os em direitos inatos a um determinado grupo e extirpados de outros. O racismo mostra-se também replicante pois proporciona a reprodução dos preconceitos, estereótipos e estigmas sobre a população negra, justificando a violência e a opressão sofrida cotidianamente. Toda essa engrenagem política, econômica, social e cultural construída meticulosamente sob as bases do racismo, trabalha incessantemente para sua reprodução e contínua expansão em um projeto permanente de aniquilação da população negra brasileira.

135

Compreender esses pontos é indispensável quando se vislumbra qualquer projeto de futuro que pretenda ser minimamente democrático para nosso país. Partindo da máxima da *Coalizão Negra por Direitos* que nos relembra que “com racismo não há democracia”, aqui se faz importante reforçar que a pretensa democracia atual brasileira só existe porque há o racismo e é ele quem a sustenta e ambos se retroalimentam, e é essa falsa democracia que devemos superar. A compreensão do caráter estrutural do racismo destaca mais do que a possibilidade, mas a urgente necessidade de uma reconstrução radical do ordenamento social brasileiro, sem a qual não haverá horizonte possível de sobrevivência para nós enquanto povo negro brasileiro.

¹ Fala do Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier no Curso *Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil O ativismo de negras e negros em defesa de direitos*. 03/11/2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/eparlamento/videos/852352675591222>



Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.



Como reconhecer que somos um país racista?

Josieli Minosso Lamana Miorin

A partir da invasão e tomada de terras pelos portugueses, O Brasil foi e é marcado até hoje pela cultura escravocrata dos povos africanos que foram sequestrados e trazidos para cá.

Nossa sociedade foi formada do estupro das mulheres africanas, com corpos escravizados e objetificados, e agora seus descendentes também o são - apesar de representarem mais de 50% da população brasileira, são excluídos do acesso à riqueza produzida no país, das condições mínimas de sobrevivência, das políticas públicas, dos setores governamentais e institucionais.

O Estado brasileiro e a sociedade como um todo, a partir do século XIX, sofreram profundas alterações sociais, políticas e econômicas, e a consequência disso foi que o Brasil se tornou um dos países com a pior distribuição de renda e com a maior desigualdade racial do planeta e, o mais grave, com a perpetuação dessa condição até os dias atuais. A desigualdade está presente principalmente entre as pessoas de origem africana e seus descendentes.

Como mencionou o professor Hélio Santos, o dia 14 de maio de 1888 é o dia mais longo da história, pois o legado da abolição da escravidão perdura até os dias de hoje, e parece que, por enquanto, ainda persistirá, fazendo com que o dia posterior a ele não chegue.

Vemos a permanência da exclusão racial e atitudes preconceituosas ressignificadas no cotidiano, com a perpetuação do racismo estrutural, institucional e social, que mantém as populações pretas na miserabilidade e no alijamento social. Com isso, as populações negras sofrem preconceitos raciais e encontram-se impedidas de acessar bens e serviços, tais como: saúde, educação, segurança e emprego.

Percebe-se um conflito silencioso promovido pela imposição do padrão estético e cultural do homem europeu branco, que prescreve sua ideologia até hoje quase que intocada, introduzindo no brasileiro um imaginário étnico-racial que privilegia a branquitude, valoriza a cultura europeia, minimiza e silencia qualquer outra forma humana que não esteja naquele específico padrão e liquida com qualquer cultura que não seja a branca. Desde o início dos bancos acadêmicos brasileiros, o que foi estudado fora ditado por esse padrão imposto pela branquitude europeia, passado de geração em geração e que ainda hoje penetra nas camadas mais fundas da sociedade. A história e cultura contadas, sempre foram narradas pela perspectiva eurocentrista. A sociedade brasileira foi calcada nessa base.




O povo preto foi invisibilizado e o que a cultura branca fez (e ainda tem a coragem de fazer) foi difundir a ideia de que nosso país era multicultural, miscigenado, colorido, festivo, isento de qualquer forma de racismo e preconceito, com todos felizes, em pé de igualdade com os demais, silenciando as vozes que ousaram surgir, negando a existência do racismo tão evidente aos nossos olhos.

A partir da redemocratização do país, o Brasil voltou a pensar em um Estado de bem-estar, e a participação dos movimentos sociais, entre eles o *Movimento Negro* teve grande influência na promoção de políticas públicas voltadas ao povo preto.

Mesmo assim, questionamentos ainda persistem, em razão da imensa desigualdade e violência que percebemos. Que democracia é essa? Por que ainda existem pessoas e instituições que negam a existência do racismo? Por que há pouca participação política de negros nas eleições? Por que a violência – em especial a policial – ainda é majoritariamente cometida contra o povo preto? Por que a mulher negra está na base da pirâmide social, oprimida por seu gênero e sua raça? Onde está a tão sonhada igualdade que a Constituição Federal elenca como base fundamental no nosso país?

Para tantas perguntas, em primeiro lugar, temos que descer do pedestal de privilégios da branquitude e compreender que, enquanto houver racismo e sexismo não haverá democracia.



Sobre fissuras em densas estruturas: mulheres negras na política
Criselli Montipó

Em abril de 2018, durante o intervalo de almoço, me deparei com a produção de um painel de grafite em homenagem à Marielle Franco. A parede pintada de azul realçava o braço erguido com a mão cerrada. O sol do meio-dia intensificava a imagem. Aproximei-me para cumprimentar o artista, que fazia os retoques. Lá debaixo, pedi sua autorização para registrar. Equilibrando-se no andaime, ele consentiu e sorriu. Fotografei com o celular e postei a imagem em uma rede social com a frase: “Que essa voz ecoe... #MariellePresente”.

Ainda naquele dia experienciei o repúdio nas redes sociais. Foi a primeira vez que eu, mulher branca heterossexual, experimentei o gosto amargo de ser insultada virtualmente. O discurso de ódio racista que circula nas redes foi destilado quando minha sororidade se manifestou diante da violência contra uma mulher negra. O racismo é estrutural e estruturado. Os insultos que geraram debates acirrados, revolta e repúdio ficaram gravados como uma ferida aberta na minha pele. Intensificaram minha percepção para a necessidade de estarmos juntas na luta antirracista. A cada vez que pronuncio: “Marielle, presente!”, lembro daquele episódio de ódio nas redes sociais e de quanto a voz de Marielle reverbera.

Desde aquele 2018, os dias se sucederam em uma escalada de horrores. Autocratas neofascistas eleitos, reeleitos. Racismo, xenofobia, assassinatos. Pandemia. Vidas negras no *front*. Mulheres negras entre as primeiras vítimas do novo coronavírus no país. Contágios e mortes durante o expediente. Inacreditavelmente, corpos negros infantis pelas janelas dos condomínios. Manifestos. Dor. Sensibilização. Articulação. Luta.


Se aquele episódio de ódio nas minhas redes sociais teve espaço graças à difusão dos *bits*, foi também a frieza do mundo virtual que proporcionou outras conexões. As atividades remotas possibilitaram minha participação no curso *Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil*. O reencontro com pensadoras e pensadores da epistemologia feminista negra e dos saberes afrodiaspóricos fez brotar esperança nesses dias sombrios.

Foi nesse tempo, e embalada nesse mesmo sentimento, que vi a candidatura de mulheres negras ganhar as ruas. Reacenderam possibilidades. Eleitas, algumas foram as primeiras mulheres negras nas Casas Legislativas de muitas cidades. Foi também quando nos deparamos atônitos com as ameaças de morte às vereadoras negras que nem sequer tinham assumido o mandato. Mulheres negras



na política são fissuras em densas estruturas. São corpos que ocupam espaços negligenciados historicamente. São vozes que rompem silêncios impostos. Por isso tanto inquietam aqueles privilegiados e incomodam aqueles que querem dominar corpos e subjetividades. Fissuram o patriarcado, o colonialismo, o imperialismo, o coronelismo. Mulheres negras na política mobilizam a concretude. Seus corpos conjugam o verbo esperar.

O furor por mil dias do assassinato de Marielle e Anderson sem solução se intensifica diante das ameaças às vereadoras negras de 2020. A luta antirracista é urgente e requer corpos de todas as cores. Ainda que vivamos momentos difíceis, a faixa amarela nos cabelos de Marielle, naquele painel de grafite, ilumina a mensagem: o legado de Marielle ultrapassou o tempo e o espaço. Marielle, presente! Marielle(s), presente(s)! Mulheres negras na política resistem e brotam. Permitem sonhar com dias de liberdade e respeito. Reforçam que o projeto democrático só se concretiza na pluridiversidade. Apesar de terem prometido nos matar, façamos coro à Conceição Evaristo: “a gente combinamos de não morrer”.



Feminismo negro e produção do conhecimento – espaços alternativos e a luta
pela legitimação da participação política

Karine Moura

O conhecimento está diretamente atrelado às relações de poder que permeiam os mais diversos espaços onde ocorre sua produção. A academia é reconhecidamente um dos lugares mais importantes onde essa produção acontece. Entretanto, ela também se constitui como uma instituição extremamente excludente, quando observadas as maneiras como cumpre suas funções sociais. Sua estrutura evidencia o racismo e o sexismo como práticas institucionais constituídas e legitimadas por séculos e que continuam sendo perpetuadas na contemporaneidade.

A predominância de um quadro de profissionais incluídos historicamente por processos sociais que legitimam constantemente uma lógica cisheteronormativa branca evidencia a universidade como um lugar de desigualdades, dentro do qual vários sujeitos são subalternizados e excluídos.

141

Diante desse processo, deparar-se com mulheres negras ocupando espaços de poder dentro dessas instituições é algo fortemente inviabilizado. As lutas pela democratização do acesso às universidades, a política de cotas e as iniciativas de inclusão de saberes subalternizados dentro da academia são conquistas recentes e que estão longe de serem aceitas com unanimidade.

Em outras esferas, esse processo de invisibilização não é diferente quando se pensa na ocupação de lugares de poder, até mesmo porque a universidade não está para além da sociedade. Pensar a participação política nas diversas esferas sociais é se deparar com processos constantes de invisibilização e inviabilização do acesso da população negra a lugares de poder.

Pensar a democracia a partir do que é fornecido pela academia, por exemplo, é compreender que ela requer uma série de virtudes que são experienciadas de maneiras distintas, por diferentes sociedades, conforme demonstra Dahl (2009). Ou seja, não há um mesmo modelo de democracia a ser compartilhado por todas as sociedades, mas o que existe de fato são experiências de sistemas políticos onde se busca pensar democraticamente. O importante nesse caso é não perder de vista virtudes fundamentais para que ela se constitua, como a participação popular na esfera política.

Ainda na academia é possível o contato com a reflexão acerca da democracia quando são abordadas as teorias que tratam do movimento abolicionista, onde se evidencia a ênfase no projeto de modernização do Brasil. Nesse período, o mito da democracia racial no país provocava debates



em nível mundial – como o projeto UNESCO na década de 1950, para investigar as relações raciais no Brasil, conforme definem Rezende e Maggie (2011) – e muitas teorias se consolidavam ao discutir no que iria se tornar o país no pós-abolição.

Logo, a questão era a modernização e não a necessidade de se discutir as condições de vida da população negra no país, nem como seriam enfrentados os problemas sociais sofridos no pós-abolição. Pelo contrário, os problemas sociais sempre foram associados ao negro e é sobre seus corpos que recaía e recai a culpa, a punição, o desprezo e uma série de outras violências.

Nas duas situações citadas acima, respectivamente, ora se pensa a democracia enquanto um sistema político que se constitui como a melhor forma de estabelecer a participação social - pois apesar de ser experienciado de formas diferentes ainda assim se constitui a partir de modelos reais e isso possibilita a reflexão sobre o que seria um modelo ideal -, ora se problematiza o processo de modernização do país a partir do mito da democracia racial, pensando um modelo ideal de nação.

Comum em ambos os casos é o não-lugar que os problemas enfrentados pela população negra, e mais especificamente pelas mulheres negras, de fato ocupam. Naquele primeiro caso, em questões de gênero e de raça são invisibilizadas, sequer são citadas, o destaque não vai especificamente para a abordagem do autor, mas sobretudo ao trabalho que muitas vezes é desenvolvido em sala de aula; na segunda, há um processo de reificação do negro como objeto do conhecimento, interpretado como sobrevivência do passado, algo a ser superado, sendo alvo de políticas higienistas e eugenistas que demandam o seu total apagamento. Em outras palavras, nos dois casos, quando a questão racial não é invisibilizada, ela coloca o negro como um problema que precisa ser superado para que ocorra o estimado desenvolvimento da nação.

142

A democracia expressada a partir do pensamento feminista negro realiza outros acionamentos epistemológicos e demanda a ênfase na participação política a partir da reflexão sobre o racismo e o sexismo, perante os quais definitivamente não é possível haver democracia, pois não é possível falar na existência da mesma quando nem mesmo direitos básicos – como o direito à vida – são garantidos à população negra.

Os espaços alternativos de formação e de produção do conhecimento têm sido imprescindíveis à problematização de modelos postos e modelos ideais, assim como para o compartilhamento de outras possibilidades. O fato da população negra ser minoria em diversas instituições sociais implica na exclusão da sua participação política em espaços de poder, o que provoca a limitação sobre o debate da questão racial e de gênero até mesmo quando se discute democracia. É preciso reconhecer a importância do espaço acadêmico como lugar de produção do conhecimento, assim como a relevância das esferas políticas da sociedade enquanto espaços para pleitear a garantia de direitos. A formação dos sujeitos para ocupação desses lugares é um assunto de emergência social. O que se




reivindica é exatamente a ocupação dos espaços de poder pelas mulheres negras para que suas demandas sejam efetivamente pautadas.

Referências Bibliográficas

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

REZENDE, Cláudia Barcellos e MAGGIE, Yvonne. *Raça como retórica: a construção da diferença* in REZENDE, Cláudia Barcellos e MAGGIE, Yvonne. **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.



Caminhos para o combate ao racismo estrutural no Brasil

Adenilda Aparecida Nascimento

A situação de Pandemia de Covid-19, que acomete a maior parte do mundo desde o início do ano de 2020, colocou em evidência, aqui no Brasil, um cenário de enorme exclusão socioeconômica, que vem sendo denunciado há mais um século por movimentos sociais, em particular por grupos que lutam pela igualdade racial. Existe um enorme contingente de pessoas vivendo em vulnerabilidade social no nosso país e as estatísticas mostram que, em sua maioria, são pessoas negras segregadas pelo encarceramento em massa, concentradas em favelas e regiões periféricas, com acesso restrito à escolarização e às oportunidades de trabalho.

Vários autores, estudiosos e ativistas como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro têm falado do racismo estrutural presente na sociedade brasileira, o que é negado inclusive pelo governo - em fala recente, o vice-presidente da República Hamilton Mourão, ao comentar o assassinato de um homem no estacionamento de um supermercado, declara que o Brasil não é um país racista. A negação do racismo, não sustentada pelos fatos constantemente veiculados pela imprensa, impede o seu combate com a criação de políticas de promoção da igualdade, tampouco leva em consideração os depoimentos de pessoas que sofreram e sofrem preconceito de raça em diversas situações sociais. Considerar o lugar de fala - expressão muito usada pela ativista Djamila Ribeiro - das pessoas que se sentem discriminadas e os dados estatísticos reveladores das desigualdades a que estão sujeitas, é determinante para que haja uma reflexão e mudança dos paradigmas que estão estabelecidos nos currículos escolares, nas instituições públicas e privadas e nas relações sociais. Historicamente, aqueles que são sujeitos dos privilégios - da branquitude, do conhecimento, da classe social e do capital - não desistem facilmente, lutam para manter as posições de poder nas relações de dominação estabelecidas historicamente.

O racismo brasileiro existe, de forma estrutural, sistêmica e perpetuada no cotidiano, na naturalização dos privilégios, na não representatividade das características étnicas, nas epistemologias negras e indígenas e na desumanização do outro. Não é preciso muito para compreender e constatar os diversos fatos e situações em que o racismo vem se estabelecendo ao longo dos séculos, desde a criação do conceito de raça e o período da expansão europeia e colonização do Brasil, que levou à escravização dos povos africanos e aos epistemicídios que invisibilizam e inferiorizam as culturas de determinados grupos étnicos.



Precisamos explicitar e aprofundar as discussões, denunciar e punir o crime de racismo, promover a igualdade, combater o preconceito constituído em bases filosóficas da racialização, que categoriza os seres humanos em inferiores e superiores. Conforme afirma o Prof. Silvio de Almeida, somente com muito estudo e formação de massa crítica será possível fazer avançar nossa sociedade em direção à equidade, à democracia legitimada na soberania popular e na igualdade de direitos entre os cidadãos. O exercício desta cidadania plena depende de educação de qualidade para todos, do acesso e permanência na escola, de igualdade de acesso ao ensino superior, saúde e políticas públicas de reparação para a população afrodescendente, que totaliza 54% dos brasileiros.

O Brasil tem população de maioria negra, o que torna inconcebível o racismo que segrega e nega os direitos das crianças negras à construção de sua identidade, ao acesso e permanência na escola; dos adolescentes e jovens negros à liberdade e à vida; das mulheres negras à dignidade e respeito aos seus corpos, que sofrem mais com a violência e feminicídios em relação às mulheres brancas.

A desigualdade social nos impede de crescer como nação, pois não valorizamos nossa gente e não valorizamos as contribuições dos povos que historicamente constituíram o povo brasileiro. Nos dizeres do Prof. Silvio Almeida, não é possível construir a humanidade na desconstrução do outro. Trata-se de um projeto de nação que está fadado ao fracasso. É preciso antes admitir que exista a doença do racismo estrutural na sociedade para que seja possível curá-la, porque atrelados à dominação racial estão a desigualdade de gênero, o sexismo e a violência contra a mulher, os conflitos antidemocráticos, o crescimento do fascismo e do neoliberalismo e o desmonte do Estado do bem-estar social e da desestabilização da democracia.



Velho e novo, retrógrado e moderno: a coexistência de “Brasis” opostos e o traçar de novos rumos


Rafaela Nogueira do Nascimento

No transcorrer das últimas décadas, o Brasil vivenciou diversas iniciativas governamentais voltadas à população negra, tais como medidas repressivas, valorizativas e afirmativas (JACCOUD e BEGHIN, 2002, p. 55-56). Por sua vez, a proposição destas ações não se deu por parte das elites econômicas e culturais - grupos hegemônicos mostraram-se resistentes e veemente oponentes, tanto ao debate acerca da questão racial como à implementação de dispositivos que visassem a equidade étnico-racial.

Alternativamente, os movimentos negros encontraram nas políticas públicas distributivas um meio de beneficiar os cidadãos pretos e pardos, a exemplo da Política de Cotas (modalidade de ação afirmativa); isto é, mediante a forte oposição às políticas de promoção de igualdade racial e tendo em vista a estreita correlação entre pobreza e negritude, a adoção de critérios socioeconômicos como requisito para usufruir de políticas públicas tornou-se consensual para os grupos racializados em conflito. Este foi o caso das normas aprovadas de maneira pioneira no Brasil pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ com fins de reservar vagas nos cursos de graduação (Leis nº 3.534/2000 e nº 3.708/2001).

Um segundo aspecto a ser elucidado remete-se à reprodução histórica de práticas discriminatórias indiretas no interior da burocracia governamental e, conseqüentemente, na concepção e implementação de instrumentos legais e políticas públicas específicas. Em teoria, e de maneira geral, seja revestido na figura do Juiz, do legislador ou de um simples funcionário operacional (“burocrata de rua”), seja com ou sem intenção manifesta ou não declarada, todos são agentes (mobilizadores, alocadores, reguladores, fiscalizadores, implementadores e/ou formuladores) das instituições e da coisa pública, trabalhando em prol do bem-estar e desenvolvimento de toda a população e do País. Portanto, devem observar os princípios da Administração Pública delineados no Artigo 37 da Constituição Cidadã de 1988, a saber: legalidade, moralidade, impessoalidade, razoabilidade e proporcionalidade, publicidade e eficiência. Ademais, percebe-se um consenso pelos estudiosos acerca da centralidade do Estado no combate ao racismo (FONSECA, 2015).

Portanto, qualquer espécie de discriminação (intencional ou não) cometida por um agente atuando em nome do Estado enquadra-se na compreensão de racismo institucional, definido como:



(...) fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (CRI, 2006, p. 22).

Se por um lado, a observância da realidade nos causa melancolia ao se comparar com o cenário idealizado, no qual as marcas fenotípicas não mais predominarão como preceito de discriminação e inferiorização de indivíduos de cor preta, parda e indígena, por outro o exame do longo caminho já percorrido pelos nossos antepassados e irmãos nos indica o quão viável e urgente se faz a continuidade de construção do mundo que sonhamos para nossas filhas e nossos filhos. Cria-se então folego para enfrentar, superar ou desviar das investidas contrárias, ainda que sejam muitas e de muitos atores, e que estes por vezes sejam invisíveis e estruturais.

É certo que os desafios se multiplicam. Entretanto, quando somos oprimidos temos a oportunidade de nos unir a outros semelhantes em prol da luta pela emancipação e liberdade e, ainda, pela garantia dos direitos outrora conquistados, os quais deverão ser constantemente reivindicações e defendidos publicamente.

147

Referências Bibliográficas

CRI. Articulação para o Combate ao Racismo Institucional. **Identificação e abordagem do racismo institucional**. Brasília: CRI, 2006.

FONSECA, Igor F. Inclusão Política e Racismo Institucional: reflexões sobre o Programa de Combate ao Racismo Institucional e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. In: IPEA. **Planejamento e Políticas Públicas**. Vol. 45, No. 1, jul./dez. 2015.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília, IPEA, 2002.




RIO DE JANEIRO. **Lei nº. 3.524 de 28 de dezembro de 2000.** Dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em:

<<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/69d90307244602bb032567e800668618/92c5d19ef1cac546032569c40069afa7?OpenDocument>>. Acesso em 05 de outubro de 2020.

_____. **Lei nº. 3.708 de 09 de novembro de 2001.** Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para a população negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2001b. Disponível em:

<<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/827dde52958a6dd203256b030063db70?OpenDocument>>. Acesso em 05 de outubro de 2020.



Trabalho Reprodutivo, Democracia e Questões de Raça

Tarsila Kiciane Nascimento

Samara e Fábio são casados e têm um filho, Gael, de 3 anos. Ela é advogada, feminista, branca. Fábio é professor de História, militante do movimento negro, pardo. Ambos são considerados o típico casal urbano desconstruído e pertencente à classe média, que diz ser consciente do sistema classista, racista, heteronormativo e machista em que nossa sociedade está inserida e, em seus lugares de trabalhos, nas redes sociais e com os amigos são sempre notados pelos seus posicionamentos progressistas em busca da igualdade para todos.

Maria é trabalhadora doméstica, mãe solo de dois filhos (um de 10 e outra de 2 anos), estudou até a oitava série, quando saiu de casa por causa da primeira gravidez e precisou dar conta de se sustentar financeiramente. Maria é negra, moradora da periferia e trabalha na região central de São Paulo das 8h às 17h nos cuidados do pequeno Gael. A trabalhadora se considera muito sortuda, pois encontrou um casal muito humano que paga seus direitos trabalhistas devidamente e sempre a trata com respeito. O casal por sua vez, que está sempre na correria por causa da extensa jornada de trabalho, agradece ao universo, por ter enviado uma pessoa que é “praticamente da família” e dá conta dos cuidados de alimentação, limpeza e afeto, para que eles consigam promover a luta da igualdade em prol de uma sociedade mais democrática e sem preconceitos, no Judiciário e na Escola.

149

A narrativa acima - que de fictícia não tem nada - traz à tona um dos maiores impasses dos nossos tempos: a questão do trabalho reprodutivo¹, sua relação com os espaços de poder e os cruzamentos destas incongruências com as questões de raça e gênero. Mas, afinal, o que o desenvolvimento dos trabalhos reprodutivos tem a ver com a democracia? Como a estrutura patriarcal e racista contribui para a estagnação de determinadas vidas? Qual o papel da branquitude nesse contexto?

A questão do trabalho reprodutivo passou a ser problematizada como função essencialmente feminina por volta dos anos 70 entre os movimentos feministas (DE MELLO, 2011). A inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho foi o epicentro de um desconforto que se encontrava mascarado pelos papéis sociais bem delineados.

¹ aqui compreendido como gênero que comporta o conjunto de tarefas domésticas, tais como lavar, cozinhar, limpar - espécie de trabalho do cuidado, que engloba as relações afetivas e a disponibilidade interacional, normalmente realizado pela mulher.



Segundo Hirata e Kergoat (2007) a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

No entanto, essa perspectiva parte de uma visão do feminismo eurocêntrico, pois há de ser considerado que para as mulheres negras nunca houve essa distinção de trabalho pelo papel social esperado. As mulheres negras sempre se viram sobrecarregadas e, além das tarefas reprodutivas, exerciam também trabalhos como vendedoras, quituteiras, operárias e toda ordem de trabalho que é desprestigiado e invisibilizado em nossa sociedade.

Esse desprestígio e invisibilidade das tarefas reprodutivas associado ao imaginário existente de que as mulheres negras e pobres são fadadas à servidão implica no silenciamento e negação reiterada da participação de mulheres negras nos espaços de poder e decisão, situação que compromete a democracia e igualdade material de toda sociedade.

A luta para transcender as estruturas raciais e patriarcais que há séculos fixa/enquadra indivíduos em determinados lugares precisa coexistir com a mudança paradigmática da imprescindibilidade dos trabalhos domésticos e o reconhecimento disso como fonte de poder - é a superação da dicotomia público X privado. Eis aqui o papel da branquitude como potencial aliada na luta antirracista. Pois, como nos ensina a banda *Mato Seco*² “não basta dizer, falar/Tem que praticar/Toda palavra faz mesmo diferença, se virar ação”. Encarar os brancos como objeto de pesquisa (e ação) deixando de objetificar o Outro (que normalmente ou é a mulher ou é o negro) é entender porque o branco deve assumir tais tarefas e com isso possibilitar que haja mobilidade social, equilíbrio e possibilidade de novas formas de interações sociais.

150

A estrutura social cuja base do sistema é o trabalho reprodutivo desempenhado pelas mulheres – em sua grande maioria negras – impossibilita a participação democrática efetiva, pois ao tempo que as mulheres estão cuidando, limpando, educando e alimentando, decisões a respeito de suas vidas estão sendo tomadas e elas não têm voz ativa sobre seus destinos nessa situação.

O documentário *O Começo da Vida* (2016), dirigido por Estela Renner, chega a ser dramático se pensarmos nos filhos de Maria – que propositalmente foram deixados sem nome para ilustrar como algumas vidas são apenas números. Isto porque enquanto o Gael poderá desfrutar de alimentos saudáveis, da casa limpa e cuidada, os filhos de Maria estarão se virando, provavelmente o de 10

² Banda auto-didata de *reggae* que, em suas letras, espalha a ideia de “Resistência”.



cuidando do de 2. E Maria, sem possibilidade de estudar, militar ou vislumbrar novos horizontes, porque carrega o peso de todo um sistema em suas costas (e às vezes nem consegue nomear isso).

Referências Bibliográficas:

BRANDÃO, Isadora Araujo da Silva. *Mulheres invisíveis, trabalho precário*. “16 dias de ativismo” do Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM Brasil). Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2016/12/11/mulheres-invisiveis-trabalho-precario/>> Acesso em 06 dez. 2020.

CARREIRA, Denise. *O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista*. **Ensaio**. SUR, v. 28, 2018. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-denise-carreira.pdf>> Acesso em 06 dez. 2020.

MELLO, Soraia Carolina de. Uma profissão invisível: Dona de casa (1970- 1989). **Perseu: História, Memória e Política**, n. 07, 2011.

Disponível em: <<http://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/115>> Acesso em 14 fev. 2020.

FEDERECI, Sílvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Ed. Elefante, 2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. **Cadernos de Pesquisa**, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>> Acesso em: 06 dez. 2020.

NOGUEIRA, Tamis Porfírio Costa Crisóstomo Ramos. *Mucama Permitida: a identidade negra do trabalho doméstico no Brasil*. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 3, n. 4, p. 47-58, 2017. Disponível em: <<https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/22482>> Acesso em 06 dez. 2020.

PORTO, Dora. *Trabalho doméstico e emprego doméstico: atribuições de gênero marcadas pela desigualdade*. **Revista Bioética**, v. 16, n. 2, 2009. Disponível em:



http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/74> Acesso em 06 dez.
2020.



Educação Infantil: lugar de combater o Racismo Estrutural

Marlene de Araujo Nicastro

Em dezesseis de novembro de dois mil e vinte, ano de tantas ressignificações, quando participava de uma reunião virtual de planejamento do Centro de Educação Infantil (CEI) onde trabalho como professora de educação infantil (PEI), lecionando aulas (naquele momento à distância) para crianças de 0 a 3 anos de idade, surgiu uma discussão no grupo de professores que me fez refletir sobre o legado da escravidão e sobre a democracia existente no Brasil, como está presente em nosso dia-a-dia na prática, tema do nosso primeiro encontro virtual e que, na ocasião foi ilustrado de forma tão significativa. Ocorre que, uma de minhas colegas professoras, expôs a atividade que havia programado para nossos pequenos, que consistia em uma apresentação do *YouTube* “A história do Samba Menino: para os brasileirinhos de Abu-Dhabi” - no vídeo o narrador conta a história do samba. Após a exposição da professora que idealizou a atividade foi aberto para que as demais professoras fizessem sugestões, propusessem adaptações de acordo com a faixa etária, etc. Outra colega trouxe ao grupo uma reflexão muito importante e significativa, pois no vídeo, ao falar que ele (o personagem) pegou um navio saindo de África, fica parecendo que veio por livre e espontânea vontade para ser escravizado¹. E mesmo com crianças bem pequenas com os pais transmitindo informações para elas (no caso porque as aulas eram gravadas em vídeo e os pais assistiam e faziam as atividades propostas com as crianças), ensinar errado e aprender errado é perpetuar o racismo estrutural, não é intencional mas caiu no senso comum. Assim como termos e expressões que são costumeiramente utilizadas e denotam racismo como o termo “esclarecido” constantemente usado de forma equivocada porque também tem conotação racista. No mesmo instante a coordenadora nos disponibilizou no grupo de *whatsapp* um post com expressões racistas que devemos eliminar de nosso vocabulário e assim percebi que estas expressões são muito usadas e constantemente repetidas em nossos encontros e reuniões.

Passamos então a debater o assunto do racismo estrutural e o quanto ele inconscientemente permeia as relações. Como inconscientemente classificamos ou tentamos adivinhar sobre a vida de determinada família ou criança? Como supomos a profissão dos pais de determinadas crianças? Olha-se para aquela que tem a bolsa mais arrumada? Aquela que tem as roupas mais limpas? Ou aquela

¹ O termo escravo é racista e a colocação correta é escravizado.




que tem a pele mais clara? Qual delas a mãe é diarista? Qual delas o pai está encarcerado? Qual delas é criada pela avó?

A maioria das escolas públicas está localizada nas áreas periféricas das cidades, algumas de difícil acesso mas, independente da classe social, cor da pele e gênero, a escola pública é de todos, para todos e não importa se a criança desce o morro, cruza a ponte, vai de metrô ou pega um carro por aplicativo para chegar à escola. Ela precisa estar lá, o professor precisar chegar lá, é preciso ter estrutura para que funcione e segurança para que todos nela permaneçam. Naturalizar o desprezo, a falta, o ócio, o abandono do serviço público e dos equipamentos públicos não é exercer a cidadania. Somente comparecer às urnas e votar para “contribuir” com a democracia do país a cada dois anos para eleger os políticos que representaram o Estado ou a Federação não é exercer cidadania. A democracia participativa começa com a participação local, com a contribuição cidadã em pequenas coisas, pequenos gestos. Ensinamos também por gestos e ações.

Quanto antes eliminarmos o racismo estrutural da sociedade brasileira menos famílias vão chorar a morte de seus entes queridos - menos negros vão morrer porque João Alberto entrou em um supermercado e “olhou feio” e “era suspeito”. Foi o que aconteceu na quinta-feira, 19 de novembro, véspera do Dia da Consciência Negra - João Alberto Silveira Freitas, com 40 anos de idade, um cidadão preto, faleceu após ter sido agredido por dois seguranças do hipermercado *Carrefour*, em Porto Alegre mas, para meu espanto e acredito de grande parte do povo brasileiro, o excelentíssimo senhor vice-presidente da república, em entrevista, disse não existir racismo no Brasil mas sim nos Estados Unidos (fato percebido quando ele lá residiu), onde “pessoas de cor” eram impedidas de ficarem juntas com as demais. Eu me perguntei o tempo todo durante a entrevista de qual cor seriam essas pessoas a que ele se referia? E também me questionei sobre a cor, raça e etnia do vice-presidente brasileiro, pois olhando para ele não me parece que tenha origem europeia ou de outro continente mais distante!

154

Enfim, sei de minha responsabilidade, trabalho na educação infantil sou professora da rede pública com orgulho e entendo que quanto mais cedo começarmos a trabalhar com nossas crianças o respeito e os direitos à vida e à dignidade dos seres humanos mais chances teremos de lograr êxito. Ensinamos não só com palavras, mas também com gestos, com ações e com respeito, precisamos ter conosco as famílias, a comunidade, pois os grupos menos favorecidos são os mais vulneráveis e prejudicados, aqueles que historicamente sempre estiveram à margem da sociedade: pretos, pobres, homossexuais, mulheres, crianças e deficientes.



O racista é sempre o outro
Douglas Fortes Nobrega

Em abril de 1995 o *Datafolha* mostrou que 89% da população brasileira acreditavam na existência de preconceito contra negros no Brasil. Esses dados oscilaram ao longo dos anos, mas pesquisas mais recentes indicam que a maioria se mantém acreditando na presença do racismo na nossa sociedade. A pesquisa *PoderData*¹ de novembro de 2020 mostra que 81% dos brasileiros dizem haver preconceito contra negros no país por causa da cor da pele e o estudo *Atlas Político*² de novembro de 2020 aponta que são 90% os que acreditam que existe racismo no Brasil.

Nesse mesmo ano o *Google Trends* fez um levantamento que aponta um recorde em buscas no Brasil pela pergunta “O que é racismo estrutural” na página de buscas do *Google*, o que demonstra um interesse nunca visto antes por esse conceito criado por pensadoras e pensadores negros. É possível que essa discussão esteja se ampliando e, dentro desse contingente, haja mais pessoas brancas acreditando na presença do racismo no país e começando, mesmo que tardiamente, a tentar entender a existência de uma estrutura racista no Brasil.

No entanto, apesar disso, é comum ver que geralmente a primeira atitude de pessoas brancas ao cometerem um ato racista e serem questionadas por ele, é negar. Existem várias formas de se fazer isso: dizem que o intuito não era o da ofensa, questionam a razão e a consistência das críticas e de quem se torna interlocutora dela, dizem que foram mal interpretadas e, por fim, se isentam de sua responsabilidade colocando a culpa no Racismo Estrutural. No fim, o racista é sempre o outro. Reações como estas, demonstram que a utilização do conceito por pessoas brancas em vários momentos ainda se dá de maneira seletiva ou mostra que elas ainda não se comprometeram com o entendimento de que por mais que exista uma estrutura racista, nós temos a obrigação de assumir a responsabilidade e as consequências por nossas atitudes individuais. Conforme diz o Professor Silvio Almeida, a concepção estrutural do racismo não quer dizer que o fenômeno seja “uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou, ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados.” (p.50, 2019).

¹ <https://www.poder360.com.br/poderdata/81-veem-racismo-no-brasil-mas-so-34-admitem-preconceito-contranegros/>
<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-23/para-90-dos-brasileiros-existe-racismo-no-pais-e-527-ve-impulso-racista-no-assassinato-de-joao-alberto-diz-atlas-politico.html>

²



Dentro dos vários privilégios dos quais a branquitude usufrui está a possibilidade de assumir erros publicamente sem sofrer retaliações, sem ter sua carreira ou reputação questionada, sem correr o risco de perder tudo. Entre esses privilégios também está a negação do ato racista, fingir que nada aconteceu e que todos estão equivocados. Se não usarmos nossos privilégios para evidenciarmos, para nos responsabilizarmos e para repararmos atitudes racistas, nós continuaremos contribuindo para a negação do racismo como fenômeno histórico, político e econômico que caracteriza a sociedade brasileira.

Devemos assumir com extrema urgência e de forma verdadeira, transparente e comprometida com a mudança, quando cometemos atitudes racistas. Se essa auto responsabilização não for feita, estaremos alimentando e fortalecendo a estrutura que mantém negros, indígenas e outras populações sofrendo por séculos em nosso país.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.



Por que não devemos lutar por igualdade no Brasil

Ana Beatriz Novais

Há décadas se repete um mesmo discurso em nosso país: a necessidade da participação de todos na luta por igualdade – seja ela racial, de gênero, de classe ou contra o capacitismo. Porém, essa batalha já se provou perdida pois, por maiores que sejam os esforços, não há incentivo imediato que possa colocar toda uma sociedade marginalizada em pé de igualdade com uma classe branca que usufrui diariamente de incontáveis privilégios e domina o cenário político. É importante entender que a igualdade é um mito no qual insistimos em acreditar por muito tempo e que precisa ser derrubado para dar lugar a uma palavra com verdadeiro significado de ação: a equidade.

Através da manutenção de leis retrógradas e da concentração de terras e renda, a elite financeira do país visa manter uma evidente divisão de funções na sociedade. Para combater séculos de danos causados pelo racismo, é necessário um trabalho de base que reconheça as necessidades singulares de cada camada da sociedade. É necessário aceitar, primeiramente, que o protagonismo nesta história é das pessoas que construíram o país com seu suor e sangue. E seus descendentes, que compõem a atual força de trabalho que continua a mover a economia, fazem parte, ainda, da base de um sistema que os emudece e aniquila enquanto enriquece outras pessoas.

O Brasil é um país que acumula gigantescos *déficits* em áreas básicas como saúde, educação, moradia e saneamento. Com mais de 25% da população inserida na condição de pobreza e 6,5% estando abaixo da linha da extrema pobreza, segundo dados divulgados pelo IBGE, não é suficiente oferecer oportunidades igualitárias para todos no mercado de trabalho ou na Academia. É necessário que se fale de equidade e que se debata formas de aplicar medidas verdadeiramente eficientes que gerem qualidade de vida para a população. Não há real proveito em uma vaga na universidade - que promete gerar frutos a longo prazo -, se não há dinheiro para o café da manhã e para a passagem de ônibus. Equidade é sobre a igualdade somada à aplicação da justiça, sobre reparação histórica, como forma de, ao menos tentar amenizar, no presente, diferenças grotescas que carregam muita história em si, visto que a democracia brasileira – ou a ilusão de uma democracia - foi construída em cima de um viés racista e misógino que impactou de forma extremamente negativa o desenvolvimento do país e contribui, até hoje, para incontáveis violações de direitos humanos básicos.

O que faz uma mulher negra moradora da periferia cumprir jornada tripla como trabalhadora, mãe e dona de casa e ser (mal) remunerada por apenas uma delas enquanto exerce as outras duas



gratuitamente? Políticas públicas não são eficientes em instalar e manter condições de que esta cidadã tenha o suporte necessário, como creches 24h, acesso à saúde e educação, transporte público eficiente, entre muitas outras que trariam dignidade à vida desta mulher e poderiam quebrar um ciclo ao criar uma realidade completamente diferente para seus filhos no futuro.

Se tais políticas públicas não são eficientes em atender essa demanda e de tantas outras pessoas, o que fazer? É neste momento que se torna tão importante, mais do que nunca, devido à conjuntura política do país, valorizar, apoiar e divulgar iniciativas independentes que trabalham para preencher as lacunas deixadas propositalmente por esse sistema. Tais iniciativas, em suas variedades, promovem tanto a aplicação de medidas para amenizar injustiças a curto prazo, como a oferta de atividades para jovens, criação de coletivos e distribuição de cestas básicas, como também a longo prazo, incluindo seleções para bolsas de estudos, cursos profissionalizantes e a inserção do debate político e fomento do interesse em ações sociopolíticas, sendo esta última um fator muito importante e de grande potencial de transformação. Por mais que existam aliados na política pela luta antirracista, contra o machismo e o classismo, é necessário que a diversidade tome conta dos cargos públicos para que as atenções sejam voltadas para o que importa.

Como frisou Sueli Carneiro no primeiro encontro no curso: “Com racismo e sexismo não há democracia”. Enquanto o cenário for dominado por entidades que têm interesse em perpetuar a divisão de classes, não haverá mudança. É nosso dever como sociedade contribuir para que os espaços sejam preenchidos, as vozes escutadas e os caminhos estejam abertos para a mudança, que só será atingida com equidade.



Violência doméstica e racismo

Ariely Oliveira

Sabe-se que no Brasil, apesar de haver a Lei Maria da Penha, ainda acontecem muitos casos de violência contra a mulher dentro dos seus próprios lares. Durante a pandemia causada pelo novo Coronavírus, o número de casos cresceu rapidamente, mesmo vindo de uma onda crescente desde que o atual presidente assumiu o governo. Quando uma mulher não se sente segura dentro de sua própria casa, onde ela irá se sentir protegida?

Segundo o *Dossiê Mulher 2015*, do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (o mais recente elaborado), os números de homicídios contra mulheres brancas haviam caído entre 2003 e 2013 em cerca de 9,8%; no entanto, os casos de homicídio contra mulheres negras aumentaram em cerca de 54,2% durante esse mesmo período. Com certeza é uma vitória se olharmos apenas para as mulheres brancas, mas quando vemos o quanto as mulheres negras vêm sofrendo desde que os seus antepassados foram traficados e retirados de África para serem escravizados, percebemos que esse quadro está longe de mudar.

159

Desde a colonização portuguesa que aconteceu no Brasil a partir de mão-de-obra africana e escravizada, as mulheres negras sofrem inúmeras formas de violência. Enquanto as mulheres brancas não podiam trabalhar e eram vistas como donzelas fracas, mulheres negras sempre eram expostas à mesma carga de trabalho que os homens negros; tiveram de lidar com a mesma desumanização do corpo preto e, pior, ainda sofreram violência sexual dos homens brancos que eram seus “proprietários”.

Esse mesmo *Dossiê Mulher 2015* mostra que mulheres negras foram 56,8% das vítimas de estupros registrados no Estado do Rio de Janeiro no ano de 2014; que são 68,8% das mulheres mortas por agressão; e 58,86% das mulheres vítimas de violência doméstica. O processo que desumanizou, matou e explorou corpos negros durante os séculos passados continua existindo e tendo o mesmo objetivo.

Quando Sojourner Truth¹ questionou “E não sou uma mulher?” era sobre esse abismo existente entre ser uma mulher branca e uma mulher negra. Porque o machismo é real, o patriarcado existe, e as mulheres sofrem muitas formas de opressão. Mas tudo isso somado ao racismo dá um

¹ Sojourner Truth, nascida Isabella Baumfree, foi uma abolicionista afro-americana e ativista dos direitos das mulheres. Ela foi a primeira mulher afro-americana a ter uma estátua no capitólio dos Estados Unidos.



toque a mais de dor e sofrimento às vivências de mulheres pardas e pretas brasileiras. Não dá para pensar no povo brasileiro e esquecer dos recortes de raça, classe e gênero - mulheres pretas e pobres, além de sofrerem todos esses tipos de violência ainda têm de lidar com a violência policial, com o descaso que acontece nas áreas mais pobres da cidade, com o medo constante de seu filho ser baleado na porta de casa como foram Emily e Rebeca no dia 23 de novembro de 2020, como foram várias outras crianças negras que tinham o futuro pela frente. Lembremos dessas vidas tiradas precocemente, lembremos dos gritos de socorro de George Floyd, não esqueçamos de Marielle Franco, e sempre lutemos pela vida de mulheres e homens negros. Mulheres não podem continuar sofrendo com a violência doméstica, continuemos lutando por políticas públicas.



Mulheres negras no corre pela democracia: que sociedade queremos?

Desirée Idaliette Oliveira

Construir a democracia liberal enquanto sistema político e filosófico no Brasil moderno é um desafio constante diante dos diversos golpes que esse modelo sofreu no país. Mulheres e homens negros, desde a diáspora forçada, discutem e efetivamente constroem diversos projetos políticos no território brasileiro - os quilombos são um grande exemplo. Com a democracia não foi diferente, a população negra esteve na dianteira em diversos projetos políticos democráticos que foram empreendidos no país, no entanto, a nossa trajetória de disputa é propositalmente silenciada.

O início do século XX foi marcado por mudanças significativas na sociedade brasileira, o êxodo rural, protagonizado sobretudo pela população negra, a má gestão do espaço público junto com políticas higienistas tiveram como uma das consequências o inchaço populacional nas grandes cidades e a favelização foi um dos resultados desse processo. Mulheres como Carolina Maria de Jesus, através de sua escrita e posicionamento público, vivenciaram e questionaram toda a lógica racista e classista que ocasionou as situações narradas em *Quarto de Despejo*. A escritora foi uma das grandes intérpretes do século XX e embora haja um esforço efetivo de pesquisadores e do movimento social negro, a obra de Carolina de Jesus ainda não atingiu o *status* de cânone de outras obras que narram a história do Brasil.

Mulheres negras estiveram por muito tempo afastadas dos centros de produção e difusão de conhecimento tradicionais, mas não pararam de produzir tecnologias de transmissão de conhecimento, seja por meio de associações de bairro, filiadas a partidos políticos, nos terreiros de candomblé, salvaguardando uma cultura e modo de fazer nos tabuleiros de acarajé, nas duplas e triplas jornadas de trabalho, nas revistas vexatórias nas filas para visitar encarcerados - são muitas as formas que as mulheres negras têm enfrentado a lógica racista, sexista e classista que as empurra para a pauperização e necropolítica nesse país. É através do conhecimento das práticas de luta de mulheres negras que se fortalece a democracia.

Nesse ensejo, é imprescindível ressaltar a disputa por narrativas que tem sido feita por pesquisadoras e pesquisadores negros na academia. A partir do momento que se quebra o silenciamento sobre a história de mulheres e homens negros no território brasileiro expõe-se a participação efetiva desses sujeitos nesse processo. A palavra “recorte” já não cabe, é insuficiente para dar conta, e se torna fundamental olharmos de forma racializada para os grandes momentos da




democracia brasileira, onde encontraremos uma participação massiva da população negra. Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro foram pioneiras em abrir fronteiras epistemológicas ao denunciar como a população negra é atingida por diversas opressões e como mulheres negras são atravessadas por diversas delas. Uma característica importante dessas intelectuais é o constante trânsito entre a militância e o ambiente acadêmico.

A democracia representativa que experimentamos hoje no Brasil é em grande parte fruto das disputas em torno do processo da Assembleia Nacional Constituinte que no fim da década de 1980 mobilizou o país para a abertura da ditadura civil-militar. Movimentos sociais como o *Movimento Negro Unificado*, criado no fim da década de 1970, movimentos de mulheres, quilombolas, indígenas, estudantes e trabalhadores, potencializaram as discussões sobre os rumos da democracia. Figuras como Abdias do Nascimento foram fundamentais para expor o genocídio e o racismo que a população negra enfrentava e ainda hoje enfrenta no país. O assassinato da vereadora Marielle Franco e os desdobramentos dele marcam o quanto o Estado brasileiro ainda precisa avançar quando se trata de reconhecer e agir diante de crimes que envolvem o entrelaçamento de raça, sexualidade, gênero e classe. É através da negação e do silêncio do Estado que os avanços democráticos travam, e apesar de ser um sistema que se propõe mais inclusivo, ainda perpetua muita desigualdade e exclusão.

162

Há vozes que continuam denunciando e cobrando posicionamentos diante das políticas de morte e silenciamento que a população negra vivencia na democracia brasileira; as mulheres negras continuam seus movimentos em torno de pautas essenciais não só para elas mas para suas comunidades. A brutalidade com que o Estado tem dado respostas não intimida, mas preocupa que em meio a tantos avanços ainda haja tanto retrocesso. Não há disputa por um sistema democrático mais inclusivo sem falar em mulheres negras, sem mencionar a população negra. porque nós, efetivamente, construímos esse país, no sangue, suor e corre.



A “Democracia” que coopera para a invisibilidade de mulheres e negros

Juliana Gomes de Oliveira

Quantas vezes escutei que vivíamos num país democrático? Várias, inclusive já me peguei dizendo que ir a manifestações e lutar por um ideal eram atos democráticos. E depois de ouvir tantas pessoas importantes para o movimento negro brasileiro, me perguntei a qual democracia eu estava me referindo? Ao ouvir a fala potente de Sueli Carneiro “Com racismo e sexismo não há democracia.” percebi que realmente eu não estava me atentando ao fato de que uma vez em que eu vivo num país que maltrata as mulheres, e principalmente as mulheres negras, num país em que homens negros sofrem racismo praticamente a todo momento, num país em que o povo negro não é respeitado, então minhas atitudes não eram pela democracia em si mas por uma ou outra demanda de categoria profissional, de uma pauta social, mas que no fundo não tinha nada de democrático, já que segundo o dicionário Aurélio em seu segundo verbete consta que a democracia é: “doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder”. Portanto, não vivemos num país democrático, lutamos por uma pauta ou outra, mas ainda não alcançamos essa tão sonhada Democracia.

163

Somos um povo que precisa muito olhar mais para nós enquanto população, enquanto seres humanos, pois economicamente somos muito, mas muito desiguais e, ao averiguarmos essa desigualdade, percebemos o quanto a população negra é prejudicada em uma série de questões, que vêm de muitos séculos, desde quando os primeiros imigrantes africanos chegaram ao Brasil na condição de povo escravizado. Um povo que sofreu desde o momento em que foram arrancados de sua terra, que tiveram seus corpos violados, sua cultura apagada enfim, um povo que sofreu e ainda sofre devido as atrocidades de “homens” brancos que se acharam no direito de abusar de pessoas sem o menor pudor.

Uma vez que não temos Democracia, é possível perceber o quanto o povo negro, bem como as mulheres negras, é invisibilizado em nossa sociedade contemporânea, tanto como sujeitos, cidadãos, como em suas demandas sociais em prol da coletividade. Se tomarmos como exemplo o ano de 2020 em que uma pandemia assolou o planeta, e por vivermos num país com dimensões continentais, é possível perceber ainda mais essas desigualdades, pois os cidadãos mais pobres que representam uma significativa parcela da população negra são os que mais sofreram as consequências,



tanto do ponto de vista da saúde, como da educação, para não dizer da economia também, não por coincidência, mas por falta de equidade mesmo.

Qual cidadão brasileiro não se comoveu e se revoltou com a situação da mãe que perdeu seu filho que caiu do nono andar de um prédio de luxo em Recife? A mãe, uma mulher negra, estava passeando com o cachorro da patroa branca e rica. Esse caso me revoltou, pois à mãe de Miguel foi negado o direito do “isolamento social”, ou seja, um típico caso de uma cidadã negra em uma colocação subalterna, isso sem contar a situação empregatícia em que a mãe de Miguel se encontrava, totalmente irregular. Se o contrário tivesse ocorrido, estaria hoje atrás das grades, o que não ocorreu com a patroa, “recatada e do lar”.

Vejam como ao povo negro, e aqui destaco às mulheres negras desse país, são negados direitos, são negados o poder, são negados a tão sonhada equidade. Realmente essa população sofre as mazelas dessa nossa sociedade hipócrita, de um patriarcado que ainda hoje se encontra no poder. Em mais um episódio de invisibilidade em que a população negra é protagonista, somos obrigadas a ouvir da boca do nosso vice-presidente a frase: “No Brasil não existe racismo”, horas após a morte de um cidadão negro que foi brutalmente assassinado dentro de um hipermercado por dois seguranças brancos. A quem esse senhor quer enganar? Será que tem gente que pensa como ele? São reflexões que merecem estar nas rodas de conversas entre amigos, familiares e professores, porque ainda querem o extermínio do povo negro, deslegitimando toda e qualquer articulação dos movimentos que prezam pela igualdade, pela equidade, afinal quem está no poder não quer sair, e muito menos quer que o povo negro receba tratamento equitativo.

164

Não basta não sermos racistas, eu enquanto branca e privilegiada que sou, preciso ser antirracista, isso é o mínimo que eu posso fazer, porque eu também quero viver numa Democracia de fato, na Democracia do dicionário. Não essa “democracia” fictícia. Essa democracia que está aí hoje não é a que eu quero. Ela tira direitos de cidadãos negros e negras, ela contribui para o genocídio da população negra brasileira. A era do sofrimento precisa acabar, juntos somos mais fortes, juntos mudaremos o rumo da nossa sociedade, para que manchetes como as aqui mencionadas fiquem no passado. Que a conscientização seja coletiva e que a população negra possa conquistar e ser o que quiser, que a cor da pele e o gênero de uma pessoa não sejam motivos de preconceito e sinônimos de sofrimento.

Referências Bibliográficas


Caso Miguel: como foi a morte do menino que caiu do 9º andar de prédio no Recife. G1, Pernambuco, 5 de jun de 2020.



Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/05/caso-miguel-como-foi-a-morte-do-menino-que-caiu-do-9o-andar-de-predio-no-recife.ghtml>>. Acesso em 26/11/2020.

"No Brasil não existe racismo", diz Mourão sobre assassinato de negro no Carrefour. Brasil de Fato, Brasília, 20 de nov de 2020. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/20/no-brasil-nao-existe-racismo-diz-mourao-sobre-assassinato-de-negro-no-carrefour>>. Acesso em: 26/11/2020.



A importância do ativismo negro para a consolidação da democracia brasileira

Tatiana Silva Paula

O ativismo negro no Brasil passou por muitas fases ao longo da história. Essa mobilização que temos nos dias de hoje é resultado de um longo processo. Se fizermos uma breve análise do contexto histórico, veremos que o período da ditadura é marcado por um silenciamento, uma desarticulação de diversos movimentos sociais, como o do movimento negro organizado.

É possível identificar que no processo de redemocratização, iniciado na década de 80, o movimento negro ascendeu. A partir das reflexões feitas pelo Professor Doutor Petrônio Domingues sobre as conquistas no campo do direito e da cidadania e sobre a trajetória contemporânea do movimento negro, foi possível dimensionar muito do que foi feito por homens e mulheres negros - as diversas estratégias de luta em defesa dos direitos e pela inclusão social do negro, buscando a superação do racismo na sociedade brasileira.

Em sua narrativa, o professor destaca que nesse caminhar de mulheres e homens negros na defesa de direitos ocorre a fundação da organização *Movimento Negro Unificado* – MNU, um marco contemporâneo da luta antirracista no Brasil. Surge em 1978, articulando uma mobilização intrarregional e levantando a bandeira em defesa da população negra no país.

A partir da década de 80 surge uma multiplicidade de organizações não governamentais fortalecendo a pauta, a agenda e a luta antirracista no Brasil reivindicando mudanças estruturais em campos mais específicos e em diversos temas, como os religiosos de matriz africana, saúde, sindicalismo, gênero, entre outros, compondo assim um movimento dinâmico e plural. Nesse trajetória, de modo geral, o movimento cresce em defesa de políticas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial.

Numa fase mais recente, a partir da década de 90, o movimento se fortalece em criar estratégias para implementação de ações afirmativas. Para o professor Petrônio Domingues, nessa fase, o projeto antirracista apresenta muitos avanços no campo do direito e da cidadania, alguns de caráter simbólico outros de caráter político.

Algumas dessas conquistas foram o reconhecimento de Zumbi dos Palmares como herói da Nação; o reconhecimento do racismo como problema nacional, pela fala do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no seminário Internacional *Multiculturalismo e racismo: o papel das ações afirmativas nos Estados democráticos*, em 1996; a reserva de vagas para alunos



negros nas universidades públicas UERJ e UENF em 2002; a aprovação da lei 10.639 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas do ensino fundamental até o ensino médio em 2003; em 2010, quando ocorre a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial que previa políticas públicas voltadas para o combate da desigualdade racial principalmente no campo da educação, da saúde, do mercado de trabalho e das comunidades remanescentes de quilombos; e em 2012 quando o STF decide por unanimidade que as cotas raciais nas universidades brasileiras são constitucionais.

Em um rápido panorama, vimos um período de crescentes conquistas do movimento de ativismo negro contemporâneo, que ocorreu da constituição de 1988 até os dias atuais. O professor descreve que a partir de 2016 as conquistas históricas ficam ameaçadas.

No atual contexto de recessão política, Sergio Camargo – Presidente da *Fundação Palmares* – torna público um discurso negacionista, que questiona as ações afirmativas, evidenciando assim uma ameaça às conquistas democráticas.

É importante compreender que o ativismo negro não se trata de uma trajetória individual, construída no isolamento, mas sim fruto da uma herança ancestral, do processo educativo vivido no movimento negro e do trabalho coletivo que envolve toda sociedade para a consolidação da democracia brasileira.

Para ocorrer avanços nessa luta antirracista, precisamos tomar como lição a história, esse projeto só terá impacto se ele acontecer em um regime democrático. Sem democracia não é possível pensarmos em um projeto de nação comprometida com a luta antirracista.



A invisibilidade e a não-democracia

Renata Gonçalves Queiroz

Gilberto Freyre em sua obra *Casa Grande & Senzala*, de 1933, retrata um cenário idílico com relação ao ambiente social brasileiro. Segundo o sociólogo, havia uma harmonia e cordialidade social que gerava, desse modo, uma ausência de conflitos e desigualdades étnico-raciais configurando-se a chamada “democracia racial”. Começa aí, então, o paraíso e o inferno. Ainda que houvesse uma minúscula abertura para a ascensão do negro, sempre houve barreiras muito maiores para que este pudesse se inserir efetivamente no meio social. A generalização de casos de ascensão de pessoas racializadas foi usada como sustentáculo para argumentar a inexistência de qualquer preconceito ou discriminação no país. Nesse panorama, surgem grupos defensores da existência de uma democracia racial e de uma perfeita harmonia e visibilidade de todos os grupos raciais. No entanto, essa falácia cai por terra ao se analisar a situação da população negra brasileira.

O Brasil viveu por mais de trezentos anos sob a égide de um modelo escravocrata e, quando foi assinada, em 1888, a Lei Áurea, o país começou a evidenciar seus diversos problemas. Não foram criados mecanismos para contribuir com a inserção do negro na comunidade e sequer existiram políticas afirmativas para efetivar o reparo social. Dessa forma, a população afrodescendente, após a abolição, foi largada à própria sorte em uma sociedade em que o preconceito imperava e a cor da pele era - e ainda é - um fator restritivo para o sucesso, uma vez que os brancos não queriam perder a sua posição de poder. Consolida-se, assim, um modelo de sociedade calcado na subalternidade e invisibilização, com o uso de práticas enviesadas para afastar os negros dos espaços de poder e dominar esses corpos perpetuando as segregações. Nesse contexto, abre-se pauta para a questão racial dentro do sistema democrático.

Temos hoje, uma democracia liberal assentada na garantia dos direitos fundamentais em que o povo detém o poder e escolhe o que é melhor para si através de pessoas eleitas que vão falar por todos. No entanto, esse quadro possui inúmeras contradições. A representação política dos pretos é quase que inexistente - quem fala por eles são pessoas que não vivem as suas realidades. Não há espaço, nessa democracia, para a demanda verdadeira de todos assim, dentro da lógica da subalternidade, foi escolhido um sujeito “universal”, que no caso é branco, para representar os desejos e necessidades de todo o corpo social. Além disso não foram criadas políticas públicas para lidar com o *déficit* democrático e o legado criado pelo modelo escravocrata. Diante desse panorama temos o



que Hélio Santos conceitua como “a dialética da exclusão brasileira”, que é caracterizada por não-soluções, práticas que não têm como base o desenvolvimento social, racial e moral e que não são capazes de evitar as desigualdades que vivemos. Isso porque há uma invisibilização, cada vez mais forte, da questão das desigualdades sociais como um problema público, usando uma suposta democracia racial para esconder discriminações e preconceitos e justificar que aqueles que se encontram em posições subalternizadas, assim permanecem por falta de vontade e de habilidades.

Tendo isso em vista é possível perceber que, ao serem excluídos dos espaços de poder e decisão, os negros passam por um processo em que suas vozes não são ouvidas, suas histórias não são contadas e eles são silenciados por meio de narrativas dominantes que inviabilizam suas lutas por direitos que lhes foram negados durante tanto tempo. Diante disso, com o racismo, o Estado permanece omissa em relação às ações que deveriam promover uma maior igualdade, uma vez que os detentores de poder não querem perder sua posição privilegiada. Nesse cenário, sem uma efetiva participação política da população negra, suas demandas não são acolhidas, colocando todo o sistema democrático em xeque. Assim, de acordo com o manifesto “enquanto houver racismo não haverá democracia”, promovido pela *coalizão negra*, “qualquer projeto ou articulação por democracia no país exige o firme e real compromisso de enfrentamento ao racismo [...]. Não há democracia, cidadania e justiça social sem compromisso público de reconhecimento do movimento negro como sujeito político que congrega a defesa da cidadania negra no país. Não há democracia sem enfrentar o racismo, a violência policial e o sistema judiciário que encarcera desproporcionalmente a população negra”.



Nunca teve democracia no Brasil

Ariane Andrade Quinalha

Dentre todas as discussões, pesquisas e conceitos apresentados no curso *Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil* a frase: “Com racismo e sexismo não há democracia” - enfatizada na primeira aula e retomada muitas vezes no curso - foi um catalisador para mudar o olhar sobre as questões de justiça social no Brasil.

As questões de desigualdade no Brasil são abordadas, na maioria das vezes, pelo marcador de classe. A análise a partir das classes sociais é importante, entretanto não pode estar descolada de outros marcadores, que estão arraigados na história do povo brasileiro, ou seja, uma análise a partir da articulação entre raça, gênero e classe.

O Brasil foi o país com maior período de escravidão e com maior número de africanos raptados nas Américas, que teve uma abolição forçada em 1888, com o Estado sem alternativas porque já havia um grande número de libertos. Desde um pouco antes da abolição, a Lei de Terras de 1850 garantia a propriedade privada do branco, passando pela importação de mão-de-obra estrangeira e pela marginalização das crianças negras com a criação do Código do Menor em 1927. Pós-abolição, foi criada uma legislação racista, para transformar os privilégios brancos em direitos e garantir o lugar de subalternidade do negro.

A construção da cidadania no Brasil não se deu, portanto, de forma democrática. O estigma da cor continuou presente após o fim da escravidão. O mito da miscigenação pacífica do povo brasileiro foi criado para esconder a violência do homem branco europeu, que estuprou mulheres negras e indígenas. O corpo da mulher negra foi explorado sexualmente e no trabalho, de maneira que fomentou um imaginário brasileiro de naturalização de exploração desses corpos. Ainda hoje, a mulher negra trabalha mais e é maioria nas atividades de cuidadoras.

Há tentativas perversas e permanentes de naturalizar desigualdades na sociedade brasileira, que invisibilizam classe, gênero e raça. Mas, na contramão da negação do processo histórico de colonização do Brasil, sempre existiram movimentos sociais, movimentos negros, movimentos feministas. A luta coletiva tem fundamental importância na conquista de direitos no Brasil.

Com o maior número de pessoas negras fora do continente africano – mais da metade da população do país – o Brasil ainda tem um racismo estrutural e estruturante. Apesar dos dados numéricos populacionais, a representação de homens negros em cargos políticos não é tão expressiva,




e, ao considerar as mulheres negras, a quantidade é ainda menor. A construção de narrativas está intrinsicamente ligada à representatividade, a subalternidade é uma narrativa que foi e é fomentada na violação de direitos da população negra.

O racismo é um problema para a democracia, dessa forma, as conquistas das lutas antirracistas, são conquistas para a democracia. Para uma construção democrática, se faz necessária a interseccionalidade nas políticas públicas brasileiras.

Se o apagamento histórico dos movimentos negros e das lutas feministas é uma forma de manutenção do racismo e do sexismo, então que se repitam essas narrativas históricas todos os dias, nas salas de aula, nas instituições e nas ruas, como o conceito de *Sankofa*¹, de resgatar o passado para construir o futuro.



¹ *Sankofa* é um ideograma presente no *adinkra*, conjunto de símbolos ideográficos dos povos acã, grupo linguístico da África Ocidental. Pode ser traduzido literalmente como "volte e pegue".



Quando deixaremos de ser o “não ser”

Cristiane Pereira Silva Reinoldes

Uma saga de 520 anos em que a invisibilidade dos povos originários e de homens e mulheres negras se reforçam por meio de ideologias cercadas de preconceito e dominação. Esta é a dura realidade que vivemos no Brasil.

Nosso projeto de nação traz em seu bojo a exclusão, hoje com números absurdos para a população negra. As relações sociais são dominadas pela falácia da tal “Democracia Racial”, uma poderosa construção ideológica que produziu o aprofundamento das diferenças raciais, distanciando mais e mais o povo negro da igualdade de direitos e oportunidades, princípio básico de uma democracia que se quer plural.

O povo negro torna-se a cada dia mais invisibilizado perante uma sociedade branca que prioriza suas próprias necessidades e interesses.

As desigualdades tomam vulto, o que fortalece o estigma dos vários braços do racismo - estrutural, institucional, entre outros - e desembocam na violação dos Direitos Humanos. Dentre eles, o principal, o Direito à Vida (Vidas Negras Importam Sim).

Esta asfixia social, justificada também pela matriz teórica da força do pensamento de esquerda na nossa tradição cultural que, ao privilegiar a perspectiva analítica das lutas de classe acabou secundarizando as diferenças raciais, obscurecendo o fato da raça como determinante na configuração da estrutura de classe no Brasil, segundo a fala de Sueli Carneiro na aula inaugural do curso *Raça, Gênero, Democracia e Participação Política*, proporcionou a minimização da importância do racismo para as questões de violação de Direitos Humanos.

Sem que se considere o poder nefasto do racismo para determinar quem é o sujeito de direito, a invisibilidade negra nunca deixará de existir.

O direito à vida tem cor e é determinado pelas classes dominantes - que vale lembrar é branca, masculina e hetero. O “ser negro” transforma-se no grande símbolo de morte para homens e mulheres. E como mudar o curso deste processo histórico que tem como princípio a lógica escravocrata, a hegemonia racial e que por anos a fio vem silenciando as lutas políticas do povo negro?

A resposta está, a princípio, no chão da escola. Na educação, na prática exaustiva de se colocar efetivamente a Lei 10.639 /2003 (ensino de história e cultura afro-brasileira) viva dentro do currículo



escolar. A identidade do povo negro só se constitui através do saber. Onde está a fala negra dentro deste currículo? Onde se entende sua ancestralidade? Onde buscar suas referências, sua representatividade? Não a História de escravos, mas a História de povos que foram escravizados, reis, rainhas, guerreiros, sábios. Enquanto a História destes povos for cercada por preconceitos e racismo nunca alcançaremos a igualdade plena das pessoas negras e não negras. Na composição de nossa democracia, conseguiremos superar o racismo estrutural, a desigualdade de gênero, o sexismo, com muita resistência e luta a partir do conhecimento. Para isto temos que descolonizar o pensamento gerador do saber, suleá-lo, invertendo sua lógica eurocêntrica. Entender que “todos” somos sujeitos de direito.

As ações afirmativas (tão execradas pela elite dominante), os movimentos sociais (marcos da construção do direito pleno) e a participação popular (através de representação política) serão os elementos fundamentais para a conquista da tão sonhada Democracia.

O povo negro não mais será o “não ser”, o ser invisibilizado pelo julgo da cor, e ocupará seu lugar de direito dentro de uma sociedade cuja maior excelência e qualidade é sua diversidade.



E o papel da Educação Infantil?
Estela Fernandes Aliende Ribeiro

Inicialmente devo me apresentar. Sou professora da Rede Municipal de São Paulo desde 2005 e atuo num Centro de Educação Infantil Direto na região da Vila Mariana.

A partir do Curso *Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil*, parceria da *Escola do Parlamento* com *Geledés Instituto da Mulher Negra*, com tão ricas palestras e com a proposta da elaboração deste texto, a reflexão acabou por se projetar inteiramente em minha atuação profissional e gerou o título desse trabalho que agora escrevo.

Qual o papel da Educação Infantil na construção de uma sociedade mais plural? Mais diversa e que respeita seus sujeitos? Quais os marcos legais e teóricos que garantem que a Educação esteja se debruçando sobre as questões de raça e gênero?

Iniciei as buscas da bibliografia e me deparei inicialmente com o trabalho de Eliane Cavalleiro, *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil* (1998).

A dissertação de mestrado da autora, aponta diferenças no tratamento dado pelas professoras entre alunos negros e brancos. A hostilidade direcionada aos primeiros em oposição ao afeto direcionado ao segundo grupo.

Dez anos depois, em 2008, a professora Sueli Carneiro, ainda apontou a tensão da academia e o interesse de jovens estudantes durante a palestra de lançamento do livro gerado a partir da dissertação de Cavalleiro: “que ousou escarafunchar o espaço sacrossanto da educação infantil”. Demonstrando que o terreno da educação infantil e as relações étnico-raciais precisavam de mais atenção e cuidado pelo poder público.

A partir do início dos anos 2000, com a publicação da legislação federal - Leis nº 10.639/03 e 11.648/08 que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e incluem a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial nacional - e com a Lei Municipal nº 16.478/16, que trata da política municipal para a população imigrante, pudemos observar uma mudança de paradigma e as discussões sobre o tema vieram à tona.

No âmbito municipal foi publicado em 2019 o *Currículo da Cidade – Educação Infantil*. Trata-se de um documento vasto, desenvolvido a partir de uma elaboração profunda. E que apresenta,



entre outros temas, a Educação para as Relações Étnico-Raciais como tema fundante da Educação Pública Municipal.

Aponta a necessidade de termos histórias infantis protagonizadas por negros, indígenas e imigrantes. De maneira direta, apresenta as posturas a serem observadas pelas educadoras e educadores da Educação Infantil tais como: tom de voz, toque e olhar, para que não haja qualquer traço de racismo implícito no trato com os bebês e crianças pequenas. Declara que é preciso desenvolver uma educação antirracista no cotidiano escolar.

Ainda há muito que se lutar e mudar, mas se fizermos uma comparação entre as palavras de Eliane Cavalleiro no texto de 1998, a síntese da discussão apontada por Sueli Carneiro em 2008 e o Currículo da Educação Infantil de 2019, podemos acreditar que a mudança está em curso e, parafraseando Angela Davis, quando a educação infantil se movimenta, toda a sociedade se movimenta junto com ela.

Referências Bibliográficas

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

175

_____. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm

SÃO PAULO (SP). **Lei nº 16.478, de 8 de julho de 2016**. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16478-de-08-de-julho-de-2016>

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da cidade: Educação Infantil**. – São Paulo: SME/COPED, 2019.


Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Curriculo-da-Cidade-Ed-Infantil.pdf>



CAVALLEIRO, Eliane dos Santos; GOMES, Jerusa Vieira. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** 1998. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo na Educação Infantil.**

Disponível em <https://www.geledes.org.br/racismo-na-educacao-infantil-por-sueli-carneiro/>



Representatividade na Educação Infantil Paulistana

Maria Edviges Ruffolo

Como professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I da Rede Municipal de São Paulo, me sinto responsável por criar possibilidades e dar oportunidades para os bebês e crianças crescerem em um ambiente antirracista. Preciso dar visibilidade para eles, para que se reconheçam como protagonistas da sua história, valorizando suas origens, sua ancestralidade. Como é possível isso acontecer? A escola é o melhor ambiente para se aprender, para dialogar, para expressar opiniões e sentimentos. É um espaço democrático e de acolhimento, de escuta atenta e acolhedora, de experienciar, de olhar, de observar e de refletir.

O primeiro caminho é o diálogo, através das rodas de conversa com os pequenos e suas famílias, sobre suas opiniões a respeito de sua identidade. É fundamental se conhecer, conhecer suas origens, a escolha de seus nomes, onde nasceram. Essa pesquisa deve ser enviada aos familiares e responsáveis com antecedência, para que os professores possam ler, e também ler em roda com as crianças, para poder desenvolver pouco a pouco a origem e identidade de cada criança. Dessa forma nasce um projeto Identidade - é importante conhecer a sua própria história, a história da sua família.

177

Na Rede Municipal de São Paulo, em sua grande maioria, os bebês e crianças são negros, mas poucos se reconheciam como tal. Quando realizo vivências de exploração do autorretrato, percebia que poucas crianças se reconheciam como negras. Alguns desenhos vinham com estereótipos bastante marcados pelos personagens e super-heróis brancos. Então, foi necessário um bom trabalho de representatividade. É importante que todas as crianças se reconheçam, se observem no espelho, cada detalhe de seu rosto, cabelo, corpo, seus traços. Esse trabalho de se conhecer é muito importante, é falar sobre autoestima, do que gosta e do que não gosta, de seus sentimentos, de suas ideias. As crianças precisam se reconhecer como construtoras da sua história, precisam reconhecer o seu valor, a sua beleza e grandiosidade.

No primeiro momento foi importante desenvolver a representatividade a partir de personagens e heróis negros. Trazendo para as rodas de conversa muitas histórias onde os protagonistas são negros. Os bebês e crianças precisam conhecer atores, artistas plásticos, escritores, cantores negros, precisam conhecer negros que os representem para se sentirem empoderados.

Desenvolvendo um trabalho através de histórias e pesquisas com as crianças para juntos descobrir os heróis negros, heroínas negras, histórias que valorizam a criança negra, que contam a



história de determinadas regiões da África, pois é muito importante que as crianças saibam que a África é um Continente com muitas riquezas Históricas, Culturais e Religiosas que influenciam nossa cultura e modo de viver; que conheçam, através de filmes e internet, os animais e a natureza exuberantes. Saber que a África e seus descendentes não são apenas feitos de tristezas como mostram. Temos que dialogar sobre a História da Escravidão, o significado da data 20 de novembro, para que reconheçam as lutas de resistência pela liberdade, para reconhecer as lutas por Igualdade, Respeito e Consciência.

Os bebês e crianças aprendem muito através das histórias, das músicas, da brincadeira, então é esse o caminho para desenvolver a Igualdade, o Respeito e a Consciência, valorizando a Cultura, História e Religião africanas, através de bons exemplos, conversando sobre diversidade, estimulando o respeito às diferenças e formando cidadãos melhores.

Mostrar desde a primeira infância a riqueza da Cultura africana é fundamental, que os Negros são descendentes de civilizações africanas, o berço da humanidade, que desenvolveram muitas técnicas agrícolas, que construíram as arquitetônicas Pirâmides do Egito, que propiciaram o desenvolvimento da medicina através das ervas/plantas, entre outros estudos. Despertar nas crianças que ser negro é lindo, que o crespo é de rei e rainha sim, como bem diz a história.

178

Por falar em histórias, deixo aqui vários títulos das que utilizo para fortalecer a representatividade com as crianças: “Amoras”, de Emicida; “Menina Bonita do Laço de Fita”, de Ana Maria Machado; “Meu Crespo é de Rainha”, de Chris Raschka; “Chuva de Manga”, de James Rumford; “As panquecas de Mama Panya” de Mary e Rich Chamberlin; “A África de Dona Biá”, de Fábio Gonçalves Ferreira, entre muitos outros que enaltecem e valorizam a riqueza da Cultura, Culinária, Natureza e História africana.

Finalizo com a frase de Aryelle Almeida que diz: “Eu não sou bambu, que se curva com o vendaval. Sou árvore de raiz, firme e forte eu aguento, sou baobá!”.

Precisamos moldar a Cultura do nosso país, precisamos de cidadãos antirracistas.



Reconheça o racismo e suas práticas para compreender o seu papel na luta
antirracista

Viviane Machado Sabadin

Mo-Wa, essa é a forma com que desejo me comunicar. *Mo-Wa* é uma palavra em yorubá que significa, eu existo. Eu existo e resisto para sobreviver numa sociedade racista. Por que é tão difícil para nós, negros e negras existirmos?

O que está estruturado nessa sociedade que dificulta a nossa existência? E a partir dessa descoberta, como podemos garantir a coexistência de todos os povos?

Precisamos entender a formação do nosso país refletindo sobre qual identidade tentaram construir e como essa construção acabou resultando num apagamento e negação da história que reverbera até hoje. Em todo nosso processo de colonização, a questão da raça sempre esteve envolvida, às vezes de forma não muito explícita, mas presente em ações como o embranquecimento de povos através da chegada de imigrantes, o desejo de estabelecer uma nação com pessoas de pele clara, mesmo inculcando a falsa ideia da democracia racial.

Muitos dizem que somos todos iguais, que todas as vidas importam, que somos todos humanos, repetem esse discurso retrógrado. Nós negros sabemos e sentimos que não é assim.

Concordamos com as palavras proferidas por Chimamanda Ngozi Adichie¹ “A raça não existe para você porque nunca foi uma barreira. Os homens negros não têm essa oportunidade”. Não temos essa oportunidade ainda mais quando relacionamos essa questão de forma interseccional, considerando a questão de gênero, raça e classe.

A raça estabelecida por cores tem a intenção de desqualificar negros e indígenas, a partir da sua cor de pele, seu fenótipo, cabelos e outras características. Indiretamente, coloca-se um padrão imutável, que pessoas brancas são superiores, biologicamente, socialmente e padronizam os estereótipos e beleza a partir dessas características.

Desde a colonização do nosso país, por causa dessa tentativa de embranquecimento e apagamento da história, até hoje negros são tratados como descendentes de escravos, o que não é verdade, visto que os povos que aqui chegaram foram escravizados e muitos descendem de reis, rainhas, pessoas livres com histórias. E quais os efeitos disso até hoje?

¹ Adichie, Chimamanda Ngozi <https://brasil.elpais.com/smoda/2020-06-07/de-michelle-obama-a-muhammad-ali-25-frases-que-abriram-nossos-olhos-contr-o-racismo.html>



O racismo foi tomando conta das relações, de forma invisível desde o pós-abolição, primeiro com a falsa ideia de liberdade, mas sem ter oportunidades reais de serem livres, apesar de aparatos legais. Foi internalizado na sociedade, seja de forma individual ou coletiva, que os corpos negros podem ser explorados, serem mal remunerados e predispostos ao sofrimento. Principalmente se esses corpos negros forem de mulheres, que são consideradas socialmente mais inferiores ainda - acham que nossos corpos podem ser explorados, violentados, abusados e que podemos suportar.

A epistemologia dos povos negros ainda corrobora com falas que remetem ao passado cruel de escravização, tirando de nós a identidade como sujeitos e toda nossa subjetividade. O falso mito da democracia possibilita um silenciamento histórico que reflete sobre nossos corpos.

Essa estratégia de silenciamento, naturalizado em algumas ações, como repetição de palavras racistas, negação cultural e demonização da cultura de matrizes africanas, são estratégias do racismo estrutural e institucional para perpetuação de uma sociedade culturalmente e socialmente discriminatória e racista que legitima o patriarcado.

Esse racismo continua ativo em formas institucionais, como política de segurança pública, reforçando a necropolítica, e em estruturas práticas, com políticas públicas sociais que negam nossos direitos. Como diz o babalorixá Sidnei de Xangô² “O direito reforça a classe, e a justiça a raça”

180

Embora o racismo seja estrutural e esteja arraigado na sociedade, a mudança começa individualmente. E de que forma nós podemos agir na luta antirracista?

Se você é branco ou branca, reconheça sua branquitude e os privilégios mantidos até hoje desde a construção social e racial do país e use-a para impedir as práticas racistas; use sua voz, sua presença corporal para impedir casos como o de Porto Alegre³ e muitos outros tão comuns que revelam que as vidas negras são as mais “baratas no mercado”; tire aquele sorriso sem graça do rosto ao ouvir comentários racistas, preconceituosos - esse silenciamento reforça a violência em nós negros; enxergue a nossa negritude, valorize-a, desconstruindo pré-conceitos, conhecendo mais sobre nossa cultura.

Reconheçamos no outro a dignidade assegurada por direitos constitucionais, sociais e por políticas públicas efetivas, principalmente educacionais.

A educação é a ferramenta para essa mudança, trazendo referências bibliográficas, literárias, personagens históricos que foram apagados, desconstruindo estereótipos, desvelando o racismo embutido em palavras e comportamentos, contribuindo para uma educação antirracista.

² NOGUEIRA, Sidnei. Da laicidade do Estado ao racismo religioso - Webnário taipas, rincão, shangri-la e perus: perspectivas de enfrentamento ao racismo.

³ João Alberto Freitas foi espancado, asfixiado e morto por seguranças de uma loja da rede Carrefour na noite de 19 de novembro de 2020.



De fato, como diz Angela Davis, “numa sociedade antirracista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista”⁴. Reconheça seu papel nessa luta de direitos para todos, apoie os movimentos negros e ações humanizadoras.

Movimentos livres, onde nossa corporeidade, ancestralidade e religiosidade sejam respeitadas. A História ressignificada. Uma sociedade em que as pessoas não sejam classificadas pela cor de pele. Lutemos por uma sociedade plural e diversa para todos.

⁴ Davis, Angela. *Woman, race and class*. Londres: The Women’s Press, 1983.



Uma breve reflexão: as constantes articulações racistas e a luta negra
como resposta
Flávia Santana

A história é contada de determinado ponto vista, geralmente pelo lado vencedor, com intuito de justificar privilégios adquiridos ao longo do que é narrado. Entretanto, o que acontece no Brasil é mais perverso do que a adoção dessa perspectiva: é o sistemático apagamento da história do povo negro, desde suas origens no continente africano, passando por uma série de processos que lhes impede adquirir condições materiais de reprodução da vida até os dias atuais, em que suas dores e angústias, em boa parte consequências deste processo histórico, são minimizadas.

Ao contrário do que diz o senso comum, a abolição da escravidão, assinada em 13 de maio de 1888, não é ato de benevolência por parte da princesa Isabel, mas sim resignação aos anseios antiescravagistas europeus (ainda que por motivações comerciais), com destaque para a Inglaterra. Anterior à Proclamação da Independência, em 1810 é assinado o Tratado de Aliança e Amizade entre Portugal e Inglaterra, prevendo o fim do tráfico escravagista. A proibição formal do tráfico ocorre em 7 de novembro de 1831, a qual “declarava livres todos os escravos, que vindos de fora, entrassem em território brasileiro” (MOURA, 2013, p.241). Ou seja, entre as discussões iniciais, fim do tráfico negreiro (institucionalizado, já que o clandestino perdurou) e a libertação dos negros escravizados, houve muito tempo para a criação de estratégias que viabilizassem a manutenção do *status* vigente e a contínua opressão ao povo negro.

Algumas leis têm destaque nesta articulação: a Lei contra africanos libertos, de 1835, que proibia africanos de comprarem bens; a Lei de Terras devolutas, conhecida como Lei de Terras de 1850, que estabelecia parâmetros sobre as compras de terras, dificultando acesso a ex-escravizados; e a Lei dos Nascituros, conhecida como Lei do Ventre Livre, de 1871, a qual previa que os filhos de mulheres escravizadas permaneceriam livres, mas poderiam ficar sob tutela do escravizador de suas mães até os 21 anos, trabalhando de graça como modo de indenização, ou seja, poderia haver pessoas submetidas às condições de escravidão até 1892.

Este elencar sintético pretende ilustrar como a sociedade não é imutável, mas decorre de relações sociais, econômicas e culturais, em detrimento deste ou daquele grupo de pessoas. Ou seja, conseguimos traçar um paralelo com os locais onde negras e negros estão na cidade - ocupando as periferias, sejam elas físicas, afastadas do centro das cidades, ou sob condição periférica



(CANETTI, 2019), afastados dos direitos que lhes cabem como cidadãos que são. Logo, se a sociedade não é imutável, quais caminhos de atuação podemos traçar a partir desta perspectiva?

É possível discutir o apagamento da história negra, exemplificando com a atual condição do bairro da Liberdade na cidade de São Paulo (IPHAN, 2020a). Bairro originalmente negro, passou por processos que expulsaram esta população. Ou ainda, acompanhar o que ocorreu com o Cais do Valongo, na cidade do Rio de Janeiro. Sabia-se da existência do cais, principal porto de entrada de escravizados (IPHAN, 2020b) na América, mas ele só se torna monumento preservado ao ser revelado em função das obras do Porto Maravilha, em 2011. Em ambos os casos, a presença negra é conhecida, porém não valorizada. O processo de valorização se dá em função das pressões dos movimentos negros.

Apontamos que a articulação vai além da luta para revelar a história apagada. Se este apagamento tenta mascarar o passado, reforçar o epistemicídio negro (RIBEIRO, 2019), abafando conhecimentos prévios e desestimulando o desenvolvimento de novos conhecimentos, o afastamento para as periferias reafirma o futuro projetado para a população negra pela necropolítica (MBEMBE, 2016).

183

Entretanto, percebemos articulações de resistência ao acompanhar movimentos de luta por moradia no centro de São Paulo, por exemplo. As pessoas se organizam para ocupar espaços físicos nos quais não são bem vindas, como a área central da cidade, dotada de infraestrutura abundante e edificações ociosas. Estes movimentos são espaços de formação, auxiliando que pessoas tomem consciência de seus direitos, ocupando edifícios, salas de aulas, espaços públicos, a cidade.

Não é de se espantar que as lideranças destes Movimentos sejam expressivamente compostas por mulheres negras. Como nos aponta Sueli Carneiro (2019), a mulher negra está duplamente oprimida, tanto no recorte de gênero quanto no de raça. Mesmo assim, estas mulheres estão na linha de frente para a retomada dos espaços da cidade.

Adotando a definição de Milton Santos, espaço geográfico é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 2017, p.63), podemos afirmar que estas mulheres negras lutam para que a contribuição de seus antepassados neste “conjunto indissociável” seja revelada e valorizada em todos os campos que perpassa, apesar das constantes articulações racistas, brevemente ilustradas aqui, que pretenderam e pretendem subjugar o povo negro.

Mais do que isso, estas mulheres galgam e conquistam lugares de produção reprodução e divulgação do conhecimento, espaços físicos de ser e estar, compreendendo estas ocupações como



fundamentais na articulação de luta contra o machismo e racismo, como projeto de presente e futuro de fato democráticos.

Referências Bibliográficas

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen livros, 2019.

CANETTIERI, Thiago. *A produção do espaço como periferia: condição periférica e a contradição do capital*. In: **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana - XVI SIMPURB**, 2019, Espírito Santo: UFES, 2019. P 1919 – 1935.

IPHAN. **Sítio arqueológico Cemitério dos Aflitos, na Liberdade (SP), é cadastrado pelo Iphan**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/> Acesso em 04 dez. 2020a.

IPHAN. **Cais do Valongo** – Rio de Janeiro (RJ).

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sp/noticias/detalhes/5580/sitio-arqueologico-cemiterio-dos-aflitos-na-liberdade-sp-e-cadastrado-pelo-iphan> Acesso em 04 dez. 2020b.


184

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaio Revista do PPGAV/EBA/UFRJ. Rio de Janeiro, n.32, p.123-151, dez. 2016.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen livros, 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2017.



A luta do povo negro, a nossa luta ainda continua

Eliane Maria dos Santos Santiago

O ano é 2020, mas é como se ainda estivéssemos em 1535, quando chegaram os primeiros escravizados ao Brasil, submetidos à exploração trabalhista, a invisibilidade e ao racismo. Claro que não se pode generalizar, houve algumas mudanças neste contexto, inclusive no quadro político atual com mais negros e negras eleitos para as Câmaras Municipais, porém o povo negro ainda é visto à margem da sociedade. O que não se pode aceitar é como os livros didáticos se referem ao negro, que foi escravo - a verdade é que ele foi ESCRAVIZADO. E é preciso valorizar o povo negro e suas contribuições para a construção desse país. Urgentemente precisamos de democracia.

A junção do negro africano e do negro brasileiro nessa terra contribuiu para o crescimento desse país. Graças aos esforços de nossos ancestrais, a agricultura e a mineração fortaleceram a economia e fizeram expandir as riquezas. Mas infelizmente a visão do negro “escravo” continua enraizada em nossa sociedade. Apesar da abolição da escravidão, o negro ainda engatinha em alguns setores do nosso país; no mercado de trabalho, em geral, não vemos muitos negros em cargos de chefia, assim como nas áreas da Educação, Pesquisa e Saúde, onde o racismo insiste, e onde a cor da pele ou o tipo de cabelo dizem mais do que a capacidade de se realizar um trabalho exemplar. O corpo negro ainda é visto como um corpo que deve ser explorado fisicamente e que não tem muito a oferecer intelectualmente.

Alguns avanços foram conquistados com as políticas afirmativas da Lei de Cotas, que tem como objetivos a equiparação histórica, econômica, social e educacional; houve também a implementação da Lei nº 11.645/08, alterada pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Essa lei foi uma conquista com o objetivo de difundir as culturas negras e indígenas na contribuição da formação da sociedade brasileira, mostrando as origens do nosso povo, favorecendo a superação dos preconceitos e da falta de informação, proporcionando uma visão positiva da Identidade do nosso legado. Claro que ainda estamos caminhando para isso. No campo político, a representação negra é muito tímida, segundo o site *Gênero e Número*, 44% dos vereadores eleitos em 2020 são negros, porém essa situação é vista como um avanço.



Neste país em que tudo que se planta dá, ainda não foi possível plantar o respeito, a aceitação. A dita democracia ainda não ouve as vozes periféricas. Lutas de resistência e transformação se fazem necessárias para transformar a política pública de acordo com a visão do povo, para benefício do povo marginalizado, do povo indígena, do povo negro. As implementações de leis afirmativas são importantes, porém o reconhecimento e a aceitação são primordiais, portanto, a luta continua.



A luta contra a sub-representação no Estado Brasileiro

Adilson Eduardo da Silva Santos

Nosso país carrega 388 anos de escravidão legitimada, que serviu de base para um Estado cultural e estruturalmente racista (OLIVEIRA, 2016).

Para compreender melhor isso é necessário citar a estrutura patriarcal sob a qual a política brasileira foi construída, desde a sua estrutura como Estado, a partir da invasão portuguesa em 1500 e com os desdobramentos posteriores. É impossível se considerar um país democrático de fato, quando o mesmo é estruturado sobre o racismo e o patriarcado. (OLIVEIRA, 2016).

Apenas a partir dos anos 1980, há um avanço por uma maior igualdade de direitos, se considerarmos a luta das mulheres por respeito na democracia no Brasil, com a criação do *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher* (CNDM) e a luta dos movimentos das mulheres e feministas, que na Assembleia Nacional Constituinte de 1987, alcançou cerca de 80% das reivindicações, configurando-se como a esfera da Sociedade Civil com maiores conquistas nesse momento. Entretanto, do ponto de vista partidário e de representatividade, apenas 26 das 520 cadeiras do Parlamento eram ocupadas por mulheres (AZEVEDO, 2017).

187

Apenas a partir de 2002, com o primeiro governo Lula, e de forma muito tímida, aponta-se para o reinício de uma abertura para efetivar os direitos das mulheres. Apesar da criação de uma série de leis, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio mais atualmente, o Estado brasileiro está longe de superar a cultura política patriarcal e neoliberal. Na verdade, desde o governo Temer, e agora com o governo Bolsonaro, o que temos é mais retrocesso, com a estruturação de uma política de “primeiro-damismo”, que reforça uma posição subalterna da mulher (AZEVEDO, 2017). E, com esses dois governos, há o reforço de uma representatividade majoritariamente branca e masculina no poder, na riqueza e nos lugares de prestígio do país (OLIVEIRA, 2016).

O que notamos por parte dos partidos políticos são subterfúgios dignos de lamento, como o lançamento de candidaturas fantasmas, a partir das quais as mulheres não disputam de fato, não fazem campanhas, não tem o menor apoio e nem sequer votam em si mesmas (AZEVEDO, 2017).

Apesar do aumento de candidatos negros se autodeclarando pretos ou pardos nas eleições de 2020 ter alcançado 49,9% dos concorrentes aos cargos (AGÊNCIA SENADO, 2020), o que se nota é o impedimento de participação em candidaturas para postos de destaque, com o mínimo de investimento nas campanhas (OLIVEIRA, 2016).



Se por um lado há uma participação maior, pelo menos em número de candidatos negros e de candidatas mulheres (negras ou não), há ainda um grande distanciamento de uma representatividade proporcional ao número de negros e mulheres no nosso país (AGÊNCIA SENADO, 2020).

Isso, infelizmente não é surpresa alguma, se considerarmos a busca pelo poder a qualquer preço e a necessidade da manutenção de uma lógica escravocrata, estruturada no racismo e fortemente representada pela agenda em curso no Congresso Nacional, que tem como prioridade precarizar as relações trabalhistas, os movimentos sociais e o retrocesso nas questões de gênero, que atingem os direitos conquistados com muita luta pelas mulheres, pela população negra e pelos movimentos LGBT (AZEVEDO, 2017).

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA SENADO. 2020. **Brasil tem mais negros eleitos, mas sub-representação permanece.** Senado Notícias, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/18/brasil-tem-mais-negros-eleitos-mas-sub-representacao-permanece>. Acesso em: 07 dez. 2020.

AZEVEDO, Lidiany Alexandre. *A formação social do Brasil e suas “cegueiras” de gênero.* **VII Jornada Internacional Políticas Públicas.** UFM, Maranhão, 2017. <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/aformacaosocialdobrasileuascegueirasdegenero.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2020.

OLIVEIRA, Mônica. *Sem igualdade social não há democracia.* **FASE,** Pernambuco, 2016. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informe-se/artigos/sem-igualdade-racial-nao-ha-democracia/>. Acesso em: 06 dez. 2020.



Basta eleger?

Eduarda Luize Pastore dos Santos

Nos últimos tempos temos visto o crescimento do debate acerca do racismo e relações raciais no Brasil mas infelizmente não é proporcional ao incremento das medidas para o combate efetivo ao racismo, para reparação da dívida histórica e para a diminuição das desigualdades. Isso se dá, certamente, não pela ausência de proposições e ações. Na verdade, diante de tantas negações, a sociedade da exclusão e eliminação dos corpos negros parece ser um projeto.

Recentemente, em meio à pandemia, foram realizadas eleições municipais em todo o Brasil para os cargos de prefeita/o e vereadora/vereador. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral sobre as eleições 2020, o total de candidatas aptas segundo cargo, cor e raça foi de 539.269 mulheres. Dessas, 269.196 são pardas e pretas. Com o resultado das eleições, ganha destaque o aumento expressivo de candidatas negras eleitas, assim como indígenas, quilombolas e LGBTQIA+. Embora ainda muito inferior ao número de candidatos(as) brancos(as) eleitos(as), essa, sem dúvida, foi uma vitória importantíssima para o cenário político brasileiro, ainda comandado majoritariamente por homens brancos, ricos, heterossexuais e cisgêneros. Joinville, em Santa Catarina, elegeu Ana Lúcia Martins, a primeira vereadora negra da história da cidade. Ana Carolina Dartora também foi eleita como a primeira vereadora negra da cidade de Curitiba, no Paraná. Bauru, no estado de São Paulo, elegeu Suellen Rosim para prefeita. Érika Hilton foi eleita vereadora em São Paulo, sendo a mulher mais votada da cidade e do Brasil. Sendo eleitas, mais do que as responsabilidades inerentes aos cargos ainda por assumir, vieram (sem surpresa), também ataques racistas e ameaças de morte. Essas mulheres são apenas algumas dentre tantas outras que poderiam ser citadas, mulheres que foram ameaçadas durante suas campanhas e são ameaçadas após suas eleições.

De acordo com os resultados preliminares da pesquisa *A Violência Política Contra Mulheres Negras* (2020), desenvolvida pelo *Instituto Marielle Franco* em parceria com a *Justiça Global e Terra de Direitos*, 98,5% das mulheres negras que responderam à pesquisa relataram terem sofrido mais de uma violência política (dividida em violência virtual, moral e psicológica, institucional, racial, física, sexual e de gênero e/ou LGBTQIA+). Os fatos despertam revolta, tristeza, raiva e muitos outros sentimentos, mas não surpresa. Em um país que ainda nega a existência do racismo estrutural, que nega sua dívida histórica, que tenta “vender” a ideia de uma democracia racial, que não trata com a seriedade devida as violências diárias contra pessoas negras, não é de surpreender que certos sujeitos



sintam-se livres para proferir ameaças de morte e ataques racistas, especialmente contra mulheres negras. Esses ataques podem ser entendidos, citando o professor Douglas Belchior, como tentativas de “apagamento, silenciamento, boicote às experiências de luta política do povo negro” ao buscar intimidar, silenciar e eliminar vidas negras.

Ter mulheres negras na política ultrapassa o papel da representatividade e não se resume a identitarismos - seus papéis são fundamentais para (re)pensar e (re)construir uma sociedade verdadeiramente democrática. Já que a exclusão/eliminação da população negra é um projeto de Estado, visto o não interesse em combater o racismo estrutural e propor medidas que de fato solucionem as desigualdades, faz-se de extrema importância garantir que pessoas negras, em especial mulheres negras, possam ocupar espaços de decisão e formulação de políticas. Não basta elegê-las, é necessário garantir que possam cumprir seus mandatos e executar suas funções sem temer por suas vidas, sem que suas existências continuem sendo ameaçadas. Como dizer que o Brasil vive uma democracia quando somente algumas pessoas têm seu direito de viver garantido? Como essas mulheres negras poderão exercer suas funções nos cargos para os quais foram eleitas se antes precisam vencer não somente o machismo que impera nesses ambientes, mas também o racismo que ameaça suas vidas?

190

Para garantir o básico - o direito à vida e o exercício da cidadania -, é indispensável que se reconheça a imensa dívida histórica brasileira para com a população negra e indígena. É necessário combater a crença de uma democracia racial e da ausência de racismo no Brasil. É essencial ouvir os movimentos negros que tanto contribuíram e contribuem para o cenário político brasileiro e para a construção do país. Lembrando mais uma vez a fala do professor Douglas Belchior, a população negra se organiza politicamente há muito tempo, não só no cenário político *stricto sensu*, mas na capoeira, no samba, nas casas de matriz africana, tendo suas representações perseguidas e combatidas pelo Estado. O que são as ameaças e ataques racistas se não “novas” (ou a continuação de) tentativas de apagamento e aniquilação das existências negras?

Muitos avanços foram conquistados graças aos movimentos negros que combatem diariamente o racismo e constroem coletivamente alternativas de fortalecimento, luta e política em defesa da população negra. É de suma importância que cargos políticos sejam ocupados por pessoas negras para que a política seja feita para e pela população negra.

A quem interessa que essas mulheres não possam cumprir seus mandatos? A quem interessa que as agendas dos movimentos negros não sejam colocadas em prática? A quem interessa o silenciamento das mulheres negras e o apagamento de suas existências? O silenciamento dessas vozes e a sua invisibilização? A quem interessa a interrupção desses projetos políticos e desses projetos de vida? Como chamar isso de democracia? Quem mandou matar Marielle Franco?



Referências Bibliográficas

Tribunal Superior Eleitoral. **Informações e dados estatísticos sobre as eleições 2020**. Disponível em https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/catalogo-dados-estatisticos-eleicoes-2020/rybena_pdf?file=https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/catalogo-dados-estatisticos-eleicoes-2020/at_download/file

Instituto Marielle Franco. **A Violência Política Contra Mulheres Negras**. 2020. Disponível em <https://www.violenciapolitica.org/>

Conta oficial no Instagram Instituto Marielle Franco (@institutomariellefranco)

Enquanto houver racismo não haverá democracia. Conferência de encerramento do curso de extensão *Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil*, 2020.

191


Conta oficial no Instagram **Mídia Ninja** (@midianinja)

Conta oficial no Instagram **Érica Hilton** (@hilton_erika)

Conta oficial no Instagram **Ana Lúcia Martins** (@profanaluciamartins)

Conta oficial no Instagram **Ana Carolina Dartora** (@caroldartora13)

Conta no Instagram **Política por.de.para Mulheres** (@politicaemulheres)



Direito escrito em “pretuguês”: relações raciais e democracia

Isabelle Fernanda Santos

A aprovação das cotas raciais para o financiamento de candidaturas negras pelo fundo eleitoral consiste em uma conquista da população na luta para ocupar mais espaço nas esferas de poder e deliberação, podendo, por meio disso, conseguir desenvolver políticas e defender demandas da comunidade negra. Contudo, o racismo presente na sociedade brasileira se articula de maneiras diferentes para manter o negro em uma posição de subalternidade. As violações aos direitos dos corpos negros continuam, seja no genocídio da juventude negra, na ausência de políticas estatais que garantam às comunidades quilombolas condições de enfrentarem a pandemia de covid-19 ou na luta das trabalhadoras domésticas pelo direito à quarentena com suas famílias.

Assim, nota-se que, no nosso atual Estado democrático de Direito, a relação entre o direito e o racismo opera dialeticamente: como uma forma de reprodução, pela omissão nas discussões sobre raça no campo jurídico e, ao mesmo tempo como uma ferramenta de mudança, através da mobilização da população negra dentro da disputa pelo significado do Direito e para se afirmarem como sujeitos pertencentes a ele, buscando a não discriminação e a não subalternização.

O debate racial é muitas vezes silenciado no campo jurídico, desde a graduação até a atuação prática da profissão, em que se defende a ideia de um Direito neutro, aplicado a todos sem discriminação. Com o objetivo de romper com essa ideia, Dora Lucia de Lima Bertulio, em sua tese de mestrado, alerta sobre o impacto e a importância de se debater as relações raciais no Direito - para ela, “a internalização do racismo e sua consequente institucionalização na esfera jurídica se dá pela omissão, complementando o quadro geral da sociedade brasileira, encarregada das esferas individuais e culturais do mesmo racismo”. Assim, é de extrema importância a prática e o ensino jurídico que busquem contribuir para a luta antirracista, revelando como a colonialidade limita e também impede a democracia plena, pautando a raça e sua relação com a variável de gênero, em todas as esferas do Direito.

Muitas vezes, as análises raciais, nos poucos momentos em que são feitas, acabam sendo concentradas na esfera penal, mas como a autora e a prática jurídica já demonstram, a cor e o gênero produzem efeitos na aplicação do Direito em todos os seus ramos. Um exemplo disso é o ensino do Direito do Trabalho, em que a escravidão e o pós-abolição são totalmente apagados das aulas e



manuais. Isso acontece como se esses períodos históricos não tivessem produzido consequências que estruturam até hoje as relações de trabalho, assim como a divisão sexual-racial do mercado.

O Direito, então, acaba auxiliando na perpetuação de violências e no reforço do ideal da subalternidade da pessoa negra, por meio de estereótipos que relacionam as variáveis de raça e gênero. Segundo Carla Akotirene, o Direito tem sua dinâmica interseccional que interliga sexismo e racismo institucionais que operam conjuntamente para o “descrédito das reivindicações das mulheres negras”. Isso pode ser percebido na luta das trabalhadoras domésticas, sendo majoritariamente mulheres negras que só tiveram seu trabalho equiparado aos direitos dos demais 70 anos após a elaboração da CLT (*Consolidação das Leis de Trabalho*) com a conhecida *PEC das Domésticas*.

Tal conquista é um reflexo de como o racismo e o sexismo atuam no Legislativo de forma a impedir a proteção dos direitos da categoria, conquistados através da luta e organização de mulheres negras. E, assim como a conquista mencionada no começo sobre as cotas partidárias, são reflexos de uma tentativa de se escrever o Direito em “pretuguês” (termo criado por Lélia Gon), ou seja, revelar, afirmar e reivindicar a importância cultural e social da população negra na constituição da sociedade brasileira. Usando desse direito como uma ferramenta de resistência, contra o racismo e contra a política de genocídio e negação praticada pelo Estado. Assim, a relação direito e raça seria uma relação dialética que, ao mesmo tempo em que funciona como um reprodutor do racismo, pode fornecer apoio para a mudança e luta.

193

Nesse sentido, o movimento negro assume papel fundamental. Como Silvio Almeida afirma, em seu livro *Racismo Estrutural*, o antirracismo foi incorporado no Direito na forma de militância jurídica nos tribunais e na produção intelectual de teorias que questionam o racismo presente no ensino e na prática. Essas ações permitem a formulação de um Direito antirracista capaz de garantir o exercício pleno e a democracia.

Assim, é muito importante o debate das relações raciais na formação de juristas para o funcionamento da democracia brasileira, pois mesmo que apenas uma mudança Direito não faça com que o racismo termine, uma vez que este articula também fatores econômicos e sociais, é preciso que seja reconhecida a possibilidade de luta, e ela começa demonstrando o caráter racista assumido pelo Direito ao se omitir em discussões sobre o tema.



Por que precisamos racializar a educação?

Lucineide Ferreira Santos

Racismo na escola - tema dolorido e espinhoso, sobretudo nas escolas públicas onde a maioria dos jovens e crianças é preta. Eles mesmos, alvos das balas perdidas em confrontos entre policiais e bandidos, que são “expulsos” do sistema educacional antes de completar o Ensino Fundamental. Agora convido todos a pensar diante desta triste realidade, o que a escola tem feito em relação a práticas antirracistas? O que as literaturas sobre educação nos dizem sobre o assunto? Como pensar Educação e não falarmos de racismo? Por que a escola ainda não usa o conceito de raça social para construção de suas práticas?

Partindo do pressuposto que exista uma estrutura racista em nosso país, como nos afirma Silvio Almeida em *Racismo Estrutural*, e que dela nasce toda a construção de nossa sociedade, é possível entender que a Escola é um braço desta estrutura. Podemos aqui citar inúmeros pensadores de diversas teorias pedagógicas inovadoras, sobre como aprender e como ensinar de forma libertadora e transformadora - o próprio Paulo Freire, brilhante pensador brasileiro, que nos convida a mergulhar na educação de uma maneira provocativa e transgressora -, mas nenhuma menciona o conceito de raça. Eliane Cavalleiro faz uma belíssima análise e aponta em seu livro *Do Silêncio do lar ao silêncio escolar* como a escola reproduz as diversas formas de racismo, e de lá pra cá poucas são as teorias da Educação que provocam a reflexão na sala de aula e na estrutura da Escola.

Precisamos pensar a instituição escolar em todos os seus aspectos, não podemos mais ser disseminadores de ódio entre os nossos estudantes, este deveria ser o espaço de acolhida e transformação. Pensar o que cabe a cada um dos atores desta instituição na luta antirracista é primordial. Os trabalhadores da Educação são também produtores de conhecimento e é neste papel de agentes e pensadores, que emerge a força de uma outra perspectiva educacional, antirracista e feminista.

A transformação precisa acontecer de dentro para fora - compreender quais são as práticas racistas que a instituição reproduz e cristaliza em suas dependências é um dos primeiros passos para a mudança. Construir acompanhamento pedagógico, com recorte racial e de gênero, é fundamental para se desconstruir conceitos e estereótipos, entender o que exclui os estudantes pretos cabe à escola, porque as instituições têm um percurso, um olhar e histórias ímpares, mas todas elas acabam se encontrando quando realizamos o recorte racial. Descolonizar o conhecimento e os currículos escolares, é outro caminho a ser traçado, não é fácil, mas precisamos construir as bases de nossa



própria transformação, consumir literatura preta e africana e dos povos originários já nos traz outros olhares, e fazer a transposição didática é o nosso trabalho enquanto educadores.

Nilma Lino Gomes em *O movimento negro Educador* faz importantes apontamentos sobre o poder transformador do movimento negro na Educação, ele se transforma e ao mesmo tempo insere outra gramática política na educação, tensiona as relações de poder na estrutura da sociedade brasileira, constrói campos de saberes fundamentais para se pensar a Educação.

As ausências, a não existência de espaços de diálogo acerca de temas que assolam a vida dos jovens de maioria negra, a falta de formação política combinada a uma prática de repressão violenta, por vezes necessária visto o clima hostil em que se transforma o ambiente escolar, somente contribuem para a manutenção de uma estrutura racista. Não é possível pensar em Educação sem pensar em racismo e sua operacionalidade, construir uma *práxis* que alinhava teorias e práticas pedagógicas dentro do espaço escolar, dialético e democrático, é urgente. O racismo se alimenta destas ausências e silenciamentos para manter no limbo grande parte da população preta; o pacto da branquitude em não dialogar sobre temas que, segundo os mesmos, não fazem parte do seu cotidiano, é facilmente aceito e inquestionado. Sobretudo na Educação, falar de racismo não é uma prerrogativa de gente preta, ao menos não deveria ser - dentro da Educação cabe o como aprender, e como cada grupo racial aprende ou não aprende, racializar a educação é ser antirracista.

195

Contudo, a célebre frase de Angela Davis “a revolução começará com as mulheres negras” nunca foi tão potente, e não pode ser somente discurso emblemático e de lacramento em tempos de redes sociais. É necessária porque o corpo de uma mulher negra dentro de uma escola ocupando cargos de chefia é político e também pedagógico.



É preciso que toda a sociedade combata o Racismo

Marta Santos

Não é possível ignorar que pessoas negras, pretas e pardas estão sendo mortas por causa do racismo. É preciso dispor tempo, dedicação para realizar estudos, compreender a história do povo brasileiro desde o período da colonização. E assim vencer a barreira do preconceito, a violência em suas diferentes formas contra o povo negro.

O racismo contra o povo negro acontece desde o período horrendo da escravização dos povos africanos trazidos forçosamente para realizar trabalhos escravos no Brasil. A sociedade tem presenciado as inúmeras formas de violência a que é submetida a população negra. É preciso agir, resistir, assumindo enquanto sociedade a responsabilidade por ações democráticas que garantam direitos a todos os cidadãos e, principalmente, priorizando e assumindo os erros históricos de um passado que diariamente se faz presente, explicitado pela negligência do Estado em não investir de forma efetiva nas políticas públicas necessárias de combate ao preconceito e numa educação antirracista.

Não há solução mágica que garanta o fim do racismo. Mas é urgente reforçar e ser postas em prática as legislações, políticas de cotas, e outras ações afirmativas. E a sociedade assumir efetivamente que a discriminação racial é um problema de todos, além de seu enfrentamento e a busca de uma solução.

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas. (ALMEIDA, 2019, p. 52).


Seja o indivíduo, enquanto cidadão consciente da urgência de exercitar a democracia, ou Grupos, ONGs, Coletivos, assumindo o papel de fiscalizar o uso das leis, é necessário exigir juntos aos representantes eleitos democraticamente políticas públicas que envolvam uma agenda antirracista no cotidiano. Ações como essas já existem, mas é preciso multiplicar. Outra atitude possível é ampliar, investir nos cursos de formação de professores, demandando a inserção e estudos consistentes, com referências seguras sobre a história do povo africano. A Lei 10.639/03 e 11.645/08



precisam ser estudadas, priorizadas nas universidades e seu conteúdo deve ser explorado nas escolas de educação básica, em outros espaços educacionais e também nas formações de diferentes profissionais, ampliando sua aplicação. Construindo um processo de desvendar para a sociedade brasileira a sua própria história, a fim de fortalecer a luta antirracista e erradicar os efeitos perversos do racismo presentes diariamente em toda a sociedade.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.



A importância das estratégias de sobrevivência ao longo do processo
escravagista até os dias atuais

Simone Aparecida Silva dos Santos

O processo escravagista é uma mácula histórica que atravessa os séculos me fazendo entender que só estou aqui hoje porque meus antepassados escravizados abriram os caminhos. Reverenciar quem veio antes me faz refletir que os meios utilizados para se chegar a tão sonhada liberdade se deram através de estratégias de sobrevivência. Pode até soar romântico, mas acredito que foi algo técnico e milimetricamente pensado para sua execução. Ser arrancado de sua terra natal à força e ser obrigado ou obrigada a se reconhecer em outra cultura é tão brutal quanto a violência física sofrida por negros e negras na travessia transatlântica. Aprofundar na história de meus ancestrais africanos me faz reconhecer a força de seus saberes.

Mesmo com o advento da chamada Abolição, negros e negras continuaram a viver em condições insalubres que na verdade seguiram ceifando suas vidas enquanto cidadãos brasileiros. A falta de acesso a trabalho bem remunerado, moradia, saúde, educação e lazer jogaram essa população à própria sorte. Acredito que os saberes ancestrais, como as casas de axé, as rodas de samba e a capoeira, trouxeram o sentido de pertencimento com que foi possível manter a sanidade mental para seguir lutando contra o racismo instituído a essa população. Os registros escritos acerca de nossa história foram apagados mas a oralidade permanece viva nos mais velhos.


Entendo que mesmo com todas as dificuldades existiram vitórias, até porque se não fosse o trabalho desses escravizados o Brasil sequer existiria enquanto economia. Então penso que precisamos reconhecer o legado que esse povo nos trouxe. A artista multidisciplinar, escritora e teórica Grada Kilomba em sua obra *Memórias da Plantação – Episódios de Racismo Cotidiano* faz a seguinte colocação:

Este percurso de conscientização coletiva, que começa com a negação – culpa – vergonha – reconhecimento – reparação, não é de forma alguma um percurso moral, mas um percurso de responsabilidade. A responsabilidade de criar novas configurações de poder e de conhecimento. (Grada Kilomba, 2019).

Enquanto o Brasil não entender a responsabilidade que tem com aqueles que foram o alicerce desse país, não avançaremos nas lutas antirracistas e no que tange o legado das mulheres para a



história de libertação do povo escravizado. Nossas memórias continuarão sendo escritas por intelectuais negros e negras, que estão reescrevendo o contexto histórico desse país. A revolução é ancestral, o futuro é ancestral, devemos seguir adiante entendendo que as lutas antirracismo, as lutas feministas, as lutas pelas causas LGBTQIA+ tem como força motriz estratégias de sobrevivência que me remete mais uma vez ao passado, aos meus ancestrais escravizados na luta pela liberdade.



Muito além do cor(p)o: a musicalidade de “Now+Frágil” como elucidação do
necropoder
Solange Santos

*O mágico da diáspora/Desmembrar terra-chão/Mas se eu já fui trovão
Que nada desfez/Eu sei ser trovão/Que nada desfaz
Nem a solidão/Nem a capataz/Nem estupro corretivo contra sapatão
Os complexo de contenção/Hospício é a mesma coisa que presidio
Que é a mesma coisa que escola/Que é a mesma coisa que prisão
Que a mesma coisa de hospício/Que é a mesma coisa que as políticas
Uterinas de extermínio/Dum povo que não é reconhecido como civilização*

Início esse excerto com as palavras de Tatiana Nascimento, na voz da cantora baiana Luedji Luna na canção *Now + Frágil*. Em uma dura narrativa com cerca de quatro minutos de duração, somos apresentados ao sofrimento da mulher negra forçada a diáspora, frente ao desconhecido e desolador mundo que a violenta. Cerceada pelo passado de escravidão temos Luedji como a representação da mulher negra que atua - apesar do necropoder, conceito de Achille Mbembe (2018) aliado ao conceito de biopoder de Michel Foucault no qual o aparato de Estado determina o objetivo de “fazer viver, deixar morrer”, sendo este observável pela política de Estado em que as vidas são elementos descartáveis quando observadas através da ótica que compreende a limpeza étnica colonial (MBEMBE, 2018).

Narrando sobre massacres nos quais o corpo negro foi levado à extinção, como por exemplo, na chacina de Costa Barros e a do Carandiru temos, pela voz de uma mulher negra, uma atuação de como corpo político de denúncia. Uma vez que ao desmarcar uma dor tão pungente, a narradora também demarca que tais práticas serão levadas a público, seja pelo grito ou canto.

A canção atua como forma de denúncia da mulher que, percebendo-se desamparada pelas forças de Estado e sem uma territorialidade que reconheça como sua, está à mercê das praticas de violência perpetradas contra corpos que, como o seu, são vitimizados desde o fim da escravidão no Brasil. Conforme apontado por Sueli Carneiro, a concepção “enquanto houver racismo não haverá democracia” encontra-se frente a frente com *Now+Frágil*, uma vez que a dor entoada no canto só existe em decorrência das violações perpetradas pelo racismo contra corpos que passam a atuar como alvo das violências cotidianas.




Estando muito além do coro e do próprio corpo, a narrativa de *Now+Frágil* traz a árdua tarefa de existir enquanto mulher negra em um cenário em que a voz é uma das poucas coisas que ajudam a entoar o grito de uma existência fadada à violação. Sendo, portanto, o próprio ato de cantar parte da arena política na qual as formas de racismo à brasileira são levadas a público.

Atuando como debatedora do sofrimento, temos Luedji como representante da voz de mães, negras, mulheres que são cotidianamente violentadas pelas formas de poder representadas por chacinas, estupros e a própria morte como negação máxima do não reconhecimento na arena sócio-política. A narrativa de *Now+frágil* se encontra frente a frente com a realidade brasileira, onde o assujeitamento dos corpos negros, sobretudo os femininos ocorre dia após dia.

Referências Bibliográficas

LUEDJI LUNA. **Um corpo no Mundo**. YB Music: 2017. CD (47 min).

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política e morte**. 1.ed. São Paulo: N-1 edições, 2018.



Tributo às questões étnico-raciais em tempos de pandemia: breve análise dos debates promovidos pela Escola do Parlamento de SP e o Instituto Geledés

Alex Rosa da Silva

O ano de 2020 ficará marcado na história da humanidade como um período atípico, quando populações em nível global tiveram que rever seus hábitos cotidianos objetivando a reclusão social, a fim de diminuir a probabilidade do contágio pelo novo coronavírus. No Brasil, por conta dessa mudança nos costumes, foi necessário o fechamento de setores ligados à economia e comércio, à educação e cultura, bem como espaços públicos, no afã de atenuar a crescente propagação do vírus. Repentinamente, estávamos no caos.

Porém a crise pode ser sinônimo de oportunidade, afinal os oriundos das classes menos favorecidas economicamente aprendem desde cedo que é preciso lutar, resistir e se reinventar para poder sobreviver. Tendo isso em consideração, a *Escola do Parlament, da Câmara Municipal de São Paulo* conjuntamente com o *Geledés - Instituto da Mulher Negra* iniciou em setembro o curso de extensão *Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil*, realizado na modalidade à distância, com transmissão aberta e traduzido integralmente para Libras. Foram nove encontros com a luxuosa participação de renomados expoentes da intelectualidade brasileira.

Na *Aula 1 - O legado da escravidão sobre a democracia existente no Brasil*, o professor Alexandro Santos apresentou a *Escola do Parlamento* e Suelaine Carneiro, o *Geledés*. Em seguida, a filósofa Sueli Carneiro, na abertura do curso, ressaltou as dificuldades que mulheres e homens negros enfrentam para poder desfrutar da democracia, sobretudo, no que tange à igualdade de direitos e de oportunidades na sociedade brasileira. Carneiro salienta que a noção de Democracia Racial e a perspectiva da luta de classes contribuem para manter as diferenças interraciais fora da arena política, dificultando as demandas por igualdade racial.

O professor Hélio Santos, palestrante da *Aula 2 - Raça, Racismo e Dominação na Democracia Liberal*, inicialmente explicou que para falar de raça no Brasil, é preciso fazê-lo no plural e sob uma perspectiva histórica, por conta da multidiversidade de raças existentes no País. Outro debatedor, o advogado Gabriel Sampaio, lembrou que a democracia liberal foi fundada nas revoluções burguesas, com base em um sistema escravocrata mantido pelos franceses na colônia do Haiti, sem que por lá fossem empregados os ideais de liberdade igualdade e fraternidade, lema da Revolução Francesa.



A crise sobre democracia liberal na atualidade foi abordada na *Aula 3 - O legado da escravidão sobre a democracia existente no Brasil*, com a professora Luciana Brito pontuando que a sociedade brasileira não se tornou racista por causa da escravização, e sim porque o Brasil e outras nações americanas, foram bem sucedidos na atualização dos mecanismos de hierarquia, de privilégios dos brancos e de desigualdade social no pós-abolição. O professor Matheus Gato ressaltou a dificuldade de se pensar o que são as continuidades e descontinuidades do Racismo.

Na *Aula 4 - Patriarcado e as mulheres na arena democrática brasileira*, as debatedoras foram a filósofa Sueli Carneiro, a ativista Edilza Sotero e a socióloga Betânia Ávila. Já na *Aula 5 - Relações de poder e a construção da subalternidade de raça e gênero* foram o sociólogo Uvanderilson Silva e a jornalista Rosane Borges. Em ambas as aulas, as reflexões foram pautadas na luta do movimento feminista e a questão da ascensão das minorias.

A representatividade é o tema da *Aula 6 - Partidos políticos e (sub)representação racial e de gênero*. Os conferencistas foram os professores Luiz Augusto Campos e Vilma Reis, que revelaram dados valiosos para se entender o problema da participação inexpressiva de negras e negros nos quadros políticos do Brasil. A *Aula 7 - O ativismo de negras e negros em defesa de direitos* traz um tema caro para a democracia e cidadania no Brasil, que foi debatido pelos professores Petrônio Domingues e Juarez Xavier, e a advogada Allyne Andrade.

203

Na *Aula 8 - Promoção da equidade de raça e gênero*, a relações públicas Selma Moreira e o professor Sales Augusto dos Santos tratam de um assunto que, durante a pandemia, ficou ainda mais necessário evidente discutir, visto que os mais vulneráveis ao contágio e à crise econômica, foram os pretos e pardos. A perda de renda e o desemprego atingiu diretamente as camadas mais pobres da população brasileira.

Para encerrar o curso de extensão, a advogada Maria Sylvia de Oliveira e os professores Ricardo Henriques e Douglas Belchior debateram na *Aula 9 – Enquanto houver Racismo, não haverá democracia*, a invisibilidade, a dificuldade de acesso do Povo Negro aos espaços de tomada de decisão e a exclusão como projeto de nação, entre outras razões por causa do Racismo Estrutural brasileiro; daí a importância das políticas de ações afirmativas de inclusão social.

Insta salientar, que todos os encontros foram gravados e estão ativos na página da *Escola do Parlamento no Facebook*, seguem abaixo os link das aulas, vale a pena conferir:

Aula 1: https://www.facebook.com/watch/live/?v=328234174904517&ref=watch_permalink

Aula 2: https://www.facebook.com/watch/live/?v=2377723882524020&ref=watch_permalink

Aula 3: https://www.facebook.com/watch/live/?v=875754026575473&ref=watch_permalink



Aula 4: https://www.facebook.com/watch/live/?v=338934394029376&ref=watch_permalink

Aula 5: https://www.facebook.com/watch/live/?v=342840936976881&ref=watch_permalink

Aula 6: https://www.facebook.com/watch/live/?v=440150070300619&ref=watch_permalink

Aula 7: https://www.facebook.com/watch/live/?v=852352675591222&ref=watch_permalink

Aula 8: https://www.facebook.com/watch/live/?v=1759908487492977&ref=watch_permalink

Aula 9: https://www.facebook.com/watch/live/?v=912970275900439&ref=watch_permalink



O racismo velado
Andréia Cristina Cândido da Silva

As relações de *Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil*¹ implicam refletir sobre a maneira particular do povo brasileiro em lidar com as questões referentes à diversidade racial e cultural do país para nela intervir. Este estudo tem como temática a análise da naturalização do racismo e do preconceito racial no interior da escola e fora dela, problematizando o uso de expressões e piadas relacionadas às populações negras, que não têm maiores significados, porém podem estar carregadas de conteúdos racistas. Esta negação dificulta a identificação da presença do racismo e do preconceito racial nas relações cotidianas, em especial na escola, resultando no silenciamento e na naturalização, favorecendo a reprodução e manutenção do pensamento racista no seu interior - uma sucessão de estudos comprova que na escola a ocorrência de atitudes e posturas com conotações de preconceito racial é um processo rotineiro.

205

O preconceito racial no Brasil implica diferentes contextos da sociedade, pois trata-se de uma questão social, estrutural e cultural. A escola, por ser um espaço de múltiplas relações, torna-se um lugar privilegiado para discussão do preconceito em todas as suas facetas (racial, social, em relação a mulheres, homossexuais, jovens, idosos, gordos, baixinhos, deficientes, migrantes). Uma vez que reproduz o mundo social, no interior da escola estão presentes as ideologias que estruturam o modo de ser e fazer na sociedade brasileira - logo também está presente o racismo e seus derivados. Por isso, é necessário reconsiderá-la - as primeiras vivências são profundamente marcantes no processo de formação da identidade social, delas resultando a identificação com os próprios grupos raciais ou étnicas da criança. Por fim, constatou-se nos depoimentos dados por professores, que a discutir o preconceito não era considerado relevante, por isso não se buscava capacitação ou mesmo se tinha disposição para o debate. Essa falta de preparo para lidar com as situações leva a não perceber quando se trata de uma atitude racista e preconceituosa ou ainda fazer a opção pelo silêncio promovendo condições para que o ambiente escolar seja um espaço impregnado de pensamentos racistas que se fundamentam na cristalização das imagens negativas, presentes no imaginário social, cuja criança negra é a mais atingida. Reconhecer que, tornar o aluno negro invisível é negar a existência da diversidade racial e cultural no interior da escola, como foi o resultado apresentado na experiência

¹ Curso promovido em setembro de 2020 pela *Escola do Parlamento e Geledés*.




com professores, possibilita identificar uma das formas de promover a manutenção do racismo, do preconceito e da discriminação. E isso já pode ser considerado um avanço.

Descobrir nas próprias falas a presença de atitude preconceituosa causou um grande impacto, levando à percepção de como está naturalizado o racismo em nossa cultura e como cada pessoa é um instrumento em potencial de transmissão e manutenção desse pensamento. Nesse sentido, a compreensão das teorias que, historicamente, construíram as ideias das desigualdades raciais, possibilita ao educador entender não só os porquês de o racismo estar presente na cultura brasileira, mas também perceber a si mesmo, o outro e o mundo em que se vive para nele intervir.

É possível desconstruir a ideologia racista, é possível desnaturalizar o preconceito racial. Um dos caminhos apontados para a promoção do respeito à diversidade étnico-racial que forma a cultura brasileira, é o reconhecimento e a valorização das culturas africanas nesse processo de formação. Se o homem e a história construíram as desigualdades raciais, esse é o momento da desconstrução, da desnaturalização. Isso significa fazer a reversão da história, fazer a desmistificação da ideia de inferioridade cultural, de abnegação e de predestinação para as condições subalternas e de desigualdade social, que têm servido para manter as populações negras nos guetos.

Para tanto, é dever de todas as instituições sociais reverem seus processos educacionais, desenvolvendo-os de forma a educar um cidadão livre, conhecedor e orgulhoso de suas raízes, capaz de corrigir valores, atitudes, posturas, ideias e discursos, para que não haja mais impedimentos para o desenvolvimento de relações étnico-raciais positivas. Cabe a cada um usar a criatividade e descobrir caminhos apropriados e adequados para cada realidade. E assim, escola e sociedade, não mais negarão o direito das crianças, dos jovens e dos adultos, brancos e negros, de serem formados como seres humanos que respeitam as diferenças, habilitados e capazes de construir uma sociedade justa e igualitária, para os cidadãos afro-brasileiros poderem assumir com orgulho a sua identidade racial.



Pra matar o racismo, é preciso nascer de novo

Jéssica Lopes Rosa Silva

O filme *Kbela*, de Yasmin Thayná, termina com uma música cujo refrão me tocou: “pra matar preconceito, eu renasci”. Sim! A letra da música fala que para matar o preconceito é preciso renascer.

Numa sociedade em que o racismo é estrutural (ALMEIDA, 2018), é necessário que todos nasçam de novo, negros ou não negros. No meu caso eu renasci quando entrei em contato com os conhecimentos de História e Cultura da África e Afro-brasileira num curso de pós-graduação em Ensino de História da África de uma renomada instituição no Rio de Janeiro. Lá, aprendi que não se trata apenas de conhecimentos da forma tradicional que compreendemos, mas sim de aprender valores, pois os saberes de matriz africana carregam isso em si.

Entreli alisada na pós-graduação, terminei com o cabelo *black*. Não foi apenas uma mudança estética, mas sim uma ressignificação de vida. Nas palavras de Nilma Lino Gomes, “o cabelo tem um significado social, é um estilo político de vida e é ícone da identidade negra” (GOMES, 2002, p. 50).

Foi um renascimento em África sem nunca ter pisado lá. Não foi por “modinha”, mas aprendi que foi por causa das lutas e conquistas do movimento negro no Brasil e no mundo. Lembrei-me da bela frase de Conceição Evaristo que diz “que os nossos passos vem de longe” e eu fui alcançada.

Quando um negro ou uma negra renasce é mais um passo rumo ao avanço. É mais um movimento rumo à liberdade e à dignidade. Angela Davis diz que “quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. E ela também que diz que para combater o racismo “não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”. Renascer é se movimentar dentro das estruturas que nos aprisionaram até que elas caiam por terra.

O renascimento é parte desse movimento, pois o conhecimento que vem de nós mesmos, povo preto, é que liberta. O conhecimento eurocêntrico, colonial nos jogou durante muito tempo na prisão chamada racismo. Mas eis que desde os quilombos e outras inúmeras formas de resistências produzimos um saber e ações que nos libertam. E quem é livre, é porque renasceu.

Segundo as autoras Luciana Ribeiro e Ana Cristina da Costa (2019), a colonialidade destrói e os valores civilizatórios afro-brasileiros reconstróem. É por isso que se faz necessário que a Lei 10.639/2003 seja realmente implementada na Educação básica, pois esse renascimento deve acontecer ainda na infância. No meu caso, renasci depois de velha, mas não foi em vão.



Aprendi a ser negra, enegreci. Renasci e estou em processo permanente de reconstrução e potencialização do meu eu. Costumo dizer que conhecer os saberes e valores ancestrais me desconstruiu sem me destruir - me ressignificou.

Quem renasce nos valores de matriz africana não tem como não ser antirracista. Por isso que, para matar o racismo na sociedade é preciso nascer de novo, e não é na carne, mas sim na consciência. Fazer morrer o racismo e o preconceito que foi plantado dentro de nós pelas mãos dos colonizadores e que a branquitude ainda rega. E isso não é impossível. Eu nasci de novo no colo da minha mãe, mãe África.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?** Revista Brasileira de Educação, Belo Horizonte, n.21, p. 40-51, 2002.

OLIVEIRA, Luciana Ribeiro de; GOMES, Ana Cristina da Costa. **Mulher Negra e Educação: a Colonialidade Destrói, Valores Civilizatórios Afro- Brasileiros Reconstroem.** Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 2019.

Kbela. Dir. Yasmin Tainá. Brasil, 2015. (22 minutos).



Resistência do povo preto: a luta eterna pela igualdade social no Brasil

Katia Cristina Maciel Silva

Conforme temos discutido exaustivamente, porém com enorme necessidade e urgência, tivemos um doloroso processo de escravização e desumanização do negro na sociedade brasileira, e os resquícios dessas atrocidades se refletem na vida cotidiana dos pretos e pretas do nosso país.

Em um dos encontros do Curso de Extensão Universitária *Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil*, o professor Hélio Santos trouxe uma reflexão bastante profunda sobre a Abolição da Escravatura. O professor disse: “o dia seguinte ao fim da escravização no Brasil é o dia mais longo da história!”. A fala deixa claro que o passado é mais forte que o presente e traduz a falta de políticas públicas de inclusão dos negros na sociedade brasileira. Como consequência dessa ausência temos a imensa desigualdade social produzida ao longo dos anos no Brasil.

O sofrimento do povo preto acontece em todas as esferas da sociedade e para percebê-lo não é difícil, basta observar os postos de trabalho que as pessoas pretas ocupam na sociedade, na maioria das vezes são sub-humanos e descapitalizados. Outras questões que demonstram abertamente a negação do povo negro são a desvalorização da cultura afro e a demonização das suas matrizes religiosas, sem contar na falta de representatividade do povo negro nos postos de poder.

Temos um racismo tão bem estruturado na sociedade brasileira que a pessoa negra o sente na pele desde o dia do seu nascimento. As pretas e pretos vivem no cotidiano a discriminação, o preconceito, a criminalização, o genocídio! O Racismo Estrutural nos silencia, nos poda, discrimina e exclui o tempo todo.

Nesse sentido, a construção de um pensamento negro (conscientização) é fundamental para transformação das relações sociais no Brasil e conseqüentemente mudar a vida e o futuro de pretos e pretas que aqui vivem. Ele nos traria conexão com as origens, a apropriação da história e das subjetividades e abriria possibilidades de se pensar verdadeiramente na igualdade de direitos na nossa sociedade.

Dentro de uma perspectiva de pensamento negro, precisamos conjugar constantemente os verbos resistir, empoderar, acreditar, oportunizar, viabilizar, oferecer, reconhecer, aceitar, valorizar, incluir, conhecer, organizar, inserir, construir, renovar, entre outros que fortaleçam essa luta.

Uma ferramenta poderosa e transformadora em qualquer sociedade é a Educação. Sendo assim, considerando as desigualdades vividas nesse país, a pedagogia deve estar pautada na história



e cultura afro, bem como na luta e resistência constante do povo negro do Brasil, buscando o (re)conhecimento, a construção de identidade, a inclusão social e uma vida mais justa para todos. Para isso faz-se necessária a geração de processos que contribuam para a sensação de pertencimento e o orgulho de pertencer, além é claro de políticas de reparação e de afirmação que oportunizem e empoderem os negros.

Precisamos revisitar nosso processo histórico constantemente, buscando a ancestralidade para reorganizar ideias, nos fortalecer e prosseguir na luta.

A educação deve também estar sempre a serviço da eliminação de atitudes discriminatórias.


Precisamos construir espaços onde haja análise crítica e ação social transformadora, onde meninos e meninas pretos tenham oportunidades de saber, poder e ser para superar as desigualdades raciais e sociais que vivemos desde sempre.

Em suma, a estrutura social brasileira (excludente) precisa ser desconstruída para ser reconstruída numa perspectiva inclusiva, e realmente garantir acesso, permanência e êxito a principalmente pretos e pretas e em todas as esferas.

Outra questão importante está na conscientização, não apenas dos pretos mas também e não menos importante dos brancos, pois a luta deve ser coletiva, uma vez que o racismo não permite que a sociedade avance e progrida, e isso não traz apenas consequências negativas para os pretos, mas para a sociedade como um todo. Precisamos nos reconhecer como iguais na condição de humanos, independentemente da cor da nossa pele, da nossa cultura ou crença.

210

A sociedade brasileira precisa parar de negar seu processo histórico e tornar visível toda a desigualdade existente nela. Precisamos educar as pessoas para que elas enxerguem atitudes racistas e deixem de praticá-las, pois o racismo é o centro das desigualdades no nosso país.



O racismo estrutural no Brasil e a luta pela sua desconstrução

Luciana Aparecida da Silva¹

Digo com toda tranquilidade: Não existe racismo no Brasil é uma coisa que querem importar, mas aqui não existe racismo. (Hamilton Mourão – Vice-Presidente da República)

Não bastasse a violência brutal da polícia Militar e os assassinatos de jovens adolescentes negros da periferia, foram inúmeros os casos que ocorreram desde o início de 2020 nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Justamente na véspera do Dia da Consciência Negra assistimos a mais um brutal assassinato: Carlos Alberto (Beto), homem negro, espancado até a morte por dois seguranças brancos dentro do supermercado Carrefour em Porto Alegre.

No dia seguinte, o Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, em entrevista para os meios de comunicação, afirmou categoricamente e sem nenhum pudor, que "Não existe racismo no Brasil". E manifestando todo seu comportamento racista, afirmou que "o racismo está presente em outros países e não aqui", além de ter usado uma expressão considerada racista: "lá o pessoal de cor não podia andar com os brancos".

Esse pensamento do Vice-Presidente da República reafirma a mentira que foi imposta pela classe dominante branca no Brasil, de que aqui não existe racismo e que vivemos em harmonia e todos são iguais. Nada mais falso para manter o racismo estruturante. O racismo é estrutural e está presente na sociedade brasileira - na invisibilidade e na escassez de pessoas negras em postos de comando, na falta de representatividade que acarreta inúmeras consequências no modo como a população negra é tratada até hoje, podendo ser verificado também na dificuldade de ser contratado pelas empresas, e na desigualdade social e salarial. Por isso os negros, mesmo depois da escravidão oficial, foram excluídos do exercício pleno da sua cidadania. O Brasil é uma das maiores populações negras do mundo, mas é também um dos países mais racistas.

A mulher negra, mesmo fazendo parte da maior parcela da população, sofre maior discriminação - além de combater o machismo ainda tem que lutar contra o racismo, muitas vezes é dificultada pela falta de acesso à educação. Raramente encontramos mulheres exercendo cargos de

¹ Graduada em Letras Língua Portuguesa/Inglês pela Universidade Ibirapuera - UNIB (1997), Professora de Ensino Fundamental II da Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo- EMEF Elza Maia Costa Freire



poder e, no caso das mulheres negras, isso é ainda mais raro. Os piores trabalhos e salários são oferecidos às mulheres negras e a discriminação e a desigualdade de gênero são agravadas pela questão da raça.

Quando observamos a participação das mulheres negras nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, percebemos claramente quão ínfima é sua participação. E quando conseguem participar, são ainda mais discriminadas, atacadas, ameaçadas e até assassinadas. Nesta última eleição tivemos dois casos típicos de como a mulher negra sofre mais com o racismo. Uma vereadora de Joinville e a prefeita eleita de Bauru foram insultadas e ameaçadas. O assassinato de Marielle Franco foi um dos casos mais emblemáticos do silenciamento da mulher negra enquanto representante na esfera legislativa.

O mandato de uma mulher negra, favelada, periférica, precisa estar pautado junto aos movimentos sociais, junto à sociedade civil organizada, junto a quem está fazendo para nos fortalecer naquele lugar onde a gente objetivamente não se reconhece, não se encontra, não se vê.

Marielle Franco

212

O Brasil não pode tolerar mais o racismo, o machismo e todas as formas de preconceito que acarretam inúmeras adversidades às mulheres negras. A participação efetiva das mulheres negras em todos os setores da sociedade garantindo a representatividade, o reconhecimento, a relevância e o protagonismo de suas próprias histórias.

A naturalização do racismo estrutural traz consequências nefastas para a população negra - ao reproduzirmos falas, pensamentos, ações, brincadeiras e piadas com conotações racistas nos tornamos cúmplices do pensamento racista. Precisamos combater a naturalização do racismo estrutural, nos indignarmos e coletivamente nos somarmos à luta contra a impunidade, a violência, os assassinatos e tantas outras barbáries que ocorrem com negros e negras na nossa sociedade.

A representatividade da população negra em todas as esferas da sociedade é de suma importância, de modo a atingir e modificar a percepção sobre o racismo, combatendo também o machismo em todas as instâncias. Reconhecer a importância da luta e o comprometimento nos movimentos sociais no enfrentamento das desigualdades na busca pela equidade.

Acredito que este curso, com uma procura enorme, é um instrumento de ruptura na busca da reparação histórica e representatividade, na busca pela equidade e na luta antirracista.

VIDAS NEGRAS IMPORTAM!



O Estado contra a população negra
Marcelo Queiroz Silva


Cotidianamente vemos na televisão e nas redes sociais, acontecimentos violentos contra os corpos e mentes da população negra. Não só no Brasil como também em outros países. Mas pensar o Brasil já nos basta nesse momento. Mulheres, homens, jovens e crianças não escapam a um processo sistemático de violência. E muito desses casos de violência tem o Estado brasileiro como protagonista. O Estado, que deveria zelar pela sua população, tem uma preocupação seletiva de acordo com a cor da pele e qual território essa população habita. Quanto mais preta a pele, maiores serão os riscos de ver companheiras, companheiros, filhos e filhas pela última vez saindo de casa, tanto para o trabalho ou para diversão. Infelizmente essa história não é de hoje.

Dos 520 anos de história, em mais de 300 a população negra foi a principal mão-de-obra construtora da riqueza desse imenso território colonizado. Arrancados das suas tribos, reinos e regiões do continente africano, essa população foi escravizada, e além da força dos seus braços, trouxeram conhecimentos, formas, modos de vida que mesmo sendo negados, se enraizaram na formação do povo brasileiro. Durante todos esses anos, a população negra resistiu à escravização. Palmares é um símbolo dessa resistência, território de liberdade, fartura e alegria. Só depois de muitas expedições do Estado colonial, o Quilombo dos Palmares foi destruído e seu líder, Zumbi, morto. Mas a memória dessa resistência persiste até hoje.

Somente em 13 de maio de 1880, é “dada” a liberdade ao povo negro. O dia da abolição é seguido pelo 14 de maio, o dia mais longo da história, de acordo com o professor Hélio Santos. Aquela população que trabalhou nos canaviais, nas minas de ouro e teve diversas outras funções, agora não servia mais. Foram marginalizados, sem direitos e sem nenhuma política de integração social - é o Estado agindo novamente contra a população negra. Invisibilizados, subalternizados, com seus direitos negados, silenciados, desumanizados, esses homens e mulheres negros se organizaram. Criaram movimentos sociais, associações, irmandades religiosas e lutaram por seus direitos. Continuam lutando até hoje contra um Estado patriarcal e racista. Com a ajuda dos seus orixás e seus tambores sagrados, suas rezas, continuaram saindo às ruas com suas congadas, seus maracatus, nas rodas de sambas, gingando contra as amarguras da vida. Continuam lutando pela vida e contra um Estado que insiste em matar os corpos negros.



E hoje avançamos em muitas questões - as cotas raciais, que mudaram o perfil das universidades, as discussões sobre o racismo e feminismo mais presentes na sociedade, o aumento da representatividade na política, a visibilidade da população negra e sua luta. Mesmo assim, ainda vivemos em uma sociedade extremamente desigual e violenta, e em muitos casos negando a história da população negra nesse país. Para uma mudança radical são necessárias políticas públicas em diversos setores da sociedade, desde a Educação, garantido melhores escolas para a população, até a Economia, incluindo a população no mercado de trabalho, com salários dignos e direitos garantidos. O momento político atual não nos dá grandes esperanças, mais uma vez homens brancos no poder controlam o Estado e continuam a defender essa estrutura racista e patriarcal. “Enquanto houver racismo, não haverá democracia”, as palavras da professora Sueli Carneiro na primeira aula, ainda ecoam nos meus pensamentos. Lembrando quantos desafios temos para construir verdadeiramente uma sociedade democrática, onde direitos e oportunidades não serão negados a qualquer pessoa, seja pela raça ou pelo gênero. O caminho é longo, mas a luta continua.



A conscientização popular sobre a importância da representatividade no
ambiente político

Paula Cristina da Silva

A partir das exposições realizadas pelos diferentes palestrantes durante o curso *Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil*, organizado pela *Escola do Parlamento* e pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra propõe-se uma reflexão sobre o nível de conscientização da sociedade a respeito da importância da representatividade do povo negro no ambiente político, seja nacional, estadual ou municipal.

As eleições e o voto direto fazem parte do âmbito político que pode ser acessado pelos cidadãos, sendo elementos fundamentais em uma democracia e instrumentos determinantes que estruturam e definem os vários aspectos da vida de uma população. Mas são também questões que envolvem complexidade, de compreensão muitas vezes limitada para a parcela da população brasileira que tem acesso a um sistema educacional precarizado.

215

Outro fator importante a ser considerado nessa discussão é a ampliação recente do debate sobre o conceito de representatividade na sociedade brasileira.

Tendo em vista que representatividade, basicamente, diz respeito à expressão de interesses de um determinado grupo através da figura de um representante, a escolha planejada por estes representantes torna-se extremamente essencial e decisiva.

Serão apresentados aqui, alguns dados a partir dos recortes de raça e gênero para uma breve análise.

A análise de dados da cidade de São Paulo, por exemplo, na qual 37% dos habitantes se autodeclararam negros (pretos e pardos)¹ e que a porcentagem de candidatos negros eleitos para o cargo de vereador foi de 20%² nas últimas eleições municipais, evidencia a desproporcionalidade.

¹ https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/igualdade_racial/arquivos/Relatorio_Final_Virtual.pdf
acesso em 07 de dezembro de 2020.

² <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2020/noticia/2020/11/16/sp-elege-um-negro-a-mais-do-que-em-2016-e-vai-a-11-veredores-pretos-e-pardos-representam-20percent-da-camara.ghtml>, acesso em 07 de dezembro de 2020.



O mesmo pode-se observar no quesito relacionado a gênero. Segundo dados do IBGE, a população brasileira é formada por 51% de mulheres e 49% de homens³. Ao observar estes números no cenário político, as candidaturas femininas, nas eleições municipais de 2020, foram de 33,6%⁴.

Embora esteja demonstrado um crescimento no número de candidaturas de mulheres e de pessoas negras nos últimos anos, pode-se considerar que estes dados revelam que, para além da livre escolha, orientada pelos projetos ou por outros valores apresentados por cada candidato, a população ainda não demonstra interesse em eleger candidatos que, com sua imagem representativa, contemplem e se aproximem das suas realidades individuais. Não se apresentam indícios do desenvolvimento de uma consciência de que, quanto mais próximo da sua realidade estiver o seu candidato – em termos de vivência de classe social, semelhanças de gênero ou de raça – maiores são as chances de uma compreensão plena a respeito das principais e das mais urgentes necessidades a serem atendidas pelas políticas públicas.

Porém, é de extrema relevância também não responsabilizar somente essa compreensão limitada sobre a importância da representatividade por parte da população. A própria oferta, também limitada, de candidatos que se encaixem nos requisitos, cerceia o pleno exercício desta escolha.

A ampliação e o aprofundamento deste debate no interior destas variadas e diversas camadas da sociedade brasileira torna-se cada dia mais imprescindível a fim de que todos compreendam a necessidade da representação dos vários grupos constituintes da sociedade brasileira para que se rompa, definitivamente, o padrão hegemônico representativo atual vigente.

216

Referências Bibliográficas

<https://www.politize.com.br/representatividade/>, acesso em 7 de dezembro de 2020.

<https://piaui.folha.uol.com.br/negros-e-mulheres-avancam-mas-pouco/>, acesso em 7 de dezembro de 2020.

³ <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/09/27/cresce-numero-de-cidades-com-mais-mulheres-que-homens-eleitores-3-em-cada-5-municipios-tem-mais-eleitoras.ghtml>, acesso em 07 de dezembro de 2020.

⁴ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/16/cresce-numero-de-mulheres-candidatas-e-eleitas-no-pleito-de-2020>, acesso em 07 de dezembro de 2020.



Raça, gênero e democracia no Brasil

Silmara Cardoso de Lima Silva

O que nos promete a democracia brasileira? O que de fato ela tem garantido? O processo de redemocratização em nosso país, embora desencadeado sob o lema “lento, gradual e seguro”, não deixou de ter em suas marcas, a efervescência de importantes movimentos sociais, dentre os quais o Movimento Negro.

A fundação do *Movimento Negro Unificado* (MNU) em 1978 nos revela uma ampla e profunda articulação a partir da qual importantes bandeiras foram levantadas. A denúncia da violência policial contra a população negra, a discriminação racial em espaços públicos e privados e o desvelamento do discurso de uma pretensa democracia racial são alguns aspectos que merecem destaque. Dando prosseguimento às lutas de resistência e organização da população negra na história do Brasil, esse período nos apresenta contribuições valiosas para a luta até os dias de hoje.

Dez anos depois da fundação do MNU e no mesmo ano em que se celebrou o centenário da abolição da escravidão, promulgou-se a *Constituição Federal Brasileira de 1988*, também conhecida como Constituição Cidadã. Sem dúvidas, houve importantes conquistas, como o reconhecimento da diversidade da população brasileira e o direito à terra para as comunidades quilombolas, como nos lembra o historiador Petrônio Domingues. Mais de trinta anos depois, cabe perguntar em que medida os direitos de toda população – e em especial, da população negra – têm sido efetivados.

Pesquisas sobre vários âmbitos da sociedade, tais como mercado de trabalho, representação da política institucional, dentre outros, nos confirmam que raça e gênero constituem elementos-chave para compreender as desigualdades construídas historicamente em nosso país. Racismo e sexismo estruturam as relações sociais, de modo que o topo da pirâmide social continua sendo ocupado por homens brancos, ao passo que a base da mesma pirâmide está formada pelas mulheres negras.

Além do legado de mais de trezentos e cinquenta anos de regime escravista, a população negra no Brasil sofre os efeitos do racismo, que se reatualiza ao longo do período pós-abolição, gerando privilégios de um lado e negação de direitos do outro. Os mecanismos do racismo são violentos, ao mesmo tempo em que se mantém por muitas vezes o discurso de democracia racial.

Cabe, no entanto, ressaltar o protagonismo das lutas negras, sobretudo o papel das mulheres negras. Não somente reagindo ao racismo e ao sexismo, mas também apresentando caminhos de pensamento e ação, as mulheres negras historicamente trazem contribuições valiosas. No contexto



atual, em que se apresenta um aprofundamento do conservadorismo na sociedade brasileira, as mulheres negras mantêm-se de pé e colocam-se à frente na proposição de políticas que trazem à tona as demandas concretas do dia-a-dia, tais como os projetos apresentados pelo mandato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, assassinada em 2018. Como afirma a socióloga e ativista Vilma Reis, as mulheres negras estão nas pontas da sociedade; são elas que melhor podem qualificar a democracia brasileira.

Assim como na primeira metade do século XX, as mulheres negras protagonizaram experiências de luta coletiva na busca pelos direitos das trabalhadoras domésticas, como nos mostra a socióloga Edilza Sotero, esses passos têm continuidade em diferentes dimensões. Seja na produção intelectual, no ativismo em movimentos sociais ou na atuação política institucional – apenas para citar alguns espaços –, as mulheres negras apresentam-se como sujeitas históricas, evidenciando que raça e gênero não podem mais ser vistos como elementos secundários das relações sociais.

Não há democracia feita por poucos – os homens brancos que historicamente controlam o poder econômico e político. Não há democracia com racismo e sexismo. As vozes das mulheres negras ecoam e não haverá formas de nos silenciar.



As amarras da escravidão através do cabelo

Simone Gomes Emídio Silva

Nos últimos anos têm crescido os movimentos que valorizam a estética negra. E as mulheres que passam a reconhecer nela a sua ancestralidade, aceitando o cabelo crespo, seja ele natural, com tranças ou turbantes, apesar de currículos excelentes, se deparam com uma enorme barreira em busca de colocação no mercado de trabalho.

Em muitos dos casos não são selecionadas para a vaga de emprego por estarem fora do padrão de beleza europeia ou então são induzidas a mudar o seu cabelo, se submetendo a tratamentos químicos agressivos, inclusive para a sua saúde.

Já se passou mais de dois séculos da abolição da escravatura no Brasil, mas a mulher negra ainda carrega consigo as marcas daquela época, onde a ela era destinada a função de cuidar das casas e servir como ama de leite das crianças brancas. Também sua beleza servia apenas para saciar a libido dos seus senhores e reproduzir mão-de-obra.

Como estratégia de aceitação pelos outros povos, a população negra acabou por incorporar hábitos e elementos deles aos seus costumes, originando assim a inferioridade da cultura negra, para sentirem-se como sujeito de uma sociedade dominada pelos estereótipos de beleza europeia onde o cabelo “bonito” é o cabelo liso ou encaracolado e o cabelo crespo é ruim e sinônimo de desleixo, é falta de cuidado com a aparência. À medida que o tempo foi passando, as mulheres desenvolveram e aperfeiçoaram técnicas de alisamento, na tentativa se parecerem mais com as mulheres europeias.

Pesquisas mostram que as empresas de grande porte e multinacionais não abrem espaço para mulheres negras alegando que não podem associar a sua imagem a essas pessoas e que, segundo elas, não têm o padrão de beleza que os clientes gostariam de ver em um cargo de chefia – relatam que isso lhes causaria estranheza. O padrão de beleza negro é associado por muitos como uma moda passageira, sendo aceito apenas em postos como publicidade ou trabalhos informais e autônomos.


Recentemente a revista *Social Psychological and Personality Science* publicou uma pesquisa que aponta que empresas atribuíram notas mais baixas as suas funcionárias com penteados naturais ou tranças, ao passo que as que possuem cabelos alisados tiveram notas mais altas.

As dificuldades encontradas por essas pessoas fazem com que muitas acabem por se renderem ao sistema de forma contrariada ocasionando, em muitas das vezes, um trabalho maçante gerador de stress e fazendo com que não sejam capazes de mostrar seu potencial.



O rompimento com a estética do branqueamento tem feito muitas mulheres se reconhecerem, dando início a um auto conhecimento e o despertar para sua ancestralidade e construção de uma identidade, onde busca seu lugar em uma sociedade onde antes a excluía.

Mediante isso, não podemos deixar que esse movimento regrida, é preciso que haja uma mobilização que possa provar o quanto as mulheres são capazes de executar a tarefa a que se dispõem, sem que seja exigido delas nada relacionado a sua estética corporal. Cabendo somente a ela a decisão de como será seu cabelo, natural, com tranças ou ate mesmo alisado desde que seja uma decisão dela e não apenas para agradar os outros.



Democracia: o recado das urnas para as questões de raça, gênero e participação política no Brasil

Simone Simões

A República Federativa do Brasil, formada por vinte e seis Estados e o Distrito Federal, é governada por três poderes: Legislativo, Judiciário e Executivo, sendo o Presidente da República o chefe de estado e líder do Executivo, cujo regime presidencialista constitui-se democraticamente através do voto direto, regido por sua Carta Magna, a Constituição Federal de 1988.

Nas eleições municipais de 2020, as urnas nos deram um panorama de como a nossa população tem se comportado em relação à escolha de seus representantes, reforçando suas concepções e anseios sociais. Se analisarmos os candidatos eleitos às prefeituras, podemos constatar quantos deles são negros ou negras, quantos são mulheres e quantos utilizaram efetivamente os recursos do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral, conforme legislação vigente. Essas constatações vão na contramão do que é expresso nos artigos 3º, 4º e 5º da Constituição Federal, que instituem legalmente a igualdade, sem preconceito de raça, gênero ou qualquer forma de discriminação. Porém, isso não ocorre na prática.

Primeiramente, é preciso reconhecer que a nossa sociedade é racista, o racismo estrutural faz parte da nossa história e está longe de reparar os danos causados aos povos negros desde os primórdios da escravidão, infelizmente. A luta contra o racismo vai muito além do movimento *Vidas Negras Importam*, é dizer não à violência e à marginalização da população preta, não à desigualdade que assola e escancara a diferença, é garantir igualdade formal e material, com acesso às mesmas oportunidades de vida, com dignidade, educação de qualidade, desenvolvimento econômico, para garantir a inviolabilidade de direitos humanos, preservando a memória e a identidade do povo negro, garantidas pela Constituição. Essas ações precisam sair do papel e garantir notoriedade em pautas e ações sociais. É certo que o movimento *Vidas Negras Importam* reflete uma mobilização mundial para reflexão e mudança de postura diante da diversidade, assim como as cotas que representam um marco histórico na luta para a igualdade e equidade racial. São essas ações afirmativas que podem mobilizar ações mais amplas, tão urgentes e necessárias para mudar nossa consciência planetária de seres humanos. Não podemos permitir e nem aceitar nenhum retrocesso como tivemos no cenário político atual, de um governo que não só tenta subtrair conquistas, mas tenta calar a voz de maneira autoritária, ferindo todos os princípios democráticos.



Com relação às questões de gênero, o sexismo também permeia a maior parte das condutas sociais, sendo a mulher bem marginalizada em relação às colocações políticas, profissionais e sociais. Geralmente não ocupam cargos de visibilidade na política, quando ocupam; e, profissionalmente, quando alcançam posições de destaque, não têm a remuneração compatível com a remuneração masculina e têm jornadas sobrecarregadas com a maternidade e as atividades domésticas, isso sem levar em consideração a vulnerabilidade ao assédio e à violência. Falar sobre sexismo também é considerar a população LGBT, absolutamente marginalizada. Seguindo essa lógica, imagine se esta mulher for trans e negra, será invisível e infinitamente discriminada, socialmente.

Enquanto houver racismo e sexismo, não há democracia! Embora estatisticamente ainda haja uma certa uniformidade estabelecida pela branquitude masculina no padrão de raça e gênero da participação política no Brasil nas eleições municipais de 2020, houve também movimentos de mudança desse paradigma. Na constituição da nova legislatura da Câmara Municipal de São Paulo, por exemplo, tivemos a eleição de uma bancada feminista, a presença LGBT e 20% de candidatos pretos e pardos eleitos. Apesar dos números estarem longe de uma representatividade igualitária e equânime, o cenário aponta para uma sensível mudança e se mostra proativo em relação às ações afirmativas em prol da justiça social, com base nos quatro pilares para a equidade.

222

Esse é o recado das urnas: precisamos reverter a pirâmide da desigualdade, dialogar com a diversidade e garantir a representatividade e a participação política, considerando as questões de gênero e raça com igualdade e equidade. Há um longo caminho a ser percorrido, mas essa caminhada já começou! Apesar de difícil, não é impossível, estamos na luta e enquanto houver existência, haverá resistência. Justiça social se faz com igualdade material, independente de raça e gênero, só assim podemos fortalecer a cidadania e convocar a sociedade para os pilares da equidade.



A efetivação da Lei 11.645 como promotora da autoestima e identidade da
criança negra e indígena
Áurea Ferreira Sousa

O título proposto tem como objetivo questionar e fazer refletir sobre como se dá a prática da Lei 11.645/2008 dentro das escolas públicas. Pretendo mostrar que a existência de uma lei não é capaz de garantir comprometimento em sua aplicação, o que compromete a construção de uma sociedade democrática. A lei em questão altera a Lei 9.394/1996 (modificada pela Lei 10.639/2003) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. O objetivo é promover dentro das escolas o resgate da cultura afro-brasileira e indígena, bem como seus conhecimentos ancestrais de sociedade, ciência e resistência dentro do processo de escravização.

Sou estudante de Pedagogia, estou cursando o último ano, sou mulher negra, periférica, entrei em uma Universidade Pública através da Lei de Cotas, e minha provocação se dá por observar, durante meus estágios obrigatórios, que nas escolas públicas não há efetivação qualitativa da Lei 11 645/2008. Em meu estágio obrigatório em Fundamental I, vivenciei uma situação que me impactou e me fez começar a compreender os mecanismos de racismo dentro das instituições educacionais. Certo dia, ao retornarmos do intervalo, enquanto uma menina negra retinta estava na mesa da professora pedindo auxílio para realizar uma atividade, a inspetora adentra a sala e pergunta a essa menina quem foi o colega que a ofendeu; a menina fica constrangida, abaixa a cabeça, mas a inspetora, que provavelmente já sabia, identifica o menino dentre as demais crianças e inicia uma fala direcionada a ele, que era negro (não se esqueça dessa informação). Sua fala foi aberta a todas as crianças da sala, disse que não foi correto ele chamar a amiga de “neguinha”, pois somos todos iguais, diz mais uma meia dúzia de palavras e sai da sala. A menina que foi ofendida começa a chorar, a professora, que era branca, simplesmente vira as costas para a menina e continua escrevendo na lousa, como se nada tivesse acontecido. Eu fiquei indignada com aquela situação, em todos os sentidos e intervi pedindo licença à professora para conversar com a menina. No mesmo dia, ao finalizar minhas horas de estágio, a Diretora me questionou sobre o fato de eu ter conversado com a menina que havia sofrido racismo e disse que eu não deveria dar importância para aquilo, que era coisa de criança, era *bullying*, e que ela mesma, quando criança, sofrera *bullying* por ser magrela. Eu disse a Diretora que o ocorrido era racismo, e que se ela, a Diretora, quando criança era magrela, mas cresceu, malhou e



ficou com corpo padrão, a menina negra, nasceu negra e morreria negra, era algo que ela não poderia mudar, e que eu achava que a escola deveria ter mais atenção, principalmente porque o menino que chamou a amiga de “neguinha” era um menino negro. A Diretora não deu importância ao que falei. Meses depois eu soube que a menina havia abandonado aquela escola. Em uma outra sala, enquanto a professora falava sobre os hábitos de pesca e conexão com a Natureza dos povos indígenas, uma criança se referiu a esses povos como se fossem uma espécie de bichinho, a professora nada disse e seguiu com o conteúdo.

Essas situações mostram apenas dois exemplos de vários que presenciei, e nos fazem pensar que a Escola Pública, com sua maioria de crianças negras, ainda não tem estrutura capaz de promover uma educação que atenda de maneira digna a demanda dessas crianças, tampouco colaborar para a construção da identidade de um povo.

Minhas histórias, advindas de vivências e observações, mostram que as escolas públicas não têm a “terapêutica” (parafrazeando Douglas Belchior) para promover uma educação que seja capaz de contribuir para a construção de uma sociedade antirracista e que promova a identidade e autoestima da criança negra, indígena e brasileira.

A existência de uma lei só pode ser validada uma vez que haja sua efetiva aplicação. É importante que o Estado se mobilize e trabalhe para a efetivação da Lei 11.645/2008, através da promoção de parcerias junto a coletivos negros, afim de que o corpo docente receba qualificação objetivando que esteja apto para tratar da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, num país onde os úteros são em sua maioria de mulheres negras e indígenas. Precisamos de Escolas onde histórias como as de Rainha Nzinga, Aqualtune, Dandara, Lélia Gonzales, Maria Carolina de Jesus, Conceição Evaristo, Marielle Franco sejam contadas, onde a ciência e o respeito à natureza que pauta a existência da população indígena sejam valorizados e conhecidos, escolas que sejam campos férteis para a construção de uma sociedade antirracista e firmada em sua identidade, conhecedora da potência de seus ancestrais, afim de que tenhamos uma sociedade democrática, pois enquanto houver racismo, não haverá democracia, enquanto houver o apagamento, o epistemicídio de nossos ancestrais não seremos capazes de gozar de uma sociedade democrática.

224

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em 07 dez. 2020.



Vozes que ecoam: resistências e ressignificações da população negra

Roberta Souza

Após séculos de escravização num contexto em que a possibilidade de existir e viver era limitada diante das atrocidades do período, a população negra resistiu e nos deixou um legado político, cultural, religioso e simbólico grandioso. O sonho de nossos ancestrais se concretiza hoje, nas tentativas de romper com o silenciamento e reivindicar a fala.

Quando o sujeito negro fala, transgride os discursos normativos, é pessoal e político! Permite desestabilizar as relações de poder vigentes. Os discursos não são somente palavras de luta e esperança; há dor, potência e ressignificação e nos mobiliza a trazer para a arena os desconfortos e incômodos vivenciados. Tarefa árdua numa sociedade racista que desqualifica o conhecimento e a cultura ancestral negra (Kilomba, 2019).

Romper com saberes e discursos historicamente hegemônicos torna possível criar lugares de potência e reconfigurar o mundo sob novos olhares. Segundo Ribeiro (2017), o falar não se restringe apenas ao emitir palavras, mas de poder existir, romper com o silenciamento é sair do lugar de subalternidade, é tomada de consciência.

Rompemos com o silenciamento a cada encontro realizado nos coletivos e movimentos negros, nas diversas formas de produção de conhecimento, nas rodas de samba e capoeira, nos saraus, nos terreiros, nos grupos onde há acolhimento e pertencimento. O pertencimento não é herdado ou dado, é construído e reconstruído ao longo da vida, permite-nos fazer parte de um grupo. O pertencimento racial mais do que posicionar o sujeito em num grupo, posiciona o sujeito por um grupo e pressupõe uma solidariedade. Estamos aqui, porque a coletividade foi à estratégia de sobrevivência (SANTOS, 2012).

Significa dizer que o silêncio e a invisibilidade são rompidos quando há o resgate do discurso sobre si, do resgate de nós no mundo, que busca recriar do individual ao coletivo, potencialidades, maneiras de resistir. E é através das construções dos encontros e afetos que entoamos o coro dos antepassados, que desmantela as máscaras de silenciamento. É como diz Conceição Evaristo, às vezes falamos com tanta potência, que as máscaras são estilhaçadas.

Continuamos a produzir em solo árido, usamos a “voz” para discutir o racismo, violências, desigualdades e os impactos que nos ferem. Deste solo surgiu e sempre surgirão resistências, como Marielle Franco brutalmente assassinada. “As rosas da resistência nascem do asfalto. A gente recebe



rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando de nossa existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas”.

Referências Bibliográficas

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo no cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

SANTOS, M. A. de O. **O pertencimento racial de universitários negros da Faculdade Zumbi dos Palmares**. São Paulo: s.n., 2012. 118p. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Sociologia da Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.



Enquanto houver racismo, não haverá democracia. Enquanto a educação for
mercadoria, também não

Natália Tazinazzo

*Quando cheguei do palácio que é a cidade, os meus filhos vieram dizer-me que haviam encontrado
macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco de macarrão com feijão.*

E o meu filho João José disse-me:

-Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo.

Foi a primeira vez que eu vi minha palavra falhar. Eu disse:

-É que eu tinha fé no Kubstcheck.

-A senhora tinha fé e agora não tem mais?

*-Não, meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso país tudo está enfraquecendo. O
dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco, morre um dia.*

...Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê seu povo oprimido.

(JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014)

227

Desde que entendi meu caminho pela educação pública como militância de vida, venho procurando estudar, pesquisar, atuar e me aquilombar nos coletivos pela sustentação da democracia como modo de vida e pela redução das desigualdades sociais da cidade que desejo. Cidade-desejo-ética-estética-política-poética. Hoje, as palavras que aqui me representam trazem meus devaneios sobre estas duas importâncias, relacionadas ao racismo estrutural.

Entendendo que política se faz no cotidiano, em todas as nossas interações como seres que vivem coletivos, vale questionar que tipo de democracia experienciamos socialmente nos dias atuais. Como conceito ou como regime político, a democracia tem várias camadas e em todas elas, parece necessário democratizá-la para como desejaria Carolina Maria de Jesus e tantos de nós, fortalecê-la.

Para tal, uma primeira atitude seria refletir sobre o papel que a democracia recebeu em nossas vidas, como regime político e, portanto, algo que pertence apenas à categoria política. Manuel Castells (2018) problematiza o chamado “sistema democrático” que tanto tem afastado as pessoas do exercício político. “Fazer política” tornou-se algo distante do cotidiano, como profissão ou cargo de determinadas pessoas que ascendem ao poder. A chamada democracia representativa, que o autor traz como democracia neoliberal, está em crise pela ruptura cognitiva e emocional entre representantes e representados, e não nos oferece instrumentos legítimos para resolver coletivamente os problemas emergentes da sociedade. Não há tempo para o cuidado com o outro, para pensar e fazer o bem comum acima dos próprios interesses e refletir sobre as estruturas que nos regulam.



E se não há tempo para olhar o outro, não resolvemos nossas mazelas históricas. Outro aspecto importante e que deve ser problematizado em busca da democracia é a desigualdade social, que é a mais alta da história recente. No Brasil, não há como falar de desigualdade social sem falar da desigualdade racial, oriunda do nosso racismo estrutural.

Nosso, porque é de todos nós. Racismo presente na luta, mas também na baixa representatividade negra em cargos políticos e de liderança, no sucateamento das Universidades Públicas na mesma medida dos avanços do programa de cotas, na opressão e na dor da mulher negra, no assassinato do jovem negro periférico. No apagamento da História e do seu saber ancestral, no estereótipo físico e intelectual. No encarceramento. E na escola, que lutamos para manter como uma das poucas instituições democráticas que nos restam, está no bebê que não recebe colo, no penteado padrão, na invisibilidade dos protagonistas negros, no currículo colonial que organiza o tempo e o espaço. Somos todos privados das lógicas cosmológicas e harmônicas de vida, de conexão, de humanidade, de coletivo. São os saberes afro-brasileiros que têm me ensinado a viver a democracia, a compreendê-la como um modo de vida, como experiência de mundo que pode começar a se desconstruir para construir.


Assim, não haverá democracia enquanto houver racismo porque a democracia implica o todo, passando por cada um, a valorização do diverso e a elevação em potência de cada sujeito. Não haverá democracia enquanto a educação for mercadoria, porque o saber colonial nos afasta enquanto indivíduos e é o saber ancestral afro-indígena que nos ensina a democracia participativa do cotidiano, a força do coletivo, do conhecer para existir, do dissenso e do comum. Neste sentido, comum não é aquilo que nos torna homogêneos e que forja as identidades envolvidas; é justamente aquilo que quebra esta visão entre os humanos, pois a conexão comum entre os seres dissipa toda e qualquer exclusão violenta. O ser que não pode ser ele mesmo, não tem existência de fato e aquilo que mata o corpo, como já avisou Carolina, não nos sustenta mais.

228

Referências Bibliográficas

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.



Uma breve análise a respeito do racismo estrutural e perspectivas de mudanças

Andrew Turqueti

Sabe-se que as desigualdades entre pessoas brancas e negras são decorrentes de uma construção histórica de exclusão, e ainda persistem no Brasil e no mundo. Nas palavras do mestre Silvio Almeida “O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ em que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural (...).”¹

Segundo dados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* - IBGE de 2019, 56,10% das pessoas se declararam negras no Brasil², representando a maioria da população do País. No entanto, traduz ainda a maior taxa de desemprego e informalidade; está mais presente nas faixas de pobreza e extrema pobreza; reside com maior frequência em domicílios com inadequação³; abrange apenas 29% dos cargos gerenciais⁴; simboliza 66,7% da população carcerária⁵; reflete a menor parcela de estudantes⁶; representa mais de 70% de jovens mortos por ano⁷; sendo ainda, vítima em maior número de crimes e da própria polícia⁸, entre outros fatores que revelam as desigualdades decorrentes do racismo estrutural e da “Necropolítica”⁹ que o escora.

229

O ano de 2020, por sua vez, foi marcado por episódios que deixaram evidente que a consciência coletiva não tolera mais injustiças e violações aos Direitos Humanos.

No cenário internacional, inúmeros movimentos se desencadearam após trágicos episódios, como o *Black Lives Matter*, difundido após a impiedosa ação de um policial branco que covardemente

¹ ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018. Disponível em: https://inegalagoas.files.wordpress.com/2020/04/almeida-silvio_-o-que-c3a9-racismo-estrutural_-2-pc3a1ginas-1-17.pdf (acesso em 06.12.2020)

² Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2020/08/negros-representam-56-da-populacao-brasileira-mas-representatividade-em-cargos-de-decisao-e-baixa> (acesso em 01.12.2020)

³ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais> (acesso em 01.12.2020)

⁴ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf (acesso em 06.12.2020)

⁵ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao> (acesso em 01.12.2020)

⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/4-em-cada-10-jovens-negros-nao-terminaram-ensino-medio.shtml> (acesso em 01.12.2020)

⁷ Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/violencia-policial-contrajovens-negros-escancara-o-racismo-estrutural-no-brasil-f507> (acesso em 06.12.2020)

⁸ Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/negro_e_vitima_maior_de_crime_e_policia.pdf (acesso em 06.12.2020)

⁹ Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/49790> (acesso em 06.12.2020)



tirou a vida de um cidadão negro nos Estados Unidos. Já no Brasil, cresceram as mobilizações sociais que clamam justiça por pessoas negras mortas pela violência do Estado e pela negligência e hostilidade de pessoas brancas.

Pode-se citar como exemplo as manifestações exigindo justiça por Josué Nogueira, de 16 anos, morto por um policial em Minas Gerais; João Pedro Matos Pinto, de 14 anos, morto no decorrer de uma operação policial no Rio de Janeiro; Miguel Otávio, de 5 anos, morto após ser abandonado por uma mulher branca e de família tradicional, em um prédio de luxo do Recife; João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos, espancado até a morte por dois homens brancos no Rio Grande do Sul, entre outros trágicos episódios que resultaram na morte de pessoas negras. Lembrando que foram acontecimentos ressaltados pela mídia, sendo que a maioria dos casos de violência racial não se tornam públicos, o que demonstra ainda mais a gravidade do problema.

Esses movimentos exteriorizam a disparidade entre os privilégios das pessoas brancas e o sofrimento das pessoas negras, vítimas do racismo estrutural e muitas vezes esquecidas pela população branca. Fortaleceram-se em meio a ataques conservadores e políticas de retrocesso no Brasil e no mundo, mostrando-se fundamentais para a luta e promoção da equidade racial.

As recentes eleições são reflexo desses movimentos. Nos Estados Unidos, Kamala Harris se tornou a primeira mulher negra a ser vice-presidente, e no Brasil, pela primeira vez, 49,9% dos candidatos às vagas eletivas foi composta pela população negra.¹⁰


230

Conclui-se, portanto, que a população negra ainda sofre diariamente as graves consequências do racismo estrutural, razão pela qual deve-se intensificar o movimento pela equidade racial, até que se efetive a igualdade de oportunidades, bem como seja eliminada todas e quaisquer formas de discriminação e intolerância étnica¹¹, levando em consideração que todos os seres humanos devem nascer livres e iguais em dignidade e direitos¹².

¹⁰ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/18/brasil-tem-mais-negros-eleitos-mas-sub-representacao-permanece> (acesso em 03.12.2020 às 16 h 14 min)

¹¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112288.htm (acesso em 06.12.2020)

¹² Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> (acesso em 06.12.2020)



Escola: um espaço educativo, antirracista, inclusivo e diverso

Thayan Venturini

A construção de uma identidade sólida é fundamental para as pessoas situarem o seu corpo político no mundo. A construção da identidade brasileira baseia-se no mito da democracia, na miscigenação e no embranquecimento de toda uma população que carrega estigmas sociais por causa de sua origem étnico-racial. Por isso, segundo a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua* do IBGE, mostra que 56,10 % da população é autodeclarada negra ou parda.

O processo de embranquecimento e o mito da democracia racial carregam a questão do racismo estrutural, sendo ele velado por uma branquitude que não admite a sua dívida histórica com essa população. Não expor o tema a jovens brancos e não-brancos faz a perpetuação de uma estrutura desigual, que desumaniza pessoas negras, trans, LGBTQIA+, indígenas entre outras minorias.

O impacto na vida de pessoas não-brancas sobre uma educação baseada em moldes europeus, com temas que inferiorizam as origens étnico-raciais da maior parte da população brasileira, demonstra impactos extremamente negativos na construção de uma identidade sólida. Causando problemas de evasão escolar de alunes negres¹, o racismo impacta a vida de crianças e jovens que se desmotivam a estudar e continuar dentro desse ambiente opressor que é a escola.

Isabela Palhares indica que 71% de jovens que abandonam a escola são negres, além das questões raciais existem as questões sociais que se correlacionam e afetam diretamente essas minorias, que são transpassadas por diversos tipos de opressão. Leila Alencar ressalta que logo após o fim da escravidão pessoas negras eram impedidas de trabalhar, o que fomentou as práticas criminosas para os homens negros que não eram aceitos em empregos e a prostituição de mulheres negras, olhado pelo viés da transexualidade esse número é ainda mais devastador. Essas pessoas colocadas em uma situação de marginalidade, sem o acesso às políticas sociais, à educação, à saúde, e ao bem estar possuem chances mínimas de ter qualidade de vida. Leila Alencar aponta para a falta da boa educação que restringe o acesso a empregos logo, às melhores moradias, “o que foi diretamente responsável para manter essa desigualdade que vemos até hoje. Naturalizou-se a condição de subalternidade do povo negro”.

O colapso da educação brasileira está em não entender que a maior parte das pessoas que frequentam os ambientes escolares não se veem refletidos neles; quando essa reflexão acontece é

¹ Opto por fazer uso de uma linguagem inclusiva para *todes*, resalto o itálico uma vez que não é norma culta.



sobre o olhar do colonizador “o salvador”, sempre colocando essas pessoas como “animais”, “escravos” e retirando toda a sua humanidade. Uma criança que passa grande parte da vida reforçando esses estereótipos negativos sobre sua origem étnico-racial não consegue criar uma identidade positiva sobre si, sobre ser uma pessoa negra, pois tudo que aparece para essas crianças são imagens pejorativas de pessoas semelhantes a si, isso ocorre também com as demais minorias.

A falta do olhar positivo, do realce sobre outros lados da história brasileira, mostra que ela precisa ser contada por mais de um viés. Esse olhar unilateral, eurocêntrico, vai matando a criança negra aos poucos, adoece o íntimo desse ser, que começa a acreditar que é o pior, que só pode ter espaço para ser visto como negativo dentro de qualquer história. Buscando mudar essa história mal contada sobre a população negra, com muita luta os movimentos negros do Brasil se articulam e dessa forma em 2003 foi sancionada a Lei 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e foi incluída no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”.

Um grande passo para ressignificação das histórias por outros olhares, “resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”. Com isso, a longo prazo, deve-se fortalecer a identidade das pessoas negras e construir outras histórias no imaginário da população que não sejam apenas ligadas a escravidão, mas que contem sobre os reis, rainhas, lendas, tradições que contribuem para nossa cultura, como diria Emicida “dar outro sentido pra frase “tinha que ser preto”.

232

Passados mais de 16 anos da entrada em vigor da Lei 10.639/03, professores mais experientes compartilham suas vitórias e como o impacto de trabalhar temas raciais fortalece as identidades. A Professora Doutora Silvia Maria comenta que na sua atuação, fez o “miss beleza negra” dentro das unidades de ensino no Ceará; impactando a vida de jovens negras, ela conseguiu perceber a mudança na autoestima e a melhora no desempenho escolar de perto, após esses eventos organizados por sua equipe.

Sem autoestima, a criança perde a previsão de um futuro melhor, a criação de outras possibilidades de caminhos de vida. Benilda Brito, ressalta que “não dá para discutir avanço educacional sem trabalhar a autoestima da criança negra”. Na sua tese “*Negras (In)Confidências. Bullying, não. Isto é Racismo*” fica evidente como professores acabam “passando pano” em situações racistas que afetam a aprendizagem, a continuidade dos estudos. Cabe a todos buscar construir uma escola que seja um espaço educativo, antirracista, inclusivo e diverso, ensinando alunos, brancos e não-brancos, sobre a importância da equidade, da valorização da cultura afro-brasileira, construindo e consolidando, cidadãos responsáveis, empáticos e conscientes das diferenças que se perpetuam pelos estigmas sociais.



A contribuição do feminismo negro para a construção da democracia substantiva

Nuria Pardillos Vieira

Na sociedade brasileira não é possível uma democracia substantiva e efetiva se não enfrentarmos de forma coletiva e profunda o racismo estrutural, as profundas desigualdades de classe e as relações patriarcais, verticalizadas e hierarquizadas. Do nosso ponto de vista, são camadas que se sobrepõem para a manutenção de privilégios individuais, da subalternização de maiorias numéricas como “minorias” e, em última instância, para reprodução de uma sociabilidade específica, qual seja, a de mercado ou capitalista. Tomemos cada elemento dessa afirmação.

A democracia liberal foi construída no mundo moderno com um sistema político cujo suporte estaria calcado na liberdade e igualdade: livres porque submetidos a um mesmo conjunto de leis, que torna cada um e “todos iguais perante a lei”. Porém, esse ideal é impossível de se efetivar tanto no campo político quanto no campo concreto da vida cotidiana, pois numa sociedade dividida em classes, as condições de vida, oportunidades e suportes sociais estão dispostos de forma absolutamente não igualitária.

233

Uma democracia substantiva só poderia se efetivar numa sociedade em que houvesse igualdade substantiva, inconcebível nas sociedades constituídas sob a lógica do capital – produção coletiva e apropriação privada da riqueza, com a submissão de homens e mulheres à condição de vendedores de força de trabalho como única forma de sobrevivência, e da conversão de tudo em mercadoria.

Tão fundamental quanto essa percepção de desigualdade a partir da classe social, a questão racial foi por muito tempo desconsiderada como elemento constitutivo das relações econômicas, sociais, políticas e culturais da sociedade brasileira. Do nosso ponto de vista, a luta dos movimentos negros trouxe luz para a crucial intersecção entre classe e raça e, em especial, o movimento feminista negro, as/os intelectuais negras/os evidenciaram a necessidade de enegrecer a leitura sobre a construção histórica das desigualdades¹, em especial no nosso país. Como destacou a Professora Sueli Carneiro em palestra do curso, com racismo e sexismo não há democracia.

¹ Conferir em

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf

Acesso em 01.12.2020



A percepção sobre o lugar dos corpos negros e brancos, construída historicamente como legado da escravidão, nos impele a repensar a relação entre racismo, sexismo e a própria constituição da cidadania no Brasil. Compartilhamos da afirmação proposta pela professora de que o movimento de mulheres negras, ao articular “as variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negros e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro”².

Em um país de maioria negra, onde a escravidão persistiu por pelo menos três séculos, é urgente nos apropriarmos da história de construção das relações racializadas, da construção da branquitude fundada na falácia de superioridade racial branca, e que efetivou privilégios simbólicos e materiais de brancos em relação aos não-brancos na mesma medida em que se construía a sua subalternidade. Como nos lembra a Professora Rosane Borges, a construção da subalternidade se organizou em diversas frentes, como um projeto político de silenciamento e apagamento das ações de resistência e afirmação dos movimentos negros na história³.

Nesse processo, importante pontuar que cabe às pessoas brancas assumir a responsabilidade de ir além do discurso antirracista para a atenção à reprodução cotidiana das práticas racistas, se propondo a desconstruir o racismo que foi naturalizado e incorporado e que nem sempre é percebido. Isso exige que enfrentemos o desconforto de nos constatar em lugar de privilégio. Ao mesmo tempo, nos possibilitará aprender com as feministas negras e, de forma solidária, construirmos uma outra democracia, substantiva, que tenha como base, nas palavras da Professora Sueli Carneiro, “uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade”⁴.

234

² Ibidem

³ Aula “Relações de Poder e a construção da subalternidade de raça e gênero”. EP/Geledés, 20.10.2020

⁴ Ibidem



A luta está apenas começando!

Viviane Vieira

Analisar o curso *Raça, Gênero, Democracia e Participação Política no Brasil* frente o resultado das eleições municipais de 2020 nos faz refletir sobre o quanto ainda é preciso avançar para que de fato a nossa sociedade seja democrática. Apesar de algumas conquistas, continuamos de forma majoritária elegendo homens brancos heterossexuais para nos representar e assim, demandas históricas por reparação continuam no limbo. E a pergunta que fica é: por que é tão difícil avançar na construção de relações equânimes em contraposição ao racismo e ao patriarcado?

As manobras feitas pelo colonizador para apagar a crueldade da escravidão e justificar a necessidade de suas ações foram tão bem manipuladas, tão magistralmente engendradas, que ainda encontram eco nos dias atuais e são muito difíceis de serem superadas.

As obras de arte, que são uma fonte importantíssima da nossa história, ganham nas representações, por exemplo, de Debret e Rugendas, traços que tiram a humanidade dos povos africanos, reforçando um quê de sombrio e macabro, dando ao opressor toda capacidade de raciocínio e intelectualidade que é expropriada dos negros. Os manuscritos dos historiadores seguem a mesma direção - uma história que nos é contada por um único viés, aquele que pretende, a todo custo, conferir legitimidade ao sistema escravista.

235

Quando avançamos nos séculos e nos deparamos com o pós-abolição, encontramos um projeto eugenista de branqueamento da população baseado na vinda nos imigrantes para ocupar as vagas do mercado de trabalho, numa tentativa deliberada de aniquilar a população negra. Não podemos renegar ao esquecimento outro fator importantíssimo e violento da nossa história que é esse mesmo branqueamento à custa do estupro das mulheres negras, que aconteceu desde o princípio desse perverso processo.

E assim nasce o mito da democracia racial. Por muitas vezes a lei não impediu de forma explícita o voto da população negra, o impedimento esteve em outro lugar, como por exemplo, na renda e então, é como se o problema fosse do indivíduo e não um barramento que se dava por sua cor. Ainda hoje encontramos esse argumento sendo tecido com rigor para negar o racismo e levar a questão para um recorte de classe e meritocracia, principalmente para justificar a necropolítica que mata diariamente a população negra.



Importantíssimo ressaltar que, ao longo dos séculos, nossos ancestrais negros lutaram e muito contra esse sistema de dominação, estamos aqui hoje graças a esse movimento, contrariando todas as apostas e mecanismos que foram criados para nos exterminar. Assim, precisamos mencionar as inúmeras revoltas protagonizadas pelos africanos e seus descendentes, a construção dos quilombos, as formas de resistência e reinvenção da cultura e também das religiões de matriz africana. No último século, podemos destacar a importância do *Movimento Negro* e também do *Feminismo Negro*, que vem pautando e conseguindo avanços significativos, como a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos das nossas escolas e também a Lei das Cotas para o acesso à Universidade e mais tarde ao mercado de trabalho. Contudo, na contramão dessas conquistas, ainda causa furor e revolta, quando uma empresária resolve abrir vagas para o setor executivo de sua empresa exclusivamente para pessoas negras. Sobre isso, chegou-se ao absurdo de vê-la sendo questionada se seria possível encontrar profissionais realmente qualificados para as vagas em questão.

As mulheres ainda estão na base da pirâmide, com os menores salários, sozinhas para sustentar suas filhas e filhos e renegadas, muitas vezes, à solidão imposta por um sistema que as sexualiza, mas não as torna boas o suficiente para a construção de uma família.

Questões que parecem tão urgentes, necessárias e escancaradas para uma parcela da população, aparentam menores, insignificantes para outras. Talvez a resposta para isso esteja na nossa ainda recente e frágil democracia, após praticamente quatro séculos de uma sociedade baseada no trabalho escravo. Ainda estamos engatinhando nessa construção baseada em pilares onde todas, todos e todes se vejam representados de forma positiva nas diferentes mídias, tenham as mesmas condições de acesso e permanência na Escola até o nível universitário, não sejam julgados por conta da cor da sua pele e tantos outros exemplos que poderiam ser aqui destrinchados. O sentimento é de um coração que não cabe dentro do peito de tanta vontade de mudança, um grito preso na garganta por séculos de opressão, mas não esmoreçamos, a luta só está começando.



Práticas pedagógicas no ensino de História Etno-Raciais na Educação Infantil

Roberta Aparecida de Castro Vieira

O papel do professor da educação infantil no processo de relação e aprendizagem é muito importante para que as práticas pedagógicas objetivem acrescer o universo sociocultural das crianças e introduzi-las em um contexto no qual o educar e o cuidar não encubram a diversidade. Desde muito cedo, podemos aprender e conhecer diferentes realidades e apreender que a experiência social do mundo é muito maior do que a nossa experiência local, e que esse mesmo mundo é constituído e formado por sociedades, histórias e etnias ou raças diversas. É também bem cedo em sua formação que as crianças podem ser reeducadas a lidar com os preconceitos aprendidos no ambiente familiar e nas relações sociais mais amplas.

De acordo com o Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/2003,

o papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, para a formação da personalidade e aprendizagem. Nos primeiros anos de vida, os espaços coletivos educacionais os quais a criança pequena frequenta são privilegiados para promover a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e racismo. As crianças deverão ser estimuladas desde muito pequenas a se envolverem em atividades que conheçam, reconheçam, valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais na construção da história e da cultura brasileiras (BRASIL, 2003, p. 10)

237

Essas mesmas crianças têm de ser e se sentir recepcionadas e respeitadas nas suas diferenças, como sujeitos de direitos. Sua amabilidade, estética, religião, gênero, raça/etnia ou deficiência deverão ser respeitadas, não por uma citação moral, de auxílio ou religioso, mas sim porque esse é o comportamento esperado da sociedade e da escola democrática que defendem pela sua infância. Por isso, as ações e o currículo da educação infantil deverão se questionar sobre qual tem sido o trato pedagógico dado às crianças negras, brancas e de outros grupos étnico-raciais, bem como as suas famílias e histórias.

É sempre bom lembrar que não é preciso ter a presença física da população negra entre nós para conhecermos e sabermos respeitá-la. O respeito à diferença deve acontecer sempre, não só quando nos depararmos com o “diferente”. Ele deve ser um princípio, uma estrutura de condução de todo e qualquer currículo, ação pedagógica e prática social.


É na ação curricular que as práticas são efetuadas e as crianças pequenas aprendem a se relacionar umas com as outras, têm familiaridade com as diferenças, manifestam e adquirem valores.



Nesse contexto, os preconceitos raciais também são desenvolvidos e nem sempre há uma séria intervenção pedagógica. Cada vez mais, os profissionais da educação infantil vêm percebendo essa situação, observando que a necessidade de intervenção deve ser cada vez mais presente. E que a formação inicial e continuada dos professores deve ser mais eficaz.

Esse é o entendimento que orienta a articulação entre a educação infantil e a história e a cultura afro-brasileira e africana. Ele se funda na compreensão de que essa etapa da educação básica é um direito fundamental e, por isso, deve estar intrinsecamente vinculado aos direitos mais básicos da infância. É nessa perspectiva que se torna possível articular a concepção e as orientações da educação infantil presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Para tal, é importante que os profissionais da educação infantil conheçam essa legislação e compreendam a sua radicalidade política e pedagógica.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil explicitam em seu texto: “O combate ao racismo e às discriminações de gênero, socioeconômicas, étnico-raciais e religiosas deve ser objeto de constante reflexão e intervenção no cotidiano da educação infantil” (BRASIL, 2009a, p.10).



Uso indevido seguido de descarte: a realidade do povo negro no Brasil

Emily Sena Xavier

A contribuição do povo negro para a construção do país e de sua cultura é inegável e muito significativa. No entanto, ao mesmo tempo em que muito se absorve desse povo, seja através do trabalho braçal ou da apropriação de seus elementos culturais, esse mesmo país coloca em prática o extermínio dessa população. Parece contraditório, mas é exatamente isso que se acontece. O modo como é organizado o racismo no Brasil faz com que se tente secar a mesma fonte da qual se bebe.

Durante todo o processo de escravização, e mesmo após o fim dela, os corpos negros foram objetificados de tal maneira que uma vez que o homem branco retira dali tudo que lhe é de interesse, descarta-os como se nada fossem. Podemos observar que em todos os campos que formam uma nação, de algum modo, há a presença dessas culturas negras:

No que se refere à contribuição africana é evidente, principalmente, na culinária, dança, religião, música e língua. Percebe-se, que, essa matriz africana teve um papel importante na formação e delineamento da identidade cultural afro-brasileira (...). Já no Brasil, esses africanos souberam assimilar, interpretar e recriar certas práticas de outras culturas com as quais estiveram em contato. (FERREIRA, sem página, 2009).

239

Ainda que seja parte da identidade nacional tudo aquilo que é associado ao negro é sempre muito perseguido e demonizado. Em alguns casos, chegou-se à criminalização de algumas práticas como, por exemplo, a capoeira que era “(...) considerada crime no Código Penal de 1890. Outras manifestações afro-brasileiras como o candomblé e o samba também foram igualmente proibidas.” (BRAGA; SALDANHA, p. 3, 2020). Assim, as mesmas culturas que serviram de base para o desenvolvimento de tantos outros ritmos, danças, festas e etc já foram tratadas como crime. No mesmo país que é, hoje, conhecido mundo a fora pelo seu samba.

Obviamente o racismo tem um papel central na motivação e justificação de toda essa marginalização. E durante muito tempo se cultivou a crença de que para que a sociedade pudesse evoluir da maneira como deveria, era preciso garantir a pureza racial e isso significaria a eliminação de tudo e de todos aqueles que se caracterizam como não-brancos.

É claro que já durante a escravização, por conta de todo o horror que foi esse período, a violência contra esses corpos já buscava sua aniquilação, mas foi no pós-abolição que surgiu um verdadeiro projeto de extermínio do povo negro. E é aqui que, utilizando-se de outros mecanismos, a



Eugenia entra em ação. No Brasil ela foi um projeto político e social com diversos instrumentos, que serviram de resposta à abolição da escravização ao medo de uma elite branca, que era minoria no país, à necessidade de mão de obra e, sobretudo, à tentativa de garantir o triunfo do homem branco sobre todos os outros.

Nesse contexto surge a tentativa de “Branqueamento” literal da população brasileira, onde Estado e elite desejavam cada vez mais a presença de mais pessoas brancas para que se “equilibrassem as raças” - os europeus, incentivados pelos patrícios, viriam ao Brasil para se misturarem com os negros e tivessem filhos cada vez mais claros, até que um dia a pele negra sumisse e somente houvesse pessoas brancas no Brasil. A ideia era “(...) de que a miscigenação não produzia inevitavelmente ‘degenerados’, mas uma população mestiça capaz de tornar-se sempre mais branca, tanto cultural quanto fisicamente” (SKIDMORE, p. 81. 2020).

Como continuidade do genocídio negro, temos associados a esse povo e a sua cultura tudo aquilo que é considerado negativo na sociedade. O corpo negro era a razão pela qual a sociedade estava ruindo, a origem da criminalidade, aqueles que carregavam o demônio em suas culturas, danças e religiões. Acreditava-se que “(...) no Brasil o longo contato do negro prejudicou os dotes Moraes do branco (...)” (LACERDA, p. 91, 1911). E somente a grande cultura europeia, com seu sangue caucasiano, poderia salvar esse país.

240

No pós-abolição não só toda a população negra foi completamente abandonada como se encontra dentro um projeto que prevê a sua eliminação com base no branqueamento, na promoção de relações interraciais, na promoção do auto ódio, que também vêm associados com uma marginalização sistemática, negação de direitos básicos e altas doses de violência policial e estrutural.

Desde o primeiro negro acorrentado esse povo resiste. E mesmo sob um Estado desenvolvido para o eliminar, mesmo com toda a sociedade funcionando contra ele ao mesmo tempo que insistentemente bebe da sua existência, podemos vislumbrar a sua vitória. Participou no desenvolvimento da cultura e da história do país e hoje representa a maioria da população brasileira. E mesmo que a luta ainda seja grande e que haja muito a se conquistar, podemos observar felizes que o projeto de extermínio do povo negro falhou. Ainda bem.

Referências Bibliográficas

BRAGA, Janine de Carvalho Ferreira; SALDANHA, Bianca de Souza. **Capoeira: da criminalização no código penal de 1890 ao reconhecimento como esporte nacional e legislação aplicada**. Disponível em:



<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=7de47452d56d59cf#:~:text=A%20capoeira%2C%2%200 quando%20notoriamente%20conhecida,Vargas%20como%20esporte%20verdadeiramente%%2020 nacional>. Acesso em 30 nov. 2020.

FERREIRA, Márcio de Carvalho C. A influência africana no processo de formação de cultura afro-brasileira. Portal Geledés, São Paulo, 22 set. 2009. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/influencia-africana-processo-de-formacao-de-cultura-afro-brasileira/>.

Acesso em 30 nov. 2020.

LACERDA, João Batista de. **O Congresso Universal das Raças reunido em Londres (1911): apreciação e comentários**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1911. Disponível em:

<https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/16>. Acesso em 30 nov. 2020.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

